



10^o Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe



SOS CORPO

Instituto Feminista para a Democracia

REDE Feminista DE SAÚDE

REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS

Ilze Zirbel

**Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil:
Um Debate**

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Florianópolis, 2007

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

**Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil:
Um Debate**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política, sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Gaspar Müller

Ilze Zirbel

Florianópolis, março de 2007.

Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate

Por

Ilze Zirbel

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política, sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Gaspar Müller

Presidente: Dr. Ricardo Gaspar Müller — Orientador, UFSC

Membro: Dra. Tânia Mara Cruz — UDESC

Membro: Dra. Maria Ignez Paulilo — UFSC

Suplente: Dra. Luzinete Simões Minella — UFSC

Florianópolis, março de 2007

Para minha mãe
(em memória)

Pela viuvez precoce
Pela vida difícil que teve
Pelos sonhos que não realizou
Pelo medo que sentia do futuro
E pelo hábito da leitura,
que me legou.

Para Elizabeth Souza-Lobo
(em memória)

Agradecimentos

Pessoas maravilhosas cercam minha vida. Algumas foram especialmente significativas nestes dois anos de mestrado. Nomeá-las é tornar pública a importância que têm e a beleza que evocam.

Começo por quem me acompanha a mais tempo. Jomi, meu companheiro de idéias, planos, estradas, mudanças de rumo, lágrimas, risos e muitos beijos. Eu seria outra sem a sua presença e tranqüilidade, sem a sua insistência em me amar.

Thales e Morgana. Duas portas abertas para outros rumos. Me conectam a um outro tempo, outros gostos, outras gerações. Me dão a oportunidade de participar, de forma tão intensa e direta, do processo de formação de outras vidas. Instigam responsabilidade e comprometimento.

Queli. Amiga tardia. Chegada em tão boa hora. Amizade inusitada, bela e rica. Um amor com outra face. Arelada a ela está a imagem da alegria, da festa, dos bons papos, dos amigos e amigas espalhados pelos corredores da UFSC, da migração despreocupada pela ilha de Florianópolis, da vontade de saber.

Rose. Na verdade, Rosemar. O Rose é diminutivo carinhoso, cunhado e simplificado entre as pessoas que a rodeiam. Seu cotidiano difícil emudece e me convence do quanto ainda há por fazer neste mundo de privilégios para poucos/as.

As entrevistadas: Luzinete, Maria Ignez, Cláudia, Simone e Sônia. Admiração, magnitude e generosidade são palavras que me vêm à mente quando nelas penso. A admiração que sinto. A magnitude do trabalho que empreendem e a generosidade em dividi-lo em suas conversas e textos. Cheiram a coragem, ousadia, solidariedade e liberdade. Pela luta de mulheres como elas, herdei todo um conjunto de possibilidades para viver melhor.

Meu orientador, Ricardo Gaspar Müller, que apostou no meu desejo de conhecimento e me auxiliou nesse processo. Os papos, nem sempre fáceis, ficam como pistas para um amadurecimento que ainda está por vir. Sua disposição e amabilidade cativam.

A banca, representada por Tânia Mara Cruz, Maria Ignez Paulilo e Luzinete Simões Minella, pelo carinho e disposição em dialogar e refletir junto comigo um tema tão rico e complexo.

Agradeço ainda ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC e à CAPES. Um estudo gratuito e de excelência, acompanhado de uma bolsa de estudos, são dádivas preciosas. Sem elas, tudo teria sido mais difícil.

Resumo

O tema central deste trabalho é o debate contemporâneo entre feministas e teóricas do gênero no Brasil acerca dos usos e limites do conceito de gênero. Para contextualizar este debate, discute-se a formação do feminismo brasileiro da segunda metade do século XX (seus espaços de organização e militância, principais interlocutores, problemas e estratégias) e o seu ingresso nas universidades e centros de pesquisa (as dificuldades, os temas, as elaborações teóricas, a criação de um campo de estudos próprio). Aborda-se a origem do conceito de gênero, sua adoção pelas pesquisadoras e as críticas que tem suscitado.

Palavras-chave: feminismo brasileiro, estudos de gênero, história do Brasil.

Abstract

The main issue of this dissertation is the present debate between feminists and gender theoreticians in Brazil, concerning the uses and limits of the “gender” category. A context for this debate is given by a discussion on the formation of the Brazilian feminism in the second half of the twentieth century (its spaces of organisation and militancy, the main interlocutors, arguments, and strategies) and its mainstreaming at universities and research centres (the difficulties, themes, theoretical constructs, and the creation of a specific field of studies). This dissertation also addresses the roots of the category of gender, its adoption by researchers, and its critical appraisal within the academic community.

Keywords: Brazilian feminism, gender studies, Brazilian history.

Lista de Siglas

ABI: Associação Brasileira de Imprensa
ABONG: Associação Brasileira de ONGs
AI: Ato Institucional
ANPOCS: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANPUH: Associação Nacional dos Professores Universitários de História.
APML: Ação Popular Marxista Leninista
AT: Antigo Testamento
BEMFAM: Sociedade Civil do Bem Estar Familiar no Brasil
BM: Banco Mundial
CDMB: Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira
CEB: Comunidade Eclesial e Base
CP: Cadernos de Pesquisa
DEAM: Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher
CECAN: Centro de Estudos da Cultura e da Arte Negra
CELAM: Conselho Episcopal Latino-Americano
CLAM: Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos
CMB: Centro da Mulher Brasileira
CNBB: Conselho Nacional de Bispos do Brasil
CNMB: Conselho Nacional da Mulher Brasileira
CNDM: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CONIC: Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT: Central Única dos Trabalhadores
DOPS: Departamento de Ordem Política e Social
FCC: Fundação Carlos Chagas
GALF: Grupo de Ação Lésbico-Feminista
GT: Grupo de Trabalho
GTRU: Grupo de Trabalho da Reforma Universitária

IBEA: Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas
IECLB: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IPCN: Instituto de Pesquisas da Cultura Negra
IUPRJ: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
MLF: Movimento Lésbico-Feminista
MLF: Mouvement de Libération des Femmes
MDB: Movimento Democrático Brasileira
MFA: Movimento Feminino pela Anistia
MMTR: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MMC: Movimento de Mulheres Camponesas
MR- 8: Movimento Revolucionário 8 de Outubro
NEM: Núcleo de Estudos da Mulher
NEMGE: Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero
ONG: Organização Não-Governamental
PAISM: Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PC do B: Partido Comunista do Brasil
PC: Partido Comunista
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT: Partido dos Trabalhadores
REDEFEM: Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas
REDOR: Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero
REF: Revista Estudos Feministas
SBPC: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
TL: Teologia da Libertação
UNE: União Nacional de Estudantes
WID: Women in Development

Sumário

1	Introdução.....	15
1.1	Feminismo.....	15
1.2	Estudos Feministas.....	18
1.3	Estudos de Gênero.....	19
1.4	Feminismo no Brasil.....	20
1.5	Motivação.....	22
1.6	Questões preliminares.....	24
1.7	Objetivo e metodologia.....	26
1.8	Estruturação dos capítulos.....	27
2	O feminismo em meados do século XX.....	30
2.1	O Brasil e as feministas da década 1960.....	34
2.2	Feminismo e igreja católica.....	39
2.3	Feminismo, movimento de mulheres e as “lutas gerais”	42
2.4	Feministas organizadas e articuladas entre si: a década de 1970.....	44
2.5	Grupos de reflexão no país e no exílio.....	45
2.6	Feminismo e imprensa.....	49
2.7	Movimentações públicas: peças de teatro, congressos e seminários.....	59
3	Feminismo nos anos 80: tensões com a esquerda, autonomia e institucionalização.....	69
3.1	Feminismo e esquerda brasileira.....	73
3.2	Um caminho para si: o feminismo autônomo.....	77
3.3	A nova imprensa feminista.....	79
3.4	Rumo à institucionalização.....	83
3.5	Feminismo e militância partidária.....	90

3.6 A proliferação de ONGS e redes transnacionais de mulheres/feministas.....	92
4 Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil.....	97
4.1 Os estudos sobre a mulher e a condição feminina no país.....	101
4.2 Zonas de Segurança e grupos multidisciplinares.....	109
4.3 Por que Estudos da Mulher?.....	111
4.4 Discutindo temas e elaborando teorias.....	113
4.4.1 Trabalho feminino.....	114
4.4.2 O Patriarcado como paradigma para a dominação.....	117
4.4.3 Estereótipos sexuais e a dominação masculina.....	122
5 Os Estudos de Gênero.....	130
5.1 Começando a falar em gênero no Brasil.....	138
5.2 Discutindo o novo conceito.....	141
5.3 A opção pelo gênero.....	151
6 O debate em torno do conceito e dos estudos de gênero.....	154
6.1 Problematizando o conceito.....	154
6.2 Críticas ao uso do conceito.....	161
6.3 Feminismo e gênero: o ponto de vista das entrevistadas.....	166
6.4 Propostas surgidas do debate “gênero e feminismo”.....	173
7 Considerações finais.....	180
7.1 Questionamentos abertos para pesquisas futuras.....	187
8 As entrevistadas.....	189
9 Roteiro das entrevistas.....	192
10 Fontes e informações sobre as ilustrações da capa.....	193
11 Referências.....	197

1 Introdução

A problemática desta dissertação tem uma longa história e está atrelada a dois contextos: um, mais amplo, centrado nas transformações históricas de um campo de lutas políticas e reflexões teóricas identificado como feminismo e, outro, mais pessoal, pontuado por minhas indagações e descobertas neste mesmo campo. O ponto de partida foi a constatação de um debate contemporâneo entre teóricas do gênero e feministas sobre os usos e limites do conceito de gênero, sua ligação com o feminismo e suas implicações para a prática política e a superação das desigualdades sociais.

1.1 Feminismo

Definir feminismo não é, com certeza, uma tarefa simples. Ainda que se possa situar o “nascimento” desse vocábulo em meados do século XIX¹, a forma de pensar e agir, a ele associadas, não se restringem a este período histórico nem ao espaço geográfico em que foi registrado (Europa²). Como argumenta a cientista política Jussara Reis Prá (1997, p. 43), “trata-se, na verdade, de um termo extremamente flexível, uma vez que compreende todo um processo de transformação”. Tal processo tem raízes no passado e é resignificado a cada nova geração de feministas, com seus desafios, contradições, avanços e recuos.

¹Zhaidé Muzart, na introdução ao livro de Mariana Coelho (2002, p. 14), *A evolução do feminismo: subsídios para a sua história*, atribui o termo “feminismo” ao socialista utópico Charles Fourier, que viveu entre os anos de 1772 a 1837. André Michel (1982, p. 7) observa o seu uso no dicionário francês *Robert*, de 1837, referindo-se a “uma doutrina que preconiza a ampliação dos direitos e do papel da mulher na sociedade”. Bryson (2003, p. 1) atesta seu uso na Inglaterra, cinco décadas depois (1880) para indicar o apoio à igualdade legal e política das mulheres com os homens.

²Muitos autores/as identificam o surgimento do feminismo na Inglaterra e na França, no final do século XVIII, atrelado às idéias de intelectuais como a inglesa Mary Wollstonecraft (autora de *Vindications of the Rights of Woman*, de 1792, e crítica ferrenha do sistema educacional que transmitia aos meninos os conhecimentos acumulados pela cultura ocidental e às meninas os conhecimentos ligados ao manejo do ambiente doméstico) e a francesa Olympe de Gauges (defensora dos direitos das mulheres na esfera política e autora da Declaração dos “Direitos da Mulher e da Cidadã”). Feministas contemporâneas ligadas aos estudos pós-coloniais e ao multiculturalismo têm críticas a esta definição. Ella Shohat (*apud* Costa, 2001, p. 159), uma árabe-judia naturalizada estadunidense, define esta forma de recontar a história do feminismo (situando sua emergência na Europa e nos Estados Unidos, no interior do projeto de modernidade) como ocidental e eurocêntrica. Do seu ponto de vista, mulheres em várias partes do mundo e em contextos os mais variados lutaram (e lutam) contra as formas de opressão a elas impostas. O feminismo teria, pois, genealogias múltiplas.

De acordo com os pontos de partida teóricos e a prática política de alguns grupos, tem-se classificado o feminismo em inúmeras vertentes. Heleieth Saffioti, no artigo *Feminismos e seus frutos no Brasil* (1987, p. 106-114) apresenta algumas “versões feministas” presentes nos EUA no início dos anos 80: o feminismo conservadorista³; o liberal⁴; o dogmático-marxista⁵; o radical⁶ e o socialista⁷. Outras autoras acrescentam ainda, (Nye, 1995) o feminismo anarquista (ou anarco-feminismo)⁸, o ecofeminismo⁹, o feminismo existencialista¹⁰, (Irigaray, 2003) o feminismo da diferença¹¹ e, mais recentemente, o cyberfeminismo¹².

³Chamado por outros/as autores de “feminismo burguês”. Para Saffioti (p. 105), este é um feminismo preocupado “com as tensões presentes nas relações entre as categorias de sexo, derivadas da dominação exercida pelo homem sobre a mulher” mas, não questiona as origens político-culturais dessa desigualdade.

⁴Fundado na “Liberdade, igualdade, fraternidade”. Sua luta se dá no plano formal, da lei, por acreditar no aperfeiçoamento progressivo dos dispositivos legais como forma de implantar a igualdade de direitos.

⁵Inspiração nas obras de Marx e, sobretudo, Engels de onde todos os fenômenos sociais podem ser interpretados como lutas de classes e o problema da mulher seria parte dos problemas sociais gerais.

⁶Trabalha com a idéia de patriarcado, um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres em todas as esferas da sociedade. As diferenças biológicas (e não a cultura ou a classe) embasam as desigualdades e a família é vista como o local por excelência de uma psicologia do poder, servindo de base para hierarquizações e subjugações em todos os campos do social.

⁷Ancorado na dialética marxista “enquanto método que exige a formulação de novos conceitos adequados à análise de novas realidades, ou a reformulação de categorias conceituais inadequadas para uma análise conjunta dos dois fenômenos em pauta –classes sociais e categoria de sexo– e suas inter-relações” (p. 113-114).

⁸Contrário a todas as formas de hierarquia e à delegação de poderes, luta por “uma sociedade sem padrões, autoridades, religiões e preconceitos, onde as relações amorosas e sexuais seriam livres” (Ferreira, 1996, p. 164). No final do século XIX e início do século XX, discutia temas ligados ao universo das mulheres que não encontravam espaço em outras correntes de pensamento da esquerda, por serem considerados assuntos do âmbito privado: a relação homem/mulher, o amor, a maternidade, a sexualidade, a família, o controle da natalidade, entre outros. Grupos contemporâneos de mulheres atreladas às idéias anarquistas têm se auto-denominado *anarco-feministas*. Muitas têm se manifestado pela internet, publicando *sites* e jornais. Exemplos: http://terraviva.weblog.com.pt/arquivo/2005/06/rumores_silenci_1.html; www.ainfos.ca:81/06/oct/ainfos0034_6.html e <http://groups.msn.com/Riotgrrrlsunidas/manifiestoanarcofeminista.msnnw>

⁹Termo originalmente usado pela francesa Françoise d’Eaubonne (1974) para se referir a luta ecológica/ambientalista aliada ao feminismo (aplicado posteriormente à raiz do Movimento Chipko na Índia e ao Women’s Pentagon Action nos Estados Unidos). O ecofeminismo busca o fim de todas as formas de opressão incluindo a opressão ser humano-natureza. Faz conexões entre as dominações por raça, gênero, classe social, dominação da natureza, do outro (a mulher, a criança, o idoso, o índio, etc.). Busca um convívio sem dominante e dominado, onde há complementação e nunca exploração. O ecofeminismo ramificou-se em várias vertentes. Ver: Di Ciommo, Regina Célia. “Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade”. *Revista de Estudos Feministas*, vol. 11, n. 2, Jul./dez., 2003; Griffin, Susan. Ecofeminismo, 1978. Cf. www.ceha-madeira.net/ecologia/286.htm.

¹⁰Pautado nas idéias da francesa Simone de Beauvoir (abordadas no capítulo III).

¹¹Parte do pressuposto de que as diferenças entre homens e mulheres não são o problema, mas a polarização e a hierarquização dessas diferenças por parte de quem as define. Algumas teóricas (como Irigaray) afirmam o caráter positivo da diferença, “é afirmando a diferença que a mulher pode libertar-se da dominação sobre ela de uma cultura no masculino”. Um debate entre *feminismo da diferença* e *feminismo da igualdade* tem monopolizado as discussões na França na última década, atraindo, igualmente, a atenção de pesquisadoras brasileiras (Cf. Miguel, s/d; Grossi, Heilborn e Rial, 1998; Scott, 2001).

¹²Dedicado a compreender e a interagir nas redes virtuais de comunicação; defende a idéia de que o cyberspaço é uma porta de entrada conceitual para a criação de estereótipos, sendo possível interagir neste espaço para modificar relações interpessoais. Autoras de referência: Donna Haraway, Rosi Braidotti, Sadie Plant, Sandy Stone, Mary Flanagan, etc. Cf. www.nodo50.org/mujeresred/cyberfeminismo.html e *Labrys, Estudos Feministas*, n. 7, disponível em: www.unb.br/ih/his/gefem/labrys7/sumarios/cyber.htm

Para Bryson (2003, p. 2), a tentativa de ordenar a *complexidade* do pensamento feminista obscurece sua natureza fluida e interconectada. Por conta da grande diversidade de posicionamentos, muitas autoras não se utilizam mais do termo feminismo no singular, mas no plural: *feminismos* (Cf. Costa e Sardenberg, 1994; Alvarez, 1998 e 2000; Castro, 2000; Rodrigues, 2002; Swain, 2003; Rago, 2006; Soihet, 2006, dentre outras). A preocupação não está tanto na classificação das diferenças mas em sua valorização e no reconhecimento de que representam uma grande riqueza para o movimento.

Para esta pesquisa, optou-se pelo uso do termo feminismo no singular. Essa decisão não se baseia na idéia de um movimento homogêneo, a-histórico e fixo; porém no reconhecimento de uma raiz comum a todos os feminismos: a luta pela superação das desigualdades entre homens e mulheres e pela autonomia e emancipação das mulheres. Esta raiz pode ser identificada em grupos e contextos históricos os mais diversos. As diferenças ocorrem por conta da interpretação das desigualdades presentes na realidade de cada grupo e nas propostas e estratégias adotadas para superar essas desigualdades e conquistar a autonomia, a emancipação desejada.

As idéias e a ação do feminismo modificaram a realidade das sociedades ocidentais e têm encontrado cada vez mais eco entre sociedades não-ocidentais. Ainda que muitas dessas mudanças “não tenham sido devidamente investigadas, elas não deixam de ser perceptíveis no cotidiano de homens e mulheres” (Prá, 1997, p. 42) no que diz respeito a seus valores, crenças e comportamentos. Como observa Toscano (1992, p. 17), o feminismo marca a história da humanidade como um fato social significativo pelo número de atores envolvidos e pela “influência de tais atores no conjunto das relações, sejam elas de natureza política, ideológica, econômica ou social”, podendo-se dizer o mesmo quanto “à importância desse fato para o conjunto da sociedade, como desdobramentos das mudanças nas relações inter-pessoais”.

Nas Ciências Sociais, em geral, o feminismo é entendido como um movimento social em prol dos direitos das mulheres surgido no bojo dos novos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970¹³. Contudo, Celi Regina Pinto (1992) observa importantes diferenças entre o feminismo e estes movimentos. Para a autora (p. 129), “a face mais visível dos chamados movimentos sociais é sua relação com as esferas institucionalizadas de poder: comunidades de interesse organizam-se com o objetivo de reivindicar à prefeitura, ao governo [...], seus direitos ou exigir mudanças em suas condições de vida”. Além disso (p. 132), “se constituem ao redor de uma exclusão específica” (sem-terra, sem-teto, etc.). O feminismo, por sua vez, iniciou uma relação com o aparelho estatal muito depois de estar estruturado e constituiu-se “em

¹³O feminismo enquanto movimento social será discutido no capítulo 2.

torno de uma condição de exclusão dispersa e, ao mesmo tempo, onipresente”.

O movimento feminista organiza-se para lutar contra uma condição [...] dada historicamente pela desigualdade nas relações [...] em nível público e privado, da razão e do afeto, do trabalho e do prazer, da obrigação e do desejo. Nesta condição está a radicalidade do movimento, que tem como consequência uma desorganização profunda dos espaços de poder cotidiano.

No Brasil, as primeiras publicações destinadas a definir o feminismo o apresentaram como um movimento político e intelectual dedicado a “repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados” (Alves, 1985 e Pitanguy, p. 9) e que (Teles, 1993, p. 10) “questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras”, contrapondo-se radicalmente ao poder patriarcal e propondo “uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade”.

Para estas autoras, uma das principais características do feminismo é a politização das relações pessoais. Não há neutralidade no espaço individual, nem o público é a única esfera do político. A forma como as relações interpessoais (homens e mulheres, pais e filhos, brancos e negros, hetero e homossexuais, patrões e operários, etc.) estão organizadas, diz respeito à organização social como um todo. A política, a religião, o sistema jurídico, a vida intelectual e artística, etc., estão impregnadas de concepções hierárquicas injustas e sexistas.

Como resultado da ação e da reflexão feministas, o feminismo tornou-se um amálgama de postura pessoal (comprometida com a mudança das realidades de opressão), movimento político-social (denúncia, enfrentamento das desigualdades e reivindicação de direitos) e reflexão teórica (sobre as crenças e práticas político-sociais, a produção do conhecimento e as experiências das mulheres). Implica mudanças pessoais e coletivas, atinge questões de ordem pública e de ordem subjetiva, afeta todas as redes de relações humanas.

1.2 Estudos Feministas

Reflexão teórica e militância política tornaram-se marcas do feminismo. São marcas antigas, constantes e necessárias, impressas pela ação de mulheres de todas as idades, etnias e camadas sociais. Com o ingresso de feministas no mundo acadêmico, criaram-se grupos de pesquisadoras dedicadas à organização e à elaboração das teorias e práticas acumuladas pelo feminismo. A procura por novas maneiras de pensar a cultura e o conhecimento marca estes grupos. Os *estudos feministas* questionam os paradigmas das ciências e as definições tradicionais de sociedade, política, público, privado, autonomia, liberdade, etc. De igual forma, as ex-

periências de vida (e sujeição) das mulheres servem de base para a reflexão, impondo novos temas e metodologias de trabalho.

Para Louro (1997, p. 154), “os desafios da pesquisa feminista são, fundamentalmente, desafios epistemológicos: referem-se à modos de conhecer, implicam discutir quem pode conhecer que áreas, que domínios da vida podem ser objetos de conhecimento, que tipo de perguntas podem ser feitas”. A subversão dos conteúdos científicos pelos *estudos feministas* foi responsável (p. 148) por uma “transformação no modo de construção, na agência e nos domínios do conhecimento”.

Isso ocorre fundamentalmente porque ele [o feminismo] redefine o político, ampliando os seus limites, transformando seu sentido, sugerindo mudanças na sua “natureza”. Se o “pessoal é político” [...] então se compreenderá de um modo novo as relações entre a subjetividade e a sociedade, entre os sujeitos e as instituições sociais. E a recíproca também pode ser aplicada, pois “o político também é pessoal” — nossas experiências e práticas individuais não apenas são construídas no e pelo social, mas constituem o social”. Isso permitiu que “se observassem vínculos de poder antes desprezados” (p. 148-149)

Outra característica dos *estudos feministas* é o seu compromisso com a transformação social e a afirmação das mulheres como sujeitos políticos e sujeitos do conhecimento. A meta é uma produção teórica útil à prática política feminista (Bryson, 2003, p. 1). Conforme Sandra Harding (*apud* Louro, 1997, p. 152-153), as feministas desejam ver respondidas as “questões ligadas às suas experiências em lutas políticas, portanto, implicadas em interrogações sobre como mudar suas condições [...]. Os propósitos da pesquisa e a análise são inseparáveis da origem dos problemas de pesquisa”.

1.3 Estudos de Gênero

Com o avanço e a organização dos estudos feministas, criou-se uma série de institutos, núcleos e grupos de pesquisa. Novas teorias e conceitos foram formulados, dentre eles, o conceito de gênero¹⁴. O conceito enfatiza as “origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres” (Scott, *apud* Grossi, 1999, p. 4) e remete à idéia de construção sócio-simbólica das relações humanas. O grande número de pesquisas envolvendo este conceito deram origem à um campo de estudos próprio: os *estudos de gênero*.

Para os *estudos de gênero* “não existe uma determinação natural dos comportamentos de homens e mulheres, apesar das inúmeras regras sociais calcadas numa suposta determinação biológica diferencial dos sexos” (Grossi, 1999, p. 4). As identidades humanas são entendi-

¹⁴O capítulo IV discute o conceito de gênero, sua origem e sua formação como um campo de estudos no Brasil.

das como “não-fixas” e passíveis de resignificação constante. As pesquisas de gênero se dedicam, pois, ao estudo dos sistemas culturais que dão significado às subjetividades e à compreensão das realidades empíricas diversas: “contextos específicos nos quais o sistema sexo/gênero operacionaliza relações de poder” (Piscitelli, 2004, p. 51).

1.4 Feminismo no Brasil

O feminismo no Brasil tem longa história. Parte dessa história vem sendo redescoberta e reescrita por historiadoras/es e pesquisadoras/es de diversas áreas, ampliando o conhecimento sobre o tema. Com base nestas pesquisas, uma nova periodização tem sido organizada para descrever a ação e o pensamento de feministas no país.

Segundo a socióloga e pesquisadora da USP, Eva Altermann Blay (2001, p. 82), o movimento feminista brasileiro teria passado por três momentos específicos: o primeiro compreendendo o século XIX; o segundo ligado à luta pelo voto (em torno da década de 1930) e o terceiro a partir dos anos de 1970. Para Constância de Lima Duarte (2003), estes “momentos-onda”, de maior visibilidade do feminismo deveriam ser divididos em quatro períodos: o das lutas por acesso à educação (por volta de 1830), o período da “agitação republicana” e do engajamento em jornais e revistas (por volta de 1870), a luta pelo voto (1920 e 1930) e a época da chamada “revolução sexual” (década de 1970 em diante).

Na periodização proposta por estas pesquisadoras, as duas últimas décadas do século XX permanecem atreladas aos anos 70. Isso se deve, em parte, ao fato deste ser um período muito recente da história do feminismo e, em parte, por ser um período de grandes transformações para os movimentos sociais, difíceis de serem classificadas. Arriscando uma “subdivisão” dentro destes marcos históricos já mais ou menos estabelecidos, poderíamos pensar no feminismo brasileiro do final da década de 1970 e do início dos anos 80 como um feminismo militante de rua, engajado em duas frentes: nas causas nacionais e na visibilidade dos problemas sofridos pelas mulheres. Esta característica não desaparece nas décadas seguintes (ainda que se possa falar na sua diminuição) mas é acrescida de outras: o ingresso de parte das militantes em instituições, o engajamento na promoção de políticas públicas.

O final dos anos 80, marca ainda o crescimento dos estudos de gênero no país. Em um curto espaço de tempo (menos de dez anos) quase todos os núcleos, ONGs, instituições, centros de pesquisa e grupos ligados à causa das mulheres procuravam fazer uso do novo conceito. O termo *gênero* passou a figurar em todos os espaços historicamente entrelaçados pelo feminismo: grupos de mulheres, sindicatos, partidos políticos, igrejas, ONGs, instituições go-

vernamentais, etc., apontando para a eficácia das redes de contato formadas por estas feministas e para o respeito conquistado pela militância nas décadas anteriores. Poderíamos chamar este período (segunda metade dos anos 80 e a década de 1990) como o período da institucionalização do feminismo e da implantação dos estudos/conceito de gênero.

Na década de 1990, parece haver um significativo crescimento do feminismo no Brasil (Cf. Grossi, 1998b, p. 28), abarcando mulheres de diferentes camadas sociais e gerações, tanto no meio rural como urbano. Estas militantes (p. 19) se encontram majoritariamente em quatro espaços: movimentos sociais rurais, administrações públicas de partidos de esquerda, funcionárias de ONGs e em grupos de “dupla identidade” (particularmente de lésbicas e negras).

As feministas brasileiras chegaram ao final do milênio defendendo uma série de posições políticas distintas e conscientes da diversidade dentro do movimento. Este fato é avaliado como de grande riqueza do e para o feminismo. Apesar das dificuldades que este tipo de realidade suscita (para a tomada de decisões e ação conjunta), têm-se discutido algumas agendas em comum, montadas a partir dos mais diversos grupos.

Algumas das movimentações ocorridas no início do século XXI¹⁵, apontam para o fortalecimento do feminismo militante de rua, acompanhado de novos posicionamentos e reflexões políticas. Um exemplo deste fenômeno é a ação das feministas da Marcha Mundial de Mulheres¹⁶. No Brasil, a Marcha “juntou setores como o movimento autônomo de mulheres, movimento popular e sindical, rural e urbano”¹⁷ e ampliou o debate sobre as questões econômicas, políticas e sociais entre vários destes grupos.

Para os objetivos da pesquisa, são importantes as atividades desenvolvidas no país a partir da década de 1970 (período em que a academia passa a ser palco de militância e de produção teórica feminista) até meados dos anos 90 (período da expansão dos estudos de gênero).

¹⁵Como as evidenciadas pelo grande número de feministas presentes nos Fóruns Sociais Mundiais (Cf. Di Giovanni, 2003, p. 3 e Giannecchini, 2005) ou no X Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (2005) que contou com a presença de quase mil brasileiras.

¹⁶A Marcha Mundial das Mulheres é uma ação do movimento feminista internacional de luta contra a pobreza e a violência sexista. Sua organização se inspirou na ação de 850 mulheres que, em junho de 1995, marcharam 200 quilômetros pelo interior do Quebec, no Canadá, para sensibilizar autoridades e opinião pública em relação aos índices alarmantes de pobreza no país. A Marcha desencadeou uma campanha mundial entre 8 de março e 17 de outubro de 2000. Aderiram à Marcha 6000 grupos de 159 países e territórios e uma carta com cerca de 5 milhões de assinaturas em apoio às suas reivindicações foi entregue à ONU ao final da campanha. Dentre as reivindicações da marcha (disponíveis no site: www.sof.org.br/marcha) estão a produção e a distribuição de alimentos para as populações (entendido como um dever para todos os governantes e um direito fundamental para os grupos humanos), a promoção da divisão das responsabilidades familiares (educação e cuidado das crianças, tarefas domésticas), a revisão de todos os atos, leis, regulamentos e posições adotados pelos governos em face de indicadores como o Índice de Pobreza Humana (IPH), a tomada de medidas necessárias erradicar os valores patriarcais, etc. A versão brasileira da carta mundial das mulheres, enviada à ONU, exige “terra, trabalho, direitos sociais, auto-determinação das mulheres e soberania do país” (Cf. o site acima citado, “17 reivindicações”, p. 2).

¹⁷Cf. o site acima citado, ítem “A Marcha”, p. 1.

1.5 Motivação

Minha aproximação com o feminismo se deu no final dos anos 80. Neste período eu estudava na Escola Superior de Teologia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e procurava conciliar o que entendia ser minha “vocação” com uma série de discursos teológicos favoráveis à subordinação da mulher. Correntes de pensamento opostas se degladiavam dentro e fora de mim. Ao mesmo tempo em que a mulher era descrita e vista como subordinada ao homem, imagens poderosas como a da *sophia* (sabedoria) grega, a *ruach*¹⁸ hebraica eram reivindicadas como “atributos femininos” de Deus. Exaltações confusas da mulher (como mãe dedicada, esposa fiel, trabalhadora incansável, ruína e glória do homem, armadilha para os jovens, etc.) surgiam por todos os lados.

Para ponderar sobre os meus dilemas, passei a ler textos de teólogas feministas¹⁹. A cada “dica bibliográfica”, cheguei aos livros de Simone de Beauvoir (*O Segundo Sexo*), Betty Friedan (*A Mística Feminina*), Elizabeth Badinter (*O Mito do Amor Materno*), Eliana Gianini Belotti (*Educar para a Submissão*), Heloneida Studart (*Mulher, Objeto de Cama e Mesa*) e Mary-Louise von Franz (*A Individuação nos Contos de Fadas*), dentre outras²⁰.

Nos textos feministas, muitas das minhas angústias encontravam eco e apareciam como um fenômeno mais amplo. Eu não estava só. O que antes se afigurava como uma espécie de “anomalia pessoal” era partilhado por inúmeras outras mulheres. O meu desejo por conhecimento e o ingresso em um território “masculino”, como o da teologia, deixavam de ser ilegítimos.

Paralelamente às minhas descobertas no campo do feminismo, meus referenciais teológicos entravam “em xeque” diante dos questionamentos e demandas advindos das camadas populares. Habituada a uma teologia protestante de classe média pautada na idéia da vocação para o trabalho e de “prosperidade como bênção”, não encontrava argumentos que harmonizassem tais crenças com as injustiças sociais e as dificuldades de uma classe trabalhadora mal remunerada ou desempregada. A fome e a miséria têm em si um grau de injustiça que ultrapassa a idéia de justiça ou bondade de Deus pregadas pelas mais diversas teologias e um caráter de urgência que ultrapassa o conceito de “espera por ação divina”.

¹⁸Em hebraico, a “*ruach de yahweh*” (o “espírito” de Deus) é feminina. Inicialmente descrita como a força criadora do universo (no livro de Gênesis), ela passa a ser interpretada/traduzida como masculina pelo cristianismo (de tradição helênica) e entendida como “Espírito Santo” por ocasião do estabelecimento da *trindade* pela teologia católica.

¹⁹Maria Clara Lucchetti Bingemer, Luiza E. Tomita, Elizabeth Schüssler Fiorenza, Mary Hunt, Ivone Gebara, Elsa Tamez, dentre outras.

²⁰Estes textos reaparecem no corpo da dissertação, onde têm a sua referência completa, com exceção deste último: VON FRANZ, Marie-Louise. *A Individuação nos Contos de Fadas*. São Paulo: Ed. Paulus, 1980.

Com o término dos estudos e a impossibilidade de ingressar no mestrado²¹, iniciei uma segunda graduação, em história. Meu interesse pelos estudos feministas continuava e me dediquei a conhecer melhor o movimento feminista brasileiro. Para tanto, formulei um projeto de iniciação científica sobre o tema. Novas autoras foram lidas e novas questões surgiram, interligadas aos problemas do contexto brasileiro.

O estudo do feminismo e do Movimento de Mulheres²² no Brasil, propiciou o contato com a história do país e as lutas das brasileiras pela melhoria das condições de vida da população (contra a carestia, contra a ditadura, pela anistia, por creches, melhores condições de trabalho, melhorias salariais, etc.).

Assim como acontecera na teologia, onde minhas monografias e exegeses abordavam questões relativas às mulheres, os trabalhos das diversas disciplinas no campo da história seguiram na mesma linha²³. Autoras como Michele Perrot (*A História das Mulheres no Ocidente; Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*), Joan Scott (*História das Mulheres; A cidadã Paradoxal*), Mary del Priore (*História das Mulheres no Brasil*), Rosalind Miles (*A história do mundo pela mulher*) e outras tantas ligadas à *Revista Estudos Feministas*, foram significativas para ampliar o conhecimento na área, auxiliando na compreensão da situação das mulheres no país e no mundo.

No final deste período, um misto de gratidão, respeito e admiração me acompanhava. Eu me sentia herdeira de uma história repleta de dificuldades, lutas e conquistas no campo político e social tendo milhares de mulheres como antecessoras e o movimento feminista brasileiro como um dos seus expoentes.

O encontro com os *Estudos de Gênero* se deu no final dos anos 90. O conceito *gênero* me pareceu confuso e de difícil assimilação. No intuito de compreendê-lo melhor, passei a ler textos relacionados ao tema. A denúncia da “fabricação” dos atributos humanos com base na diferença biológica e as implicações hierárquicas contidas nesse modelo eram familiares (de textos feministas). Na minha visão, o uso de um conceito para aglutinar esse processo repre-

²¹A Teologia esteve, durante vários anos, na posição de “curso não regulamentado pelo MEC”. A regulamentação ocorreu apenas em 1999, quatro anos depois do término da minha graduação.

²²A definição para Movimento de Mulheres se encontra no capítulo I.

²³Alguns desses trabalhos foram publicados e apresentados em congressos e seminários. “O fim de uma prática e o início de outra: a criação de uma escola de partos em Blumenau na década de 1930” (*Blumenau em Cadernos*. Blumenau: Fundação Cultural de Blumenau, Tomo XLIV, n. 1 – 2, p. 61-73, jan/fev. 2003, seção: História & Historiadores), “O ideal feminino europeu do pós-guerra presente no jornal blumenauense *A Cidade*” (*Blumenau em Cadernos*. Blumenau: Fundação Cultural de Blumenau, Tomo XLV, n. 11/12, p.79-106, nov./dez. 2004, Seção: Pesquisa & Pesquisadores), “Construindo um espaço de discussão e pesquisa sobre mulheres no campo da História: A História das Mulheres e os Estudos de Gênero” (Mesa Redonda, encontro da ANPUH/PR, Ponta Grossa, *Anais*, p. 1805, 2004), “As brasileiras e suas lutas por emancipação e justiça social” (*Jornal Integrado-Ciências Sociais/História*. Blumenau: FURB, 1ª ed., p. 4-5, nov. 2002), etc.

sentava uma facilitação metodológica/instrumental. No entanto, faltava compreender os motivos da ascensão deste conceito a um *status* tão elevado dentro das universidades brasileiras.

Lendo a pesquisa de Miriam Pillar Grossi e Sônia Malheiros Miguel (1996, p. 2), “Mapeamento de grupos feministas, de mulheres e de gênero no Brasil”, outro fato me chamou a atenção. Os resultados indicavam a diminuição, na área urbana, de grupos auto-identificados como feministas e um aumento gradativo de grupos identificados com os estudos de gênero durante o mesmo período, a segunda metade dos anos 90.

Duas perguntas passaram a me acompanhar: Estaria o feminismo brasileiro perdendo sua articulação e sua força política? Haveria alguma relação entre esse fenômeno e o crescimento dos estudos de gênero? Além disso, passei a me perguntar se os estudos de gênero representavam uma continuidade das pesquisas feministas (incorporando, amadurecendo e ampliando suas questões) ou seriam um campo distinto.

A idéia de um projeto de pesquisa sobre estas questões surgiu após uma passagem pela Universidade de São Paulo²⁴ e uma participação no encontro da REDEFEM²⁵. Nestes dois momentos percebi a existência de um certo “mal-estar” entre algumas feministas, relativo aos estudos de gênero. A preocupação era com uma possível perda do espaço conquistado pelo feminismo (para a causa das mulheres) e de uma despolitização ligada ao gênero.

O trabalho de conclusão de curso na História foi dedicado ao estudo do conceito de gênero e a seu processo de expansão entre as acadêmicas brasileiras. Um dos objetivos da pesquisa era levantar subsídios para um projeto de pós-graduação. A decisão pelo mestrado em Sociologia Política (e não em História ou Teologia) veio atrelada ao interesse na linha de pesquisa “Idéias, Instituições e Práticas Políticas” no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC. O contato com esta linha poderia auxiliar na compreensão de problemas ligados ao contexto político brasileiro e às práticas feministas.

1.6 Questões preliminares

De início, o projeto foi pensado em torno de duas perguntas norteadoras: (1) Qual a relação atual entre os Estudos Feministas e os Estudos de Gênero no Brasil? E, (2) teriam os Estudos de Gênero incorporado as discussões anteriores do feminismo, amadurecendo suas re-

²⁴Durante o ano de 2000, como aluna especial no seminário “Mulher, Sexualidade e Trabalho” do curso de Pós-graduação em Sociologia (ministrado pela fundadora e coordenadora do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero – NEMGE, ex-senadora e conhecida militante feminista brasileira: Eva Alterman Blay).

²⁵IV Encontro Nacional e I Encontro Internacional. Enfoques Feministas e Mercosul: Feminismos em Comum, 08 a 11 de outubro de 2003, Gramado, RS.

flexões em torno da situação de sujeição/opressão das mulheres e ampliado a sua luta política? O objetivo central seria identificar os pontos de divergência e as intersecções entre os dois campos de estudo (feminista e de gênero). Para atender a estes objetivos, planejava-se um estudo de caso sobre o material produzido por feministas e teóricas do gênero nos GTs da ANPOCS, quantificando os principais temas e uma possível mudança de eixo temático com o advento do *gênero* no final da década de 1980.

Dentre os problemas encontrados com a proposta inicial estava a questão do recorte de tempo para a pesquisa. Seria necessário catalogar duas décadas de trabalhos na ANPOCS: 10 anos de pesquisas sobre a mulher (de 1978 -1988, época da criação dos primeiros GTs sobre *Mulher e Política* e *Mulher e Trabalho*, até a adoção do conceito de gênero) e um período equivalente a este para verificar as possíveis mudanças (1988-1998, época da expansão dos estudos de gênero no Brasil). Outro problema ainda se colocava: como definir uma pesquisa como “de gênero” e outra como “feminista”, se as pesquisadoras, em geral, se utilizam de referenciais teóricos ligados às duas temáticas?

Uma saída seria utilizar dois temas centrais, elegendo-os como eixos-temáticos para cada campo: o trabalho para os estudos feministas e a sexualidade para os estudos de gênero. No entanto, a temática da sexualidade é, ela própria, um “tema-forte” para as feministas, muito antes da “chegada” do gênero²⁶, e o tema do trabalho, ainda que o número das pesquisas relacionadas tenham diminuído, permanece de grande importância entre pesquisadoras de ambos os campos.

Outra possibilidade seria focar na relação entre a questão da ação política e uma suposta despolitização atrelada aos estudos de gênero. Alguns textos se referiam ao final dos anos 80 como um período de dispersão e institucionalização do feminismo (Schumacher e Vargas, 1993, p. 349) e desarticulação do movimento de mulheres no Brasil (Miguel e Grossi, 1996, p. 2). Haveria alguma relação com a “virada cultural” dentro das universidades? Até que ponto os estudos de gênero estão ligados a esta virada e até que ponto permanecem atrelados ao feminismo e às lutas dos movimentos? Quais as consequências da virada cultural para a prática política dentro e fora das universidades (uma vez que as universidades formam parte dos/as intelectuais e assessores/as das entidades civis organizadas: ONGs, sindicatos, etc.)?

Para responder a estas questões, inúmeros seriam os procedimentos necessários: definir o que é *política* para o feminismo, para os estudos de gênero, para os estudos culturais, para os movimentos; verificar as implicações teóricas e políticas da virada cultural dentro da academia; tipificar a relação entre os estudos de gênero e os estudos culturais; verificar os

²⁶Como o atesta o livro *O que é feminismo*, de Alves e Pitanguy, escrito no final da década de 1970 (1ª ed. 1980).

efeitos dessa virada para os movimentos; etc. O próprio enfraquecimento da esquerda no país e nas universidades não pode ser negligenciado. Qual a relação (se há) entre este enfraquecimento e aumento dos estudos culturais? Sem esquecer o fato de este ser o período de implantação das políticas neoliberais no país. Qual o impacto destas políticas sobre as universidades? Sobre os objetos de pesquisa? Sobre os movimentos sociais?

O tema da politização/despolitização da sociedade (e do feminismo/estudos de gênero) apresentava um número muito grande de desdobramentos. Ainda assim, poderia ser subdividido em dois campos: o dos movimentos sociais e o da academia. Optou-se por trabalhar com este último (por representar uma continuidade nas pesquisas que eu vinha realizando desde a graduação) mas, ainda assim, eram inúmeras as implicações com o tema. De recorte em recorte, chegou-se a uma delimitação mais adequada ao limite de tempo estabelecido para um curso de mestrado.

1.7 Objetivo e metodologia

A dissertação incorpora parte das pesquisas anteriores e as indagações presentes no projeto aceito pelo programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. A ênfase recai sobre o debate contemporâneo entre feministas e teóricas do gênero sobre os usos e limites do conceito de gênero, sua ligação com o feminismo e suas implicações para a prática política e a superação das desigualdades. O objetivo é verificar como se formou o campo de estudos feminista e de gênero no Brasil, identificar as principais críticas que os estudos de gênero têm recebido nos últimos anos e as propostas surgidas ao longo do debate.

Para alcançar este objetivo, fez-se um levantamento do material teórico disponível sobre o assunto, participamos de encontros feministas e de gênero (X Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, Serra Negra, SP, 9-12 de outubro de 2005; Encontro Internacional Fazendo Gênero 7, Florianópolis, SC, 20-30 de agosto, de 2006) e realizamos entrevistas com pesquisadoras envolvidas com a temática.

Dentre as fontes, destaca-se a publicação de uma série de textos dedicados ao tema dos 30 anos de reorganização do feminismo no Brasil (com base no Ano Internacional da Mulher, 1975, e na proliferação de grupos identificados como feministas a partir desta data). *A Revista Estudos Feministas* também comemorou 20 anos de existência (1992-2002) com publicações alusivas à esta data e reflexões sobre o material por ela veiculado neste período.

As entrevistas, semi-dirigidas (relativamente abertas, encaminhadas por um pequeno número de perguntas precisas), complementaram as fontes documentais. Por meio delas foram recolhidos dados qualitativos. As entrevistas possibilitaram a discussão de pontos centrais da pesquisa de forma pontual com interlocutoras diretamente ligadas ao tema.

As entrevistadas foram escolhidas pelo seu envolvimento com os estudos feministas e/ou estudos de gênero e pela militância dentro e fora da academia. Duas são ex-militantes partidárias (militaram no PT durante a década de 1980): uma é co-fundadora de uma ONG (SOS-Corpo de Recife e coordenadora de outras duas (IBASE- Iniciativa de Gênero do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS); e em sua maioria participaram como editoras de revistas feministas (*REF* e *Mulherio*) e da organização do “Seminário Internacional Fazendo Gênero”.

As entrevistadas representam as tendências de algumas das disciplinas que mais contribuíram para o crescimento dos estudos feministas e de gênero no Brasil (Sociologia, Antropologia e Literatura), tiveram a sua formação em diferentes áreas geográficas (RS, SP, RJ, BA, EUA) e trabalham com um leque bastante variado de temas (geração, campesinato, agricultura familiar, direitos reprodutivos, corpo, sexualidade, crítica literária, estudos pós-coloniais, teorias feministas, antropologia urbana, subjetivação, identidades, narrativas, religiosidade, dentre outros).

As informações completas sobre as entrevistadas e o roteiro utilizado foram anexados ao fim do trabalho. Para fazer referência ao conteúdo das entrevistas no corpo da dissertação, são utilizadas as iniciais das entrevistadas, acompanhadas da data da entrevista, entre parênteses. Ex: (SPS, 5/6/2006). Infelizmente, uma das entrevistas (com Sônia W. Maluf) foi em grande parte perdida, havendo, por conta disso, pouca referência à ela no texto.

Contatos e conversas informais também foram feitos com Albertina de Oliveira Costa, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e Heleieth Saffioti, pioneira da pesquisa feminista no Brasil (que gentilmente cedeu um texto inédito sobre o tema, incorporado à pesquisa).

1.8 Estruturação dos capítulos

Um *pano de fundo histórico* para o feminismo brasileiro é apresentado no primeiro capítulo. A necessidade de um recorte histórico fez com que se deixasse de lado toda uma gama de manifestações feministas anteriores à década de 1960. O capítulo se concentra no período de efervescência política e cultural que deu origem ao que ficou conhecido como segunda grande onda de feminismo no mundo, as décadas de 1960 e 1970. No Brasil, o período foi

marcado por uma modernização da sociedade, pela implantação do regime de ditadura civil-militar e pela resistência e organização da sociedade civil. Para o feminismo brasileiro, esta foi a época do engajamento nas chamadas *lutas gerais*, da circulação de feministas nos mais diversos grupos (igrejas, sindicatos, clubes de mães, associações de bairro, universidades, movimentos culturais, grupos de esquerda, etc.), da criação de grupos de reflexão e de uma imprensa feminista.

O segundo capítulo contextualiza o feminismo do final da década de 1970 e dos anos 80, época das grandes tensões com os grupos de esquerda, reforma partidária, redemocratização do país, busca por autonomia do movimento, elaboração de agendas próprias, criação de novos grupos, articulação com o feminismo continental, engajamento em partidos políticos, mobilização para a assembléia constituinte, e do processo de institucionalização (Conselhos Estaduais da Mulher, Organizações Não Governamentais, Delegacias da Mulher, etc.).

Do processo de institucionalização do feminismo participaram ativamente as feministas de cunho mais acadêmico, objeto do capítulo III onde se enfatiza a organização e ação das militantes nas universidades e nos grupos de trabalho e de pesquisa de diversas associações profissionais; fundações e outras instituições. Aborda-se a questão da multidisciplinaridade, a formação das redes de apoio (ou zonas de segurança), o engajamento nas Associações Nacionais de pesquisa, o papel da Fundação Carlos Chagas e do Museu Nacional (UFRJ) no desenvolvimento de um campo próprio de pesquisas sobre a mulher, os primeiros grandes temas (a mulher na força de trabalho, o conceito de patriarcado, estereótipos sexuais, etc.) e as dificuldades para a pesquisadora em se identificar como feminista no espaço acadêmico.

A temática do gênero como ferramenta de análise feminista é abordada no capítulo IV. O capítulo contextualiza o uso do conceito *gênero* entre a classe médica e psicanalista estadunidense, as primeiras discussões entre intelectuais feministas e as redefinições do conceito. O capítulo discute a “chegada” do conceito ao Brasil e sua recepção e disseminação pelo país. Analisa-se o papel das ONGs, Núcleos de pesquisa e órgãos de fomento no processo de expansão do conceito e na formação do campo de estudos de gênero brasileiro.

No Capítulo V está concentrado o debate entre feministas e teóricas do gênero. As críticas principais ao conceito e aos estudos de gênero foram organizadas em dois grupos: aquelas ligadas à abrangência e aos limites do conceito e aquelas ligadas às suas formas de uso e implicações políticas. O capítulo também apresenta o ponto de vista das entrevistadas sobre o tema e algumas das propostas apresentadas por elas e pela literatura consultada.

Nas considerações finais se faz um apanhado geral de todo o conteúdo da dissertação, pontuando os objetivos estabelecidos para a pesquisa. De igual forma, são apresentados alguns dos principais questionamentos surgidos ao longo do trabalho.

2 O feminismo em meados do século XX

How was it possible for small bands of women to have such enormous impact, to change our thinking so radically in so short period of time? They did not how to male knowledge and experience. Yet less than a decade after their inception, with no foundation funds, no formal structure, no mass support, no consensus, no access to the media, and against strong opposition, they changed our minds [...] with respect to sex roles to an incredible extent!

Jessie Bernard, 1974, socióloga, sobre a ação das mulheres na sociedade ocidental.

Na segunda metade do século XX, o mundo ocidental mudava significativamente. Devido ao extraordinário crescimento da educação superior e ao inchaço das cidades nas décadas anteriores, “os estudantes tinham constituído, social e politicamente, uma força muito mais importante do que jamais haviam sido” (Hobsbawm, 1995, p. 290). Inúmeras famílias estavam convencidas de que o estudo possibilitaria a ascensão para seus filhos e filhas. O aumento dessa cultura jovem mudava a relação entre as gerações e criava um agente social independente. Concentrados em *campi* ou cidades universitárias, os jovens protagonizaram verdadeiros levantes no ano de 1968 (França, EUA, México, Polônia, Tchecoslováquia e Iugoslávia) sendo muitas vezes, segundo Hobsbawm (1995, p. 292), “os únicos grupos de cidadãos capazes de uma ação política coletiva” em países sob o domínio de ditaduras.

O proletariado também mudava. O sentido de coletividade, elemento central de suas vidas, ia sendo substituída por posturas mais individuais. Ainda segundo Hobsbawm, (1995, p. 300) “O que dava aos partidos e movimentos operários sua força original era a justificada convicção dos trabalhadores de que pessoas como eles não podiam melhorar sua sorte pela ação individual, mas pela ação coletiva, de preferência através de organizações, fosse pela ajuda mútua, a greve ou o voto”. Uma sociedade de consumo em massa transformava, de forma prática, a vida coletiva dos operários (a televisão tomava o lugar das formas de lazer coletivo, os telefones substituíam as conversas na praça ou na feira, etc.).

Os anseios de uma geração mais jovem chocaram-se com as promessas das gerações anteriores. Tratando desse tema, Celi Regina Pinto (2003, p. 41-2) aponta a crise causada pelo não cumprimento de dois projetos distintos: o *american way of life* e a revolução socialista.

O capitalismo norte-americano pós-guerra prometia a prosperidade econômica, o consumo de bens duráveis e reforçava os valores da família e da moral protestante,

nos quais a mulher dedicada à família era apresentada como a rainha do lar que comandava com competência e felicidade toda a nova parafernália de eletrodomésticos que o *boom* econômico do pós-guerra possibilitava. As guerras e o acirramento dos conflitos raciais no início da década de 1960 começaram a expor a fragilidade do mito de que na sociedade americana havia um lugar certo para cada um atingir a felicidade.

Sem uma tradição anarquista, socialista, comunista ou esquerdista forte (Adelman, 1994, p. 17), os jovens estadunidenses se organizaram de forma inusitada para protestar contra as regras sociais vigentes. Os contatos entre grupos (p. 24), os mais diversos, deram lugar a novas manifestações culturais: novas formas de dançar, vestir, namorar, etc. As relações tradicionais de poder, a moral sexual e a hierarquia eram rejeitadas, bem como a “domesticação da vida” (uma supervalorização da família e do “conforto do lar” com um (p. 41) “estilo de vida altamente consumista, no qual cada família mantinha seu status e seu senso de privacidade através do uso e acumulação de um máximo de bens materiais”). Além disso, mediante a popularização da pílula anticoncepcional, surgia a possibilidade de uma sexualidade atrelada ao prazer e sem implicações para a procriação²⁷.

Uma *contracultura* se formava, não só nos Estados Unidos mas em várias partes da Europa, almejando transformações na sociedade, a ampliação dos direitos individuais e reagindo contra elementos controladores (alemães contra o passado fascista, franceses contra o autoritarismo nas universidades, estadunidenses contra a guerra do Vietnã e as políticas macartistas etc.) e revolucionando os costumes (Adelman, 2004, p. 26).

A desilusão com as estruturas sociais vigentes também atingia a Europa e “o sonho da revolução socialista liderada por uma vanguarda representada pelos partidos comunistas inspirados nas experiências do Leste Europeu” (Pinto, 2003, p. 41-2), entrava em crise. A “revelação dos crimes stalinistas, a invasão da Hungria, em 1956, e posteriormente da Tchecoslováquia, em 1968, foram minando a força da luta unitária e da disciplina férrea para a derrota do capitalismo” entre os grupos comprometidos com esse ideal. Como reação a estes acontecimentos, uma *nova esquerda* começou a se organizar em várias partes do mundo.

Operando ainda dentro do campo das idéias marxistas, a *nova esquerda* européia e estadunidense criticava o escolasticismo e a esterilidade do materialismo histórico do pós-guerra. Na Inglaterra²⁸,

²⁷Cott (2000, p. 98-9) demonstra o quanto a questão da contracepção era de vital importância para as mulheres relatando a experiência de Margaret Sanger (promotora do controle da natalidade mediante o uso do diafragma na década de 1920). Em apenas quatro anos, Sanger havia recebido cerca de um milhão de cartas solicitando ajuda para essa questão.

²⁸Sobre a Nova Esquerda na Inglaterra, ver o capítulo II (E.P. Thompson e a formação do comunismo libertário britânico), da tese de doutorado de Ricardo Müller (2002).

Esse movimento orientou-se pelos princípios de um “comunismo libertário” e seria a base para uma interpretação mais aberta da obra de Marx, diretamente oposta ao marxismo praticado desde a Segunda Internacional (1889) – de que a noção de determinismo econômico seria um dos melhores exemplos. Em consequência, elaborou-se uma abordagem dissidente. [...] O núcleo central dessa iniciativa foi o Grupo de Historiadores do Partido Comunista, que se reuniu entre 1946 e 1956, tornando-se referência fundamental para a trajetória de muitos setores da esquerda britânica. (Müller, 2002, p. 51)

Como coloca Müller (2002, p. 51), “esse marxismo dissidente passou a se interessar por um novo campo de estudos, associado à cultura, política, historiografia e filosofia, antes cerceado pela insistência do marxismo ortodoxo na primazia do econômico” sobre os demais níveis, empenhando-se por redefinir o socialismo “como um movimento radical que deveria priorizar os interesses da classe trabalhadora” (p. 66).

Nos Estados Unidos, as idéias do filósofo alemão Herbert Marcuse, exilado naquele país desde 1934, serviram de orientação para muitos militantes desta nova geração de esquerda. Como coloca Schieling (2006), Marcuse “preocupou-se em entender quais as possibilidades de transformação social numa sociedade opulenta como a norte-americana”, classificando este tipo de sociedade como “unidimensional” (ao contrário da bidimensional onde capitalistas opõem-se aos operários) “por sua capacidade de absorver as classes subalternas tornando-as não-contestadoras”. Sua teoria deslocava da classe operária industrial o *status* de força motriz da revolução socialista atribuindo o papel de “agente transformador a grupos vistos por ele como *outsiders*, “como as minorias étnicas ou os que simplesmente as rejeitavam, como os estudantes e os apolíticos intelectuais *beatniks*. Deles é que [...] partiria a contestação ao sistema capitalista e à ordem autoritária”.

Neste contexto, de efervescência política e cultural, as mulheres reaparecem como um grupo organizando, reivindicando questões próprias. As idéias feministas de épocas passadas ganharam novo vigor, sendo rediscutidas e adaptadas aos novos tempos. Desejos de mudança aliavam-se às frustrações das mulheres diante do papel à elas reservado pelo conjunto da sociedade. Nas palavras de Verena Stolke (2004, p. 80)²⁹,

Las mujeres que habían trabajado en la industria militar pero fueron re-domesticadas cuando los soldados regresaron de la gran guerra, estudiantes universitarias, mujeres que tenían hij@s en edad escolar, las que al casarse habían abandonado sus estudios o su profesión, decidieron compaginar el matrimonio con una carrera profesional o volver a trabajar fuera del hogar, pero descubrieron que la tan celebrada igualdad de oportunidades era un triste engaño. El reparto equitativo del trabajo doméstico con sus compañeros resultó ilusorio. Las mujeres además sólo conseguían empleos temporales de segundo orden, como secretarias, enfermeras, es decir, de cuidadoras y asistentes, sin posibilidades de promoción y por la mitad del sueldo de los hombres y eran despedidas cuando quedaban embarazadas.

²⁹Para as citações de textos em língua estrangeira, optou-se por mantê-las no original nas citações mais longas e traduzi-las nas citações mais curtas (facilitando a incorporação das mesmas aos parágrafos).

Nos EUA, um feminismo de cunho liberal, impulsionado por mulheres de classe média preocupadas com a igualdade de direitos entre homens e mulheres, foi organizado na década de 1960, acompanhando a organização da população negra em prol da sua luta por direitos civis³⁰. Na Inglaterra, feministas ligadas à nova esquerda iniciaram um movimento pela participação política da mulher na sociedade e pela liberação sexual, além de se empenharem pela inclusão de discussões feministas no meio intelectual socialista (Stolke, p. 2004, p. 81)³¹.

Avaliando a realidade das mulheres nos Estados Unidos durante este período, Adelman observa (2004, p. 49-50) o quão contraditórias eram as novas posturas no âmbito da cultura. Ainda que se desejasse mudanças no âmbito da família e das relações sexuais, nas novas comunidades as mulheres continuavam desempenhando funções domésticas, havendo uma pressão para que estivessem sexualmente disponíveis e atendessem sem ressalvas os desejos sexuais dos homens. Ficava gradualmente claro que uma dominação masculina estava presente e era reproduzida tanto entre os grupos ligados à contracultura quanto na nova esquerda.

O monopólio da palavra e da liderança política dos homens era igualmente mantido, acontecendo o mesmo nos movimentos sociais que se formavam. Ativistas alemãs e inglesas passavam pela mesma situação.

Os porta-vozes dos movimentos quase sempre eram homens, enquanto as mulheres eram pressionadas a assumir funções secundárias de apoio e obrigadas a respeitar a tomada de decisões da liderança masculina quando davam voz às suas reivindicações, eram freqüentemente sujeitas à humilhação das piadas ou ao menosprezo aberto [...] e começaram a perceber o quão difícil era para elas mesmas se desvencilharem de atitudes culturais de baixa auto-estima e insegurança, da facilidade com que os homens conseguiam fazê-las duvidar de si mesmas. Ou impedi-las de se perceberem tão politicamente capazes quanto eles. (Adelman, 2004, p. 50)

Dentre as mulheres de classe média alheias aos movimentos, à nova esquerda e aos grupos ligados à contracultura, as novas oportunidades criadas dentro dessa sociedade (acesso ao estudo, uma carreira profissional, o controle da fertilidade) não implicavam em modificações gerais no âmbito do privado. O direcionamento à domesticidade e à subordinação sexual continuavam em vigor.

³⁰Betty Friedan, em recente publicação (*My Life So Far*, cap. 6, *apud* Stolke, 2004, p. 8), comenta que a lei contra a discriminação de sexo nos EUA (1965) foi implantada pelo governo estadunidense devido à uma manobra frustrada de um congressista que pretendia derrubar a Lei de Direitos Civis para a população negra. Após uma grande marcha em apoio ao movimento negro (1964), o governo democrata do presidente Lyndon Johnson colocou em votação uma lei contra discriminação de cor. Segundo Friedan, um congressista segregacionista da Virgínia propôs que se acrescentasse a questão da discriminação por sexo, confiante de que isto causaria o furor necessário para o rechaço de ambas as leis. Os líderes do congresso não quiseram se opor às mulheres. Diante da reação negativa dos sindicatos e empresários por causa da proibição de discriminação sexual, fundou-se a NOW (*National Organization of Women* - 1966) uma das maiores organizações feministas daquele país.

³¹Algumas das reflexões deste “feminismo socialista” serão apresentadas posteriormente.

Para Adelman (p. 52), a nova “onda” feminista estava presente em diversos espaços do ativismo social e ganhava grande importância nos *campi* universitários e na vida acadêmica. Em pouco tempo estava surpreendendo observadores e participantes dos movimentos, transformando não apenas as organizações políticas mas a vida das mulheres, causando um grande impacto na forma de pensar das pessoas em geral.

2.1 O Brasil e as feministas da década 1960

A sociedade brasileira também passava por inúmeras e “significativas transformações políticas, culturais, sociais e econômicas” no final dos anos cinquenta e durante a década de 1960 (Ferreira, 1996, p. 170). Tudo parecia estar mudando. A participação feminina no trabalho, nas universidades e na vida social crescera consideravelmente. O movimento *hippie*, a mini-saia e a pílula anticoncepcional revolucionavam o cotidiano e os costumes.

No campo da política e da economia, uma espécie de “milagre econômico”, resultado das políticas desenvolvimentistas iniciadas na década anterior pelo governo de Juscelino Kubitschec (1956-1961) satisfizera a classe média urbana emergente e aprofundara as desigualdades sociais. Segundo Goldberg-Salinas (1996), essas mudanças tiveram um forte impacto sobre a vida das mulheres jovens da classe média urbana que procuravam escapar do domínio de suas famílias e decidir seus próprios rumos. Para dar vazão a estes anseios emancipatórios, algumas jovens fizeram curso superior e seguiram uma carreira (conciliando-a com o casamento e a maternidade), outras assumiram uma certa radicalidade e passaram a frequentar o meio artístico-cultural e grupos de esquerda.

As revistas dedicadas ao público feminino igualmente modificavam-se, agora mais dispostas a refletir e questionar a situação tradicional da mulher na sociedade, substituindo “o conteúdo de suas matérias, que até então estavam mais voltadas para culinária, corte e costura, decoração moda e beleza” (Toscano e Goldenberg, 1992, p. 32). Enfatizava-se uma “nova mulher”, consumista e transgressora dos valores. Como coloca Goldberg-Salinas (1996)

Celui-ci oeuvrait à diffuser des représentations soit de femmes célibataires de plus en plus attirantes et libérées sexuellement et de plus en plus intéressantes d'un point de vue intellectuel (ce qui devient la bonne formule pour réussir dans le marché du mariage et du travail), soit de femmes mariées qui ne souffraient pas du “mal sans nom” car si la vie en famille devenait difficile à supporter, il était facile de se procurer des distractions (y compris un amant), d'avoir d'autres activités en dehors du foyer comme, par exemple, fréquenter des cours de culture physique, d'extension universitaire et autres.

Exceção pode ser dada à coluna de Carmen da Silva na revista *Cláudia*. Contratada para escrever a coluna *A arte de ser mulher*, no ano de 1962, a escritora, jornalista e feminista respondia às inúmeras cartas que falavam da insatisfação das mulheres para com a sua vida sexual e afetiva, incentivando-as, através de uma linguagem convincente e acessível, a enfrentarem a situação por meio do rompimento de relacionamentos fracassados e da busca por remuneração salarial. De grande abrangência pelo país, o trabalho dessa jornalista influenciou muitas mulheres no sentido de modificarem suas vidas e de se engajarem em causas feministas (Toscano e Goldenberg, 1993, p. 33)³².

Essa “modernização” da mulher brasileira entrava em curso “numa sociedade altamente hierarquizada em termos de classe, raça e gênero, reproduzindo estas diferenciações” (Sarti, 1988, p. 39). A forte hierarquia foi decisiva para a expansão de apenas uma parcela da população feminina (enquanto limitava outra³³) e para atenuar os conflitos entre homens e mulheres. Ainda assim, a imagem da “mulher moderna” espalhou-se, criando um novo modelo de conduta e estética.

Nesse período, a presença da mulher na universidade e no mercado de trabalho, davam início às primeiras pesquisas sobre a condição feminina no país. Dentre elas destacam-se o trabalho pioneiro de Heleieth Saffioti de investigação sobre as operárias da indústria têxtil e professoras primárias realizado no ano de 1962 (Saffioti, 1987, p. 121), a dissertação de mestrado de Manoel Tosta Berlinck, *Algumas percepções sobre a mudança do papel ocupacional da mulher na cidade de São Paulo*, defendida na Escola de Sociologia e Política em 1964 e, em 1965, a tese de doutorado de Marly A. Cardone, *A influência da gravidez no contrato de trabalho*, na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP.

O tema *trabalho* interessava a acadêmicos/as e militantes de grupos populares (cujo número aumentava consideravelmente em todo o país sob influência da esquerda, em especial, do Partido Comunista Brasileiro, até o golpe de 1964). Além disso, as pesquisas de mercado e de caráter ocupacional eram tendências sociológicas da época.

Tal qual acontecera em outros lugares, após a revelação dos crimes de Stalin na União Soviética, os/as intelectuais marxistas do país iniciaram um processo de reflexão e abertura no PCB. Como coloca Coutinho (1990),

³²Carmen da Silva, em sua autobiografia *Histórias Híbridas de uma Senhora de Respeito* (1984) comenta o efeito da coluna *A arte de ser mulher* na vida de muitas das suas leitoras. Algumas lhe escreviam para agradecer, desabafar, pedir conselhos e falar das mudanças que começavam a operar na própria vida após a leitura de um dos seus artigos. A coluna existiu por quase vinte anos, extinguindo-se em 1985 devido o falecimento da jornalista. Uma coletânea de seus artigos encontra-se em: Civita, 1994).

³³Exemplo disso é a presença de empregadas domésticas (em sua maioria negras) “na casa de grande parte das famílias das camadas médias e altas, uma particularidade brasileira, para não dizer latino-americana”. A “independência feminina” teve um nítido recorte de classe e cor (Sarti, 1988, p. 39).

Ingressando na universidade e influenciando vários aparelhos culturais (inclusive governamentais), a cultura marxista cujo raio de ação começava a transcender o âmbito do PCB foi obrigada a se diversificar, a se abrir para o debate com outras correntes ideológicas, a romper os estreitos limites do Diamat soviético. Embora a direção do PCB não tenha promovido essa renovação, o fato é que não obstaculizou o seu encaminhamento por parte de alguns jovens intelectuais ligados ao partido: a direção parecia ter compreendido que a renovação do marxismo era o pressuposto necessário para que o partido continuasse a exercer influência sobre uma esquerda que se expandia, sobretudo entre os intelectuais e os estudantes universitários.

A abertura se dava, no entanto, de forma parcial. Ainda segundo Coutinho, em meados da década de 1960, “os intelectuais comunistas podiam agir livremente no domínio da cultura, propondo uma renovação filosófica e estética do marxismo brasileiro, mas continuava a ser atribuição da direção do partido a tarefa de dar a última palavra nas questões especificamente políticas”. Como resultado, duas vertentes se formavam: um marxismo menos dogmático no campo acadêmico e um “marxismo-leninista” na política.³⁴

A implantação do regime civil-militar, em 1964, causou um enorme choque entre os grupos que se organizavam no campo político. Nas palavras de Goldberg-Salinas (1996),

D'un côté, un miracle économique proclamé crée une société de consommation assez sophistiquée et favorise les rêves d'ascension sociale des couches moyennes urbaines ; d'un autre côté la répression féroce à toute opposition au régime se traduit par un rétrécissement considérable du champ de possibilités pour l'expansion de projets transformateurs de la société.

Fanny Tabak (1983, p. 78) observa que, durante as ditaduras latino-americanas, milhares de mulheres “vieram a compreender a estreita relação existente entre suas vidas e famílias 'privadas' e os sistemas políticos no poder”, transformando-se em ativistas políticas. No Brasil, inúmeras mulheres se juntaram à luta armada ou ingressaram em partidos políticos fazendo oposição ao regime civil-militar.

Apesar do foco destas lutas não ter sido o questionamento e a modificação dos papéis sociais atribuídos às mulheres pela sociedade, a presença de feministas entre os mais diversos grupos e partidos políticos era significativa. Como observa Celi Regina Pinto (2003, p. 45), o feminismo brasileiro não escapou do fato de ter de trabalhar com uma problemática dupla: por um lado, o “reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público como no privado, acarreta conseqüências definitivas para a vida e que, portanto, há uma luta específica”, contra a subordinação e a opressão da mulher. Por outro, a consciência “de que existe no Brasil uma grande questão: a fome, a miséria, enfim, a desigualdade social, e que este não é um problema

³⁴Como conseqüência, durante o período da ditadura militar, “amplos setores da intelectualidade de esquerda, radicalizando sua oposição a uma ditadura que também se radicalizava, não mais reconheciam nas formulações políticas do PCB (e da cultura marxista que permanecia sob sua influência) uma resposta adequada aos desafios da nova situação” (Coutinho, 1990).

que pode ficar fora de qualquer luta específica”.

Por conta das contradições presentes na realidade brasileira, inúmeras temáticas foram assumidas pelas feministas durante a segunda metade da década de 1960, exemplificadas em suas produções teóricas. Assim, no ano de 1966 a Editora Vozes publicava *A Mulher na Construção do Mundo Futuro*, de Rose Marie Muraro, abordando as mudanças tecnológicas do século XX, as restrições impostas às mulheres e a necessidade de elas se apossarem dessas transformações. O livro vendeu 10.000 exemplares em apenas 3 meses. No mesmo ano a Civilização Brasileira publicou os textos de Carmen da Silva em sua coluna *A arte de Ser Mulher* e, no ano seguinte, o livro de Carmen *O Homem e a Mulher no Mundo Moderno*.

Alguns periódicos iniciavam, igualmente, a publicação de textos de feministas ou que tratavam de assuntos afins. A *Revista Civilização Brasileira* (Rio de Janeiro, n. 1, vol. 4, set. 1965) publicou um texto de Olga Werneck intitulado “O subdesenvolvimento e a situação da Mulher”. A *Revista Paz e Terra* (Rio de Janeiro) publicou artigos de Maria Helena Kühner, “Mulher, Sujeito ou Objeto” (n. 2, set. 1966) e “Sexo, uma dimensão da liberdade humana” (n. 5, out. 1967). A revista *Digesto Econômico* (São Paulo, n. 22, mar./abr. 1967), publicou “A Mulher no mundo contemporâneo, de Ivan Lins, e a *Revista de Ciência Política* (Rio de Janeiro, n. 2, v. 4, out./dez. 1968) publicou “A Declaração Universal e os Direitos da Mulher, de Fanny Tabak.

Como observa Goldberg (1989, p. 48), os textos de Kühner discutiam a formação de uma *autoconsciência* em contraposição à *consciência-reflexo* (onde o olhar de outro atribui o sentido à existência da mulher). Uma postura de engajamento na sociedade seria necessária para uma verdadeira libertação da mulher. Rose Marie Muraro (*apud* Goldberg, 1989), por sua vez, influenciada pelo pensamento católico de esquerda, acreditava em valores específicos das mulheres, ligados à capacidade de gerar e manter a vida (a maternidade). Tais valores podiam salvar o mundo, cada vez mais desigual, despersonalizado, manipulado pela cultura de massa e dominado por valores masculinos (altamente competitivos e belicistas). Muraro fala ainda de um “feminismo da fome”, “aplicável às sociedades onde a estrutura de classes e o sistema de dominação faziam com que um movimento de liberação só pudesse ser eficaz se fosse assumido pelas mulheres das camadas mais desfavoráveis [*sic*] e integrado a uma luta 'mais geral' contra o Estado”, pela transformação social.

Abordando a temática da produção intelectual feminista, Saffioti (1987, p. 124) vê o Brasil como um dos países pioneiros dentro de um contexto internacional. Do seu ponto de vista, poucas autoras estrangeiras eram lidas durante a década de 1960 e, ainda assim, eram

escassos os exemplares. Para ela, “embora essas obras, sobretudo *O Segundo Sexo*³⁵, tenham sido responsáveis pelo despertar de um primeiro interesse pelo tema, a produção brasileira foi, desde seu início, bastante original”.

De 1968 a 1969, mais três livros foram lançados (todos pela editora Vozes³⁶, exemplificando a grande variedade de discussões em torno do tema “mulher”): *A Automação e o Futuro do Homem*, de Rose Marie Muraro (1968, abordando a questão do desenvolvimento da sociedade e da participação das mulheres nesse processo); *A Mulher Brinquedo do Homem*, de Heloneida Studart (1969, sexualidade e relações entre homens e mulheres); e *Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*, Heleieth Saffioti (1969, trabalho e lutas de classe).

O livro de Heleieth Saffioti tornou-se referência para feministas e cientistas sociais brasileiras/os e anglo-saxãs/ões³⁷. O argumento central de sua obra era o processo de incorporação do trabalho da mulher pelo sistema capitalista que, “ora incorpora as mulheres no sistema de produção, ora descarta-as e as marginaliza na família como exército de reserva, segundo as suas exigências, para rebaixar os salários e dividir a classe trabalhadora” (Sorj, 1995, p. 157). Saffioti, mediante uma análise marxista da situação da mulher, percebia a sua inferioridade na sociedade como produto de uma necessidade estrutural do capitalismo.

Ainda que militasse entre os grupos de esquerda e entendesse a luta feminista como intimamente ligada às questões de classe, Saffioti (1976, p. 274) valorizava as conquistas do feminismo tido por ela como “pequeno-burguês” (representado pelas sufragistas e por grupos de classe média).

Conquanto não tenha obtido pleno êxito e nem tenha contado, mesmo na fase de apogeu, com a adesão de grandes massas femininas, desempenhou relevante papel no que diz respeito ao despertar da consciência da mulher não apenas para os seus problemas, como também para todos os problemas do mundo moderno que, em última instância, a afetam direta ou indiretamente.

Para ela (Saffioti, 1976, p. 274), o feminismo de suas antecessoras fora responsável “em boa parcela das mulheres” pela “aspiração de libertar-se e de emancipar-se através do trabalho”, atuando como um “fator positivo, porquanto permitiu certa concomitância entre o amadurecimento das idéias feministas nacionais e o avanço da mulher em determinadas áreas

³⁵O livro será abordado no capítulo III.

³⁶Demonstrando o grande interesse dessa entidade para com as questões da mulher nesse momento histórico.

³⁷Para avaliar o alcance dessa obra e seus efeitos, no contexto dos debates sobre a mulher das décadas de 60 e 70, ver o texto *Dois olhares sobre Heleieth Saffioti* (Sorj, 1995). Celi Pinto (2003, p. 86) observa que o livro de Saffioti é “um marco por uma série de razões, principalmente por seu inegável mérito acadêmico, mas também por ter trazido o tema da opressão da mulher para dentro do debate marxista, que até então não a admitia de forma alguma. Além disso, a importância do trabalho levou ao envolvimento público com o tema de dois dos mais importantes intelectuais brasileiros da segunda metade do século XX, Florestan Fernandes e Antônio Candido”. Fernandes orientou Saffioti e Candido escreveu o prefácio para a publicação do livro.

como as do trabalho fora do lar, da educação, da participação na vida social em geral”. Ainda assim (p. 132-133), era necessário vincular o feminismo às lutas de classe para que não incorresse no erro de se tornar um mecanismo de atenuação das tensões sociais, não conseguindo jamais modificar a sociedade como um todo.

Uma espécie de “dupla militância” compunha o ideário de muitas feminista brasileiras, fazendo com que elas circulassem entre os grupos mais diversos, engajando-se nas causas gerais da sociedade enquanto discutiam problemas específicos ao universo das mulheres. Esta forma de agir teve como consequência graves tensões com a esquerda e setores progressistas da Igreja Católica (Costa, 2005).

2.2 Feminismo e igreja católica

Após o Concílio Vaticano II (1962-1965)³⁸, teólogos latino-americanos³⁹, comprometidos com uma população desgastada por graves problemas sociais, iniciaram um amplo debate sobre o papel da Igreja Católica na América Latina e começaram a elaborar uma teologia voltada para as questões concretas do cotidiano das cidades, do campo e do mundo do trabalho. No centro dessa teologia, estava o conceito de *libertação* (baseado no tema da libertação do povo de Israel da escravidão egípcia, descrito no livro do Êxodo, no Antigo Testamento - AT), a crítica aos poderosos (segundo os textos dos profetas do AT), as denúncias de injustiça social e a noção de *justiça para os pobres* (baseados nas ações de Jesus e dos profetas em favor de grupos marginalizados e contra os opressores de seu tempo) bem como a promessa messiânica do Reino de Deus (visto como uma concretização histórica).

A Teologia da Libertação (TL), alicerçava-se fortemente na teoria marxista, utilizando-se de muitos de seus referenciais teóricos (luta de classe, alienação, sistemas de exploração, etc.)⁴⁰. Para Michel Löwy (1989) os teólogos da libertação tinham posturas, muitas vezes,

³⁸Diferente do Concílio Vaticano I (dedicado ao fortalecimento da estrutura hierárquica da igreja e responsável pela declaração da infalibilidade papal), o Concílio Vaticano II trabalhou em cima de uma visão da Igreja como uma “congregação de fé”, enfatizando sua responsabilidade social e sancionando oficialmente uma atmosfera de abertura e mudança (democratizando os ritos, autorizando o uso das línguas locais na celebração das missas, abrindo espaço para os/as leigos/as, etc.), modificando os padrões de autoridade dentro da Igreja e aproximando-se da realidade dos/as fiéis.

³⁹Como o peruano Gustavo Gutierrez e os brasileiros Clodovis e Leonardo Boff.

⁴⁰Como atestam as afirmações de Leonardo e Clodovis Boff, dois dos principais representantes dessa corrente no Brasil: “O que propomos não é Teologia dentro do marxismo, mas marxismo (materialismo histórico) dentro da Teologia. [...] O método da Teologia da Libertação [...] é o método dialético” (in: Boff, *Teologia da Libertação no Debate Atual*, Vozes, Petrópolis, 1985, p. 22) e, “quando falo em libertação eu entendo concretamente isso: acabar com o sistema de injustiça que é o capitalismo. É libertar-se dele para criar em seu lugar uma nova sociedade, digamos assim, uma sociedade socialista” (in: Leonardo e Clodovis Boff, *Da Libertação*, Petrópolis: Vozes, 1979, p. 70). Para saber mais, ver: MÜLLER, Ênio Roland. *Teologia da libertação e marxismo: uma relação em busca de explicação*. Tese de doutorado, São Leopoldo: Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Teologia, Escola Superior de Teologia da IECLB, 1994.

mais radicais do que a de muitas correntes marxistas, visando a *autolibertação* de todas as classes exploradas, desprezadas e marginalizadas, tanto “nas cidades como nos campos, uma massa enorme de pobres — desempregados, semidesempregados, marginais, bóias-frias, vendedores ambulantes, etc. — excluídos do sistema de produção formal”.

Em 1968 o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) organizou um encontro em Medellín onde foram analisados os principais problemas sociais do continente. Um documento final enfatizou as injustiças estruturais, a ausência de respeito aos direitos humanos e a violência das forças da repressão econômicas e políticas nos diversos países.

O encontro de Medellín, na Colômbia (1968) teve um efeito significativo sobre os movimentos estudantis e grupos católicos que aderiram à guerrilha urbana (dentre outros). O encontro também impulsionou as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), grupos que se organizavam para discutir textos bíblicos de cunho libertador e encontrar formas de ação organizada para superar situações de opressão e miséria. Das CEBs, “nasceram dezenas e dezenas de grupos assumindo lutas por moradia, transporte, saneamento básico, iluminação pública, educação, creche, saúde pública” (Rossi, 2002), etc. Centenas de trabalhadores, do campo e das cidades, homens e mulheres, ligados às Comunidades de Base lutaram pelo direito da livre organização sindical e pela liberdade de organização partidária⁴¹.

A Teologia da Libertação foi fundamental para a postura da Igreja católica (e demais igrejas ligadas ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - CONIC) de enfrentamento com a ditadura militar⁴², denunciando seus crimes, exigindo seu fim e o restabelecimento da democracia. Na luta contra a ditadura, setores progressistas da Igreja católica, grupos de esquerda, movimentos populares e mulheres militavam conjuntamente. Segundo Vera Soares (1994, p. 16),

A Igreja Católica foi um dos poucos espaços que permitiram uma articulação da resistência não armada ao governo militar. A Igreja progressista promoveu um guarda-chuva organizacional para a oposição ao regime e cobriu as atividades de oposição com um véu de legitimidade moral.

⁴¹Essa luta se fez, também, contra o Vaticano e a hierarquia da Igreja católica, acarretando na perseguição de clérigos como Frei Betto e Leonardo Boff. Exemplo de grupos organizados ligados à igreja católica e à teologia da libertação deste período: Movimento de Educação de Base (M.E.B) e Ação Popular (ambos utilizando o Método Paulo Freire como método pedagógico); Ação Católica Operária (ACO), Juventude Universitária (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Comissões de Justiça e Paz (CJP), dentre outros.

⁴²Exemplo de representantes do alto clero católico, ligados à Teologia da Libertação, que fizeram oposição ao regime civil-militar no Brasil: os cardeais Dom Paulo Evaristo Arns (eleito cardeal de São Paulo em 1970) e Aloísio Lorscheider, além de Dom Ivo Lorscheider, Dom Mauro Morelli, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Luciano Mendes de Almeida (por muito tempo influentes na CNBB), entre outros.

Sob a ação do trabalho pastoral nas CEBs, muitas organizações femininas de bairro e clubes de mães ganharam força no país. Padres, freiras e leigos utilizavam o método Paulo Freire de alfabetização e ministravam cursos profissionalizantes, melhorando a qualidade de vida de homens e mulheres. Os grupos tinham como característica a reflexão religiosa e política. Assim, “a igreja reuniu e iniciou várias mulheres interessadas em cobrar seus direitos de cidadãs” (Cardoso, 2004, p. 53), politizando-as.

No entanto, a prioridade era dada às lutas de classe e à superação da pobreza, prevalecendo uma rigidez de princípios no campo familiar e moral. Se, por um lado, a participação das mulheres na vida comunitária era encorajada, por outro, seus papéis tradicionais, como mãe e esposa, eram reforçados (Moraes, 1985 e 1990).

A Declaração de Medellín reafirmara o papel da família na preservação da moralidade, posicionando-se contra o divórcio e as uniões consideradas ilegais e ocasionais, as “desordens sexuais”, o erotismo, etc. Muitas das questões caras ao feminismo eram rechaçadas (como educação sexual, direitos reprodutivos, aborto, domínio masculino no casamento, etc.) (Cardoso, 2004, p. 54).

Sarti observa que (1988, p. 40):

As análises das organizações femininas de base esclarecem sobre as possibilidades e limites da forte influência da Igreja católica na vida cotidiana das mulheres, que são a maior parte da clientela das comunidades religiosas do país. [...] Os interesses da igreja, enquanto instituição, se sobrepõem aos das mulheres, dificultando as discussões que contrariem sua concepção das relações entre os sexos. [...] A hegemonia da igreja nas organizações populares circunscreve o conteúdo e a direção política da “conscientização” das mulheres das camadas populares.⁴³

A circulação de feministas entre os grupos de mulheres ligados à igreja católica levou, muitas vezes, a um confronto com a igreja. Contudo, frente a gravidade e a urgência da luta contra a ditadura, uma política de alianças entre o feminismo (que enfatizava os problemas de hierarquia e opressão das mulheres pelos homens), grupos de esquerda e os setores progressistas da Igreja Católica, acabou predominando. Muitos assuntos polêmicos eram evitados publicamente e discutidos “no âmbito das discussões privadas, feitas em pequenos 'grupos de reflexão', sem ressonância pública” (Sarti, 1988, p. 40).

⁴³O que explicaria a unanimidade e o conservadorismo, muitas vezes explícito no país, em relação a moral sexual (no que diz respeito aos relacionamentos e a questões ligadas aos direitos reprodutivos).

2.3 Feminismo, movimento de mulheres e as “lutas gerais”

A coexistência entre uma camada que se modernizava, uma população carente de necessidades básicas e uma direção política ditatorial formavam um quadro complexo e heterogêneo no país, influenciando as demandas sociais e agrupando mulheres de todas as camadas sociais. A este agrupamento mais amplo convencionou-se chamar de *Movimento de Mulheres* (Soares, 1998; Sarti, 1998; Paoli, 1995), em que as feministas compõem uma das suas faces e “as mulheres das periferias dos centros urbanos, das pequenas comunidades rurais, as que atuam nos sindicatos compõem a outra face” (Soares, 1994, p. 15).

Uma articulação peculiar entre feministas de classe média e de camadas populares deu origem a um “movimento circular de mútua influência” (Sarti, 1988, p. 40). Como argumenta Soares (p. 39), todas as vertentes do movimento “se tocam, se entrelaçam, entram em contradição” e abrigam “ações coletivas diversas, com diferentes significados, alcances e durações”. Dentre elas, as feministas

[...] traduzem a rebeldia das mulheres na identificação de sua situação de subordinação e exclusão do poder e buscam construir uma proposta ideológica que reverta esta marginalidade e que se concretize a partir da construção de uma prática social que negue os mecanismos que impedem o desenvolvimento de sua consciência como seres autônomos e que supere a exclusão. As feministas fazem do conhecimento e da eliminação das hierarquias sexuais seu objetivo central, e a partir daí se articulam com as outras vertentes do movimento de mulheres.

Enquanto na Europa eclodia uma série de movimentos sociais de forte conotação cultural, questionando os valores da sociedade industrial (que acreditava ser suficiente ter as necessidades básicas supridas) e contrapondo-se ao próprio Estado (e a um modelo de bem-estar social), no Brasil ainda se lutava para garantir o acesso ao básico do básico: água, luz e esgoto permaneciam objetos fundamentais para a população. Os movimentos sociais urbanos brasileiros e o movimento de mulheres se organizaram em bases locais, “enraizando-se na experiência cotidiana dos moradores das periferias pobres, dirigindo suas demandas ao Estado como promotor de bem-estar social”. Dessa forma,

[...] a organização se deu em torno de reivindicações de infra-estrutura urbana básica (água, luz, esgoto, asfalto e bens de consumo coletivos) e tem como parâmetro o mundo da reprodução - a família e suas condições de vida - que caracteriza a forma tradicional de identificação social da mulher. Sendo o referencial de sua existência, foi o que as moveu politicamente (Sarti, 1998, p. 6).

Segundo Sarti (1998, p. 6), essa forma de organização influenciou a forma de agir dos grupos feministas do país, cujas militantes eram, em grande parte, oriundas das camadas médias e intelectualizadas. Na “perspectiva de transformar a sociedade como um todo”, as femi-

nistas atuaram articuladas a estas demandas, “tornando-as próprias do movimento geral das mulheres brasileiras”. Assim, no final da década de 1960, o feminismo brasileiro encontrava-se diluído e engajado em várias frentes. Como observa Celi Pinto (2003, p. 46),

[...] tendo esse quadro como referência que o movimento feminista brasileiro deve ser entendido: é um movimento que luta por autonomia em um espaço profundamente marcado pelo político; defende a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população; no qual há diferentes mulheres enfrentando uma gama de problemas diferenciados.

Algumas grandes manifestações conjuntas foram lideradas pelo Movimento de Mulheres durante a década seguinte: o movimento contra a alta do custo de vida e o de luta por creches⁴⁴. A participação das mulheres nos movimentos alterou consideravelmente a visão de si mesmas e sua posição frente a suas comunidades e famílias. Como observa Rosado, (*apud* Soares, 1998, p. 40), “o uso de seu tempo, a ampliação de seu espaço de circulação geográfico e social, suas trocas com outras mulheres, seu ativismo religioso e sua militância política transformaram seu cotidiano”.

O engajamento de mulheres em questões públicas e em movimentos sociais não as tornava feministas, mas alterava sua posição destas nas redes cotidianas de poder em que se encontravam, gerando transformações pessoais e coletivas. Celi Regina Pinto (1992, p. 133) aponta três novas situações, derivadas da inserção da mulher nas lutas sociais:

[...] a mulher deixando de atuar nos limites do privado provoca novas situações no interior da família e nas relações informais de vizinhança e amizade; a mulher passa a articular, no interior dos movimentos, lutas diferenciadas em relação a seus companheiros homens; e mulheres organizadas em torno de questões tradicionalmente femininas passam a questionar sua própria condição de mulher.

Além disso (p. 133-134),

[...] a saída do privado para o público envolve a entrada em uma rede de relações que pressupõe novos saberes, novas informações que [...] redefinem as relações de poder ao nível privado. Os novos saberes referem-se tanto à reivindicação do grupo onde a mulher se insere como ao próprio encontro com outras mulheres, desta forma, redefine a posição da mulher não somente na relação direta com seu companheiro, pais, familiares, mas lhe dá uma posição diversa entre suas relações de amizade e vizinhança o que [...] redefine a própria relação ao nível público.

A circulação de feministas entre o Movimento de Mulheres se revelou uma via de mão dupla: questões mais gerais influenciando o pensamento feminista e questões feministas influenciando a visão de mundo das mulheres de camadas populares.

⁴⁴Apesar da importância destas manifestações, elas não serão abordadas de forma detalhada neste trabalho.

2.4 Feministas organizadas e articuladas entre si: a década de 1970

Os dois últimos anos da década de 1960 foram de grande agitação política no país. No dia 26 de junho de 1968, 100 mil pessoas saíram às ruas no Rio de Janeiro em protesto contra o regime civil-militar. No mês de outubro, um confronto entre estudantes da USP e alunos do Mackenzie terminava com a morte do estudante José Guimarães e o fechamento da Faculdade de Filosofia daquela instituição. Dez dias depois (12 de outubro), a polícia prendia 1240 estudantes durante o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna.

Ainda no ano de 1968, no intuito de coibir as manifestações populares, o governo criou o Conselho Superior de Censura (a 22 de novembro) e instituiu o Ato Institucional nº 5 (no dia 13 de dezembro), aumentando os poderes do presidente e fechando o Congresso Nacional, as assembléias legislativas e as câmaras de vereadores. O AI-5 decretava, igualmente, a intervenção nos territórios, estados e municípios, o cancelamento dos mandatos eletivos, a suspensão (por dez anos) dos direitos políticos de opositores do regime, o cancelamento das liberdades individuais e a proibição de reuniões e manifestações públicas.

Começava o ápice da repressão civil-militar. Conversas de esquina eram reprimidas de forma violenta, escolas sofriam controle e censura, opositores do regime (reais ou imaginários) eram presos, torturados e assassinados. O terror e o medo assolavam grande parte da população. Como observa Albertina Costa (1988, p. 65), “a vida política parecia ter se restringido a um mínimo vital” e “uma grande sensação de fracasso e vazio, contrária à própria noção de política, dominava os movimentos de esquerda e os grupos feministas”.

A década de 1970 é apontada por muitos/as pesquisadores (Goldberg-Salinas, 1996; Sarti, 1998; Pinto, 2003; dentre outros/as) como a década da reorganização do movimento feminista em torno de questões próprias. Apesar da censura imposta pelo regime civil-militar, algumas obras de cunho feminista, editadas nos Estados Unidos e na Europa foram traduzidas e lidas no Brasil, e outras foram publicadas por brasileiras, disseminando suas idéias em distintos setores da sociedade.

Na visão de Sarti (2004, p. 36),

[...] embora influenciado pelas experiências européias e norte-americanas, o início do feminismo brasileiro dos anos 1970 foi significativamente marcado pela contestação à ordem política instituída no país, desde o golpe militar de 1964. Uma parte expressiva dos grupos feministas estava articulada a organizações de influência marxista, clandestinas à época, e fortemente comprometida com a oposição à ditadura militar, o que imprimiu ao movimento características próprias.

Observando a atuação dos grupos de feministas durante a segunda metade da década de 1970, podemos verificar a sua presença em torno de oito espaços mais ou menos distintos: os movimentos populares (clubes de mães, movimento operários), os grupos de esquerda (sindicatos, partidos políticos), as igrejas, o campo das artes (teatro, música, literatura), as universidades e centros de pesquisa, o jornalismo alternativo, os grupos de reflexão (com profissionais e donas de casa) e as feministas organizadas no exílio (conectadas a grupos de mulheres, fora e dentro do Brasil).

2.5 Grupos de reflexão no país e no exílio

Inviabilizadas as reuniões públicas, grupos informais de mulheres, unidas por amizade ou afinidades intelectuais e políticas, passaram a se reunir no âmbito do privado para discutir seus problemas e a situação do país. Na descrição de Branca Moreira Alves e Jaqueline Pitanguy (1985, p. 66-67), estes grupos eram pequenos e informais, movidos pela necessidade de “romper o isolamento em que vive a maior parte das mulheres nas sociedades ocidentais, nuclearizadas em suas tarefas domésticas, em suas experiências individuais vividas solitariamente”. Neste espaço, tornava-se possível a livre-expressão sem interferência masculina e, mediante o relato das companheiras, descobria-se que a própria experiência, as dificuldades, frustrações e alegrias “não são isoladas nem fruto de problemas unicamente individuais mas, ao contrário, são partilhadas por outras mulheres”.

Adelman (2004, p. 51) observa a importância e fecundidade desses espaços e formas de organização, “dos quais surgiam novas formas de sociabilidade e de troca intelectual”. As relações estabelecidas não visavam dependência: eram trocas diretas, face a face, com outras mulheres. Novas reivindicações surgiam dessas experiências: direitos reprodutivos e sexuais, creches, campanhas contra estupro e violência doméstica, melhorias no ambiente de trabalho.

Os encontros de mulheres em pequenos grupos para refletir sobre sua própria situação e socializar as experiências de vida constituíam prática recorrente em diversos países. Costa e Sardenberg (1994, p. 92) atribuem o surgimento dessa prática nos Estados Unidos atrelada aos movimentos sociais. Citando a pesquisa de Robin Morgan, precursora do feminismo radical estadunidense, as autoras apontam para Ruby Doris Smith Robinson, uma jovem negra, fundadora do Comitê de Coordenação de Estudantes Anti-Violência que, após redigir um artigo em 1964, sobre a situação da mulher dentro da organização que ajudara a fundar, foi ridicularizada e despedida. Outras mulheres se juntaram, então, a ela, para partilhar experiências. Segundo Morgan, (*apud* Costa e Sardenberg, 1994, p. 93):

As mulheres começaram então a formar grupos de discussão dentro das diferentes organizações do movimento onde trabalhavam; a reação dos homens foi da fúria ao escárnio. Em 1966, as mulheres que propunham que um item sobre a questão da libertação da mulher fosse incluído na plataforma da SDS (Estudantes para uma Sociedade Democrática) naquele ano, foram postas para fora da convenção sob uma chuva de tomates. Mas os grupos de mulheres continuaram a ser formados e, gradualmente, tornaram-se grupos pequenos e autônomos, à medida que as mulheres começavam a sentir a necessidade de um movimento independente, criando a sua própria teoria, política, táticas e voltando-se para questões mais do seu interesse (que correspondiam aos interesses demais da metade da população da terra).

Costa e Sardenberg (1994, p. 93) observam a existência de grupos ligados a esta prática inspirados em técnicas utilizadas na China, conhecidas pela expressão “Fale da Dor para Reviver a Dor”. “Posteriormente, essa prática foi incorporada ao movimento [feminista] internacional, dando origem ao que se denominou de 'grupos de conscientização' ou 'grupos de reflexão’”. Para Celi Regina Pinto (2003, p. 49), é difícil precisar o número exato destes grupos ou a sua localização em cada um dos estados brasileiros.

Algumas feministas destacadas no cenário político e acadêmico nacional das décadas seguintes se referem a estes encontros como de vital importância para elas. O relato de mulheres de um dos grupos de São Paulo (in: Costa, 1988), reunido entre os anos de 1972 e 1975, aponta para o drama vivido por quem percebia a importância de se organizar de forma coletiva. A maioria professoras universitárias⁴⁵, com carreira profissional definida e um passado de militância política, estas mulheres tinham a consciência de pertencer a uma elite minoritária em um país de grandes desigualdades sociais. Diante do quadro social do país, as questões de cunho mais pessoal pareciam de menor importância.

Que significado podiam assumir aqui, naquela conjuntura de terror, questões tais como considerar político o cotidiano das mulheres e tornar públicos os atos comumente considerados como pertencentes ao âmbito privado, à esfera doméstica ou enfatizar a dominação de um sexo sobre o outro, quando a politização do cotidiano era mais que transparente e pesada para todos os cidadãos, quando a própria ordem autoritária se encarregava de misturar o público e o privado, violando a intimidade dos indivíduos? (Goldenberg, 1982)

Apesar dos medos e das dúvidas, as mulheres continuaram a se reunir em grupos de 4 a 12, “por vezes apoiando-se na discussão de um livro, somando-se a sempre presente troca de experiências” (Moreno, 1988, p. 47). O cotidiano era discutido, “os problemas com o corpo, com os homens, com a política, com a família” (p. 48), o rumo a tomar. As questões pessoais misturavam-se com as questões político-sociais, gerando perguntas e propostas para a elaboração de estratégias de intervenção no espaço público.

⁴⁵Dentre elas estavam Betty Mindlin (economista e antropóloga), Célia Sampaio (socióloga), Maria Malta Campos (educadora), Walnice Nogueira Galvão (crítica literária), Maria Odila Silva Dias (historiadora) e Martha Sulpicy (psicóloga).

Entre os/as companheiros/as de esquerda e de movimentos populares, os grupos de reflexão e conscientização eram, muitas vezes, mal interpretados, acusados de dividir a luta política. Como descreve a antropóloga Maria Luiza Heilborn, estudante da PUC do Rio de Janeiro no ano de 1972 e integrante de um grupo de jovens mulheres na casa dos 20 anos (*apud* Pinto, 2003, p. 51),

Eu militava no Diretório, mas o que me dava realmente identidade era o feminismo, o que era, aliás, super malvisto na época. Era como se eu tivesse abandonado a luta de classes para adotar a luta de sexo. Eu não tinha feito isso, mas dentro do Diretório sentia-me discriminada, como se tivesse passado a ser alguém em luta por uma revolução íntima, pessoal.

Os grupos de autoconsciência e/ou reflexão também aconteciam fora do território nacional, entre as exiladas políticas⁴⁶. Quatro grupos, em especial, tiveram influência tanto no exterior como no Brasil: o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior (criado por Zuleika Alambert⁴⁷, no Chile, entre 1971 e 1972); o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris (fundado em 1972 por Danda Prado, ex-militante comunista e amiga de Simone de Beauvoir), o grupo de mulheres em Berkeley (organizado por Branca Moreira Alves, sob a influência de Danda Prado)⁴⁸, e o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris (articulado entre 1975 e 1979).

O primeiro destes grupos, encontrava-se sob forte influência do PC (Partido Comunista) e de outros grupos políticos de esquerda, que definia as linhas gerais para as atividades do Comitê de Brasileiras no Exterior (que deveriam ser de “apoio à revolução” no Brasil). Tais atividades consistiam em solidarizar-se com os/as demais refugiados/as, cooptar um maior número de mulheres para a revolução e aprender com a experiência socialista chilena (Cardoso, 2004, p. 61). Com o golpe contra Salvador Allende, o grupo foi forçado a um novo exílio e várias integrantes se juntaram ao grupo de exiladas de Paris.

Na Europa e nos Estados Unidos, as brasileiras fizeram contato com um movimento feminista lidando com realidades muito distintas da latino-americana. Contudo, houve a percepção de causas em comum. Nas palavras de Goldberg (*apud* Costa, 2004, p. 60), o mergulho forçado em uma realidade

[...] onde não era possível ter empregada doméstica, e o contato com mulheres desconhecidas que se rebelavam e se mobilizavam coletivamente contra coisas que as brasileiras tendiam a encarar como ‘naturais’ — a dupla jornada de trabalho, as assi-

⁴⁶Esta parte do trabalho está baseada em dois textos: o livro de Céli Regina Pinto sobre o feminismo no Brasil (2003) e a dissertação de mestrado de Elizabeth da P. Cardoso (2004) sobre os periódicos feministas brasileiros.

⁴⁷Deputada Estadual pelo partido comunista em 1947, aos 25 anos de idade. Após ter feito o curso “História do Movimento Operário Internacional, em Moscou, publicou o livro *Uma Jovem Brasileira Na URSS* (Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1953). Recebeu o título de cidadã paulista, em 1986, por sua militância.

⁴⁸Este grupo teve pouca duração. No entanto, sua fundadora, ao retornar ao país (em 1972), iniciou um grupo semelhante na cidade de São Paulo, influenciando outras mulheres com suas idéias de emancipação da mulher.

metrias justificadas pelas diferenças de sexo dentro e fora do âmbito familiar (inclusive nas organizações de esquerda brasileira no exílio) — foi muito importante para o processo de reconhecimento de uma identidade de gênero por parte de muitas brasileiras.

As tradicionais posições de poder dos homens em relação as mulheres, “aceitas quase como naturais pelos exilados brasileiros” (Pinto, 2003, p. 52) eram colocadas em xeque pelas feministas francesas e estadunidenses. Ao se identificarem com as mesmas questões, as brasileiras suscitaram a ira e a revolta de seus companheiros de militância que buscaram enfraquecer as idéias feministas em prol da luta de classe.

Na verdade, a esquerda exilada, marxista e masculina via no feminismo uma dupla ameaça: à unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações e em suas relações pessoais. [...] A relação do grupo com os exilados do sexo masculino foi muito tensa, chegando ao extremo de a Frente Brasileira no Exílio⁴⁹ ameaçar retirar o apoio financeiro às famílias cujas mulheres freqüentassem essas reuniões. (Pinto, 2003, p. 53)

As feministas eram acusadas de estarem sendo a-políticas, deixando de ajudar na luta contra a ditadura. No entanto, elas estavam politizando suas vidas também dentro de casa. Apesar de algumas terem cedido às pressões dos companheiros (deixando de se reunir com as demais), o número de mulheres identificando-se com o feminismo crescia.

No ano de 1975 houve um “racha” entre o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris em torno da questão da autonomia da luta de mulheres. Como resultado, uma parte do grupo criou o Círculo de Mulheres Brasileiras e lançou uma Carta Política enfatizando o desejo de se reunirem de forma independente e o compromisso com a luta pela “destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista” (Pinto, 2003, p. 55). O novo grupo era um espaço destinado às mulheres para que estas se expressassem enquanto mulheres. Sua composição era bastante heterogênea e formado em grande parte pelas exiladas vindas do Chile (descontentes com a forma como o PC direcionava o Comitê de Mulheres daquele país).

Reuniões periódicas eram marcadas para análises de textos, filmes, artigos e editoriais publicados nos jornais feministas *Brasil Mulher* (de Londrina) e *Nós Mulheres* (editado em S. Paulo). O Círculo também criava espaços públicos de reflexão, organizava assembléias e implementava uma política de expansão e intercâmbio (envio de material para o Brasil: contato com outros grupos de feministas, etc.) (Pinto, 2003, p. 55).

⁴⁹A Frente Brasileira no Exílio, também conhecida como *Front Brasileiro*, possuía representantes do PC do B, do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e recebia apoio financeiro do Partido Comunista Francês. Ver: Cardoso, 2004, p. 82-83.

Ainda que houvesse uma heterogeneidade interna, duas linhas de pensamento se destacaram: a que defendia uma dupla militância (a favor das mulheres e da luta de classe) e a que dava ênfase à libertação da mulher e às questões de sexualidade e prazer (Cardoso, 2004, p. 62). Para Celi Pinto (p. 55), esta segunda vertente foi “a grande propulsora de um feminismo mais vigoroso e mais capaz de pôr em xeque as estruturas de dominação”.

2.6 Feminismo e imprensa

Durante os anos de 1970, o feminismo ganhava, igualmente, espaço na imprensa alternativa (também chamada de “nanica”⁵⁰, independente ou *underground*), caracterizada pela oposição ao regime civil-militar, elemento comum e que unia as publicações. Segundo Kucinski (1998, p. 183), três atores sociais participaram na formação desse tipo de imprensa no país: grupos de esquerda, jornalistas em busca de alternativas ao fechamento de seus espaços de trabalho e intelectuais procurando fugir da censura imposta às universidades.

A tiragem desses jornais e revistas era irregular e a sua circulação restrita. Alguns podiam ser encontrados em bancas mas, na maioria das vezes, a distribuição se dava via militância, mão a mão, em eventos ou nas sedes das próprias organizações.

Essa imprensa era representada por jornais de vários tipos e de diferentes tendências políticas, entre os quais podemos citar *Pasquim*, *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*, com posições e informações fundamentalmente políticas, e *Versus*, *Ovelha Negra*, *Lampião* e *De Fato*, com orientação cultural, sexual e ideológica (Leite, 2003).

As discussões de cunho mais feminista foram abordadas em alguns desses espaços, sendo valorizadas ou ridicularizadas, de acordo com a linha geral da revista. Dentre os “alternativos” que mais ridicularizaram as mulheres e o feminismo está *O Pasquim*. Publicado semanalmente nos anos de 1970, “boa parte de seus membros, inspirada na contracultura norte-americana, afastava-se do dogmatismo de muitos marxistas, caracterizando uma pluralidade ideológica suprapartidária, voltando-se para o combate ao autoritarismo e à crítica de costumes” (Soihet, 2005, p. 594).

No ano de 1971, integrantes do *Pasquim* entrevistaram (22 de abril) a feminista estadunidense Betty Friedan⁵¹ por ocasião da sua passagem pelo Brasil para divulgação do seu livro *A Mística Feminina*, traduzido pela editora Vozes. Friedan liderava a *National Organizati-*

⁵⁰O apelido *nanica* se deve ao formato pequeno, como o dos tablóides, adotado pela maioria desses informativos. A palavra *alternativa* era usada nos Estados Unidos e na Inglaterra para designar arte e cultura não-convencionais (Kucinski, 1998, p. 178).

⁵¹O sobrenome desta autora aparece escrito de duas formas distintas na literatura internacional: Friedman e Friedan (Cf. www.barnesandnoble.com/index.asp?z=y). Para este trabalho, se adotou a segunda versão (Friedan), utilizada em textos mais recentes.

on of Women e estivera entre as feministas que escandalizaram o mundo com a queima de *soutiens* em praça pública nos EUA (como protesto e sinal de libertação das estruturas opressivas da sociedade). Em seu livro denunciava um *mal sem nome* (a frustração e o desespero de inúmeras mulheres diante do seu tradicional papel na família), questionando a *realização mística* da mulher na vida doméstica, como mãe e esposa. Na entrevista, é possível perceber o descrédito dos entrevistadores para com o feminismo e as intenções políticas das mulheres, apesar de as colocações de Friedan enfatizarem o contrário. Como exemplifica a resposta dada à provocação de Millor Fernandes de que o movimento de mulheres não teria um objetivo:

O movimento da mulher é apenas uma parte do todo de uma grande revolução humana que está acontecendo no meu país. No atual estágio dessa revolução a mulher é uma parte muito importante, mas ela não é um fim em si mesmo. É uma parte integrante da contracultura. Em várias faculdades e uma universidade de absoluta maioria masculina em Berkeley, em todo lugar, tenho falado dessa questão de libertação, não só da mulher mas também do homem.

A aparência física de Friedan, considerada feia para os padrões tradicionais de beleza, foi utilizada posteriormente como forma de chacota, não só sobre ela, mas para todas as mulheres identificadas com o feminismo. As feministas eram descritas como “viragos”, “sapatões”, “pesadas como elefantes” (gordas), perigosas, mal amadas e feias, o oposto do ideal feminino “constantemente re-atualizado, de beleza, meiguice, delicadeza, paciência, resignação,” (Soihet, 2001, p. 25). Tais idéias contribuía, não apenas para denegrir o feminismo mas, para afastar outras mulheres do movimento.

Carmen da Silva também encontrava dificuldades para se identificar como feminista na revista *Cláudia* diante da conotação negativa desta palavra entre os setores conservadores da sociedade. Os responsáveis pela revista não queriam seu nome associado ao feminismo pois corriam o risco de perder anunciantes e leitores/as (Petersen, 2006, p. 33). A trajetória desta jornalista foi marcada por uma negociação constante e pelo uso de estratégias para a conquista e manutenção de espaço junto às leitoras e à editora Abril (Duarte, 2002, p. 14-35).

Contra-pondo-se à imagem veiculada pelo *Pasquim*, Carmen da Silva evidenciava os aspectos positivos do feminismo, contra-pondo-os à idéia de “guerra entre os sexos”. No artigo intitulado *O que é ser uma mulher livre* (jul. 1971, p. 107-111), Carmen “discute as idéias de Betty Friedan, tentando mostrar a seu público que [...] eram inteligentes e que estavam sendo deturpadas” (Ferreira, 1995/1996, p. 187). A imagem da feminista como feia, enalhada e masculinizada era desconstruída, destacando-se a beleza das mulheres identificadas com um

projeto de emancipação.⁵²

Ainda assim, segundo Mayra Corrêa e Castro (1995/1996, p. 114), a imagem predominante da mulher feminista é a de uma mulher frustrada, masculinizada e sem vaidade alguma. Para ela, o que se veiculava era a separação das feministas do mundo feminino. “Trata-se de uma exclusão, de uma definição pela negativa. Ou melhor: é a partir dessa negativa que é construída uma imagem das feministas como não-mulheres, colocando-as numa espécie de limbo da identidade sexual”.

A indefinição quanto à identidade das feministas aparece no *Pasquim* n. 345 (p. 31, 6 a 12 fev. 1976) em uma “brincadeira” na qual são excluídas dos direitos humanos ao mesmo tempo em que se faz alusão às dificuldades enfrentadas pelas militantes em terem suas lutas incluídas na pauta das lutas gerais dos grupos de esquerda. A “piadinha” recebeu o título de “Questão de prioridades” (*apud* Soihet, 2005, p. 597) e é assinada por Ivan Lessa. Como segue: “Ei, feministas: em primeiro lugar os direitos humanos. Depois, então, a gente vê o caso de vocês, tá?”

O “humor” misógino deste periódico reforçava os estereótipos e insistia na “inferioridade natural” da mulher e no seu papel como objeto sexual. Assim, lemos no texto intitulado *As Mulheres*, de Pedro Ferreti⁵³: “Se a mulher quiser ser igual ao homem, ela que, basicamente é passiva no sexo, vai trocar de sexo. Não estou recriminando lésbicas. Estou tentando expor um fato psicológico e biológico”. Outro exemplo está na “piada” feita por Ivan Lessa com o título “Cadelas, uni-vos!”⁵⁴, bordando um suposto protesto de feministas contra licenças de cachorro em forma de hidrante, onde se lê: “Organizações feministas prontamente protestaram contra a discriminação sofrida pelas cadelas. Depois as mulheres se queixam quando a gente manda elas pro tanque, pra cozinha, pra cama, esses lugares enfim onde são mais úteis, chateiam menos e podem usar melhor a cabeça”.

Como coloca Rachel Soihet (2001, p. 24), “à primeira vista, esta maneira burlesca de apresentar as mulheres empenhadas na luta por direitos não guardaria maiores conseqüências, visando apenas divertir o público leitor”. No entanto, a insistência nos deboches e na desqualificação das feministas indicam uma violência contra as mulheres e difunde uma imagem negativa relativa à sua luta por direitos e pela modificação das situações de opressão.

⁵²Como evidencia a reportagem sobre Simone Weil, atuante no parlamento francês em prol da legalização do aborto, onde se pontua a bela aparência da militante (“Simone Weil: a grande revelação de 1975”, *Cláudia*, jul. 1975. Cf. Castro, 1995/1996, p. 111). O mesmo pode ser visto na escolha da atriz Norma Bengel, integrante do Grupo de Mulheres Exiladas em Paris, para uma entrevista (“Norma Bengel de vedete a feminista”, *Cláudia*, abril 1975, Cf. Castro, 1996, p. 150).

⁵³*Pasquim*, n. 28 de 1º janeiro de 1970, p. 22 (Soihet, 2005, p. 602).

⁵⁴Editada no n. 345 de 6 a 12 de fevereiro de 1976, p. 31 (Cf. Soihet, 2005, p. 596-7).

Além das feministas, qualquer mulher estava exposta, nas páginas d'*O Pasquim*, a uma zombaria a toda prova, por ser mulher. E isso tudo no clima político de intensa transformação cultural dos anos 1960 e 1970, quando aparentemente o gênero, no caso a “superioridade masculina”, era o único valor estável para aquele grupo de jornalistas que durante muito tempo foram considerados verdadeiros heróis da resistência política à ditadura.

A anti-propaganda feminista, veiculada pela imprensa masculina, confundia até mesmo as mulheres e intelectuais de vanguarda dispostas a se identificar com o feminismo. Rose Marie Muraro comenta em uma entrevista (Toscano, 1992, p. 52-53) o quanto ficara aturdida com a imagem que o *Pasquim* fizera dela e do feminismo, tendo discutido o assunto com um analista para se sentir segura novamente quanto às suas opções pessoais (incluindo a heterossexualidade). Saffioti (*Mulherio*, 1982, n. 6) também comenta a dificuldade em se identificar como feminista:

Na verdade, eu sempre relutei em me dizer feminista no Brasil. No passado, esse termo tinha uma carga ideológica muito grande e ainda apresenta uma carga razoável. Eu gosto de dizer: eu sou feminista mas o meu feminismo é este [...] porque eu tenho muito medo que tomem o meu feminismo através dessa adulteração que se fez do termo que interessa muito à ditadura, de entender que esta é uma luta das mulheres contra os homens.

A discriminação em relação ao feminismo estava presente em jornais de renome nacional, refletindo na publicação de determinados textos e pontos de vista bem como na ausência de outros e na rejeição de material produzido por feministas. Hildete Pereira de Melo, em uma entrevista concedida à Rachel Soihet (2006, p. 4), relata a humilhação passada por ela e Branca Moreira Alves na redação do *Jornal do Brasil* (quando ali se encontravam no intuito de divulgar o Encontro da Mulher Trabalhadora a ser realizado no Sindicato dos Metalúrgicos no dia 8 de março de 1978). Em seu relato ela afirma ter sido “escorraçada” do local após uma onda de gozações e discussões com os redatores que insistiam em uma imagem caricaturizada e deturpada do feminismo e das mulheres com ele identificado.

A propaganda anti-feminista esteve presente também em outras regiões do país, nas mais diferentes épocas. Assim, podemos ler no no jornal catarinense *A Nação*⁵⁵, no ano de 1965, a descrição do feminismo como “um dos mais cruciantes problemas da sociologia doméstica”. Assim como o trabalho feminino remunerado, o feminismo é responsabilizado pelo afastamento das mulheres “do posto que naturalmente lhes compete na engrenagem social: a direção do lar.” Além disso, era visto como um incentivo à concorrência “em todo o terreno com o homem” levando à perda do “recato natural” e ao ingresso da mulher no mundo dos “vícios sociais do fumo, da bebida, etc.”. Para o “perfeito equilíbrio social”, o feminismo de-

⁵⁵Beckauser, Adauto. A mulher na sociedade moderna. *A Nação*, 08/05/1965, p. 7. Cf. Petersen, 2006, p. 49.

veria ser combatido e apenas uma variação dele, descrita como *feminismo moderado* (não competitivo, sem intenções no campo público e sem interferência no lar), poderia ser aceita.

Ainda que alguns setores da sociedade se manifestassem de forma hostil em relação ao feminismo, a década de 1970 presenciou a publicação de uma série de jornais alternativos que reservaram lugar em suas páginas para abordar temáticas consideradas importantes pelas feministas (liberdade sexual, igualdade de direitos e de oportunidades, aborto, políticas públicas para as mulheres, melhores condições de trabalho, etc.). Dentre eles se destacam os jornais *Opinião*, *Movimento* e *Repórter*.

Editado e publicado entre outubro de 1972 e 1977 no Rio de Janeiro, com distribuição para todo o Brasil e países da América Latina (uma tiragem inicial de 25 mil exemplares), o *Opinião*⁵⁶ possuía uma linha editorial bastante crítica, concedia um importante espaço aos temas *mulher* e *feminismo* ao publicar cartas e testemunhos de leitoras, mas não fazia propaganda de movimentos políticos. No número 12, de janeiro de 1973, o jornal publicava a carta de Norma Bahia Pontes e Rita Moreira (ambas residentes nos EUA e passando férias no Brasil) criticando um *cartoon* de Millôr Fernandes na revista *Veja*. A carta realiza uma crítica ao patriarcado⁵⁷. No número 17 de *Opinião* aparece um artigo de Branca Moreira Alves comentando a polêmica levantada pelo mesmo *cartoon* e relatar sua trajetória pessoal como feminista. Dois números depois é publicado um artigo do economista Paul Singer: “Caminhos Brasileiros para o Movimento Feminista” (Cardoso, 2004, p. 63).

Além do material das leitoras, o *Opinião* denunciava atitudes discriminatórias contra as mulheres no campo do trabalho (como a demissão de estagiárias do curso de Jornalismo da Universidade Federal da Bahia e o rebaixamento de funcionárias por parte do *Tribuna da Bahia*, por considerar a mulher “um mau negócio”, 5 mar., 1973), entrevistou feministas (como Carmen da Silva, em 5 mar. 1976) e veiculou informações sobre leis favoráveis às mulheres em outros países. A postura do jornal pode ser percebida nos dois exemplos a seguir (*apud* Woitowicz, 2005):

O dia 29 de dezembro de 1975 marcou, na Inglaterra, a entrada em vigor de duas leis contra a discriminação às mulheres: a Lei do Salário Igual e a Lei da Discriminação Sexual. [...] Antes da nova lei homens e mulheres podiam receber salários di-

⁵⁶Criado por iniciativa de um grupo de jornalistas: Raimundo Pereira (ligado à Ação Popular católica), Fernando Gasparian (industrial auto-exilado em Londres, articulador da chamada burguesia nacional, empresários do setor têxtil, metalúrgico e mineral aliado ao governo Goulart); e de intelectuais consagrados como Antonio Candido, Antonio Callado, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Paul Singer, Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Otto Maria Carpeaux, Hélio Jaguaribe, Paulo Francis, Lauro de Oliveira Lima, Jean-Claude Bernadet, Millôr Fernandes e Oscar Niemeyer, (muitos deles afastados das universidades pelo regime). Para mais informações, ver: MARQUARDT, Eduard. *Opinião 1972-1973. Os Limites Regrados da Oposição. Boletim de Pesquisa – NELIC*, Núcleo de Estudos Literários e Culturais, n. 4. Universidade Federal de Santa Catarina, jul. 1999.

⁵⁷Tema a ser abordado no capítulo III.

ferentes por trabalhos iguais. A única justificativa para se dar a elas salário menor era simplesmente o fato de pertencerem ao sexo feminino. [...] Essas duas leis não significam a igualdade total entre os sexos na Inglaterra, conforme várias feministas já fizeram questão de apontar. Porém, representam um começo e, mais importante, o reconhecimento de que a discriminação existe mesmo e que é perfeitamente possível lutar contra ela. (*Opinião*, 16 jan. 1976)

Entre os dias 4 e 8 de março reúne-se, em Bruxelas, o Tribunal Internacional de Crimes Cometidos contra as Mulheres. Entenda-se por crimes contra as mulheres as atitudes sexistas que possam prejudicá-la como ser humano, física e psicologicamente. (*Opinião*, 27 fev. 1976)

Avaliando o material produzido pelo *Opinião*, Goldberg-Salinas (1996) observa uma diferença entre o material produzido por feministas e leitoras em geral (visível nas cartas e nos depoimentos) e os demais artigos. Nos textos mais gerais, o feminismo é visto apenas como mais um movimento emancipatório, a diferença se dava por conta de algumas demandas específicas: “a luta contra todas as barreiras que impedem a mulher de obter sucesso no trabalho produtivo e de participar da transformação social⁵⁸”, enquanto para as feministas, trata-se de uma luta contra um sistema de dominação masculino presente em todos os aspectos da vida social: o patriarcado.

Temáticas consideradas polêmicas (e mal-vistas pelo regime civil-militar por colocarem em risco “a moral e os bons costumes”) e ligadas às novas demandas femininas foram publicadas pela imprensa alternativa. Exemplos são encontrados nas páginas do jornal *Movimento* de maio de 1976, sobre a pílula anticoncepcional e a liberação sexual da mulher, e no *Repórter* de julho de 1978, uma edição especial sobre o aborto (Woitowicz, 2005).

Criado a partir de um “racha” interno no *Opinião*, o jornal *Movimento* era encabeçado pelo jornalista Raimundo Pereira. A proposta do jornal consistia em unir “várias correntes de esquerda, atraindo tanto militantes que haviam se afastado da luta armada como grupos novos que se animavam com o surgimento do novo jornal, vendo nele um espaço em que seria possível o exercício da ação política em um plano mais geral”. O *Repórter*, por sua vez, não representava nenhuma tendência política e era o jornal da imprensa alternativa que mais vendia nas bancas (Woitowicz, 2005).

Em uma importante edição do jornal *Movimento* (12 de junho de 1978) a própria censura ao feminismo é abordado sob o título “É proibido falar de mulheres”, tratando da proibição de um grande volume de material preparado para uma edição especial do jornal.

O Dia Internacional da Mulher estava próximo. Numa das reuniões de pauta decidimos que era necessária uma edição especial, onde se pudesse aprofundar os debates em torno do papel da mulher no Brasil. [...] O esforço foi realmente grande – cerca

⁵⁸[...] *la lutte contre toutes les barrières qui empêchaient la femme d'avoir accès au travail socialement productif et de participer au changement social*

de 40 jornalistas participaram do trabalho e o resultado, extraordinário: o mais completo levantamento, em termos de pesquisa e reportagens já feito no país em torno do tema. O contra-esforço da censura, no entanto, não foi menor: praticamente vetou tudo, 337 laudas de texto, 65 ilustrações. Mais de 80% do material enviado; um corte como nunca havíamos visto antes, suficiente para produzirmos um livro de 250 páginas.

Apesar dos cortes, “o material vetado foi distribuído para algumas personalidades brasileiras, principalmente políticos e intelectuais, que se posicionaram a respeito e repudiaram a prática autoritária adotada pelo governo militar em relação às transformações que estavam ocorrendo no universo feminino” (Woitowicz, 2005).

Outro periódico que se dedicou às questões feministas durante os anos 70 foi a revista *Mais*, dirigida pela jornalista Judith Patarra. A revista possuía “uma coluna mensal, fixa com informações sobre o feminismo, escrita pela socióloga Eva Blay” (Ferreira: 1995/1996, p. 187). Informações gerais eram repassadas, de forma bastante didática, explicando as reivindicações do feminismo, o funcionamento dos grupos de reflexão e desmistificando as imagens negativas que se formavam na sociedade. Como nos artigos “Feminismo - Os caminhos para a liberdade da mulher. Quais são?” e “Feminismo - Da luta pelo voto de nossas avós ao grupo de conscientização”, (edição de nº 2, de setembro de 1973, *apud* Marson, 1995/1996, p. 103).

Vários artigos mostravam exemplos de “feministas inteligentes, femininas e bonitas”, na tentativa de convencer o público de que “a feminista não era o monstro que o discurso masculino [hegemônico] pintava” (Marson, 1995/1996, p. 103) e discutiam questões como a da violência contra as mulheres (“Segundo a honra, o homem pode matar. Mulher não. Que é isso?”, nº 1, agosto de 1973).

Ao lado destes jornais e periódicos, começou a circular no país, desde 1974, o jornal feminista *Nosotras*, editado pelo Grupo de Mulheres no Exílio em Paris. O jornal, feito de forma artesanal (com ilustrações e escrito à mão, datilografado, mimeografado e grampeado pelas participantes do grupo), analisava a situação de mulheres em vários países e tinha a colaboração de cubanas, venezuelanas, albanesas, chilenas e brasileiras. De 100 a 200 cópias eram feitas e enviadas ao Brasil para o endereço de uma prima de Danda Prado, moradora em uma fazenda, que as redistribuía via correio (para “despistar” a censura do governo).

Os textos, inicialmente em português e espanhol, tinham um teor mais acadêmico e abordavam desde temas polêmicos (como prostituição e aborto) até questões ligadas ao trabalho, à saúde, relacionamento familiar e as novas vertentes feministas. Assim, lê-se no artigo de Fañchoise Collin, *Nuevo feminismo, nueva sociedad o el advenimiento de otra*⁵⁹:

⁵⁹*Nosotras*, n. 21-22, set.-out., 1975, *apud* Cardoso, 2004, p. 81.

Ya no se trata unicamente de obtener para las mujeres los mismos derechos y posibilidades que los hombres poseen. Lo que ahora se reivindica es una nueva estructuración de la sociedad que permita la afirmación de la especificidad femenina y la realización de una verdadera comunidad “humana”.

Cardoso (2004) atribui ao trabalho das mulheres do Círculo de Paris a responsabilidade pela mudança de paradigma dos grupos feministas que atuavam no Brasil, “das prioridades de classe rumo às prioridades de gênero”. Além disso, seguindo o exemplo do *Nosotras*, ressurge, na segunda metade da década de 1970, a imprensa feminista no país⁶⁰.

O primeiro jornal feminista dos anos 70 foi o *Brasil-Mulher* (1975-1979). Começou a ser editado na cidade de Londrina (PR) com uma tiragem de dez mil exemplares e uma circulação nacional, sendo deslocado posteriormente sua sede para São Paulo. Dirigido pela jornalista Joana Lopes, por mulheres ligadas ao PC do B e militantes da Ação Popular Marxista Leninista (APML) e do MR-8, contou com 16 edições regulares (mais quatro edições “extras”) (Leite, 2003, p. 235-236). As autoras do jornal estavam em contato com as feministas do Círculo de Paris (algumas delas ex-colegas dos grupos revolucionários), mantendo-se minimamente informadas sobre a situação e a luta umas das outras.

A primeira temática pensada para o jornal havia sido a da Anistia, em colaboração com a líder do Movimento Feminino pela Anistia (MFA), Terezinha Zerbini, e que coletava assinaturas pelo país para um abaixo-assinado que pressionasse o governo em favor da volta dos exilados políticos. No entanto, Zerbini e Joana Lopes discordavam entre si sobre a amplitude das demandas. Católica fervorosa, a líder do MFA não se declarava feminista e não era favorável à anistia ampla e irrestrita (que incluía militantes considerados terroristas ou radicais de esquerda), afastando-se da direção do jornal (Cardoso, 2004, p. 84-5).

Criou-se uma Sociedade (Sociedade Brasil Mulher - SBM) para gerenciar o jornal, editá-lo, angariar os fundos e comercializá-lo. Com a experiência jornalística de Joana Lopes e suas colaboradoras (trabalhando todas sem remuneração), o jornal adquiriu um bom nível profissional, boa distribuição (foi vendido em PE, SP, MG, RS e PR). As reuniões eram diárias para a distribuição das matérias, o que causava grande movimentação na casa de sua editora chefe, chamando a atenção da polícia. Joana foi detida seis vezes e teve seu cotidiano documentado pelos organismos de repressão do governo⁶¹.

⁶⁰Cardoso (2004, p. 66) localizou 9 periódicos feministas dirigidos por brasileiras durante a década de 1970. Trataremos aqui de apenas dois deles: *Brasil Mulher* (BM) e *Nós Mulheres*.

⁶¹Cardoso (2004, p. 88) observa que a mudança da sede para São Paulo ocorreu para preservar Joana Lopes física e emocionalmente, bem como a sua família, por conta das pressões que vinha sofrendo pela polícia local.

O *Brasil-Mulher* teve ainda por objetivo “propagar a luta por liberdades democráticas, divulgar a participação feminina em diversos movimentos sociais, como sindicatos, associações de bairro ou clubes de mães, conscientizar e mobilizar a mulher para a conquista da igualdade de direitos” (Ferreira, 1995/1996, p. 173). Seu público-alvo eram as mulheres trabalhadoras dos meios populares e temas como a falta de saneamento básico, postos de saúde, creches e escolas bem como a carestia de vida e as condições de trabalho eram priorizados. A emancipação feminina foi pensada, inicialmente, dentro de um projeto de transformação geral da sociedade capitalista⁶².

A posição do jornal, onde a “luta pela transformação da sociedade acabava por ser mais enfatizada do que uma luta pela resolução de carências especificamente femininas ou do que um questionamento aprofundado das relações entre os sexos” (Ferreira, 1995/1996, p. 175-176), causava críticas por parte de outras feministas. Como a escrita pela jornalista Elenice Munerat no jornal *Opinião* de 24 de outubro de 1975, sob o título “Um (falso) jornal”: “Decepcionante, pois, que este jornal - bem impresso e barato, coloque a mulher apenas como uma engrenagem do sistema sócio econômico- político em vez de procurar valorizá-la mais do que os outros órgãos de imprensa” (*apud* Cardoso, 2004, p. 91).

As reuniões de trabalho foram reuniões de discussão e conscientização das jornalistas e colaboradoras em direção ao feminismo. Contudo, tensões internas cresciam e o grupo ficou seis meses sem publicar seu periódico. Neste meio tempo, eleições foram realizadas para a diretoria da Sociedade Brasil Mulher, gerenciadora do jornal. As eleições eram democráticas, efetuadas em assembléias das quais podiam participar livremente qualquer mulher. Grupos de esquerda, arquitetaram uma espécie de golpe: instruíram previamente um grande grupo de mulheres e as levaram para a plenária de votação, ganhando o pleito. Após assumirem a direção da SBM, reorganizaram as suas diretrizes básicas afim de aproximar o *Brasil Mulher* das chamadas *questões gerais*, das questões de classe (Cardoso, 2004, p. 92).

A mudança de rumo do jornal foi nítida. O grupo fundador se afastara e o feminismo aparece (na edição de número 9, a segunda sob nova direção) descrito como uma ideologia burguesa desviante da causa principal das mulheres: o capitalismo, para um inimigo imaginário: o homem. Uma “besteira que devemos condenar” (Leite, 2003).

⁶²Este tipo de postura feminista é identificada com o *feminismo marxista* e o *feminismo socialista* (Saffioti, 1987; Nye, 1995; Goldberg, 1989b) onde o sistema capitalista é pensado como o responsável pela opressão da mulher. “Decorrente dessa visão, o eixo central da mobilização é a luta por uma sociedade socialista”. Para ver as diferenças entre a corrente feminista marxista e a socialista, ver: Rubin, 1993; ROWBOTHAN, Sheila. *Feminisme et Revolution*, Paris: *Des Femmes*, 1976 e MITCHELL, Juliet. Mulheres, a revolução mais longa. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 14, jul. 1967.

No ano de 1976, outro jornal dedicado às mulheres e a discutir questões feministas começa a ser editado: o *Nós-Mulheres* (1976-1978), tendo Mariza Corrêa como responsável⁶³. O jornal contava com cerca de 30 colaboradoras, muitas delas filiadas ao Partido Comunista Brasileiro, e funcionava como um instrumento de divulgação de um coletivo de mulheres, a Associação de Mulheres, contribuindo para o avanço das idéias feministas pelo país (Teles, 1993, p. 90; Sarti, 1988, p. 42).

Em seu primeiro editorial, “Quem somos?”, a linguagem usada é pessoal e afetiva. O uso da primeira pessoa do plural, *Nós*, rompe com o tratamento impessoal e assexuado da imprensa e inclui leitoras e redatoras em um universo comum. Questiona-se a educação diferenciada para meninos e meninas, o lugar reservado à mulher na sociedade e as desigualdades entre os sexos no mercado de trabalho. Os homens são conclamados a assumir as responsabilidades domésticas e a educação dos filhos em parceria com as mulheres. A intenção é uma sociedade mais justa, como segue (*apud* Leite, 2003):

Nós Mulheres queremos, junto com os homens lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. E lutarem todos, mulheres e homens, pela emancipação humana: Por isto, não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação.

A necessidade de serem levadas a sério (pelos colegas de esquerda e pela sociedade como um todo) e de, simultaneamente, lutarem contra o estereótipo de um corpo cuja existência estava “a serviço do homem” (onde a sexualidade e a estética ocupavam papel central), marcava, sem dúvida, a postura e a imagem de mulher veiculada pelo jornal: uma militante forte, austera e sem vaidades. Tal imagem se contrapunha ao ideal masculino de feminilidade (frágil, gentil, dócil, dedicada ao lar e bela) e à uma sociedade de consumo. Assim, encontramos no texto intitulado “Tá na cara. Você não vê?” de agosto/setembro de 1977: “Nós Mulheres somos fortes, mas a propaganda nos faz frágeis, burras, e 'gostosas'; porque é assim que essa sociedade nos usa para vender seus produtos. No entanto somos tantas. E por trás dessas imagens há força, inteligência, trabalho, miséria e opressão”.

A questão da sexualidade da mulher permanecia um assunto difícil para o *Nós-Mulheres* (e para os grupos ligados à esquerda, à igreja e aos movimentos populares). A ênfase dada pelo *Pasquim* à “mulher-objeto” e às mulheres emancipadas como “disponíveis sexualmente”, idéia que se disseminava na sociedade em geral, tornava a questão mais complicada. Ainda assim, uma reviravolta no feminismo brasileiro estava em curso, tendo como eixo de sua luta

⁶³Segundo Maria Amélia de Almeida Teles (*apud* Duarte, 2003), a cantora Elis Regina, também identificada com o ideário feminista, teria financiado o primeiro número do *Nós-Mulheres*. O fato indica para uma interação entre feminismo e o mundo das artes no Brasil, tema ainda pouco explorado.

a questão da relação homem-mulher e a necessidade de reformulação dos padrões sexuais vigentes (Toscano e Goldenberg, 1992, p. 30).

2.7 Movimentações públicas: peças de teatro, congressos e seminários

A necessidade de ações concretas no espaço público estava presente em muitos dos grupos de reflexão do país. Apesar do medo e da repressão, alguns encontros e seminários foram organizados. O Conselho Nacional da Mulher Brasileira (CNMB), liderado pela advogada Romy Medeiros da Fonseca⁶⁴, realizou no ano de 1972 um seminário na cidade do Rio de Janeiro (noticiado na imprensa com fotos de primeira página). No encontro ficou claro o processo de ampliação das temáticas ligadas ao movimento de mulheres do país e a heterogeneidade dos grupos. Questões de ordem jurídica eram encabeçadas pelo CNMB e feministas como Carmen da Silva, Heloneida Studart e Rose Marie Muraro afirmavam a necessidade de a sexualidade feminina ser colocada na linha de frente das discussões.

O seminário abordou temas desde os mais polêmicos (como o planejamento familiar), até os considerados mais inusitados (como o imenso papel atribuído, por Muraro, à mulher na era tecnológica) ou os de interesse para uma classe média (como os problemas relacionados às babás). O perfil dos/as conferencistas espelhava a “mistura” à qual se havia chegado, “com representantes dos banqueiros, da Sociedade BEMFAM⁶⁵ e do alto clero católico, ao lado de feministas notórias por suas posições de esquerda como Rose Marie Muraro, Heleieth Saffioti e Carmen da Silva” (Toscano e Goldenberg, 1992, p. 31).

A relação homem-mulher e a reformulação dos padrões sexuais vigentes entravam em pauta, sem contudo obter a aceitação de todos os grupos que se empenhavam pelas causas feministas. Temia-se que a sociedade “fosse levada a pensar que a reivindicação essencial das mulheres era a de ter o mesmo direito à promiscuidade sexual que sempre fora conferida aos homens” (Toscano e Goldenberg, 1992, p. 30).

Para Celi Regina Pinto (2003, p. 48), este encontro dava mostras de uma rearticulação política diferenciada, criando uma situação inusitada “tanto para a própria esquerda como para os órgãos de repressão” ao colocar, lado a lado, pessoas ligadas a diferentes tendências.

⁶⁴Cf. Toscano e Goldenberg (1992, p. 30), Romy já havia participado da luta por um novo estatuto da Mulher Casada que culminou com a aprovação da lei n.º 4.121/62, na qual foram eliminadas algumas das limitações impostas às esposas (consideradas, até então, “relativamente incapazes”). Para Celi Regina Pinto (2003), a presença de Romy Medeiros indica uma espécie de transição entre o velho e o novo feminismo, entre o feminismo “bem-comportado”, à moda Bertha Lutz, e um feminismo “mal-comportado” que enfrentava questões consideradas *tabu*. Por causa desse seminário, Romy foi chamada oito vezes ao DOPS.

⁶⁵Atuante na área da saúde sexual e reprodutiva desde 1965.

Essa rearticulação possivelmente se constitui na grande novidade do feminismo e também um dos problemas que lhe acompanharam na década seguinte: ao mesmo tempo que a questão feminista é um tema progressista por excelência, pois atinge o que há de mais tradicional na sociedade – o poder patriarcal -, ela obrigatoriamente não é perpassada pela questão política no sentido restrito do termo, o que possibilita um arco de alianças muito mais amplo do que o tradicional corte entre a direita e a esquerda.

O tema da sexualidade, ainda um tabu para vários grupos, sempre voltava à pauta dos encontros e interessava cada vez mais a uma grande parcela da população feminina brasileira. Assim, no ano de 1974, a jornalista Heloneida Studart publicou o livro *Mulher, Objeto de Cama e Mesa*, discutindo sexualidade e relações desiguais entre homens e mulheres. Tal qual acontecera com o livro de Rose Marie Muraro, o livro de Studart esgotou-se rapidamente. Reeditado várias vezes, tornou-se um *best seller* da literatura feminista no Brasil, atingindo mulheres de várias camadas da sociedade e de várias partes do país.

A ilusão do “milagre econômico” brasileiro se dissipava. A “perda do poder de compra da maior parte da população, a concentração de renda e a inflação apagavam a euforia dos anos anteriores e contribuíam para o crescimento de insatisfação diante das desigualdades” (Sarti, 1988, p. 41). Novos setores da classe média se opunham às políticas do regime civil-militar e uma política de “abertura lenta e gradual” foi implantada pelo general Geisel, a partir de março de 1974. Como resultado, ocorre uma expressiva vitória do partido de oposição (MDB) nas eleições desse ano⁶⁶.

No ano seguinte, mediante as pressões do feminismo internacional, entidades como a ONU incorporaram algumas demandas feministas. Como consequência, uma série de conferências de interesse das mulheres foram organizadas (a primeira delas na cidade do México, em 1975) e decretou-se o Ano Internacional da Mulher (também em 1975). Como observa Thayer (2001, p. 108), “estes eventos reuniram ativistas de todo o mundo, incluindo muitas brasileiras, e geraram uma multiplicidade de redes, alianças e coalizões feministas.”

O Ano Internacional da Mulher teve um grande impacto no Brasil. De posse de um instrumento “legal para fazer algo público, fora dos pequenos círculos das ações clandestinas” (Teles, 1993, p. 85) os mais diversos grupos de mulheres aproveitaram a oportunidade para voltar a militar politicamente e “atuar junto aos movimentos de mulheres (clubes de mães, associações de donas de casa, etc.) com a finalidade de integrar esses movimentos à luta por liberdades democráticas, por melhorias das condições sociais e pela obtenção de diversos direitos (igualdade salarial e creches)” (Ferreira, 1996, p. 172).

⁶⁶Apesar dos anos que se seguiram terem sido ainda de muita repressão e violência (Operação Barriga Verde, assassinato de Herzog, prisões de membros do PC, etc.), considera-se que o resultado das eleições de 1974 marcou o “pontapé inicial” deste projeto de extensão, “lento e gradual”, de abertura política no país.

A fim de encontrar uma forma de marcar a nova data implantada pela ONU, dois grupos informais de mulheres, amigas entre si e algumas com experiência de militância no movimento de outros países, organizou a Semana de Pesquisa sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira. O evento aconteceu sob o patrocínio da ONU e da Associação Brasileira de Imprensa – ABI, nos dias de 30 de junho a 6 de julho de 1975. O título escolhido para o encontro visava “driblar” a censura e o preconceito contra o feminismo, conforme o atesta o depoimento de uma das organizadoras: “inventamos o nome pomposo de 'Pesquisas sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira' para não usar o termo 'feminista', que assustava as pessoas” (Pinto, 2003, p. 57).

Para Leila Linhares Barsted (1992, p. 108), o evento “constituiu-se no primeiro debate público sobre o feminismo no país”. Contando com cerca de cinquenta mulheres dispostas a discutir por uma semana os principais problemas enfrentados pela mulher brasileira, o encontro teve como um de seus resultados a elaboração de um documento⁶⁷ analisando a condição feminina no Brasil e abordando questões prioritárias.

Dando ênfase às mudanças na legislação do trabalho, no Código Civil (concernentes à família) e à implantação de creches para as mães trabalhadoras, o documento não fez referência às questões reprodutivas nem empregou expressão *feminista*, apesar do grande contingente de mulheres identificadas com estas temáticas.

Novamente duas tendências podiam ser percebidas entre os diversos grupos representados na Semana de Pesquisa: uma dedicada às questões jurídicas e trabalhistas e outra que enfatizava “a questão da sexualidade, do aborto, da contracepção e a crítica à assimetria sexual na sociedade e na organização da família” (Barsted, 1992, p. 108). No entanto, por questões estratégicas, na elaboração do documento final não se incluiu nada relacionado à sexualidade feminina e à reprodução humana. A situação exigia uma grande *frente única* contra a ditadura e para isso era preciso se aliar aos movimentos de esquerda e à Igreja Católica. Além disso, questões de ordem sexual não eram consideradas políticas pelos movimentos de esquerda.

No encontro passou-se a pensar ainda na formação de um “órgão que viabilizasse uma atuação mais permanente e articulada, com objetivos bem definidos e formas de ação coletiva, capaz de conduzir a resultados concretos” (Toscano e Goldenberg, 1992, p. 35). Segundo Celi Regina Pinto (2003, p. 57), esta nova demanda “aponta para uma virada radical na trajetória do movimento, que não só se tornava público como buscava a institucionalização”.

⁶⁷O documento encontra-se em um link do texto de Leila L. Barsted na conferência “Práxis Feminista e Democracia” veiculada pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) no site: www.clam.org.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=219&sid=7 (Acesso: 16/9/2006).

Criou-se assim, em setembro de 1975, na cidade do Rio de Janeiro, a primeira organização feminista do país: o Centro da Mulher Brasileira (CMB)⁶⁸, seguida pelo Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB) de São Paulo. O Centro foi dirigido de forma colegiada, a fim de impedir um possível centralismo ou formas autoritárias do exercício do poder⁶⁹. Com a finalidade de se dedicar à reflexão, à pesquisa e à análise da condição da mulher no Brasil, o Centro se expandiu para outras partes do país. Vários congressos, encontros, seminários e publicações foram realizados, promovendo o intercâmbio entre as mulheres de diversas regiões e a expansão das questões feministas.

O CMB nascia “sob a égide de dois pólos de censura e repressão” (Pinto, 2003, p. 57): o governo militar e os grupos de esquerda. Ambos os pólos exerciam uma espécie de fiscalização das atividades do Centro. A posição frente ao governo era clara (todas eram contrárias à forma arbitrária de atuação), mas não era possível dizer o mesmo em relação às demandas dos grupos de esquerda, como observa Celi Regina Pinto (2003, p. 58),

[...] até porque não era algo que vinha de fora e chegava até o movimento, mas uma contradição que se constituía no seu interior e que, *grosso modo*, dividia as feministas entre as que identificavam uma problemática própria das mulheres que as unificava e as que viam a possibilidade de a questão as mulheres ser, se não reduzida, pelo menos altamente sobredeterminada pela questão de classe.

Apesar das dificuldades, o Centro abrigou diferentes tendências do feminismo nacional durante os cinco anos em que atuou.

Ainda no ano de 1975, durante o Congresso Brasileiro de Mulheres do Rio de Janeiro, realizado no mês de julho, é apresentado o Manifesto das Mulheres Negras, marcando “o primeiro reconhecimento formal de divisões raciais dentro do movimento feminista brasileiro” (Caldwell, *apud* Moreira, 2006). Conforme Kia L. Caldwell, “o manifesto chamou atenção para as especificidades das experiências de vida, das representações e das identidades sociais das mulheres negras e sublinhou o impacto da dominação racial em suas vidas”. O Manifesto apontava a existência de uma forma dupla de exploração e discriminação, com base na cor e no sexo, da qual são vítimas as mulheres negras.

A questão da discriminação racial ganhava espaço pelo país e muitos grupos negros se organizaram. Em 1975 foi realizada em São Paulo a Semana do Negro na Arte e na Cultura e foi criado o Centro de Estudos da Cultura e da Arte Negra (Cecan), a Associação Cristã Bene-

⁶⁸Fundado por Heloneida Studart, Rose Marie Muraro, Moema Toscano, Branca Moreira Alves, Fanny Tabak, Jaqueline Pitanguy, Leila de Andrade Linhares Barsted, entre outras.

⁶⁹Formaram o primeiro colegiado: Moema Toscano, Branca Moreira Alves, Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, Maria Luiza Heilborn, Maria Luiza d’Aboim Inglês, Maria Emília Carvalho da Fonseca, Vera Maura F. de Lima, Sandra Maria Azeredo Boshi e Berenice Fialho Moreira (Toscano e Goldenberg, 1993, p. 35).

ficente, o Movimento Teatral Cultural Negro, o Grupo de Teatro Evolução, a Associação Cultural e Recreativa Brasil Jovem, o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEA), a Federação das Entidades Afro-brasileiras do Estado de São Paulo e no Rio de Janeiro são criados o Grupo Negro Latino-Americano, o Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN), a Escola de Samba Gran Quilombo e a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África.

A época também foi de inovação no campo das artes. Um grupo de mulheres cineastas organizou na Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro o seminário “Mulher no cinema brasileiro - de personagem a cineasta”, com uma série de debates paralelos a uma mostra retrospectiva. O evento suscitou grande polêmica em torno do “específico feminino” no cinema. Dois longas, dirigidos por mulheres (*Feminino plural*, de Vera de Figueiredo e *Marcados para viver*, de Maria do Rosário) foram realizados no ano seguinte (Pessoa, 1989).

Para discutir as questões de relacionamento entre homens e mulheres e criar um espaço para abordar a sexualidade feminina, Cidinha Campos, Rose Marie Muraro e Heloneida Studart montaram a peça *Homem não entra*. Com um enredo montado em torno dos problemas cotidianos das mulheres e uma proposta de interação com as pessoas presentes, a platéia era convidada a se manifestar abertamente sobre sua vida pessoal. Relatando sua participação como espectadora e referindo-se aos efeitos da peça entre o público feminino, Eglê Malheiros comenta em uma entrevista concedida a Janine Petersen (2006, p. 68):

A platéia parecia estar em uma panela de pressão que tinham aberto. Então tinha desde assuntos realmente sérios e pertinentes, até anedotas meio licenciosas [...] um momento de rompimento, a questão feminista foi jogada pra rua. Deixou de ser algo de pequenos grupos. Aonde você ia: jantar, peça de teatro, cinema, se discutia a questão. É feminista não é, ou se é assim então deve ser sapatão, ou eu sou feminista mas meu marido não vai querer que eu diga. E às vezes, certas mulheres que você considerava conservadoras, reacionárias, de repente estavam apoiando.

A peça começou a enfrentar problemas com a censura federal e em menos de um ano foi suspensa sendo reencenada posteriormente e “representada durante anos, por todo o Brasil, com enorme sucesso, causando grande polêmica por proibir a entrada de homens” (Toscano e Goldenberg, 1992, p. 33). O hábito de utilizar material lúdico e artístico em reuniões de mulheres ou de se reunir após uma peça de teatro ou filme, cujo enredo estimulasse a discussão, foi mantido por muitos grupos nas décadas seguintes.

A discussão em torno da sexualidade feminina chamou a atenção do governo militar e a Lei Falcão censurou dois dos livros de Rose Marie Muraro por considerá-los pornográficos: *A liberação sexual da Mulher* e *A Mulher na Construção do Mundo Futuro*. Referindo-se a este episódio, Muraro o associa à sua passagem pela prisão e ao fato de ter sido porta-voz das

reivindicações das presidiárias junto à imprensa pedindo educação para seus filhos e filhas, melhoria do sistema carcerário, e o direito ao lesbianismo. Após a entrevista, o Departamento de Ordem Política e Social do governo (DOPS) enviou seus representantes à editora Vozes e queimou todos os livros de sua autoria (Tomita, s.d.).

Heleith Saffioti observa que a proibição dos livros de Muraro, e não os dela própria (de cunho mais marxista), seriam uma prova das “profundas contradições do regime autoritário brasileiro” que, inclusive, havia colaborado financeiramente (através do Instituto Nacional do Livro, órgão do Ministério de Educação e Cultura) para a primeira edição de *A Mulher na Sociedade de Classes* (em 1969). Além disso, o seu livro fôra escrito para um público mais acadêmico, enquanto o de Muraro era fruto da militância política na ala progressista da igreja (Saffioti, 1987, p. 118).

Ainda que houvesse uma certa perseguição às questões ligadas à sexualidade, a posição da ditadura frente ao feminismo e aos grupos de mulheres em geral era de descrédito. Vistos como inofensivos e de cunho a-político, os grupos conseguiram uma certa margem de manobra. Como observa Petersen (2006, p. 66), “a repressão se dava principalmente contra os que estivessem combatendo diretamente a política oficial, partidária, e o discurso econômico.” Assim, muitos grupos de mulheres passaram a ser tolerados e a ocupar espaço na sociedade.

Os anos que se seguiram ao Ano Internacional da Mulher foram de intensa atividade para as feministas, organizadas em quase todo o país e que procuravam dar o máximo de visibilidade às suas lutas contra a discriminação, a violência e a exploração sofrida pela mulher brasileira. Seminários, fóruns, conferências e congressos eram constantemente organizados neste período. Muitos grupos organizados se declararam abertamente feministas e passaram a discutir formas de reivindicar direitos frente ao Estado (Sarti, 1998, p. 6).

O ano de 1976 foi marcado pela primeira comemoração do Dia Internacional da Mulher (8 de março) desde a implantação da ditadura civil-militar no país. O jornal *Brasil-Mulher* juntamente com o Movimento Feminino pela Anistia promoveu o dia 08 de março no auditório do Museu de Arte Moderna de São Paulo. Participaram cerca de 300 pessoas convidadas (em sua maioria homens) para marcar a data, sendo que a ênfase dada no encontro recaiu mais uma vez sobre a questão da Anistia. No entanto, falou-se pela primeira vez em público sobre a homossexualidade feminina, causando grande mal-estar entre os/as presentes.

No ano seguinte nova comemoração foi realizada, desta vez no auditório da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo. Contando com o dobro de participantes do ano anterior, mais de 600 pessoas, discutiu-se em conjunto questões relacionadas com o custo de vida, a necessi-

dade das creches para a mulher trabalhadora, a discriminação e a exploração das domésticas, a precariedade de muitas moradias, etc. Em reação ao encontro, o *Jornal da Tarde* dedicou uma página inteira ao evento sob o título “Nossas inquietas feministas e todos os seus pedidos. Um deles: um lugar para namorar”⁷⁰, numa tentativa de “desmoralizar o movimento, que já começava a demonstrar sua força” (Teles, 1993, p. 99).

As comemorações em torno do Dia Internacional da Mulher representaram momentos especiais “para a organização de fóruns feministas e dos bairros, articulando protestos públicos contra a discriminação de sexo e uma agenda de reivindicações, consolidando uma coordenação de mulheres e laços de solidariedade (Soares, 1994, p. 14). A prática persistiu durante décadas e permanece um espaço privilegiado de encontro entre militantes de vários grupos de mulheres e feministas.

Ainda como desdobramento do Ano Internacional da Mulher, em 28 de abril de 1977 “foi proposta a instalação no Congresso Nacional de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para examinar a situação da mulher em todos os tipos de atividade” (Toscano e Goldenberg, 1993, p. 37). Apesar das limitações práticas em transformar efetivamente a situação das mulheres, a CPI criou uma oportunidade única até então para mostrar a toda a sociedade “a que níveis havia chegado a discriminação contra a mulher, em todas as instâncias de sua vida, e como tal estado de coisas impedia o acesso à sua plenitude como cidadã e mulher” (Toscano e Goldenberg, 1993, p. 37).

Representantes de diversas camadas da sociedade e feministas de diversas organizações foram convidadas a depor na CPI, havendo no entanto, restrições à mulher trabalhadora. Dentre as questões tornadas públicas estavam a esterilização indiscriminada de mulheres com verbas estrangeiras; o pagamento de apenas um quinto do salário pago aos homens na área rural; o não cumprimento da legislação referente a criação de berçários em empresas com mais de trinta mulheres; o impedimento do acesso das mulheres a determinados setores de trabalho; a demissão sumária de mulheres grávidas e outros.

No mesmo ano entrou em vigor a lei aprovando o divórcio e o governo implantou um Programa de Prevenção à Gravidez de Alto Risco incluindo nele todas as mulheres com mais de trinta anos que já tivessem três filhos e fossem cardíacas ou desnutridas (70% das mulheres em idade fértil no país). Feministas e profissionais da saúde identificaram a medida como uma farsa para aplicar medidas de controle da natalidade e protestaram.

⁷⁰ Ironicamente o artigo foi assinado por uma mulher, a repórter Sheila Lobato. *Jornal da Tarde*, 9/3/1977.

Entre altos e baixos o ano de 1977 viu ainda a Academia Brasileira de Letras abrir suas portas, pela primeira vez em toda a sua história, para o ingresso de uma mulher entre os “imortais”, a escritora Raquel de Queiroz.

Com as eleições parlamentares de 1978, “as feministas apresentaram aos candidatos documentos contendo suas reivindicações” no Rio e em São Paulo (Sarti, 1988, p. 43). Consolidava-se o processo de abertura política no país. Novos tipos de espaço para a discussão política foram abertos e a mulher brasileira podia dedicar-se às questões que diziam respeito à sua condição específica. “Começam a surgir novos grupos de mulheres de feição menos híbrida e mais caracteristicamente feminista” (Costa, 1985, p. 7). As mudanças foram sentidas dentro do próprio Centro da Mulher Brasileira com o qual um grupo de feministas acabou rompendo o vínculo, lançando um manifesto “reivindicando espaço para os temas-tabu, dentre eles as questões da sexualidade e do aborto” (Barsted, 1992, p. 110).

As questões feministas também chegaram às organizações operárias e seus sindicatos, levando as mulheres a discutir suas especificidades em relação aos homens. Assim, “nos anos de 1977 e 1978 aconteceram respectivamente o I e o II Encontro da Mulher que Trabalha, o primeiro no Sindicato dos Aeroviários e o segundo no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro” (Pinto, 2003, p. 66). No ano de 1978 também foram realizados os congressos “A mulher na Força de Trabalho na América Latina” e o “I Congresso da Mulher Metalúrgica”. Este último, realizado no sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, reuniu cerca de 300 mulheres e gerou represálias (a demissão de várias operárias presentes ao encontro). Bandeiras como igualdade salarial, acesso a cargos de chefia e a cursos profissionalizantes, redução de jornadas duplas de trabalho, criação de creches e refeitórios públicos, direito à amamentação, criação de departamentos femininos nos sindicatos foram assuntos de pauta e reivindicações destes encontros.

As greves eclodiram pelo país. Dentre os grevistas, grandes contingentes de mulheres se formaram: na fábrica de carburadores da Brosol, na indústria eletrometalúrgica Rowmet de Santo André e na Philco de São Paulo (onde a maioria, dentre os 7 mil funcionários, era de mulheres). Também no setor químico, que contava com cerca de 11 mil trabalhadoras, realizou-se um Congresso em abril de 1978 denunciando as péssimas condições de trabalho.

O ano de 1979 inicia com a realização do Congresso Nacional pela Anistia. O movimento em prol da Anistia iniciara em 1968 com um grupo de mães cujos filhos e filhas haviam sido presos no Congresso de estudantes de Ibiúna. Comissões de familiares de presos/as e desaparecidos/as políticos foram criadas, recebendo a adesão de mulheres de todo o país. Por

ocasião do Ano Internacional da Mulher criou-se um abaixo-assinado acompanhado do Manifesto da Mulher Brasileira em favor da Anistia. “Esse manifesto correu por todo o Brasil, de norte a sul, com adesões de estudantes, advogados e outros profissionais liberais, mães de família e trabalhadoras” (Teles, 1993, p. 82) culminando no Movimento Feminino pela Anistia, com a proposta de mobilizar a opinião pública contra as arbitrariedades do governo militar.

Durante o Congresso Nacional pela Anistia, uma comissão de mulheres sugeriu a unificação deste movimento com os grupos que se dedicavam às questões específicas da mulher. Como resultado, decidiu-se fazer um levantamento de todas as mulheres e crianças atingidas pela repressão, organizar uma campanha de assistência às presas políticas, denunciar a violência policial e os problemas das crianças sem registro de nacionalidade por causa do regime.

Em 28 de agosto, após longos anos de luta e engajamento, a Lei da Anistia foi aprovada. Com a sua promulgação chegam as brasileiras exiladas políticas trazendo na bagagem o contato com movimentos feministas de outros países. Para muitas dessas mulheres o exílio havia significado a perda de identidade e uma busca por cidadania. Rosiska Darci de Oliveira coloca em seu depoimento sobre esta época a importância dos grupos feministas com os quais se engajara no exterior para o reencontro com sua cidadania perdida: “Eu, que não tinha mais raízes, estava perdida, encontrei no Movimento Feminista imediatamente um país de mulheres” (Toscano e Goldenberg, 1992, p. 57).

Os encontros de mulheres em nível nacional passaram a ser cada vez mais frequentes e em 1979 organizou-se em Fortaleza o I Encontro Nacional Feminista. No mesmo ano, foi criada em São Paulo a associação SOMOS, um grupo de afirmação homossexual e, ligada a ela, o Grupo Lésbico Feminista (que vem a crescer e ganhar visibilidade na década seguinte).

As discussões em torno da sexualidade ganhavam força e trouxeram à tona a questão do controle do corpo da mulher. É difícil precisar a data ou os espaços nos quais a discussão começou. No entanto, na segunda metade da década de 1970, possivelmente por influência do feminismo internacional (que já utilizava essa bandeira desde a década de 1960) a expressão “nosso corpo nos pertence” tornou-se *slogan* de vários grupos feministas no Brasil, sendo anunciada nos mais diferentes contextos, das passeatas à intimidade dos grupos de reflexão (Ávila, 1993, p. 384). O *slogan* expressava a vontade de autonomia das mulheres, o direito ao prazer e ao conhecimento sobre o corpo, o desejo de decidir os próprios rumos, sem o controle dos homens, da família, do Estado ou das instituições religiosas.

Aliada à questão do direito de decisão sobre o corpo e a própria vida, tinha início em 1979 a luta contra a impunidade aos assassinatos de mulheres em nome da honra. Com a absolvição de Doca Street, assassino de Ângela Diniz, as feministas se organizaram e saíram às ruas de Cabo Frio para protestar contra o veredicto da justiça, exercendo grande pressão sobre a opinião pública e causando uma reviravolta no processo. Protestos em outros estados (contra a morte de Maria Regina Rocha e Eloísa Balesteros, em Minas Gerais e Eliane de Gramont em São Paulo) evidenciavam a questão da violência e do descaso para com a vida das mulheres. “Quem ama não mata” virou lema feminista no final da década, conquistando espaço na mídia nacional como tema de uma mini-série na TV Globo.

As denúncias de violência tornaram-se freqüentes e, mediante a iniciativa de organizações feministas, criou-se no Rio de Janeiro, no ano de 1979, a Comissão Violência contra a Mulher, no intuito de levantar dados e propostas de enfrentamento do problema. Instituições de atendimento às vítimas de violência foram criadas em seguida “pois se pensava então que o assassinato era o último ato de uma escala de violência conjugal que começava com o espancamento” (Grossi, 1994, p. 474).

A partir dessas discussões, muitos dos grupos de mulheres e feministas do país foram “desenhando um perfil mais voltado para as áreas da saúde e da violência, por serem estes espelhos mais visíveis da opressão sexual que se dá sobre o corpo e a sexualidade” e “as idéias feministas ligadas à saúde integral da mulher, descolando a sexualidade da reprodução começaram a tomar o tecido social” (Oliveira, 2005).

3 Feminismo nos anos 80: tensões com a esquerda, autonomia e institucionalização

O final da década de 1970 e o início dos anos 80 foi marcado por muitas mudanças no feminismo nacional. No ano de 1979, além da anistia aos exilados e presos políticos, ocorre a reforma partidária e o fim do bipartidarismo⁷¹, em vigor desde 1965. A reforma dividiu as feministas agrupadas no Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Parte delas permaneceu junto a este partido (rebatizado de Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB) e parte ingressou no Partido dos Trabalhadores (PT), quando de sua fundação, em fevereiro de 1980. A divisão era reflexo das diferenças em torno de questões estratégicas. Como coloca Petersen (2006, p. 41) “de um lado ficaram as que lutavam pela institucionalização do movimento e por uma aproximação da esfera estatal e, de outro, as autonomistas, que viam nessa aproximação um sinal de cooptação.”

O período marcou ainda o crescimento dos movimentos populares e da luta pela redemocratização. Estes *novos movimentos sociais* (mulheres, negros, étnicos, indígenas, homossexuais, pequenos agricultores, sem-terra, deficientes físicos, ecologistas), compostos por atores/atrizes heterogêneos/as, trouxeram à pauta temas até então pouco valorizados ou ausentes do pensamento das esquerdas tradicionais, levantando novas discussões sobre o campo da democracia e reivindicando direitos frente ao Estado⁷², entendido como um promotor de bem-es-

⁷¹O bipartidarismo é uma situação política em que dois partidos dividem o poder, constitucionalmente ou de fato, sucedendo-se em vitórias eleitorais em que um deles conquista o governo do país e o outro ocupa o segundo lugar nas preferências de voto, como oposição oficial e institucionalizada. O regime civil-militar brasileiro, mediante o Ato Institucional n. 2 (AI-2), aboliu os partidos políticos no país, permitindo a existência de apenas duas “associações políticas”. Criou-se então a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), base de sustentação civil do regime e o MDB, com a função de fazer uma oposição “aceitável” ao regime (Cf. SCHIELING. Voltaire. O bipartidarismo no regime civil-militar. *História por Voltaire Schieling*. Sessão: Brasil. In: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/brasil/2003/08/18/001.htm> (Acesso: agosto de 2006).

⁷²Segundo Gohn (1995, p. 44) estes novos movimentos diferenciam-se daqueles das décadas anteriores por não se organizarem a partir do mundo do trabalho. São grupos constituídos por pessoas de diferentes classes e camadas sociais que politizaram suas demandas, criando um campo político de força próprio dentro da sociedade. Suas ações “estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo”. Para Scherer-Warren (1996, p. 49-50) estes movimentos agem no sentido de estabelecer “um novo equilíbrio de forças entre Estado (aqui entendido como o campo da política institucional: o governo, dos partidos e dos aparelhos burocráticos de dominação) e sociedade civil (campo da organização social que se realiza a partir das classes sociais ou de todas as outras espécies de agrupamentos sociais fora do Estado enquanto aparelho), bem como no interior da própria sociedade civil nas relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados”.

tar social (Sarti, 2004, p. 40).

O Movimento de Mulheres, no qual se incluíam as feministas, dava continuidade a muitas das questões abordadas na década anterior, centrando suas reivindicações na melhoria das condições de vida (mudanças no sistema de saúde, movimento por creches, luta contra a carestia, assistência às vítimas de violência, etc.). No entanto, como coloca Sarti (2004, p. 41) “as perspectivas, demandas e motivações das mulheres engajadas no movimento eram distintas, sem que essa distinção tivesse sido nomeada”.

Parte das idéias ligadas ao feminismo ganharam o espaço público e a esfera do privado, espalhando-se por clubes de mães, postos de saúde, associações, sindicatos, partidos políticos, centros acadêmicos, teatros, jornais, igrejas, universidades e centros de pesquisa, gerando tensões, rupturas e mudanças. Contudo, entre os setores mais conservadores da sociedade havia uma clara rejeição às feministas. Esta rejeição ficava visível na mídia, que a reforçava.

Em seu estudo sobre as imagens do feminismo no Brasil, Ferreira (1995/1996, p. 184) observa as contradições presentes no imaginário dos mais diversos grupos em relação às feministas. Descritas como lésbicas/sapatões eram, porém, pouco aceitas entre as lésbicas. A imagem de feia, masculina e mal-amada co-existia com a de “perua” a fim de exhibir o corpo e pregar a liberdade sexual⁷³, o que, por sua vez, contrastava com a da “intelectual sisuda”, chaticíssima e “dona da verdade”.

As imagens negativas, baseadas ou não no comportamento das feministas, criaram uma espécie de mito em torno do feminismo (entendido como “machismo às avessas”, “anti-feminino”, etc.), afastando muitas mulheres e inibindo outras. A pergunta “você é feminina ou feminista” (como se as proposições fossem excludentes entre si), teve de ser respondida inúmeras vezes por militantes de grupos de mulheres ao longo dos anos de 1970 e 80, evidenciando claramente um preconceito⁷⁴. Ainda assim, as feministas continuavam atuando entre as mais diversas camadas da sociedade.

O quadro político-econômico-social do país levava as feministas a fazer alianças com os demais setores que se opunham ao regime civil-militar, interagindo com a esquerda, a igreja, os movimentos populares e o movimento de mulheres. Muitas das feministas possuíam uma *dupla militância*, criando um *movimento interclasses*. Porém, organizavam-se cada vez

⁷³Exemplificada em um folheto “editado em 1982 pela Confederação Paulista dos Clubes de Mães que apresenta os debates realizados nessas associações durante o ano de 1980, intitulado 'A libertação da mulher' onde a feminista é classificada exatamente assim: como uma mulher fútil, uma 'perua' exibida” que aparece de biquíni portando um cartaz com o enunciado “Pelas Liberdades Femininas” em meio a uma passeata de donas de casa reivindicando água, esgoto e creches (*apud* Ferreira, 1995/1996, p. 184).

⁷⁴Como coloca Eglê Malheiros (*apud* Petersen, 2006, p. 80): “é como dizer, por eu lutar pelos meus direitos, pela cidadania, por ser considerada uma pessoa, eu deixo de ser mulher. É uma posição super machista”.

mais de forma autônoma, “propugnando a recusa de uma prática social/política hierarquizada” e voltando-se “para as questões micro, localizadas na esfera da subjetividade, do privado, do desvendamento dos lugares onde as mulheres atuavam, como a casa, o doméstico, as relações sexuais” (Oliveira, 2005).

Dúvidas quanto à forma de atuar na sociedade e na escolha dos eixos centrais de discussão geravam debates entre os grupos dispostos a discutir a situação da mulher no país. Questões como continuar se dedicando às lutas gerais ou reforçar questões mais específicas, identificar-se ou não como um movimento feminista, abordar abertamente temas ligados à sexualidade, interagir ou não com setores do Estado, continuar junto aos partidos de esquerda, e outros, causavam conflitos e angústias entre as feministas.

Segundo Cynthia Sarti (2004, p. 41), duas tendências principais se firmavam:

A primeira, mais voltada para a atuação pública das mulheres, investia em sua organização política, concentrando-se principalmente nas questões relativas ao trabalho, ao direito, à saúde e à redistribuição de poder entre os sexos. Foi a corrente que posteriormente buscou influenciar as políticas públicas, utilizando os canais institucionais criados dentro do próprio Estado, no período da redemocratização dos anos 1980. A outra vertente preocupava-se sobretudo com o terreno fluido da subjetividade, com as relações interpessoais, tendo no mundo privado seu campo privilegiado. Manifestou-se principalmente através de grupos de estudos, de reflexão e de convivência.

A existência de diferentes tendências entre as feministas não impedia o diálogo. O eixo central permaneceu a luta contra todas as formas de discriminação para com a mulher e as diferenças se davam em torno da identificação das causas dessa discriminação, das questões escolhidas como ponto de partida para a ação e estratégias a serem adotadas para superar as desigualdades e implantar formas mais justas de convivência humana. Em torno de uma raiz única, inúmeras frentes de trabalho se formaram, muitas interligadas com os demais movimentos sociais e grupos de esquerda, e outras seguiram caminhos autônomos.

O tema da autonomia dos grupos de mulheres e feministas vinha se delineando havia algum tempo. Em meio às alianças políticas efetuadas durante o período da ditadura, o feminismo brasileiro abdicara de questões importantes para assumir uma postura “boa para o Brasil” (Goldberg-Salinas, 1996). A discriminação dentre os mais diversos grupos levava as feministas a repensarem constantemente a sua relação com os partidos políticos, a igreja e o Estado (Álvares, 1994, p. 232).

A década de 1980 foi palco da organização de inúmeros grupos autônomos de mulheres em torno de questões específicas, influenciando e influenciados pelo pensamento feminista⁷⁵. Merecem destaque: o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), iniciado em 1981, no estado de Santa Catarina, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR)⁷⁶, organizado no Sertão Central, Pernambuco, em torno de 1984 (Deeree, 2004) e no Rio Grande do Sul, em 1989, contando com uma liderança de mais de 500 militantes (Brumer e Paulilo, 2004), além do Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

O movimento de mulheres agricultoras/camponesas dedicou-se a questões referentes a “saúde, licença maternidade e à implementação de benefícios previdenciários como aposentadoria e outros já assegurados às trabalhadoras urbanas, além do reconhecimento do trabalho da mulher rural e sua integração individual nos sindicatos e cooperativas” (Lynn Stephen, *apud* Paulilo, 2000, p. 3). Além disso, “devido à pressão dos movimentos de mulheres rurais em todo o país, a Constituição de 1988 reconheceu a categoria 'produtoras rurais', garantindo às mulheres direitos previdenciários como aposentadoria aos 55 anos e licença-maternidade remunerada” (Brumer e Paulilo, 2004).

Na década de 80 verificou-se, ainda, a articulação de um feminismo continental com os Encontros Feministas Latino-americanos e do Caribe, realizados desde 1981 (inicialmente a cada dois anos e posteriormente a cada três anos). Esses encontros foram essenciais para a criação de agendas locais/nacionais em articulação com processos mais amplos (Alvarez, *et al.*, 2003). Além disso,

[...] dadas as diferenças de classe, as divisões cidade/campo, a diversidade das formações raciais e étnicas, as diferenças de idade e de gerações, assim como as diferenças de identidades e de orientação sexual, a heterogeneidade dos feminismos latino-americanos e caribenhos tem desafiado uma compreensão uniforme de algumas questões-chave do movimento feminista como saúde reprodutiva, educação, violência contra mulheres, direitos trabalhistas, sexualidade e globalização (neoliberal). As participantes são mulheres engajadas na militância feminista em uma ampla variedade de espaços públicos (potencialmente antagônicos) desde grupos de feministas lésbicas a sindicatos trabalhistas, movimentos dos sem-terra, organizações não-governamentais (ONGs), departamentos de estudos da mulher em universidades, organizações revolucionárias, partidos políticos e instituições governamentais. Mesmo que ancorados na solidariedade política entre mulheres, os Encontros e os “desencontros” dentro deles têm propiciado debates produtivos e reconfigurado alianças e coalizões entre as feministas da região.

⁷⁵Dentre estes grupos estão as organizações de empregadas domésticas, o movimento de mulheres indígenas, o movimento de mulheres negras, o movimento lésbico, grupos autônomos de mulheres que se especializaram na área da saúde (com práticas alternativas para o tratamento médico e psicológico, como a técnica do auto-exame), dentre outros. Optamos destacar ao movimento de mulheres agricultoras devido à pouca visibilidade que tem recebido, tanto no campo das pesquisas acadêmicas quanto nas estatísticas oficiais (além de ser um dos grupos mais *esquecidos* pelas políticas públicas).

⁷⁶O MMA e o MMTR deram origem ao que hoje é conhecido como Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

3.1 Feminismo e esquerda brasileira

Com a abertura política no Brasil, as possibilidades de atuação na sociedade aumentavam, bem como as discussões em torno das pautas e prioridades dos grupos. A recusa das mulheres em deixar suas questões para um segundo plano criou novas tensões e rupturas, principalmente dentro da esquerda brasileira, interessada no potencial político e mobilizador do movimento feminista mas muito fechada para inúmeras de suas questões.

Analisando a relação entre feminismo e esquerda no ocidente, Delphy (1994, p. 188) observa a complexidade do tema. Para ela,

[...] as relações do feminismo com os movimentos de idéias e com os movimentos institucionais que, há um século e meio, são chamados de “esquerda” não são simples. A nova história feminista está estudando essas relações e ainda não pode, talvez nunca consiga, chegar a uma conclusão geral e unívoca desse estudo. Existem porém constantes, verificadas na história recente [...], a esquerda, e mais exatamente a extrema esquerda, foi ao mesmo tempo o interlocutor privilegiado e o “principal inimigo”.

No Brasil, a situação não foi diferente. Anette Goldberg (1996) argumenta que a esquerda brasileira emitia uma opinião negativa sobre o feminismo antes mesmo de sua organização na esfera pública. Entendido como um “estrangeirismo”, “alheio aos verdadeiros problemas brasileiros, não refletindo nada mais do que as angústias de lésbicas e/ou burguesas sexualmente frustradas”⁷⁷, o feminismo era inaceitável. Além disso, “nas questões de moral e comportamento, a esquerda era conservadora. As mudanças de comportamento nem sempre eram recebidas como avanço, mas como retrocesso, sintomas da decadência da burguesia” (Colling, 1997, p. 33). Neste quadro, alguns dos temas feministas, como a sexualidade, era mal interpretado e entendido como desviante das questões consideradas centrais.

Dentre os movimentos sociais, sindicatos e partidos a situação das feministas também não era fácil, havendo temas-tabu em quase todos. Clair Castilhos, comentando sobre a criação dos primeiros grupos feministas de Santa Catarina (*apud* Petersen, 2006, p. 75 e 84), observa a existência de uma *pauta de restrições* imposta às palestrantes do II Encontro de Mulheres Catarinense em Chapecó (1981)⁷⁸ por conta dos dirigentes católicos das Comunidades Eclesiais de Base. O fato evidenciou para algumas das presentes a necessidade de uma organização mais autônoma, desvinculada dos partidos políticos ou qualquer outra instituição que limitasse suas lutas e causas.

⁷⁷Citação no original: [...] étrangère aux véritables problèmes brésiliens', ne reflétant que les 'angoisses de lesbiennes et/ou de bourgeoises sexuellement frustrées'.

⁷⁸O I Encontro da Mulher Catarinense fora realizado um ano antes, em 1980, na cidade de Itajaí. No Encontro de Chapecó se fizeram presentes muitas agricultoras, já dando mostras do que viria a ser um dos movimentos de mulheres mais forte e bem organizado do estado nas décadas seguintes.

Feministas socialistas que militavam no movimento operário enfrentavam, igualmente, hostilidades e preconceitos. Como colocam Sardenberg e Costa (1994, p. 91), “a participação das mulheres na produção social sempre foi rechaçada pelos trabalhadores com medo da concorrência, inclusive não aceitavam a participação feminina nos sindicatos, mesmo quando as mulheres constituíam a maioria dos trabalhadores numa categoria profissional”.

Os porta-vozes dos movimento quase sempre eram homens, enquanto as mulheres eram pressionadas a assumir funções secundárias de apoio e obrigadas a respeitar a tomada de decisões da liderança masculinas quando davam voz às suas reivindicações, eram freqüentemente sujeitas à humilhação das piadas ou ao menosprezo aberto. [...] As mulheres do movimento [de mulheres] começaram a perceber o quão difícil era para elas mesmas se desvencilharem de atitudes culturais de baixa auto-estima e insegurança, da facilidade com que os homens conseguiam fazê-las duvidar de si mesmas. Ou impedi-las de se perceberem tão politicamente capazes quanto eles. (Adelman, 2005, p. 50)

Apesar das dificuldades, a grande inserção das mulheres no mercado de trabalho, na década de 70, propiciara “uma aproximação entre o movimento sindical e o movimento feminista, entre o movimento de mulheres populares e as idéias feministas” (Oliveira, 2005). Para dar conta da problemática das relações de exploração de classe e opressão de sexo, foi construída uma prática social de mão dupla entre os mais diversos grupos de mulheres. Segundo Molyneux (*apud* Costa, 2005), esta prática distinguiu o feminismo brasileiro do europeu e estadunidense, criando “um projeto mais amplo de reforma social, dentro do qual se realizavam os direitos da mulher e formas organizativas que possibilitavam o envolvimento de setores populares”.

A ligação do feminismo com setores populares e o seu potencial político e organizacional eram de grande interesse para a esquerda, preocupada em atrair as mulheres para as suas causas. Hildete Pereira de Melo, militante do Partido Comunista até meados da década de 1970 confirma o interesse do PCB pelo Centro da Mulher Brasileira e as estratégias utilizadas para criar dentro deste centro uma base para o partido (Soihet, 2006, p. 3)⁷⁹. Como resultado, as mulheres que defendiam uma pauta diferente, voltadas

para a assimetria de poder nas relações entre homens e mulheres, a violência contra a mulher, enfatizando problemáticas ligadas à subjetividade e às relações interpessoais, constituíram-se numa tendência derrotada nos debates que definiram a criação e o perfil do CMB nos primeiros anos de sua fundação.

⁷⁹Segundo Mary Castro (2000, p. 106) um estudo sobre a “cultura organizacional das esquerdas” no Brasil, quanto à forma de se relacionarem com os movimentos sociais revelaria a recorrência dessa prática, a de “reduzir movimentos e organizações específicas a 'cadeias de transmissão' do partido”.

Cardoso (2004), em sua pesquisa sobre a imprensa feminista brasileira, indica uma espécie de cerco contra o feminismo desencadeado por grupos de esquerda no início da década de 1980. Para ela (p. 69), o II e o III Congressos da Mulher Paulista (1980 e 1981)⁸⁰ representaram a ruptura entre as feministas e as pautas destes grupos, marcando o início de uma nova fase para o feminismo brasileiro, mais autônoma e voltada para as questões hoje identificadas como *questões de gênero* e o aprofundamento dos temas específicos à mulher (Teles, 1993).

O II Congresso da Mulher Paulista reuniu 4 mil mulheres no auditório do Tuca, teatro da PUC/SP. Segundo Cardoso (2004, p. 69), “a movimentação gigantesca era momento ideal para os partidos de esquerda conquistarem força política e convencerem as mulheres de que o feminismo era separativista”. As feministas, por sua vez, já estavam decididas a ter encontros a-partidários e voltados para as questões específicas das mulheres. Prevendo o impasse,

[...] a comissão organizadora tomou todos os cuidados possíveis para garantir a legitimidade das propostas feministas e impedir que o Congresso fosse usado como palanque político. Mas os acontecimentos não saíram como o esperado. Lideranças do PC, do PC do B e do PMDB usaram até de agressão física para fazer valer seus pontos de vista. As feministas se uniram e redigiram um documento execrando as atitudes presenciadas por todas as presentes, e o Congresso entrou para a história do feminismo como um momento de cisão. (Moraes, *apud* Cardoso, 2004, p. 70)

Para Teles (1993), o “racha” definitivo aconteceu no congresso seguinte (III, 1981), também no Tuca. Na reunião preparatória para o encontro, o MR-8 posicionara-se contra a participação das lésbicas. O PC do B, por sua vez, marcara um encontro paralelo com o intuito de esvaziar o Congresso da Mulher Paulista e forçar suas militantes a escolherem entre o partido e as discussões feministas.

A desqualificação de temas feministas dentro dos partidos levou um bom número de mulheres ao desencantamento para com seus companheiros de militância que, “sempre ocupando as posições de liderança, as mantiveram numa posição subalterna, fato que a seus olhos tornava discutível sua sinceridade e credibilidade em qualquer domínio” (Soihet, 2006, p. 3). Schmidt (SPS, 5/6/2006), tratando deste assunto, pontua: “se for para pensar onde se sofreu mais para ser feminista, onde foi mais difícil, onde teve mais resistência (é preciso dizer que) a esquerda foi muito mais brutal nos períodos de enfrentamento do que a academia. [...] Eu apanhei muito mais da esquerda do que da academia”.⁸¹

⁸⁰O I Congresso da Mulher Paulista, organizado por feministas em 1979, é citado por Soares (1994, p. 16, n.r. 17) como responsável pela articulação de centenas de mulheres espalhadas pelos bairros de São Paulo, dando maior visibilidade às lutas por creche e contra a carestia de vida (esta última considerada “uma das primeiras manifestações contra o regime civil-militar” no país).

⁸¹Christine Delphy (1994, p. 190) observa a recorrência desse fenômeno nos países ocidentais onde a esquerda e os movimentos de mulheres foram fortes.

Muitos dos temas abordados pelas esquerdas tradicionais não foram abandonadas pelas feministas - ao contrário, permaneceram na base de suas reflexões. A luta contra formas arbitrárias de atuação (no plano das relações pessoais ou no campo da política), contra a opressão e a exploração, contra as injustiças sociais, a favor da liberdade e da dignidade humana mantiveram-se uma constante. Entendeu-se, no entanto, que as questões ligadas às mulheres teriam de ser assumidas por elas pois seus aliados não o fariam (afirmando que isto se resolveria “depois”), muito menos a direta conservadora.

Como observa Rodrigues (2001), em relação às mulheres, as diferenças ideológicas dos mais diversos grupos não implicava práticas diferenciadas:

[...] os partidos, todos eles, os de direita e os de esquerda, desenvolviam uma relação utilitarista com as mulheres, usando-as para seus projetos partidários, [...] os partidos reproduziam, em geral, práticas sexistas e autoritárias, desconsiderando a condição feminina e desrespeitando as próprias mulheres.

A dominação sexista e as relações de poder estabelecidas entre os sexos dentro dos grupos foram sistematicamente denunciadas, na tentativa de impedir que as questões de dominação interna, entre os integrantes dos grupos, fossem preteridas. Para Rago (1995/1996, p. 36-37), o distanciamento em relação ao discurso marxista masculino (e, obviamente, dos demais discursos de caráter masculinista) implicou ganhos para a reflexão feminista, facilitando “a incorporação de temas-tabus como os referentes aos sentimentos, às emoções, à sexualidade ou à moda e, por conseguinte, a procura de novos conceitos capazes de enunciá-los e interpretá-los”.

A dicotomia entre a luta geral e a específica foi gradativamente rompida, dando lugar à crença de que “nenhuma luta é mais 'particular' que outra: todas são particulares e universais, se partirmos de uma concepção de esquerda na qual o ser humano deve buscar um desenvolvimento pleno e integral” (Cruz, 2003, p. 13). A separação entre as esferas pública e privada foi questionada “pois a dinâmica de poder existe nas duas esferas. As relações familiares são também relações sociais e relações de poder, entre sexos e gerações. As relações entre os sexos não são naturais ou biologicamente determinadas. São construídas socialmente e, portanto, historicamente determinadas.” (Sardenberg e Costa, 1994, p. 94). Teorias políticas que não levassem estes aspectos em consideração não estariam fazendo jus à realidade social nem seriam suficientemente socialistas ou libertárias.

3.2 Um caminho para si: o feminismo autônomo

A bandeira do *pessoal é político*, mobilizava para as lutas do movimento de mulheres e, ao mesmo tempo, questionava os parâmetros conceituais do político, “até então identificado pela teoria política com o âmbito da esfera pública e das relações sociais que aí acontecem” (Costa, 2005). Os aspectos políticos da esfera privada passaram a ser enunciados, “ressaltando o caráter estrutural da dominação e tornando evidentes as modalidades de poder que também se expressam na vida cotidiana, nos diversos aspectos das relações sociais e pessoais, e que, freqüentemente, significavam a inferiorização das mulheres” (Soihet, 2006, p. 4).

Segundo Stuart Hall (1997, p. 49), ao politizar o privado, o feminismo abria à contestação política “arenas inteiramente novas de vida social: a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças etc.”, de igual forma, apresentava como uma questão política e social o tema da formação e produção dos sujeitos, politizando “a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas)”.

Para Anthony Giddens (1993), na separação entre público e privado, pessoal e profissional etc., escondiam-se as profundas conexões que moviam estas áreas. Ao afirmar os aspectos políticos da esfera considerada “particular”, o feminismo resignificava as questões ligadas ao cotidiano e ao subjetivo e subvertia os elementos constitutivos das relações entre homens e mulheres, com implicações para a democratização na esfera pública e uma reorganização afetiva e emocional (transformando a intimidade e as práticas sociais).

Um caminho de elaboração e estratégias políticas próprio começava a ser trilhado. A autonomia frente aos partidos políticos e outras organizações, em termos organizativos e ideológicos, entrou em debate. A experiência nos grupos de reflexão (de socialização dos problemas enfrentados pelas mulheres em seu cotidiano e de percepção dos aspectos culturais da sujeição feminina) levava à ruptura com a idéia de “destino biológico”, colocando para o feminismo “o problema da autonomia como o requisito primordial para o exercício da liberdade” (Ávila, 2005).

Atrelada à questão da autonomia estava o tema do corpo. As feministas tomavam consciência de que “a presença de seu corpo, ou de sua voz ou de seu nome assinado em um papel é constituinte da relação com o 'outro'” (Pinto, 1992, p. 133) e se traduzia em uma situação de inferioridade. A apropriação do corpo da mulher, no espaço familiar e afetivo tanto quanto no espaço do trabalho e das demais relações sociais, era denunciada como a primeira forma de expropriação e violência vivida pelas mulheres (implicando, em inúmeros casos, em

aprisionamento familiar, humilhações, espancamentos, estupro e morte). O direito ao controle do próprio corpo implicava no direito de gerir a própria vida.

Segundo Cruz (2006, p. 7), “o direito ao corpo imprimiu uma marca diferenciadora entre o movimento feminista e os demais movimentos sociais. Se o corpo em nossa sociedade é um dos espaços por onde passa o exercício do poder e da liberdade, para as mulheres ele é o *locus* principal sobre o qual se estrutura a sua dominação”. Celi Regina Pinto (1992) também vê o movimento feminista como diferente dos demais movimentos sociais por não se organizar em torno de uma *reivindicação* mas de uma *condição*. Para ela (p. 132), o feminismo “não é reivindicatório *stricto sensu*, não se organiza a partir de demandas específicas ao Estado. Sua relação com o aparelho estatal é, na maioria das vezes, consequência bastante posterior à sua organização”.

A condição não reivindicativa do movimento feminista está calcada na natureza de exclusão que ele explicita. Enquanto os movimento reivindicatórios se constituem ao redor de uma exclusão específica, sem-terra, sem-teto, etc., o movimento feminista constitui-se em torno de uma condição de exclusão dispersa e, ao mesmo tempo, onipresente no sentido de perpassar todas as posicionalidades do sujeito em sua vida cotidiana. O movimento feminista organiza-se para lutar contra uma condição: não é a luta por políticas públicas, por revisões de códigos de direito ou mesmo por creches, delegacias etc. que constituem o movimento, mas a luta contra uma condição dada historicamente pela desigualdade nas relações de gênero, que se expressam ao nível público e ao nível privado, ao nível da razão e do afeto, do trabalho e do prazer, da obrigação e do desejo. Nesta condição está a radicalidade do movimento, que tem como consequência uma desorganização profunda dos espaços de poder cotidiano: ao mesmo tempo que a exclusão é menos transparente, pois é minimizada por discursos de igualdade de direitos e cidadania, uma vez enunciada a presença explícita e irremediável no corpo. (Pinto, 1992, p. 132)

A desilusão com a esquerda e a busca por autonomia levaram as feministas brasileiras da década de 1980 a se posicionarem contra duas formas de determinismo: o determinismo biológico (que naturalizava questões sociais e aspectos culturais em nome da anatomia de homens e mulheres) e o determinismo do discurso economicista (que operava com a idéia de separação binária entre a esfera da produção e a da reprodução, do público e do privado, e acreditava na libertação da mulher como consequência das modificações no plano econômico) (Oliveira, 2005).

Diante da amplitude dos problemas e temas ligados à dominação das mulheres, presente em todos os espaços do tecido social, inúmeras eram as formas de ação exigidas. As questões “micro” (localizadas na esfera da subjetividade e do privado), tanto quanto as “macro” (ligadas às políticas públicas, às relações sociais e à conjuntura do país) precisavam ser discutidas e enfrentadas. Almejava-se uma nova forma de fazer política, em contraposição ao caráter mais hierárquico e autoritário da maioria das grupos e movimentos sociais (Miguel,

1988), garantindo independência e individualidade entre os pares, pluralidade nas decisões e maior capacidade de integração em busca de um modelo comum.

A preocupação com formas menos rígidas e hierárquicas de organização apareceu no primeiro Encontro Nacional Feminista, realizado durante a reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) no Rio de Janeiro em 1980. Como coloca Shuma Schumaher (*apud* Abath e Ireland, 1998, p. 3), naquela ocasião se conclamou que

[...] ninguém representa ninguém: nem a sua instituição, nem o seu sindicato, nem o seu grupo, nem a sua prefeitura, nem o seu conselho de mulher; nos encontros feministas você vai representar a si mesma, é uma oportunidade para falar de si, de seu umbigo, dos seus desejos, das suas contradições, das suas ansiedades, das suas dificuldades, da sua sexualidade.

Trabalhando com conceitos de ação coletiva e ação direta, e procurando superar as práticas de representação por delegação, as feministas criaram fóruns de debate. Nestes fóruns todas as mulheres são convidadas a participar, e decidir, delegar e organizar suas estratégias de trabalho e intervenção social (Soares, 1994, p. 23).

Para Ferreira e Melo (2003, p. 5), essa política “proporcionou ao movimento uma maturidade que permite às integrantes rever posições na perspectiva de construir consensos o mais próximos possíveis e/ou adotar posições que contemple as partes em conflitos”.

3.3 A nova imprensa feminista

Com o abrandamento das políticas de censura do regime civil-militar, novos programas jornalísticos começaram a ser elaborados. As mudanças de comportamento entre as mulheres levaram a maior rede de televisão do país, a Rede Globo a produzir programas voltados ao público feminino e à discussão de temas presentes no universo feminista. O primeiro destes programas, *Malu Mulher*, entrou no ar em horário nobre entre maio de 1979 e dezembro de 1980. Sua personagem principal questionava a rotina doméstica e vivia em desacordo com o estereótipo da esposa e mãe de família feliz. Além disso, discutia sua sexualidade (inclusive, o tema do aborto), estava em processo de separação (após 13 anos de casamento), tornando-se “chefe de família” e ingressando no mercado de trabalho⁸².

Entre 1980 e 1986 a Rede Globo veiculou o *TV Mulher*, um programa matutino que incluía discussões sobre os direitos da mulher, escolarização e trabalho (além de temas ligados ao espaço doméstico, como decoração e cozinha). A sexualidade (considerada assunto pesso-

⁸²O programa foi distribuído posteriormente para mais de cinquenta países e recebeu diversos prêmios. Ver: www.teledramaturgia.com.br/malu.htm

al) ganhou destaque o quadro “Comportamento Sexual”, dirigido pela psicóloga e sexóloga Marta Suplicy, para quem as telespectadoras escreviam sobre as dúvidas em relação ao próprio corpo e ao comportamento sexual (direito de ter desejo, opção sexual, recuperação do saber sobre o próprio corpo, aborto, etc.). O *TV Mulher* foi responsável pela disseminação e discussão de temas feministas por todo o país⁸³.

Durante a década de 1980, a imprensa feminista ganhou fôlego⁸⁴. Em sua pesquisa, Elizabeth Cardoso (2004, p. 66) identificou um salto quantitativo na produção de periódicos feministas no Brasil (revistas, boletins e jornais) neste período: de 9 para 44. Para ela (p. 68), há uma mudança de perfil em relação ao material produzido na década anterior, marcada pelo debate entre a questão da mulher *versus* questão geral e pelas reivindicações de igualdade, autonomia partidária e pelo combate a ditadura. Esta nova geração do jornalismo feminista,

[...] incorpora o conceito de gênero, assume os temas relacionados direta e exclusivamente às mulheres (como sexualidade, planejamento familiar e violência contra a mulher); tende para a especialização por temas; luta pelo direito à diferença e opera em parceria com um novo ator social, a sociedade civil organizada, na forma de ONGs e associações voltadas para a questão de gênero.

Dentre as publicações do período, destacamos dois jornais, em especial, por representarem dois grupos de feministas que entravam em evidência no cenário nacional: as feministas lésbicas e as acadêmicas. Os jornais em questão são: *Mulherio* (vinculado a um núcleo de pesquisas: a Fundação Carlos Chagas) e *Chanacomchana* (informativo do GALF-Grupo de Ação Lésbica-Feminista⁸⁵).

O jornal *Mulherio* (1981/1988) surgiu do projeto de um grupo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas interessadas em fazer um informativo que integrasse pesquisadores/as, diferentes grupos organizados de mulheres e órgãos da imprensa em geral. A proposta era a da diversidade e do debate de idéias, com um amplo leque de assuntos: resultados de pesquisa, resenhas, notícias de encontros feministas, discussão de políticas públicas e condições de trabalho, informações sobre saúde, sexualidade, cuidados com o corpo, além de denúncias de violência e de discriminação contra a mulher negra. Dava-se ainda destaque à vida das operárias e da periferia das grandes cidades, e à produção cultural de escritoras e artistas de todo o país.

⁸³A pergunta pelos motivos que levaram ao fim do programa, na mesma época em que se ampliaram os debates e a circulação de periódicos ligados ao tema da mulher, permanece aberta.

⁸⁴Cardoso (2004, p. 66) se refere a este material como pertencente a uma “segunda geração” feminista (a “primeira geração” seria a da década de 1970). No entanto, o trabalho desta autora não leva em consideração as publicações de brasileiras no final do século XIX e na primeira metade do século XX.

⁸⁵O grupo chamava-se inicialmente Movimento Lésbico-Feminista mas, por motivos políticos e alternância de lideranças, muda de nome e se denomina Grupo Lésbico-Feminista (GLF) e em seguida GALF (Cardoso, 2004).

Abertamente identificado como feminista, o jornal dava ênfase à discriminação sexual, criticando, dentre outras coisas, a supervalorização do corpo da mulher em detrimento de sua pessoa e suas idéias. Como é possível perceber no texto de Maria Rita Kehl em um exemplar do jornal totalmente dedicado a discutir a “beleza da mulher brasileira” (*Mulherio*, ano 2, n. 5, jan./fev. 1982, p. 14-15):

Se os homens afirmam que vêem na mulher antes de mais nada belos contornos, considero isso como um empobrecimento de sua capacidade de olhar e ver. Estou convencida de que nosso olhar sabe encontrar no homem sinais do que ele é, além dos contornos de sua musculatura [...] Não somos aceitas e talvez não nos aceitemos como seres que existem a partir de, dentro de, através de um corpo. O corpo que podemos e devemos ostentar, corpo plástico e sem “imperfeições”, corpo que esconde todas as marcas de vida – esse corpo feminino é exibido, cobiçado e consumido nessa condição: a de ser um corpo morto. Nosso corpo é aceito, exposto e aparentemente liberado de uma moral que o considerava como lugar do pecado – mas é libertado somente na condição de coisa. Como tal, pode e deve exibir sua superfície, sua forma, seu contorno – mas deve forçar suas tendências naturais de modo a que tal contorno se enquadre dentro de um contorno-padrão, custe o que custar.

As dificuldades enfrentadas pelas militantes feministas de esquerda também aparecem em muitos textos. Critica-se a rigidez do modelo de militância proposto e a ausência de direitos relativos a uma vida pessoal prazerosa, como o evidencia o artigo de Verônica Guedes, “Lutar, mas também amar e ser feliz” (*Mulherio*, n. 3, set./out. de 1981, *apud* Manini, 1995/1996, p. 58-59)

Como será um mundo construído por pessoas que acham que a militância substitui a própria vida? Por pessoas que esqueceram a sua sexualidade em alguma página solta do Capital? Por pessoas cuja amargura e sisudez se sobrepõem à tarefa de construir um mundo mais sadio e feliz? Por isso, em nome de todos os torturados, de todos os humilhados, de todos os mortos e desaparecidos, em nome de todos os suicidas e, principalmente, em nome de todos os que estão vivos, devemos transformar o amor em um exercício diário de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, pensam em revolucionar o mundo! Para isso nosso movimento tem importância fundamental, porque questiona as relações afetivas e políticas a partir dos indivíduos. Por isso também representa um perigo estorcedor a quem não consegue se libertar do martírio que representa sua opção política. Não pensamos em trocar fuzis por flores, nem abrimos mão de lutar por uma sociedade justa e mais humana. Queremos participar da construção dessa nova sociedade, mas queremos também amar, sermos felizes e alegres com a mesma intensidade com que sofremos pela nossa trágica realidade social e, para isso, precisamos de uma identidade, de nossa identidade de mulher-sexo feminino e não de uma triste militância assexuada.

O *Mulherio* obteve boa aceitação nos meios universitários, chegando rapidamente a três mil assinaturas (no seu terceiro número). Segundo Duarte (2003) “alguns números tornaram-se verdadeiros documentos da trajetória da mulher na construção de uma consciência feminista, tal a seriedade do trabalho realizado para a conscientização da cidadania e o avanço das conquistas sociais da mulher brasileira”.

O jornal *Chanacomchana* (1981-1989⁸⁶) iniciou com uma tiragem de 200 exemplares e periodicidade instável (trimestral ou quadrimestral), editado por estudantes universitárias ligadas às Ciências Humanas e ao Movimento Lésbico-Feminista (MLF). Divulgado em bares, festas e boates (eventualmente em congressos), era mantido por doações, pequenos anúncios e assinaturas.

Para Cardoso (2004, p. 99) a publicação do *Chanacomchana* simbolizou a “aproximação definitiva entre lésbicas e feministas” no Brasil. As colaboradoras e editoras do jornal vivenciavam uma forma particular de discriminação, que combinava sexismo com homofobia e vinculava a sexualidade ao tema da opressão e evidenciava seus aspectos políticos. O silêncio da imprensa feminista sobre estas questões levou as militantes do GALF a publicar seu próprio periódico (Cardoso, 2004, p. 99):

As mulheres lésbicas, que abrem uma publicação feminista, no Brasil, dificilmente se identificam com o que está escrito, pois não há nada que fale diretamente de seu cotidiano, acabando por ser reforçada a idéia. Mesmo aquelas lésbicas que se reconhecem nas lutas mais gerais do feminismo, como a igualdade salarial e de outros direitos entre mulheres e homens, acabam vendo mantida a velha esquizofrenia que a sociedade lhes impõem em todos os âmbitos das suas vidas. Ou seja, elas podem se identificar e mesmo batalhar pelos direitos das mulheres, já que são mulheres, mas suas vidas pessoais, a saber, sua sexualidade, sua afetividade, etc. [...] devem fiar no terreno do privado numa flagrante contradição com um dos grandes 'slogans' do feminismo que diz que o privado é político.

O jornal tornou-se canal de diálogo sobre direitos e cidadania, além de abrir espaço para depoimentos pessoais (muito próximo da experiência dos grupos de reflexão). Como coloca Ferreira (1995/1996, p. 192), “estas mulheres percebiam-se como mulheres que enfrentavam os preconceitos assumindo sua sexualidade, sem medo de se exporem. Viam-se também como mulheres que tentavam driblar o autoritarismo inerente a qualquer movimento político”.

As colaboradoras do *Chanacomchana* procuravam construir um feminismo próprio de mulheres lésbicas e distinto dos estereótipos da “feminista sapatão” (com o qual não se identificavam nem como feministas nem como lésbicas)⁸⁷, como segue:

O feminismo é de quem o está construindo todos os dias e, por isso, existem tantos “feminismos” quanto mulheres feministas, ou seja, existem diferentes concepções

⁸⁶No ano de 1989, o GALF se tornou uma ONG, identificada como “Rede de Informação Um Outro Olhar”. Com isso, o *Chanacomchana* sofreu modificações e passou a ser publicado como *Um Outro Olhar*, tendo sua tiragem aumentada para 5 mil exemplares (Cf. Cardoso, 2004, n.r. 15; www.umoutroolhar.com.br/25anos.htm)

⁸⁷Em entrevista a Verônica Ferreira (1995/1996, p. 181), a feminista Eleonora Menicucci de Oliveira se refere à imagem da “sapatão” como algo construído pelo mundo masculino, cujos pés são maiores do que os das mulheres em geral para evidenciar o medo que sentiam que as feministas tomassem os seus lugares na sociedade. Nas suas palavras, “quando esse mundo masculino ouviu, na década de 70, as mulheres dizerem que queriam pensar por conta própria [...], ficou louco, completamente sem sapatos, ficou descalço. Então eles olharam e falaram: 'Elas estão tomando nossos sapatos; elas vão querer pisar forte [...]; a feminista está tomando o nosso lugar'. Chamar de sapatão é desqualificar a mulher que não precisa do homem [...], tanto faz ser lésbica como não ser.

de feminismo de acordo com as experiências de suas autoras. [...] Assim, as mulheres lésbicas vêm também construindo sua própria concepção de feminismo através da análise da situação da mulher em suas respectivas sociedades e do lugar que ocupam as lésbicas neste contexto com um enfoque mais aberto (*apud* Ferreira, 1995/1996, p. 191).

3.4 Rumo à institucionalização

O amadurecimento das questões feministas, a decisão por autonomia (em relação aos partidos políticos, à igreja, e aos movimentos sociais) e as mudanças na conjuntura política do país, levou o Movimento de Mulheres e feminista a redefinir a sua noção de *sujeito político* e sua relação com o Estado.

Em decorrência da afirmação do espaço privado como um espaço político e carregado de relações de poder, a concepção tradicional de política foi ampliada e a noção de sujeito se modificou. Para o feminismo (Soares, 1994, p. 22), há uma multiplicidade de sujeitos e não “um só sujeito histórico que enfrente e transforme estas relações em nome de todos os oprimidos” ou “uma vanguarda que focaliza os partidos políticos como um lugar privilegiado para a prática da política negando as estruturas de representação do movimento de mulheres”.

O Estado foi identificado por algumas parcelas do feminismo e do Movimento de Mulheres “como a concretização material e simbólica do poder político central, aquele que sintetiza, globaliza as relações de exclusão, dando uma dimensão institucional e um aporte de generalidade ao conjunto da sociedade”. Diante disso, novas estratégias e formas de diálogo deveriam ser estabelecidas com o Estado para atingir a vida de milhares de mulheres no país.

Dentre as novas formas de estratégia encontra-se a organização de órgãos voltados aos direitos da mulher. O fórum do Encontro Feminista de Valinhos (SP), no ano de 1980, recomendou a criação de centros de autodefesa para coibir a violência contra mulheres⁸⁸. Ainda em 1980, surgiram os primeiros SOS (SOS Mulher do Rio de Janeiro, o SOS-Corpo de Recife, o SOS Violência de São Paulo e o SOS Campinas), com atendimento social, psicológico e jurídico às vítimas de violência, dando visibilidade aos temas relacionados à violência doméstica.

No ano de 1982 uma nova discussão perpassou os grupos de mulheres e feministas do país: ingressar ou não na política partidária. Mediante a pressão interna e externa, o governo brasileiro convocara eleições municipais e estaduais diretas⁸⁹. O momento poderia ser oportu-

⁸⁸Nos textos pesquisados, ocorre uma discrepância em torno do ano e do local para o 1º Encontro Feminista Nacional. Entre 1979 e 1980 muitos encontros foram realizados pelo país e a eles fazem alusão diferentes fontes. Há, no entanto, consenso em torno do 2º Encontro, realizado em Salvador. Optou-se nesta pesquisa seguir a cronologia apresentada por Abath e Ireland (1998).

⁸⁹Mas não para a presidência, o que desencadearia as manifestações das *Diretas-Já*, no início de 1984.

no para fazer avançar um projeto de transformação da realidade das mulheres. Para muitas feministas, era preciso reconhecer a capacidade do Estado moderno em influenciar a sociedade como um todo, “não só de forma coercitiva com medidas punitivas, mas através das leis, de políticas sociais e econômicas, de ações de bem estar, de mecanismos reguladores da cultura e comunicação públicas”, sendo “um aliado fundamental na transformação da condição feminina” (Molyneux, 2003, p. 68).

Como aponta Petersen (2006, p. 75), a convocação de eleições gerais, “depois de tanto tempo de suspensão de participação eleitoral, influencia as posições e opiniões nos meios políticos e repercute na opinião pública mais ampla”. Consciente dessa perspectiva, uma plataforma feminista foi elaborada por alguns grupos de mulheres e submetida aos candidatos. Com o título de *Alerta Feminista*, o material visava “a sensibilização de candidatos e candidatas, e a conquista de apoio e compromisso para com as reivindicações dos movimentos de mulheres” (Rodrigues, 2004).

O *Alerta Feminista* representou uma coligação supra-partidária que possibilitou o apoio e a organização de feministas e militantes, ligadas a diferentes partidos políticos, em torno de uma plataforma única. Como coloca Barsted (1994, p. 44), “isso possibilitou que o movimento de mulheres pudesse influenciar os partidos políticos para incorporarem as demandas feministas em suas plataformas de ação e pudesse apoiar, expressamente, candidaturas de mulheres identificadas com as propostas do movimento”.

Algumas feministas se engajaram nacionalmente em prol das eleições, como o atesta a reportagem do jornal *O Estado* de março de 1981 (“Líder feminista diz que oposição precisa vencer”. Florianópolis, 27 mar. 1981, p. 3. *apud* Petersen, 2006, p. 78).

A deputada Estadual do PMDB do Rio de Janeiro e líder feminista, Heloneida Stuard, que veio anteontem à capital a convite do Diretório de seu partido para proferir uma palestra sobre “A situação da Mulher Brasileira” disse ontem que “a oposição precisa vencer em 82 pelo menos nos quatro grandes estados - Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas – para enraizar esta democracia, tão frágil, que a gente quer”.

O resultado das eleições, no qual a oposição (PMDB) conquistou vitórias importantes, como o governo do estado de São Paulo, e derrotas (à primeira candidatura de Lula) provocou importantes transformações no poder executivo e nos parlamentos estaduais e municipais. Feministas ligadas ao PMDB iniciaram as primeiras negociações com o Estado para criar instituições que atendessem à condição feminina e às reivindicações de setores dos movimentos. Tal atitude gerou discussões internas no movimento de mulheres. Para alguns grupos corria-se o risco de perda de autonomia: as lutas travadas para alterar as relações de poder não poderi-

am advir de uma estreita colaboração com o Estado. As feministas ligadas ao Partido dos Trabalhadores também eram contra a institucionalização. Para elas, era preciso criar secretarias de mulheres com direito e voz atuante junto ao Estado, mas funcionando com recursos próprios (Oliveira, 2005).

Na realidade, as feministas já dialogavam com o Poder Legislativo no Brasil desde meados da década de 1970. Sucessivas propostas foram apresentadas para alterar o código de leis do país, em particular os Códigos Civil e Penal, nos aspectos considerados discriminatórios em relação às mulheres (como o demonstram a luta pelo voto e pela modificação do estatuto da mulher casada, dentre outras questões).

Pretendia-se um diálogo mais eficaz com o Poder Executivo para a implantação de políticas públicas capazes de alterar a condição de inferioridade da mulher no país. O “ponta-pé inicial” foi dado por algumas feministas de São Paulo com projeção nacional nas áreas da cultura, da política e da academia (Pinto, 2003, p. 70). O diálogo entre estas feministas e o governador eleito pelo PMDB naquele estado (Franco Montoro) “garantiu a criação do primeiro mecanismo de estado no Brasil voltado para a implementação de políticas para mulheres, o Conselho Estadual da Condição Feminina, criado em abril de 1983” (Costa, 2005)⁹⁰. No entanto, como observa Pinto (2003, p. 70) o conselho possuía apenas “caráter consultivo e propositivo, não possuía orçamento próprio e era composto por mulheres do partido vencedor”⁹¹.

Em 1984, as oposições se uniram novamente em torno da reivindicação de eleições diretas para a presidência da república e as feministas e militantes de grupos de mulheres constituíram em conjunto o Movimento de Mulheres pelas Diretas-Já. Seguindo as estratégias anteriores, cerca de quarenta mulheres ligadas ao PMDB procuraram o então candidato (e futuro presidente eleito pelo colégio eleitoral) Tancredo Neves para obter dele a garantia de um órgão estatal de maior alcance (semelhante ao *Ministère des Droits de la Femme* francês) (Goldberg-Salinas, 1996). A promessa de Tancredo foi cumprida, após sua morte, por seu vice-presidente (José Sarney) e no ano de 1985 foi criado junto ao Ministério da Justiça o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

⁹⁰Uma série de conselhos foram criados no governo de Franco Montoro: para as populações negras, para o meio ambiente, para os/as idosos, etc.

⁹¹Para Celi Regina Pinto (2003, p. 70-71), a experiência do movimento feminista em seus mais de 20 anos de institucionalização é de grande importância para se compreender a relação entre movimentos sociais e Estado no Brasil, onde “os grupos são suficientemente fortes para romper a impermeabilidade estatal, mas não o bastante para ocupar um espaço nas instâncias decisórias. Ao mesmo tempo que precisam lidar com a oposição de parcelas do movimento [...] que não aceitam a institucionalização”. Além disso, a ligação com um partido específico supõem acordos específicos. A alternativa desejada, e a mais democrática, de tomadas de decisão a partir dos movimentos é a mais difícil de se alcançar. “A alternativa do recrutamento de correligionários de partido tem sido a regra e acarreta problemas de perda de autonomia e independência.”

Durante o VI Encontro Nacional Feminista, realizado em 1985, em Belo Horizonte, a questão da participação ou não nos Conselhos da Condição Feminina e a criação de um Conselho Nacional causou polêmica. Ainda que o tema não estivesse oficialmente na pauta do encontro, centralizou os debates, não havendo consenso em torno do assunto. Pensava-se na autonomia do movimento em relação às novas formas de atuação.

O esforço pela autonomia e a tendência pela vinculação a partidos políticos, setores religiosos e demais instituições é apontada por Barsted (1994, p. 40) como uma das tendências do feminismo brasileiro. Tal paradoxo se dá acompanhado de muita tensão e discussões. Não foi diferente durante o VI Encontro Nacional Feminista, onde as discussões alastraram-se além do tempo previsto para o encontro (entre aquelas que se dispuseram a continuar discutindo a questão) e terminaram com a elaboração de um documento (Carta de Belo Horizonte) repleto de críticas, considerações e exigências (repudiando e admitindo a criação do CNDM) (Schumacher e Vargas, 1993, p. 354).

Com orçamento próprio e um *status* de ministério, o CNDM foi composto por 17 conselheiras, um conselho técnico e uma secretaria executiva. Conforme Pinto (2003, p. 72), “entre 1985 e 1989, o CNDM tratou de quase todos os temas que centralizavam a luta feminista brasileira, desde questões consensuais como a luta por creches até as polêmicas ligadas a sexualidade e direito reprodutivo”. Investimentos foram feitos no âmbito da educação e da cultura, do trabalho, da saúde e do sistema jurídico para gerar modificações nos códigos de representação social da mulher e nas leis do país⁹².

Juntamente com o Ministério da Educação, o CNDM promoveu o programa “Em debate na escola, o papel da mulher” e “um projeto de análise sistemática dos manuais escolares foi elaborado com o intuito de modificar os estereótipo que continham em relação às mulheres e aos negros/as”. (Goldberg-Salinas, 1996). Criaram-se ainda programas de apoio ao trabalho feminino e às pesquisas acadêmicas cujo tema central era a mulher.

As questões de saúde e planejamento familiar, assim como o aborto, ganharam igualmente destaque. Desde 1983 as feministas já pressionavam o governo federal a implementar políticas ligadas aos direitos reprodutivos diferentes das propostas por entidades internacionais interessadas sobretudo no controle de natalidade dos países “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento” (como foi o caso da BENFAM, entidade estadunidense responsável pela esterilização em massa de mulheres do “terceiro mundo”). Apoiava-se a idéia de um sistema

⁹²Grande parte do material apresentado aqui sobre a ação do CNDM no Brasil em seus primeiros anos de gestão está baseada no texto de Goldberg-Salinas, 1996.

único de saúde e a educação sexual em todas unidades de atendimento deste sistema.⁹³

En effet, en 1983, une commission Parlementaire d'Enquête sur la Planification Familiale fut mise en place au Sénat et les débats furent ouverts à propos du projet d'un Programme d'Assistance Intégrale à la Santé de la Femme (PAISM) présenté par le Ministre de la Santé, dont l'idée de base était la séparation complète entre la planification familiale et le développement économique. Bien que tourné en priorité vers le cycle reproductif féminin, délaissant l'enfant et la sexualité de la femme, ainsi que d'autres moments de sa vie comme la ménopause, ce projet fut une porte ouverte aux acquis de la réflexion et des pratiques féministes. (Goldberg-Salinas, 1996)

No ano de 1984, o PAISM foi implantado nas cidades de São Paulo e Goiânia, recebendo críticas e sugestões dos grupos de mulheres e feministas. Com o tempo, o programa passou a apresentar um material explicativo em torno de questões de sexualidade e saúde elaborado por pesquisadoras feministas em contato com grupos de periferia, bem como um informativo sobre contracepção.

Uma Comissão de Estudos sobre os Direitos de Reprodução Humana foi instaurado pelo governo Sarney em 1985, tendo entre seus membros algumas das feministas que atuavam em instituições (como a presidente do CNDM e participantes de ONGs). Assim que iniciou suas atividades, o CNDM procurou implantar o PAISM em todo o território nacional, como uma medida de Estado.

O tema da violência contra a mulher foi, igualmente, abarcado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, como a campanha nacional “Diga Não à Violência Contra as Mulheres”. Após as experiências pioneiras com as Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAM) de São Paulo (que receberam durante o ano de 1985 cerca de 700 denúncias), o CNDM auxiliou na implantação de delegacias semelhantes em outros estados brasileiros⁹⁴.

Dentre todo o trabalho desenvolvido pelo CNDM nos seus primeiros anos de atuação, merece destaque o levantamento de propostas para a Assembléia Constituinte que implicassem em modificações na Constituição. O Conselho (presidido naquele momento por Jacqueline Pitanguy), conjuntamente com o movimento feminista autônomo e outras organizações do movimento de mulheres de todo o país, conduziu nacionalmente a campanha “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”. A campanha tinha por objetivo articular as demandas das brasileiras e pressionar os constituintes para levá-las em consideração, gerando mudanças constitucionais.

⁹³Desde 1980, as feministas discutiam com setores do então Ministério da Saúde e da Previdência Social que tentavam implantar o sistema PREV-Saúde. No entanto, as negociações eram sempre barradas por setores da igreja católica que se opunham às medidas de orientação sexual e à distribuição de métodos contraceptivos (Goldberg-Salinas, 1996).

⁹⁴Em 1991, o número de DEAMs chegou a 141 (Goldberg-Salinas, 1996) e em 2004 a 339 (Rodrigues, 2004).

As propostas dos mais diversos grupos de mulheres foram sistematizadas em um encontro nacional com a participação de duas mil representantes (Costa, 2005), dentre elas, inúmeras feministas. O encontro produziu um documento intitulado “Carta das Mulheres à Assembléia Constituinte”. A carta é considerada por Celi Pinto (2003, p. 75) “o documento mais completo e abrangente produzido na época, e possivelmente um dos mais importantes elaborados pelo feminismo brasileiro contemporâneo” e foi dividido em duas partes:

A primeira propõe uma agenda que ultrapassa em muito os limites dos interesses corporativos das mulheres... o documento defendia a justiça social, a criação do Sistema Único de Saúde, o ensino público e gratuito em todos os níveis, autonomia sindical, reforma agrária, reforma tributária, negociação da dívida externa, entre outras propostas. Na segunda parte, o documento detalhava as demandas em relação aos direitos da mulher no que se referia a trabalho, saúde, direitos de propriedade, sociedade conjugal, entre outros.

Ainda segundo Pinto (2003, p. 76), a Carta era original em relação a outros documentos do período em dois pontos: no detalhamento de uma proposta de defesa da integridade física e psíquica das mulheres (redefinindo, inclusive, o conceito de estupro e propondo uma nova classificação penal para o crime) e na postulação de um preceito constitucional para que as mulheres decidissem sobre o próprio corpo (o que possibilitaria uma discussão sobre o aborto). A descriminalização do aborto, apesar de ter sido defendida pelos grupos consultados, permaneceu de fora do documento, como um recuo tático.

Novos arranjos ocorreram entre as mulheres, incluindo a bancada feminina do congresso (sem tradição feminista ou mesmo de engajamento em grupos populares). As questões partidárias ficaram em um segundo plano e “através de uma ação direta de convencimento dos parlamentares, identificado na imprensa como o 'lobby do batom', o movimento feminista conseguiu aprovar em torno de 80% de suas demandas, se constituindo no setor organizado da sociedade civil que mais vitórias conquistou” (Costa, 2005).

A nova Constituição Federal incorporou novos direitos (como o acesso ao planejamento familiar, a proteção contra a violência nas relações familiares, o reconhecimento de uniões estáveis, a não discriminação de crianças geradas fora do casamento, etc.) além de estabelecer a igualdade entre homens e mulheres na sociedade e na família (Rodrigues, 2001).

Para Costa (2005), a articulação do CNDM com o movimento feminista e a bancada feminina, “representou uma quebra nos tradicionais modelos de representação vigentes até então no país, na medida em que o próprio movimento defendeu e articulou seus interesses no espaço legislativo sem a intermediação dos partidos políticos”. Pinto (1994, p. 265) é da mesma opinião, apontando um tipo de ação política, própria dos movimentos sociais, que não pas-

sa pela representação ou pelo voto mas por uma pressão organizada.

A atuação do CNDM como articulador das demandas feministas e do Movimento de Mulheres foi curta. Estando ligado ao Ministério da Justiça, seus cargos principais eram resultado de nomeação direta do Ministro. Em fevereiro de 1989, no momento em que o Conselho lançava de uma vasta campanha sobre a saúde das mulheres e um debate sobre o aborto como parte das questões de saúde pública, um novo Ministro assumiu o cargo.

Contrário à existência do CNDM (por considerar que as mulheres não precisavam de um espaço institucional próprio e que as suas reivindicações haviam sido atendidas na Constituição), o novo Ministro, contrariando os estatutos do Conselho, nomeou 12 novas conselheiras, em sua maioria “mulheres de carreira jurídica, pertencentes à alta sociedade e completamente alheias ao movimento de mulheres” (Goldberg-Salinas, 1996). Tal atitude levou a presidente do Conselho, Jacqueline Pitanguy, e mais 7 conselheiras e 14 membros da equipe técnica a pedirem demissão, além de veicularem uma carta de protesto/repúdio.

A experiência junto ao governo federal proporcionou uma série de reflexões entre o movimento feminista. Para Schumacher e Vargas (1993, p. 361):

É fundamental compreender a “faca de dois gumes” que a institucionalização das demandas feministas comporta. Se por um lado a criação dos conselhos trouxe e traz para o cenário nacional o debate público sobre os direitos da mulher e a questão da igualdade, dando-lhe visibilidade e legitimidade, por outro, seu poder de intervenção efetivo mostrou não dar conta de permear a estrutura do Estado para a implantação de políticas conseqüentes.

Sônia Alvarez (*apud* Manini, 1995/1996, p. 49) argumenta que toda política atrelada ao governo é realizada de forma limitada e com fins eleitorais. As mulheres, estando fora do sistema de dominação política, não conseguem direcionar o sistema de forma eficaz para as suas demandas. O Estado apenas cede um pequeno espaço às mulheres, mas impede que estas avancem politicamente. Ainda assim, para Manini (1995/1996, p. 64) a criação de órgãos voltados para a criação de políticas públicas para mulheres evidencia o “reconhecimento das reivindicações feministas enquanto questões sociais”, sendo “inegável a visibilidade que a problemática feminista assume na esfera política” do país.

Para Jacqueline Pitanguy (*apud* Schumacher e Vargas, 1993, p. 361),

A experiência de órgãos como os conselhos tem sido, sem dúvida, extremamente positiva apesar da história cheia de obstáculos, resultantes da difícil articulação entre esses órgãos – que representam a face moderna e democrática do estado e que só se fortalecem à medida que se fortalece o poder civil – e a organização estatal que ainda guarda fortes resquícios autoritários.

3.5 Feminismo e militância partidária

Celi Pinto (1992, p. 14), ao discutir a relação entre partidos políticos e movimentos sociais no Brasil, observa que “em sistemas como o brasileiro, onde a chancela de um partido é condição necessária para uma candidatura, os partidos, os movimentos sociais e, especialmente, os movimentos de mulheres e/ou feministas não têm sempre uma convivência tranqüila”. Para ela, os partidos tendem a resistir às lideranças externas, isolando-as e instrumentalizando-as para não perder a hegemonia. Este comportamento leva os movimentos sociais (e também uma parcela das feministas) a secundarizar o partido como canal de representação, construindo outros canais, mais diretos, e enfraquecendo os próprios partidos.

Em épocas eleitorais o comportamento se modifica. A obrigatoriedade da chancela partidária levaria as lideranças dos movimentos a se agregar aos partidos e estes, por sua vez, procurariam os/as representantes dos movimentos pelo seu apelo junto às camadas que representam. Para Celi Regina Pinto (1992, p. 141), os grupos feministas seriam uma exceção. Por sua radicalidade (colocando em xeque um conjunto de relações de poder que afetam tanto as relações pessoais quanto as propostas políticas dos partidos), dificilmente “são procurados para compor listas devido à sua militância”.

Apesar das dificuldades, muitas feministas permaneceram ligadas aos partidos e militando nos movimentos de mulheres durante a década de 1980. A adesão das idéias feministas por parte da sociedade e o crescimento do movimento de mulheres fez do eleitorado feminino um alvo de interesse partidário, levando os mais diferentes partidos a incorporar as demandas das mulheres aos seus programas e plataformas eleitorais e a criar Departamentos Femininos (Costa, 2005). Na maioria das vezes, estes departamentos eram vistos como subcategorias do partido, acionados em épocas de campanha para atingir eleitoras.

Uma relação utilitarista com as plataformas do feminismo vigorava dentro dos partidos. Como argumenta Simone Schmidt (SPS, 5/6/2006):

Em ano eleitoral as feministas eram prestigiadas por terem um discurso importante para a campanha, para as mulheres que ouviam aquele discurso. As mulheres queriam nos ouvir e falar das questões que lhes eram importantes: creches, cuidar do próprio corpo, autonomia na reprodução, emprego, etc. Nos outros três anos, ficávamos relegadas. Fazíamos denúncias de violência sexual dentro do partido, de abuso. Tudo era extremamente desagradável para a visão centralizadora, hegemônica, do partido.

Ainda que desprestigiados internamente, os departamentos femininos serviram de “pontapé inicial” para a discussão da situação da mulher no país dentre muitos dos grupos organizados desta forma. Clair Castilho (*apud* Petersen, 2006, p. 76), tratando do feminismo em Santa Catarina, aponta os partidos políticos e seus congressos de mulheres como um espaço fundamental à disseminação das idéias feministas no estado.

Além do PMDB, o Partido dos Trabalhadores teve em suas fileiras um forte grupo de feministas organizadas desde a sua fundação, em 1980. Este grupo organizou uma Comissão de Mulheres no estado de São Paulo e apresentou ao partido um documento bastante amplo com uma proposta de discussão e trabalho. O documento afirmava a importância do Movimento de Mulheres para o país e propunha o comprometimento do partido com as suas lutas e bandeiras, além de uma organização interna das militantes e a aproximação destas com os demais grupos de mulheres (Godinho, 1998, p. 17).

Estava claro para as feministas ligadas ao PT que “Não há socialismo sem feminismo”⁹⁵. Elas traziam para o partido uma visão crítica da relação histórica da esquerda com as lutas da mulheres, questionando as formas organizativas tradicionais e a idéia de *departamentos femininos* (inspirada nos partidos comunistas). Cobravam uma nova compreensão de política onde o universo do privado fosse levado em consideração e não apenas as relações na esfera do trabalho.

A pluralidade de grupos ligados ao PT, desde a sua origem, e a forma como se organizou ao longo do tempo, permitiram a discussão de questões feministas (ainda que o avanço destas idéias não tenha sido fácil). Como observa Godinho (1998, p. 19): “é nas resoluções dos sucessivos encontros nacionais, nos processos de definição de plataformas eleitorais e nos grandes momentos de tomada de posição diante da conjuntura que o partido vai elaborando, em geral de forma pouco sistemática, seu programa”. Assim, exemplos do avanço das idéias feministas e do Movimento de Mulheres dentro do partido podem ser percebidas no projeto de Constituição apresentado pelo PT ao Congresso (em 1987) onde três aspectos se destacaram: a luta geral contra a discriminação das mulheres, a defesa a uma livre orientação sexual e a descriminalização do aborto.

O tema do direito legal ao aborto gerou grandes debates, havendo pressões internas e externas (de setores ligados à hierarquia da Igreja católica) para que não fosse levada adiante. Ainda assim, a direção do PT aprovou a proposta e, na tentativa de respeitar as posições contrárias, desobrigou, apenas neste ítem, “aqueles deputados federais da bancada petista que se

⁹⁵Esta foi uma das primeiras palavras de ordem destacadas pelas petistas (a partir da articulação de mulheres do PT do Rio Grande do Sul). Cf. Godinho, 1998, p. 15, (SWM, 20/9/2006) e (SPS, 5/6/2006).

sentiam constrangidos, por suas relações religiosas, de votar com a proposta do partido” (Godinho, 1998, p. 22). Os deputados podiam abster-se da votação mas não se confrontar a ela.

Infelizmente, “à medida que o partido se construía, se consolidava, ganhava seu espaço na sociedade, estabilizava sua camada de direção e de expressões públicas, as mulheres iam perdendo espaço” (Godinho, 1998, p. 21). Diante desse quadro, as feministas propuseram uma política de ação afirmativa dentro do partido no final dos anos 80.

A cota mínima de 30% de mulheres nas direções partidárias foi aprovada no 1º Congresso realizado pelo partido no dia 10 de dezembro de 1991. No ano seguinte, as direções municipais e estaduais do PT foram renovadas e em 1993 a direção nacional organizou-se segundo a nova regra⁹⁶. O tema das políticas de ação afirmativa era, até então, um tema praticamente ausente das discussões acadêmicas, políticas e/ou de movimentos sociais no país. Segundo Godinho (1998, p. 29) a medida propiciou a presença de mulheres em cargos de poder e órgãos de direção, auxiliando na mudança das relações cotidianas entre homens e mulheres. Aumentou a cobrança interna para a ocupação de cargos de representação por mulheres e a disposição destas em se apresentarem para a sua disputa⁹⁷.

Outros partidos passaram a adotar a política de cotas para mulheres no Brasil durante a década de 1990 (dentre eles o PDT, o PV e o PPS). As avaliações ainda são prematuras, no entanto, como coloca Celi Regina Pinto (1994, p. 265), “ampliar a presença das mulheres nos espaços de poder é um elemento importante para romper com o caráter de excepcionalidade que torna ainda mais sutil o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos integrais”.

3.6 A proliferação de ONGS e redes transnacionais de mulheres/feministas

Os anos 80, ao mesmo tempo em que configuraram um período repleto de conquistas, foram palco de uma reorganização política na sociedade como um todo, após anos de ditadura. Os movimentos sociais organizados, dentre eles o movimento feminista, passaram por reestruturações internas e partiram para novas formas de atuação. O feminismo deixou de ser algo restrito a pequenos grupos, tornando-se mais difuso, perpassando vários espaços da sociedade.

⁹⁶A CUT aprovou, igualmente, a moção da cota mínima de 30% de mulheres na sua direção central em agosto de 1993 (ano da sua fundação), sugerindo aos sindicatos a implantação de cotas proporcionais ao número de mulheres participantes em cada base sindical. Cf. Delgado, *apud* Soares 1994, p. 17, n.r. 22.

⁹⁷Na *História das Mulheres no Ocidente* (vol. 5, 1995), Georges Duby e Michele Perrot demonstram que, mesmo em países onde o feminismo esteve bastante organizado, a participação feminina nas esferas decisórias, nas disputas parlamentares e em cargos de poder nos partidos só aumentou após a implantação de políticas afirmativas.

Encontros Nacionais Feministas foram organizados anualmente desde 1982 e a cada dois anos a partir de 1992. A prática de encontros nacionais (e internacionais, como os encontros feministas latino-americanos e do Caribe) com fóruns de discussão para a elaboração das agendas e formas de atuação conjunta têm auxiliado no amadurecimento e na formulação de questões pertinentes a todo o movimento de mulheres no Brasil.

Analisando alguns dos pontos centrais de discussão dos encontros feministas brasileiros durante as décadas de 1980 e 1990, Soares (1994, p. 19) observa que o movimento primou por duas estratégias básicas de atuação: “continuar independente do Estado e atuar nas instâncias governamentais”, além de preservar “canais autônomos de articulação, não só temáticos, mas gerais, através dos encontros nacionais feministas”.

Apesar do descrédito para com os organismos de governo e das condições precárias dos Conselhos (desprestigiados em âmbito governamental e junto ao próprio Movimento de Mulheres e feminista), o processo de institucionalização do feminismo brasileiro continuou na década de noventa. A atuação “de rua” foi substituída, em parte, pela atuação em áreas de prestação de serviços, geradas por inúmeras organizações de mulheres. Destacou-se o trabalho das *ONGs feministas*⁹⁸, que passaram “a assumir de forma especializada e profissionalizada a pressão junto ao Estado, buscando influenciar nas políticas públicas” (Costa, 2005)⁹⁹.

A formação de ONGs e redes feministas transnacionais é um fenômeno crescente em toda a América Latina (assim como em outras partes do mundo) ligado ao “colapso dos sistemas de representação formal e com a constatação da ineficiência do Estado” (Schumacher e Vargas, 1993, p. 362)¹⁰⁰. As grandes instituições financiadoras (ONU, BM, FMI, etc.), que em meados da década de 1970 enviavam verbas volumosas para investimento no Terceiro Mundo

⁹⁸Inúmeros grupos e ONGs foram criadas ao longo da década de 1980, dentre elas a Rede Mulher de Educação (em São Paulo), a Casa da Mulher do Nordeste (Recife), o Coletivo Feminista (Campinas e Rio de Janeiro), o Maria Mulher (em João Pessoa), o Brasília Mulher, o Grupo “Sexo Finalmente Explícito”, o Centro de Informação da Mulher (CIM, em São Paulo), o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde (SP), o Grupo Transas do Corpo-Ações Educativas em Saúde e Sexualidade (SP), a Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH), o Geledés-Instituto da Mulher Negra (SP), o Centro de Estudos e Ação da Mulher Urbana e Rural (JR), o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA, Brasília), o Comunicação, Educação e Informação em Gênero (CEMINA, Rio de Janeiro), dentre outros (Cf. Rago, 1994/1995 e Novellino, 2006).

⁹⁹No Brasil, inúmeras ONGs foram criadas junto aos novos movimentos sociais no intuito de promover o desenvolvimento humano e a ampliação da cidadania. “Elas apresentam uma grande diversidade, principalmente temática, variando desde as entidades ligadas ao meio ambiente e aos grupos feministas, até as organizações voltadas à proteção da criança e do adolescente, num total de 225, segundo o cadastro/98 da Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais - ABONG. É a combinação desses dois princípios, exatamente, que levam tais organizações, em seu conjunto ou mesmo em separado, a apresentar as seguintes características: concentrar o seu nascedouro na reconstrução da vida democrática nacional; alojar-se, política e tecnicamente, como inovadoras do fazer social, alargando o espaço de intervenção popular; dedicar-se à superação dos mecanismos de exclusão sócio-política, ao trabalhar, localmente, o cotidiano de segmentos específicos da população; definir a sua ação, reunindo o fazer da denúncia, da reivindicação, da prestação de serviços e da produção de conhecimentos; não representar qualquer classe de indivíduos sendo, por isso, flexíveis; constituir-se em entidades de Direito Privado que concebem a sua ação como sendo pública; conquistar, para si, o papel de agentes do desenvolvimento; e combinar a inserção local com a ação internacional.” (Buarque e Vainsencher, 2001).

e injetavam estes recursos quase que exclusivamente nos governos, passaram a apoiar e financiar as atividades das ONGs (após a verificação do mau uso das verbas públicas pelo Estado, o desvio de dinheiro e a alta rotatividade dos quadros técnicos dos governos) (cf. Schumacher e Vargas, 1993, p. 362)¹⁰¹.

Após as conquistas obtidas na Constituição de 1988, os grupos de mulheres e feministas perceberam a necessidade de “lutar pela regulamentação dos dispositivos constitucionais e pela implementação de políticas públicas que assegurem os direitos conquistados” (Rodrigues, 2001). Para isso, era necessário “atentar para a necessidade de viabilizar recursos nos orçamentos públicos para programas e projetos” ligados às causas das mulheres e, paralelamente, “capacitar-se para a realização do controle social – fiscalização dos gastos públicos, em termos de destinação e de execução orçamentárias” (Rodrigues, 2001).

Como observa Barsted (1994, p. 42), “o apoio financeiro das agências internacionais permitiu o desenvolvimento de pesquisas, publicações, seminários, ações comunitárias, formação de redes entre os diversos grupos de mulheres para levar adiante projetos independentes do apoio governamental”. Além disso (p. 47), “possibilitou a manutenção de ações de curto e longo prazos, sistematização de atividades, maior mobilidade e poder de diálogo com o Estado e com outras esferas da sociedade”¹⁰².

Trabalhando com a temática da “onguização” de parcelas da sociedade ligadas aos movimentos sociais durante as décadas de 1980 e 1990, Sônia Alvarez (1998) aponta para o diferencial das ONGs feministas em relação às demais Organizações Não Governamentais (mesmo aquelas voltadas ao trabalho com mulheres). Para ela, as feministas não se vêem como alguém que apenas trabalha prestando serviços a outrem, mas como pessoas engajadas em

¹⁰⁰As questões ligadas ao tema das ONGs e da ineficiência do Estado, por si só, dariam uma dissertação. Ellen Wood, em *Democracia contra Capitalismo* (1993), apresenta argumentos interessantes para esta discussão.

¹⁰¹O financiamento das ONGs, e o direcionamento das agendas de trabalho conforme os indicativos das agências financiadoras, é um tema bastante discutido pelo feminismo e o Movimento de Mulheres no final da década de 1990, citado, por vezes, como responsável pela perda de autonomia na realização de ações mais combativas e radicais (Alvarez, 1998, 2000) e pela “redução do papel político da base social que consolidava o protagonismo das mulheres nos coletivos anteriormente estruturado” (Gurgel, 2006, p. 4).

¹⁰²Muitas das críticas elaboradas contra as ONGs estão associadas à questão das pautas impostas pelos órgãos financiadores. No entanto, inúmeras ONGs feministas têm trabalhado de forma estratégica, aceitando as temáticas propostas pelas instituições e apresentando resultados não esperados. Como exemplo pode-se citar o tema do controle da natalidade, muito em voga no início dos anos 80 por conta do interesse de alguns órgãos internacionais em diminuir a população do “Terceiro Mundo”. As ONGs feministas utilizaram os recursos financeiros advindos destes órgãos e redimensionaram as pesquisas para a questão dos “Direitos Reprodutivos”, partindo em defesa do direito das mulheres em conhecer e decidir sobre o próprio corpo e o número de filhos (acesso à informação e à utilização de métodos contraceptivos), agindo contra a esterilização em massa de mulheres de camadas mais pobres da população (que atingiam, em sua maioria, mulheres negras) e contra a criminalização do aborto, exigindo do Estado os recursos educacionais e científicos para o exercício dos direitos das mulheres (fazendo valer o parágrafo 7 do artigo 226 da Constituição de 1988) e incluindo nas discussões as relações homem-mulher e o tema da paternidade responsável. Esta prática, de burlar regras e usar espaços disponibilizados para outros fins em favor de discussões feministas, foi muito utilizada pelo feminismo brasileiro (principalmente diante da Ditadura) (Petersen, 2006, p. 111-119).

modificar relações desiguais entre os sexos, havendo um forte componente identitário nas suas posturas e propostas. Alvarez pontua que:

The space created by the NGO stimulates a reelaboration of the identity of its members as social and political subjects. [...] The vast majority of NGO activist-professionals also view themselves as an integral part of a larger women's movement that encompasses other feminists (in other types of organizations or "sueitas") as well as the poor and working-class women for or on behalf of whom they profess to work. [...] Some understood NGOs as providing "a critical voice of a technical and professional character that contributes to the movement".

Uma identidade híbrida perpassaria a atuação das ONGs feministas, configurando estes espaços em centros de trabalho profissionalizado (pesquisa, formação, prestação de serviços, etc.) e militante. Para Barriga (2003), esta forma de atuação proporcionou "um maior conhecimento da teoria e da prática do feminismo, vínculos fluídos com as redes temáticas que surgiam na América Latina e perfis institucionais mais nítidos que facilitaram sua interlocução com agentes externos"¹⁰³.

Mediante o trabalho das ONGs foram criadas redes de apoio entre os mais diversos grupos de mulheres, "destacando-se as de trabalhadoras rurais, de empregadas domésticas, a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos e a Rede Contra Violência Doméstica e Sexual" (Barsted, 1994, p. 47). Novas articulações entre feminismo e movimentos populares foram colocados em curso, contribuindo para o afrouxamento das idéias anti-feministas entre alguns grupos¹⁰⁴, como observa Costa (2005):

As mulheres pobres articuladas nos bairros através das associações de moradores, as operárias através dos departamentos femininos de seus sindicatos e centrais sindicais, as trabalhadoras rurais através de suas várias organizações começaram a auto-identificar-se com o feminismo, o chamado feminismo popular. As organizações feministas de mulheres negras seguem crescendo e ampliando a agenda política feminista e os parâmetros da própria luta feminista. Esse crescimento do feminismo popular trás como consequência fundamental, a diluição das barreiras e resistências ideológicas para com o feminismo.

Para Celi Regina Pinto (2003, p. 45), são inúmeros os relatos de aproximação do movimento de mulheres com o movimento feminista durante as três últimas décadas. Ainda que os mais diversos grupos tenham se aproximado do feminismo para utilizar-se de seus serviços

¹⁰³No original: "un mayor conocimiento de la teoría y la práctica del feminismo, vínculos fluidos con las redes temáticas que iban surgiendo en América Latina y perfiles institucionales más nítidos que facilitaron su interlocución con agentes externos".

¹⁰⁴Segundo Rago (2003), os rótulos ainda pesavam no final da década de 1980. Como o atesta o artigo de Isabel Vasconcellos no *Mulherio* (Ano 3, n. 39, abril/maio, 1988, p. 12), intitulado "Feminista? Quem? Eu???: "Fico muito impressionada com a quantidade de mulheres que entrevisto na TV ou com quem simplesmente troco idéias, que têm um medo horroroso do rótulo de 'feministas' [...] Parece bobagem, mas na prática é dramático. Mulheres maravilhosas que concordam com todas as nossas bandeiras, lutam pelas mesmas idéias, só não topam é serem rotuladas de feministas. Nós sabemos muito bem por que. Feminista é palavra maldita".

(e sem querer se comprometer com ele), a partir desta aproximação passaram a problematizar a própria condição de mulher, assumindo as bases do pensamento feminista e disseminando-o ainda mais pela sociedade.

Repetiu-se dentro das ONGs o fenômeno que acompanhava o Movimento de Mulheres e o feminismo brasileiro nas décadas anteriores: o contato entre mulheres de diversas gerações, etnias, escolaridades, classes sociais, opções sexuais e posturas políticas.

As ONGs feministas passaram a intermediar (e repassar) parte da produção técnica e teórica de uma parcela do feminismo brasileiro, de cunho mais acadêmico, para as demais militantes (nos partidos, clubes de mães, movimentos populares, etc.). Uma intensa produção intelectual de mulheres ligadas às universidades e centros de pesquisa desvendava, por meio de dados quantitativos e qualitativos, aspectos da condição feminina brasileira, problematizando e propondo alternativas de superação da desigualdade social.

4 Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil

O feminismo brasileiro, desde as suas primeiras manifestações (final do século XIX), teve em suas fileiras intelectuais que se manifestavam por meio de jornais, palestras, revistas, romances e peças de teatro. Segundo Celi Regina Pinto (2003, p. 85), esta característica propiciou uma aproximação “com o mundo da cultura erudita, mais especificamente com a universidade”, a partir das décadas de 1960 e 1970, dando origem a um feminismo de cunho mais acadêmico no país.

Em 1968, uma das ênfases da reforma no sistema universitário brasileiro¹⁰⁵ foi a implantação de cursos de pós-graduação no país visando a formação de “capital humano” para o mercado de trabalho. Segundo Shiroma, Moraes e Evangelista (2002, p. 33-34) o regime civil-militar pretendia com isso “a modernização de hábitos de consumo, integração da política educacional aos planos gerais de desenvolvimento e segurança nacional, defesa do Estado, repressão e controle político-ideológico da vida intelectual e artística do país”. Assumia-se uma *perspectiva economicista em relação à educação*, confirmada no Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976), para o qual a educação deveria assegurar “a consolidação da estrutura de capital humano do país, de modo a acelerar o processo de desenvolvimento econômico”.

A reforma priorizava a pesquisa em detrimento do ensino (Aguiar, 1981). Esse processo “resultou na criação de centros de pesquisa privados e independentes, que lograram obter apoio de agências internacionais e passaram a ser o pólo dinâmico de inovação” (Costa, 1994, p. 403). Mediante a obtenção de financiamentos, os cursos de pós-graduação nas Ciências Sociais se expandiram durante os anos 70. No entanto, o regime submetia as universidades a um rigoroso controle e sucessivos expurgos¹⁰⁶.

¹⁰⁵Em 2 de julho de 1968 foi constituído um Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU) pelo decreto nº 62.937/68, para “estudar a reforma da universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país” (Reforma Universitária, 1968, p. 9). Segundo Fátima de Oliveira (“Pós-graduação: educação e mercado de trabalho”. Campinas: *Papirus*. 1995, p. 63), o relatório do GTRU apresentava os cursos de pós-graduação como pré-requisito para uma universidade moderna cujos estudos e pesquisas ajudariam no desenvolvimento nacional. Em consequência, o governo militar sancionou a lei nº 5.540/68, Lei de Reforma Universitária, de 28/11/1968.

¹⁰⁶A Lei da Reforma Universitária foi assinada menos de um mês antes da promulgação do AI-5 (13 de dezembro de 1968).

Durante o mesmo período, um grande número de mulheres ingressou nas universidades¹⁰⁷. No início de 1971 elas representavam 41,5% do corpo docente e quatro anos depois já ultrapassavam os 50% (Cardoso, 2004, p. 46). As mulheres recuperaram um déficit educacional, mas concentraram-se em carreiras ligadas à área de Ciências Humanas.

A produção intelectual em torno do tema da Mulher se refletiu nas publicações de cunho acadêmico, na imprensa e no mercado editorial¹⁰⁸. Nas universidades, debates e cursos foram organizados por estudantes e professoras. Citamos como exemplo o “Curso Monográfico Família e Relações entre Sexos”, ministrado por Zahidé Machado, na graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia em 1973. No ano seguinte, um curso semelhante foi oferecido aos alunos/as do mestrado em Ciências Sociais na mesma instituição. Segundo Costa (1994, p. 389), estes cursos foram essenciais para a produção das primeiras teses na região nordeste sobre a mulher.

As atividades desenvolvidas nas universidades também recebiam destaque na mídia, chegando, em alguns casos a serem veiculadas por periódicos de outros estados, como atesta a reportagem “Mulheres fazem debate sobre seus problemas”, do *Jornal de Santa Catarina* (Blumenau, 25/10/1978, p. 5), sobre um evento realizado pelo Centro Acadêmico da Universidade de Campinas.

Começou ontem na Unicamp, um debate sobre a mulher, numa promoção do Centro Acadêmico de Ciências Humanas. A Semana da Mulher irá até amanhã e os temas em discussão serão: a participação social e política da mulher; Sexualidade: instrumento de opressão ou de prazer?; a mulher e a cultura. A semana contará com a participação de antropólogos, artistas e jornalistas, entre outros.

¹⁰⁷Ferreira, Azevedo e Cortes (2006, p. 1) se referem a “um expressivo contingente feminino [...] integrando o quadro de pesquisadores e professores das três principais instituições de pesquisa biológica e biomédica situadas no Rio de Janeiro” nas décadas anteriores a 1960. Para estes autores (p. 3), “a ampliação do acesso de mulheres ao nível superior, que começa a ocorrer a partir dos anos 1940, foi um efeito inesperado das reformas educacionais ocorridas nas duas décadas precedentes”.

¹⁰⁸Além dos textos e livros já indicados nos capítulos anteriores, referentes à década de 1960 e início dos anos 70, a revista *Júridica*, do Rio de Janeiro, publicou os textos da advogada Romi de Medeiros da Fonseca, “Direitos da Mulher” (n.15, jul./set., 1970) e “A Mulher no Desenvolvimento Nacional” (n.16, jul./set. 1971) além do artigo de Ruth Bueno, “A Estrutura dos direitos e deveres da mulher no anteprojeto do código Civil” (n.17, out./dez. 1972); Fanny Tabak escreveu para os *Cadernos PUC* (Rio de Janeiro, n.7, 1971), “O Status da Mulher no Brasil: Vitórias e Preconceitos”; Terezinha Saraiva publicou no *Comentário* (Rio de Janeiro, n.13, 3º trim., 1972) “A Mulher no Processo de Desenvolvimento”; Heleieth Iara Bongiovani Saffioti nos *Cadernos CERU* (São Paulo, n.6, jun. 1973) “Aspectos Gerais do Problema da Mulher” e Betty Mindlin Lafer nos *Cadernos Opinião* (“Em busca do feminino”. Rio de Janeiro, n.1, 1975). Dentre os livros publicados no início da década de 1970 estão *Regime jurídico da mulher casada* (Rio de Janeiro: Forense, 1970), de Ruth Bueno; *A Libertação Sexual da Mulher* (Petrópolis: Vozes, 1970), de Rose Marie Muraro; *Algumas considerações sobre a Emancipação da Mulher* (São Paulo: SESC, 1973), de Maria Lúcia Carvalho da Silva; *Mulher, Objeto de Cama e Mesa* (Petrópolis: Vozes, 1974), de Heloneida Studart (que teve 27 edições no país); e *Mulher, Trabalho e Política. Caminhos Cruzados do Feminismo* (Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1976), de Moema Toscano.

Instituições de pesquisa privadas deram atenção ao tema da Mulher, como a Fundação Carlos Chagas (FCC)¹⁰⁹ onde, pesquisadoras ligadas à área da educação organizaram seminários multidisciplinares para discutir a condição feminina no país. O primeiro destes seminários (1974) amparou-se na obra de Heleith Saffioti, a *Mulher na Sociedade de Classes*, tomando o tema do *trabalho* como central. Os seminários propiciaram uma série de artigos (publicados em um número especial dos *Cadernos de Pesquisa*, o n. 15, de setembro de 1975) analisando comportamentos, valores e influências culturais, entendidos como responsáveis pela criação e manutenção do *status* de inferioridade da mulher. Elaborou-se uma crítica às Ciências Sociais por sua omissão em relação às mulheres e pelos preconceitos expressos em muitas das suas explicações sobre a realidade feminina (Costa, 1992, p. 92).

Em 1974, acadêmicas organizaram grupos de trabalho (GTs) durante as reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Muitas das participantes pertenciam ao grupo de reflexão iniciado em 1972, composto por professoras universitárias da área da educação e das ciências sociais (citado no capítulo 1). Os GTs foram mantidos por um período de dez anos contribuindo para a expansão de uma nova área de pesquisa dentro das universidades e, segundo Celi Regina Pinto (2003, p. 62), foram essenciais para a consolidação de um *feminismo acadêmico* no país.

A dinâmica do primeiro encontro junto à SBPC, realizado em Belo Horizonte (1975), evidenciou a principal dificuldade enfrentada pelas feministas que se dispunham a trabalhar dentro das universidades: legitimidade. A legitimidade do trabalho das acadêmicas era questionada em dois territórios distintos (e com exigências opostas): entre as militantes ligadas ao Movimento de Mulheres e entre a comunidade científica. A idéia tradicional de ciência excluía desta o engajamento com o objeto de pesquisa ou algum tipo de posicionamento político, tornando o feminismo incompatível com a atividade científica. Como observa Louro (1997, p. 142),

Se admitimos como padrão de ciência – e então de pesquisa, como meio de fazer ciência – uma ação regida por paradigmas teóricos e por ordenados procedimentos metodológicos, caracterizada pela atitude desinteressada, objetiva, isenta; e se, ao mesmo tempo, entendemos que o feminismo implica num posicionamento interessado, comprometido e político, estamos diante de um impasse: ou somos cientistas/pesquisadoras ou somos feministas?

¹⁰⁹A Fundação Carlos Chagas é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública. Criada em 1964, tinha como finalidade a realização dos exames vestibulares para a área biomédica. A partir de 1968, passou a atuar também no campo da seleção de recursos humanos, prestando serviços técnicos especializados a órgãos públicos e empresas privadas, na realização de processos seletivos para uma grande população de candidatos (Cf. www.fcc.org.br/apresentacao/quemSomos.html).

Esta visão de ciência colocava o feminismo, conforme as palavras de Albertina Costa (1985, p. 6), em uma espécie de “fogo cruzado”: a comunidade acadêmica exigia neutralidade para com o trabalho científico e as companheiras de militância cobravam um engajamento político. As suspeitas estavam em toda parte. As pesquisadoras eram vistas como “feministas para a comunidade acadêmica e acadêmicas para as feministas”.

A necessidade de se posicionar diante de grupos distintos e as diferenças de opinião entre feministas presentes nas universidades, levou à organização de duas mesas-redondas no encontro da SBPC de 1974, em Recife: “uma primeira que quebrava os cânones da academia, dispensando apresentação formal de trabalhos e reorganizando a disposição dos móveis, e uma outra mais formal, que seguiu a maneira usual de encontros acadêmicos” (Pinto, 2003, p. 62). Segundo Costa (1988, p. 67), “a reunião da manhã era de feministas que também eram especialistas, a da tarde de especialistas que também eram feministas”. Para Machado (1994, p. 3), “os grupos de pesquisadoras/es, enquanto grupos e indivíduos se reconhecem e se auto-reconhecem em posições diferentes quanto ao grau de importância da identidade de feminista ou de pesquisadora”.

Apesar das dificuldades, um novo campo de estudos começava a ser formado. O Movimento de Mulheres/feminista brasileiro, respaldado pelo Ano Internacional da Mulher (1975) e a Década da Mulher (1976-1985), criavam as condições necessárias para a legitimação de uma nova área de pesquisa em torno da condição feminina no país. Como observam Bruschini e Ubenhaum (2002, p. 20-21), “embora nem todas as pesquisadoras mobilizadas pela questão [da mulher] se declarassem feministas ou aderissem ao feminismo, esse legitimou o tema como problema científico”.

Feministas de outros países também se organizaram no intuito de criar novos campos de estudo, como no caso dos EUA, e os *Feminist e/ou Women's Studies*. Tais grupos formaram-se durante a década de 1960 (juntamente com os de estudos raciais), questionando o sexismo das instituições, os fundamentos da ciência, sua suposta neutralidade e objetividade, e procurando incluir unidades próprias de ensino nas universidades.

No Brasil, segundo Cláudia de Lima Costa (CLC, 16/11/2005), Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1999), os estudos sobre a mulher não tiveram as mesmas características dos grupos de estudos estadunidenses. Para Costa, a necessidade de obter recursos financeiros para pesquisas, colocava as feministas em uma situação delicada frente aos órgãos de fomento que

atuavam no país¹¹⁰. Tendo que se submeter aos critérios destes órgãos (sobre o que é ciência, o que é pesquisa objetiva, etc.) não se questionou abertamente estes critérios¹¹¹. Também se agiu assim por estratégia:

Elas [as pesquisadoras] precisavam de recursos para as pesquisas e tinham de mostrar que estas pesquisas eram científicas, rigorosas, tinham objetividade, aqueles critérios das Ciências, ainda marcados por um positivismo muito grande. [...] Aqui no Brasil se entrou aceitando esses paradigmas, mas estendendo a sua análise para questões do universo feminino: o trabalho, a questão da subjetividade, etc.

Segundo Heilborn e Sorj (1999), as feministas brasileiras optaram por se integrar à comunidade científica e ter suas preocupações intelectuais reconhecidas. O espaço das universidades era visto como importante à formação e necessário para o aprimoramento de questões feministas (Vaistman *apud* Aguiar, 1997). As pesquisadoras encontravam-se ligadas ao Movimento de Mulheres e ao discurso das esquerdas, procurando manter suas agendas articuladas com algumas das prioridades destes (luta contra o autoritarismo e contra as desigualdades sociais, por exemplo).

4.1 Os estudos sobre a mulher e a condição feminina no país

Mudanças de mentalidade, de comportamento, de composição social, de produção, etc. são acompanhados pela necessidade de novos parâmetros para o pensamento. Tais situações desencadeiam na academia a procura de instrumentos conceituais que auxiliem na compreensão das mudanças. Segundo Boaventura de Sousa Santos (*apud* Arruda, 2002, p. 132) estes são momentos de transição, onde teorias emergentes encontram a possibilidade de se instaurarem.

¹¹⁰Além das instituições nacionais (como a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos - empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, criada em julho de 1967; a CAPES — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — ligada ao Ministério da Educação, criada em julho de 1951; o CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — agência do Ministério da Ciência e Tecnologia, criado em janeiro de 1951), das estaduais (como a FAPESP — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo — instituída em 1962, e a FAPERGS — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul — fundada em 1964), das de direito privado (como a Fundação Carlos Chagas), algumas instituições estrangeiras começavam a atuar no país, como a Fundação Ford e a Fundação Mc Arthur e a Fundação Rockefeller.

¹¹¹ Para Simone Schmidt (SPS, 5/6/2006), o papel destas instituições não seria o motivo central. Para ela, a academia brasileira não possui o hábito de “bater de frente” com nada. Segundo Schmidt, “A gente não costuma bater de frente. Isso faz parte do nosso modo de operar. Nos Estados Unidos eles adoram bater de frente. Estou sendo um pouco irônica mas é um pouco do modo de ser de cada academia. A academia americana vive de enfrentamentos “aparatosos”. Eles se alimentam de polêmicas, geram grandes questões. [...] No Brasil nós geramos menos polêmicas que nos Estados Unidos, para o bem ou para o mal. Muita conversa jogada fora acaba sendo evitada. Em uma polêmica se levantam questões importantes e também muitas bobagens. Nós, no Brasil, temos muito medo da discussão. A discussão quase não existe”.

Segundo Pierre Bourdieu (1983, 2004), o campo acadêmico/científico é um espaço de disputas. As novas formas de pensar/teorias não se instalam com tranquilidade nas áreas em que se inserem, mas em conflito com elas. Há um poder simbólico em jogo (exercido com a co-autoria daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem). Tal poder estabelece uma classificação dos signos, do que é adequado, do que pertence ou não a um determinado código de valores, determinando os próprios valores e os seus rituais de consagração. Neste *campo simbólico científico*, as disputas hão de determinar, validar e legitimar representações. Um *habitus* (a capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada por meio de disposições para sentir, pensar e agir) constituído pelo poder simbólico funciona como *a totalidade*, impondo determinadas significações como legítimas e outras como ilegítimas.

As pesquisas sobre mulher no Brasil se inseriram em um território constituído por grupos distribuídos em torno das posições polares *da pesquisa ortodoxa* a da postura *militante* (Lagrove, 1990, p. 3). Segundo Machado (1994, p. 3), aceitar esta polarização implicaria aceitar a *normatização* pelas instituições universitárias ou permanecer à margem do processo científico. Nesta visão, o feminismo é incompatível com a academia (por ser sempre militante). Ainda assim, os estudos feministas/estudos da Mulher foram se inserindo nas universidades, criando um novo campo de pesquisa.

No ano de 1978, dois eventos de grande importância para a consolidação deste novo campo foram realizados: um seminário de pesquisas sobre a mulher na força de trabalho na América Latina e um concurso de dotação para pesquisas. Ambos desencadearam processos cruciais para a implantação dos estudos sobre a mulher: “a constituição de grupos de trabalho e *networks* especializadas no interior de associações científicas e o importante e continuado apoio financeiro concedido pela Fundação Ford, que constituiu peça fundamental na consolidação deste campo de estudos” (Costa, 1994, p. 404).

O seminário “A Mulher na Força de Trabalho na América Latina”, organizado pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), reuniu pesquisadoras latino-americanas dedicadas à questão do trabalho feminino. Segundo Bruschini (2006), o encontro foi pautado em torno de duas considerações:

[...] a primeira, de ordem mais teórica, afirmava que as formas de atividade econômica predominantemente desempenhadas por mulheres não eram adequadamente percebidas dentro do marco teórico do marxismo... Outra consideração, de cunho metodológico, alertava para a inadequação dos instrumentos de levantamento de dados para captar informações sobre trabalho feminino. Representantes de organismos oficiais nacionais e internacionais, como o IBGE/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a OIT/Organização Internacional do Trabalho e a CEPAL/Comisión Eco-

nômica para América Latina y el Caribe, participaram dos debates, que visavam reformular conceitos e analisar as metodologias predominantes de levantamento de dados, a fim de favorecer a visibilização da participação social das mulheres.

O encontro teve enorme repercussão. Parte dos resultados e das análises apresentadas foram publicados (Aguiar, 1984) e suas recomendações foram discutidas por organismos de coleta de dados, como o IBGE¹¹². As tensões presentes nos demais grupos feministas/de mulheres do país (e da América Latina), relativos ao diálogo com as esquerdas, foram claramente perceptíveis. Segundo Costa (2004), houve neste encontro “um rumoroso confronto entre acadêmicas e militantes” em torno das questões *gerais* e/ou *específicas* e da prioridade nas pautas de pesquisa.

Do seminário realizado no IUPERJ formou-se um grupo de pesquisadoras disposto a se encontrar no âmbito da recém criada Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (que agrupou pesquisadores/as ligados à área da Antropologia, Ciências Sociais e Sociologia). O novo grupo assumiu a responsabilidade de continuar com a temática do seminário e criou no ano seguinte (1979) o GT “A mulher na força de trabalho”. No mesmo ano um grupo semelhante foi formado na Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP).

Ainda em 1978, sob a coordenação de Carmen Barroso e financiada pela Fundação Ford, a Fundação Carlos Chagas, organizou o primeiro de uma série de concursos de Dotação para Pesquisa sobre Trabalho e Educação da Mulher no Brasil. A intenção era atingir pesquisadores/as das diversas regiões do país e proporcionar-lhes, além de apoio financeiro, uma formação acadêmica:

Com a finalidade de formar um campo de estudos, o Programa sempre esteve aberto a propostas feministas e de movimentos de mulheres, em suas múltiplas facetas, assim como a projetos culturais ou artísticos que pudessem contribuir para dar vida e voz às mulheres, que se constituíam então em novo objeto de estudo. (Bruschini; Ubenhaum, 2002, p. 27)

Muitos autores/as têm apontado o trabalho da Fundação Carlos Chagas como decisivo na formação de um campo de estudos sobre a mulher e para o fortalecimento de um feminismo acadêmico no Brasil (Bruschini e Ubenhuma 2002; Nurenberg, 2005; Goldberg, 1989, Sorj, 2004; Costa, Martins e Franco, 2004). Para Bruschini e Ubenhaum (2002, p. 22),

A FCC oferecia as melhores condições de aproveitamento dos recursos disponíveis para uma nova área de pesquisa, os estudos sobre mulher, que começava a se consti-

¹¹²As críticas elaboradas pelas feministas ao modelo domiciliar de família, no qual o homem era apresentado como “chefe do domicílio” (ignorando-se a posição central de muitas mulheres dentro de seus lares e a contribuição econômica das trabalhadoras), levou o IBGE a reformular o seu conceito de chefia familiar.

tuir no Brasil: sólida reputação profissional, corpo de pesquisadores com destaque no estudo do tema, infra-estrutura organizacional e de comunicação. [...] Sendo uma entidade privada, é dotada de estrutura mais ágil do que a da universidade e com menor burocracia para o gerenciamento das verbas obtidas.

Segundo Bruschini e Ubenhaym (p. 23), os financiamentos para pesquisas sobre a mulher eram escassos e, quando concedidos por órgãos estatais, visavam projetos e pesquisadores/as individuais. A Carlos Chagas obteve recursos do exterior (da Fundação Ford) e investiu na formação de equipes de temas variados.

Divulgado em universidades, centros de pesquisa e meios de comunicação, o concurso de Dotação teve uma demanda muito além da expectativa (tendo recebido 127 projetos em sua primeira edição, quando o esperado era em torno de 20) e passou a ser oferecido regularmente. A própria comissão julgadora tinha como característica a multidisciplinaridade e uma procedência geográfica diversa. Ao longo de 20 anos (1978-1998) o concurso financiou 170 projetos, publicando os resultados em uma série de coletâneas, de “referência nacional e internacional para os estudos das mulheres no Brasil” (Pinto, 2003, p. 86)¹¹³.

Segundo o depoimento de pesquisadoras ligadas à FCC, o concurso visava criar um novo campo de pesquisas. Para tanto, algumas estratégias foram traçadas: atingir diversas regiões do país, incentivar pesquisadores/as sem experiência, aproximar pesquisadores/as isolados, legitimar o tema no interior das disciplinas, criar um corpo de pesquisadores/as coerente, divulgar os trabalhos, etc. Conforme Bruschini e Ubenhaum (2002, p. 27), “o Programa sempre esteve aberto a propostas feministas e de movimentos de mulheres, em suas múltiplas facetas, assim como a projetos culturais ou artísticos que pudessem contribuir e dar vida e voz às mulheres, que se constituíam então em novo objeto de estudo”. O Coletivo de Pesquisas da Fundação organizou, igualmente, diversas atividades (simpósios, cursos, palestras, etc.) no âmbito acadêmico, político e educacional¹¹⁴.

Para auxiliar o processo de formação das pessoas selecionadas no Concurso, a equipe do programa organizou uma série de seminários de apoio (antes do início da pesquisa, após o relatório semestral e em sua conclusão), facilitando o encontro entre especialistas de cada área e trazendo pesquisadores/as de outras instituições ou mesmo do exterior. Os projetos recebiam

¹¹³Ao todo, 75 pesquisas foram veiculadas por meio de 8 coletâneas (acessíveis na Biblioteca Ana Maria Popovic/BAMP, no *site* da fundação: www.fcc.org.br), 14 foram apresentadas nos *Cadernos de Pesquisa*. Filmes de curta metragem e documentários foram realizados com base em algumas das pesquisas e usados em debates, conferências, palestras, etc.

¹¹⁴Como exemplo se pode citar, além do concurso de dotação e a publicação dos materiais já citados, o simpósio “Contribuições das Ciências Humanas para a Compreensão da Situação da Mulher” e o simpósio (e curso) sobre a condição feminina da mulher brasileira (durante o XXVII e o XXIX encontro da SBPC, respectivamente em 1975 e 1977), a participação na CPI da Mulher (Senado Federal, 1976), a elaboração do curso “Pesquisa sobre Educação da Mulher: papéis Masculinos e Femininos, Atitudes e estereótipos” (na FCC, 1976).

apoio personalizado e buscava-se criar oportunidades para que as pessoas envolvidas tivessem seus resultados apresentados em eventos de relevância.

Segundo a primeira avaliação, os seminários realizados com os/as participantes dos concursos contribuíram decisivamente para a formação de uma rede de pesquisadores/as (incluindo pessoas não envolvidas de forma direta com o projeto) (Riegelhaupt e Schminck, *apud* Bruschini e Ubenhaum, 2002, p. 29). Uma avaliação posterior apontou como positivo o contato de pesquisadores procedentes de disciplinas e orientações metodológicas as mais diversas, enriquecendo os trabalhos e fomentando o debate:

[...] a oportunidade das pessoas selecionadas de trabalhar com as mais proeminentes acadêmicas feministas do país, uma vez que estas participam não apenas da seleção de candidatos e na supervisão dos projetos, mas também comparecem aos seminários no qual os bolsistas relatam suas pesquisas e trocam informações e experiências. (Barrig e Navarro, *apud* Bruschini e Ubenhaum, 2002 p. 30)

As pesquisadoras da FCC elaboraram ainda uma série de outros projetos, muitos deles financiados pela Fundação Ford: “uma bibliografia anotada, um centro de documentação, um curso de pesquisa, uma pesquisa sobre vieses sexuais na avaliação de redações escolares e uma pesquisa sobre mulher e ciência” (Costa; Barroso; Sarti, 1985, p. 12). Foram responsáveis pelo jornal *Mulherio*, sediado na Carlos Chagas entre 1981 e 1983. O jornal é considerado por Celi Regina Pinto (2003, p. 86), pelo seu grau de abrangência e por sua duração (até 1988), a mais importante publicação feminista da década de 1980 .

Dentre os projetos elaborados pelas pesquisadoras da Carlos Chagas constava o levantamento de dados sobre a bibliografia existente no país em relação à mulher. Assim, no ano de 1979, a fundação publicou o primeiro volume de *Mulher Brasileira: Bibliografia Anotada*, resultado de três anos de pesquisas (1975-1979) em bibliotecas, centros de documentação e acervos, sobretudo em obras acadêmicas, “ensaios, pesquisas, estudos publicados sob a forma de livros, artigos de revistas, teses, obras de referências, comunicações mimeografadas ou, em casos raros, datilografadas”, que “se propunham a uma descrição, a uma análise fundamentada ou a uma interpretação documentada da situação da mulher no Brasil” (p. 13). Em 1981, um segundo volume foi publicado¹¹⁵.

¹¹⁵O primeiro volume da *Bibliografia Anotada* agrupou material em torno dos temas da mulher na História (177 obras tratando especificamente da mulher e 204 citações secundárias: censos, relatos de viagem, biografias, “louvações a mulher”, etc.), na Família (67 textos específicos e 29 secundários, associando a mulher aos papéis de filha, esposa e mãe, abordando o tema do trabalho dentro das unidades domésticas e rurais, as redes de relações sociais ligadas à família: o parentesco e a vizinhança, bem como as imagens e os valores atribuídos aos papéis femininos de acordo com as diferentes camadas sociais: a senhora de engenho, a senhora do sobrado, a mucama, a mundana, etc.) nos Grupos Étnicos (39 textos específicos e 12 secundários, com destaque para as mulheres negras e algumas referências às imigrantes alemãs, italianas e japonesas. Dentre os temas encontrados estão os casamentos mistos, a organização familiar, a luta pela sobrevivência, os serviços domésticos e a vida religiosa) e no Feminismo (129 e 67). O segundo volume abordou a situação da mulher na área do Direito (com 145

No ano de 1980, a Carlos Chagas publicou a primeira coletânea com os resultados do seu concurso de dotação para pesquisa. Devido à grande variedade de temáticas trabalhadas pelas participantes do concurso, os resultados foram agrupados em dois volumes distintos. O primeiro deles, publicado com o título *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*, apresenta artigos ligados à área da literatura, do cinema, da história, do direito e da sexualidade¹¹⁶. O segundo volume, “Trabalhadoras do Brasil”, foi publicado em 1982, abordando a temática do trabalho feminino, rural e urbano¹¹⁷.

A seriedade nos critérios de avaliação do concurso e no acompanhamento das pesquisas propiciaram o reconhecimento da comunidade acadêmica em geral. Muitas pesquisadoras beneficiadas nos concursos da Fundação Carlos Chagas assumiram posteriormente programas de pós-graduação e núcleos de pesquisa e/ou integraram o quadro de pesquisadores/as nas mais diversas universidades, atuaram em ONGs, prestaram assessoria, etc.

Ao lado das pesquisadoras da FCC e dos grupos ligados às Associações de pesquisa das diferentes áreas das Ciências Humanas, um terceiro núcleo de feministas acadêmicas pode ser identificado no país durante este período: o das antropólogas ligadas ao Museu Nacional do Rio de Janeiro. Segundo Albertina Costa (2004, p. 206), um curso ministrado pela antropóloga estadunidense Leni Silverstein (residente no Brasil) sobre teorias feministas na Antropologia, *Indivíduo e Sociedade: perspectivas antropológicas da mulher*, levou a editora Zahar (por sugestão de Gilberto Velho) a convidar um grupo de estudantes de pós-graduação em Antropologia Social do Museu para dirigir uma coleção ligada a este tema¹¹⁸. Em 1981, Bruna Franchetto, Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti e Maria Luiza Heilborn lançavam o primeiro número da série *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Em sua contracapa a série se auto-apresenta como

referências específicas e 262 secundárias, abrangendo o direito constitucional, civil, comercial, penal e trabalhista), nas Artes e nos meios de comunicação (85 textos principais e 388 secundários abordando a vida e a atuação de artistas, o trabalho de escritoras e os discursos da mídia), na Educação (141 específicos e 58 referências secundárias) e no Trabalho (105 textos específicos e 100 secundários, tratando da questão da divisão sexual do trabalho, a desqualificação do trabalho doméstico, a posição subalterna da mulher no mercado de trabalho, as hierarquias de classe e sexo, etc.).

¹¹⁶Telma Camargo da Silva faz uma análise dos discursos presentes nas novas revistas femininas e nos jornais feministas da década de 1970, Elice Numerato e Maria Helena Darcy de Oliveira trabalharam a temática *As musas da matinê*, Pedro Maia Soares apresenta elementos relativos ao feminismo no RS entre 1835-1945, Miriam Lifchitz Moreira Leite aborda a documentação existente sobre mulheres em livros de viagens, Maria Beatriz Nizza da Silva discute *O divórcio na capitania de SP*, Ilana W. Novinsky aborda o tema *Heresia, mulher e sexualidade* no nordeste brasileiro (séc. XVI e XVII) e Branca Moreira Alves, Jacqueline Pitanguy, Leila Barsted, Maria Luiza Heilborn, Mariska Ribeiro e Sandra Boschi discutem da sexualidade *Sexualidade e desconhecimento: a negação do saber*.

¹¹⁷Maria Ignez Paulilo trabalha com o tema *A mulher e a terra no Brejo Paraibano*; S. Santos aborda *A Mulher de Formação Universitária em Algumas Empresas Estatais*.

¹¹⁸A revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, publicava no n. 26, de 1980, o artigo de Clarice Novaes de Mota, “Por uma Antropologia da Mulher”, denotando o interesse nos estudos sobre a mulher nesta área.

Uma coleção voltada para as Ciências Sociais que visa divulgar este tema como objeto de reflexão, focaliza a multiplicidade de identidades femininas e confronta-as, participando também da discussão política mais ampla sobre as mudanças que afetam a condição da mulher na sociedade brasileira.

O grupo de pesquisadoras ligadas ao Museu Nacional também tinha consciência de estar diante de um novo campo de saber, identificados por elas como “um universo intelectual extremamente complexo para o qual convergem diversas tradições filosóficas, científicas e políticas” (Franchetto, Cavalcanti e Heilborn, 1981, p. 14). No primeiro estudo produzido aparece (p.15) a preocupação em discutir o uso de uma categoria central para a futura produção teórica deste campo, a categoria *mulher* e, além disso, o novo campo é situado dentro do feminismo (entendido como um movimento social e intelectual).

Segundo Miriam Pillar Grossi (1998, p. 3), a ênfase das pesquisas sobre a mulher no Brasil estiveram marcadas, em um primeiro momento, pela problemática da *condição feminina*. Pensava-se haver “um problema da mulher” que deveria ser desvendado pelas próprias mulheres. Num segundo momento, durante a década de 1980, abandona-se esta terminologia. Os estudos haviam mostrado a impossibilidade em se falar em uma única condição feminina no Brasil, uma vez que “existem inúmeras diferenças, não apenas de classe, mas também regionais, de classes etárias, de ethos, entre as mulheres brasileiras” (p. 3-4). Por conseguinte, os estudos passam a ser identificados como “Estudos sobre as Mulheres”.

Maria Ignez Paulilo (MIP, 29/9/2006), uma das contempladas no primeiro concurso de dotação da FCC, observa o grande empenho em se obter dados relativos à condição feminina no Brasil na primeira fase das pesquisas. A reflexão em torno de uma série de questões era dificultada pela ausência de informação pertinente e pelos estereótipos presentes nas interpretações dos/as pesquisadores/as.

A postura adotada pelas acadêmicas foi a de proporcionar um levantamento de dados, nas mais diversas áreas. Segundo Bruschini (2006), “buscavam-se dados sobre o papel e a presença das mulheres no trabalho, na família e na sociedade em geral. Era preciso torná-las visíveis, denunciar sua condição de subordinação e lutar por sua transformação”. Dessa forma, pesquisas empíricas eram realizadas, “algumas adotando metodologias qualitativas ou estudos de caso, outras tendo seu fundamento em dados censitários ou macro-sociais”. Como coloca Jussara Reis Prá (1997, p. 43), era preciso “construir e reconstruir tudo no campo das pesquisas” sobre a mulher.

O uso de metodologias quantitativas foi questionado pelas feministas brasileiras (ainda que utilizadas por algumas acadêmicas) pela forma que era utilizada nos EUA¹¹⁹ mediante a associação destes métodos com uma sociologia de cunho mais positivista, neutra e objetiva: “Passaram então a ser vistos com certo menosprezo nos estudos feministas, que propunham um conhecimento comprometido com a transformação da condição feminina, privilegiando os estudos qualitativos, as histórias de vida e as pesquisas-participantes” (Bruschini, 2006).

A rigidez das disciplinas e as divisões tradicionais entre as diversas áreas de conhecimento representavam outra dificuldade. Na obtenção de respostas às perguntas formuladas pelas pesquisadoras, as informações obtidas em cada disciplina precisavam ser complementadas entre si. Para auxiliar na compreensão de um quadro social que legitimava e reforçava a inferioridade da mulher em todos os setores da sociedade, incluindo o campo das Ciências, era preciso um campo de reflexão transversal às diferentes tradições disciplinares.

Pesquisadoras ligadas a diferentes campos (História, Psicologia, Sociologia, Letras, Direito, Literatura, Educação, Artes e Medicina, dentre outros) reuniam-se, por vezes, em pequenos grupos dentro das universidades ou em encontros estaduais e nacionais para dividir suas pesquisas e discutir sobre elas. A multidisciplinaridade permitiu criar uma relação “entre diferentes linhas de pesquisa, revelando conexões e sentidos velados que modificam a nossa compreensão dos mecanismos e dos significados do poder na vida social e política”¹²⁰.

Diante da falta de dados e da percepção de que as demais pesquisas acadêmicas não contemplavam o universo das mulheres, as experiências pessoais eram utilizadas como método/recurso complementar. Na Introdução ao livro *Vivência. História, sexualidade e imagens femininas*, Cristina Bruschini e Fúlvia Rosenberg (1981), organizadoras do material e integrantes do corpo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, comentam sobre a prática de seu grupo, onde as vidas pessoais e cotidianas eram “trazidas à pauta” no intuito de estimular as reflexões (p. 9): “éramos mulheres estudando mulheres, pesquisadoras estudando mulheres, feministas estudando mulheres [...] por vezes escolhíamos integrar nas discussões a esfera do privado e do profissional”.

Guacira Louro (1998, p. 19), referindo-se ao trabalho das pesquisadoras feministas no Brasil, observa que elas

[...] levantaram informações, construíram estatísticas, apontaram lacunas em regis-

¹¹⁹Em amplos levantamentos de informações por amostragem sobre o comportamento militar estadunidense, num primeiro momento, e pelas pesquisas de opinião e prévias eleitorais das décadas de 1940 e 1950 (Cf. Bruschini, 1992, p. 289)

¹²⁰Como por exemplo, as relações existentes entre poder político tradicional e a violência doméstica ou entre a produção econômica e reprodução biológica.

tros oficiais, vieses nos livros escolares, deram voz àquelas que eram silenciosas e silenciadas, focalizaram áreas, temas e problemas que não habitavam o espaço acadêmico, falaram do cotidiano, da família, da sexualidade, do doméstico, dos sentimentos. Fizeram tudo isso, geralmente, com paixão, e esse foi mais um importante argumento para que tais estudos fossem vistos com reservas. Eles, decididamente, não eram neutros. Coloca-se aqui, no meu entender, uma das mais significativas marcas dos Estudos Feministas: seu caráter político. Objetividade e neutralidade, distanciamento e isenção, que haviam se constituído, convencionalmente, em condições indispensáveis para o fazer acadêmico, eram problematizados, subvertidos, transgredidos. [...] Assumia-se, com ousadia, que as questões eram interessadas, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança.

A forma de organização e trabalho das feministas causava desconforto. Os objetivos eram considerados pela comunidade acadêmica como pouco científicos e de cunho político-ideológico. Não raro, as interpretações dadas ao material coletado pelas feministas contradiziam crenças já consolidadas¹²¹, gerando críticas e suspeitas de todo tipo.

Como observam Ana Alice Costa e Cecília Sardenberg (1994, p. 389), travou-se uma luta nas universidades “pelo reconhecimento da relevância e legitimidade da problemática da mulher como objeto de reflexão e análise”. Na opinião de Jussara Reis Prá (1997, p. 42-43):

[...] os estudos feministas podem ser citados entre as temáticas que mais enfrentaram desafios para obter legitimidade como questão científica no mundo acadêmico [...], costumavam ser considerados ora assunto marginal, ora fruto da excentricidade de pesquisadores que a eles se dedicavam ou, simplesmente, “coisa de mulher” no sentido pejorativo do termo.

4.2 Zonas de Segurança e grupos multidisciplinares

As feministas acadêmicas, a exemplo dos grupos de reflexão e conscientização, reuniram-se em grupos compostos exclusivamente por mulheres (salvo exceções), dedicados ao estudo das mulheres e cuja produção teórica destinava-se também a elas. Visto como um “gueto”, esta forma de organização recebeu inúmeras críticas (Cf. Pinto, 1992, p. 133; Costa, Barroso e Sarti, 1985): era sinal de retraimento, configurava o medo de expor-se, reafirmava a exclusão, aumentava o isolamento e fadava as pesquisas a um processo de auto-referência.

Ainda que apresentasse desvantagens, o “gueto” foi vital à sobrevivência e ao desenvolvimento desses grupos de estudos. Além de se constituir na via possível de articulação, propiciou um espaço próprio de atuação nas universidades, regido, segundo Celi Pinto (1992, p. 133) pelo princípio de prazer, pela pertinência e pela consciência de se estar entre iguais.

¹²¹Como exemplo se pode citar a crença na passividade sexual da mulher ou na tendência feminina à domesticidade. Além disso, a visão do homem como protetor e “provedor do lar” foi questionada pelas pesquisas sobre violência doméstica.

Simone Schmidt (SPS, 5/6/2006) comenta ainda a necessidade de se defenderem das críticas e da força adquirida pela presença de outras companheiras: “quando começamos a militância na academia, década 70 e 80 [...] se apostava mesmo no grupo, no gueto, na zona de segurança. Reunindo todas as que pensavam parecido, nos defendíamos”. Na definição de Mary Louise Pratt (*apud* Costa, 1999, p. 138) estas *zonas de segurança* possuíam a riqueza da solidariedade e da troca de idéias:

Nesse espaço não há necessariamente homogeneidade, mas solidariedade. A zona de segurança é um contexto onde não existe perigo e todas somos convidadas a uma troca de idéias [...] esse lugar precisa ser especificamente designado como zona de segurança, pois é onde podemos desenvolver um trabalho solidário, intelectualmente rico, e que não se configure como confronto agonístico de pontos de vista diferentes.

Apesar da heterogeneidade, novas formas de relacionamento são estabelecidas em torno de um *sentido*, compartilhado por todas as participantes. Além de militantes, estes espaços apresentam um *alto teor de subjetividade* ao proporcionar o estabelecimento de laços afetivos (além dos intelectuais) e o fortalecimento da identidade.

Organizadas em grupos, encontrando-se com certa regularidade, as feministas impulsionaram ainda mais as pesquisas sobre a mulher na década de oitenta. Novos grupos de trabalho foram organizados junto às mais diversas associações científicas: na ANPOCS (um segundo grupo de trabalho foi organizado em 1980, o GT Mulher e Política), na Associação Brasileira de Antropologia (ABA), na Associação Nacional de Pesquisa em educação (ANPED), na Associação Nacional de Pesquisa em Letras (ANPOL), na ASESP (Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo), dentre outras (Cf. Costa, 1985, p. 7).

Núcleos de pesquisa também foram organizados nas universidades. Em 1980 criou-se, pela iniciativa de Fanny Tabak, o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em 1981 é organizado o Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher (NEDIM), na Universidade Federal do Ceará. Em 1983 três novos núcleos foram criados: o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), na Universidade Federal da Bahia, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Relações Sociais de Gênero (NEIRSG), da PUC de São Paulo e o NEM da Universidade Federal da Paraíba (Costa e Sardenberg, 1994, p. 390). Em 1984 chega a vez das universidades federais de Minas Gerais (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher – NEPEM) e do sul do país criarem seus núcleos: O Núcleo Mulher, da UFRGS, e o NEM, da UFSC.

Como observa Celi Pinto (2003, p. 88):

Os núcleos variam de tamanho e de posição na estrutura universitária, alguns reúnem grupos significativos de pesquisadoras e pesquisadores, acolhem pesquisas de alto nível, publicam livros e revistas especializadas e são referências nacionais do tema, outros se reduzem a unidades universitárias com pouca identidade e pouca produção.

4.3 Por que Estudos da Mulher?

Os primeiros grupos de pesquisadoras a se formarem nas universidades, ainda que identificados com o movimento feminista, organizaram-se em torno de áreas denominadas “Estudos sobre a Mulher”, a exemplo dos *Women's Studies* estadunidenses (e não dos *Feminist's Studies*). Por que esta escolha, se a maioria das acadêmicas também eram militantes políticas comprometidas com o movimento de mulheres e o feminismo?

Como observa Anette Goldberg (1989b, p. 5), “nomear não é um ato neutro”. Participando de um seminário organizado pelo Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE) da Universidade de São Paulo, Goldberg (p. 5-6) comenta que a expressão *Estudos Feministas* apresenta um significado politicamente mais preciso, não verificável na expressão *Estudos sobre a Mulher*.

Com base em algumas das informações anteriores, percebemos que havia, na sociedade brasileira, uma simpatia à causa das mulheres mas uma rejeição ao termo *feminismo*. Nos meios religiosos, entre as CEBs, mais abertas, as feministas eram aceitas parcialmente, enquanto articuladoras das causas das mulheres de camadas econômicas mais desfavorecidas. Nas alas mais conservadoras das igrejas, eram rejeitadas. Dentre os grupos de esquerda, eram aceitas nos mesmos termos da ala progressista católica: enquanto militantes da transformação econômico-social do país, mas não como defensoras de causas ligadas às mulheres (ainda que estas questões tocassem à totalidade da sociedade). Na mídia, eram “defendidas” (o que já denota a existência de “ofensivas”), por alguns jornais alternativos e revistas femininas, e ridicularizadas e agredidas por outra parcela de jornais alternativos. Junto ao Movimento de Mulheres a situação era, igualmente, dúbia. As feministas eram aceitas enquanto parceiras de discussão e movimento; no entanto, a grande maioria das mulheres preferia se identificar como *mulher*, *feminina* e não como *feminista*.

A categoria *mulher* operava como agregadora dentro e fora da universidade. As mulheres das CEBs, dos clubes de mães, dos sindicatos, dos partidos políticos, dos órgãos de pesquisa, das universidades, dos centros acadêmicos, etc., agrupavam-se em torno dela. A idéia da unidade biológica e da existência de problemas comuns a todas as mulheres não causava conflitos.

Albertina Costa (1994b, p. 162), referindo-se ao período de formação deste campo de estudos no Brasil, lembra a dificuldade encontrada em torno das denominações a serem assumidas pelas pesquisadoras:

A escolha do nome tem seus riscos e incertezas. “Estudos femininos”, aliás, foi a primeira denominação que tendeu a ser rejeitada em razão de sua conotação com cursos de Economia Doméstica efetivamente existentes, destinados a mulheres e exclusivamente a elas, versando sobre habilidades adaptadas às mulheres concebidas como donas de casa e administradoras do lar. [...] Estudos de Mulheres, denominação cara a muitos, em razão mesmo de sua ambigüidade – realizado por mulheres, para mulheres, sobre mulheres – têm gerado controvérsia. [...] Todos os nomes têm seus inconvenientes e defeitos. Da denominação “estudos feministas” quase nem se cogitou em razão da forte conotação negativa do termo feminista, tão negativa que até as próprias feministas tenderam a rejeitá-lo inicialmente.

Outra questão diz respeito às universidades brasileiras e suas especificidades. Avaliando o processo de introdução dos estudos feministas e estudos sobre a mulher nos EUA, Goldberg (1989b, p. 12-13) observa que as pesquisas estavam diretamente ligadas ao campo do ensino. Bruschini e Ubenhaum (2002, p. 21) comentam que “é na docência, via criação de novos cursos universitários, os *feminist* ou *women's studies*, que as acadêmicas feministas norte-americanas impulsionaram a reflexão sobre a experiência das mulheres e as aspirações feministas”. Segundo Goldberg (1989b, p. 13) uma forte demanda de universitárias militantes e contestatórias a procura de informação e formação respaldava o trabalho das pesquisadoras feministas, valorizando-as e ao seu trabalho.

Todo esse processo favoreceu o surgimento de mais de uma geração de pesquisadoras não apenas interessadas em estudar “mulher”, mas trabalhando com novos parâmetros teóricos e motivadas por uma reflexão de caráter epistemológico. Isso se verificou também, embora em menor escala e adotando procedimentos distintos, em países europeus como a Inglaterra e a França, onde certas iniciativas na área acadêmica ao longo dos anos 70, voltadas para o ensino, foram abrindo terreno para a incorporação de um enfoque inovador na abordagem dos mais diferentes temas e em várias disciplinas.

As pesquisadoras brasileiras, por sua vez, tiveram de lutar com a questão da legitimidade dentro e fora da academia. As lutas gerais estavam em pauta nos mais diversos grupos. A forma encontrada para obter apoio entre o Movimento de Mulheres, agrupar o maior número possível de colaboradoras e impulsionar as pesquisas, foi o de uma área de estudos intitulada Estudos sobre a Mulher.

4.4 Discutindo temas e elaborando teorias

Segundo Piscitelli (2004, p. 44), as feministas acadêmicas da década de 1960 e 1970 iniciaram suas pesquisas pautadas em algumas das temáticas deixadas em aberto pelas suas antecessoras do final do século XIX. Em meio às lutas por acesso à direitos civis e políticos (como educação, voto e propriedade), decorrentes da idéia de direitos iguais, formulou-se a pergunta: “Se a subordinação da mulher não é justa, nem natural, como se chegou à ela e de que modo esta se mantém?”

Algumas idéias centrais eram compartilhadas pelas feministas. Considerava-se que as mulheres ocupavam lugares subordinados em relação aos homens. Ainda que esta subordinação variasse em função da época e do lugar, parecia ocorrer em todas as partes e períodos históricos conhecidos. No entanto, este não era um dado natural mas, construído socialmente e, portanto, passível de modificação. A idéia seguinte foi a de que “alterando as maneiras como as mulheres são percebidas seria possível mudar o espaço social por elas ocupado” (Piscitelli, 2004, p. 45).

Durante as décadas de 1960 e 1970, as feministas brasileiras procuraram evidenciar o potencial das mulheres no campo do trabalho e a importância destas para a sociedade. As pesquisadoras ligadas às fundações e institutos de pesquisa e aos movimentos de mulheres discutiam as temáticas da sexualidade e dos estereótipos sexuais.

Outros temas também aparecem na produção acadêmica deste período (família, maternidade, direitos jurídicos, etc.) porém, com menor frequência devido à pouca concentração de pesquisadoras em torno de algumas áreas (como o Direito) ou devido à possibilidade de escolha de temas muito distintos entre si em uma mesma disciplina (como a História, onde se pesquisou: família, mulheres viajantes, imigrantes, heroínas, negras, etc.). Na Psicologia e na Psicanálise, releituras de Freud e Lacan eram efetuadas, bem como estudos sobre a personalidade feminina e a estrutura familiar¹²².

Nas décadas de 1980 os temas da saúde e da violência ampliam sua presença na universidade, impulsionados pelas demandas de grupos e instituições ligados aos movimentos de mulheres e outros. Os estudos sobre violência acompanham a criação dos SOS e das delegacias da mulher, oferecendo-lhes subsídios e avaliando os dados oriundos destes espaços. Os direitos reprodutivos e as discussões sobre políticas públicas entram nas pautas das instituições

¹²²Alguns desses estudos foram influenciados pelos textos das psicanalistas estadunidenses Nancy Chodorow, “Estrutura Familiar e Personalidade Feminina” (coletânea de textos *A Mulher, a Cultura e a Sociedade*, de 1970) e Carol Gilligan (*Uma Voz Diferente*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982).

de pesquisa e de alguns círculos de feministas¹²³.

4.4.1 Trabalho feminino

Nas universidades, as primeiras teses e dissertações sobre a mulher estavam ligadas a temática do *trabalho*, bastante em voga durante a década de 1970 nas Ciências Sociais (onde se faziam levantamentos sobre as condições de trabalho, diagnósticos populacionais, teorias sobre desenvolvimento, etc.). Segundo Bruschini (2006), o tema do *trabalho* foi o primeiro a conquistar legitimidade nas universidades¹²⁴.

Também presente na Fundação Carlos Chagas, dentre os artigos do número especial dos *Cadernos de Pesquisa* (n. 15, 1975), dois versaram sobre esta temática¹²⁵, além de um dos “Temas para Debate” (abordando o campo do direito trabalhista) e as duas resenhas (sobre os livros de Saffioti, 1969 e Blay, 1978). Costa (1994b, p. 167) observa o primado do tema entre os projetos aprovados no I Concurso de Dotação da FCC (47%) e Bruschini e Ubenhaum (2002) comentam a sua constância nos 20 anos de concurso¹²⁶.

O trabalho era tema central entre pesquisadores/as marxistas e igualmente importante para uma corrente feminista mais liberal, tanto no Brasil como nos EUA:

O trabalho remunerado era visto como a estratégia possível de emancipação da dona de casa de seu papel subjugado na família. A idéia de que a raiz da subordinação da mulher está na sua exclusão do mundo produtivo era o fundamento do feminismo, tanto em sua versão liberal como naquela de inspiração marxista, constituindo uma referência importante para tornar o trabalho feminino um problema teórico. Herança da tradição marxista, o feminismo brasileiro considerava a trabalhadora a principal agente de transformação da condição feminina, contribuindo para que o interesse pela pesquisa sobre as mulheres convergisse para o tema do trabalho, de legitimidade garantida também nas universidades, nas quais a análise do modo de produção na sociedade capitalista ocupava posição de prestígio” (Sarti, *apud* Bruschini, 2006).

¹²³Outra grande área de pesquisas sobre a mulher no Brasil se deu dentro do campo dos estudos literários e da crítica literária. Para uma introdução ao tema, ver: Hollanda, Heloísa Buarque de. “Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação”. In: Costa e Bruschini, 1992, p. 54-92.

¹²⁴Dentre as entrevistadas e em textos como o de Bruschini (2006) o tema do trabalho é citado como predominante nas Ciências Sociais no Brasil durante a década de 1970 e início dos anos 80 por conta da influência das teorias marxistas neste campo. Contudo, Saliba (1991, p. 17-18), em um estudo sobre a produção historiográfica brasileira deste mesmo período, afirma que o marxismo deixara de ser o interlocutor teórico privilegiado no campo da História. Não saberíamos afirmar se o mesmo também se deu na Sociologia. A percepção das feministas pode se referir a apenas uma parcela dos estudos sociológicos. Em todo caso, esta parece ter sido a marca dos grupos aos quais estas pesquisadoras estiveram ligadas (lembrando sempre da proximidade entre feministas e grupos de esquerda no país). Cabe ainda ressaltar que o tema do *trabalho* também interessava ao regime civil-militar, ainda que sob uma outra ótica, a do desenvolvimento e da modernização do mercado de trabalho.

¹²⁵“Trabalho industrial X Trabalho doméstico”, da socióloga Eva Alterman Blay, e “Concepções sobre o papel da mulher no Trabalho, na política e na família”, de Maria Amélia Azevedo Goldberg.

¹²⁶Percebe-se a importância do tema entre as participantes do primeiro concurso, o que levou à publicação de um volume inteiro da FCC sobre o assunto (*Trabalhadoras do Brasil*). Ao todo, 28% dos trabalhos financiados pelos concursos (em 20 anos) concentraram-se nesta temática (8,2% deles abordando o trabalho feminino em zonas rurais, tema durante muito tempo marginal no campo da Sociologia do Trabalho). O terceiro programa do concurso deu início a um banco de dados sobre o trabalho feminino no país. O material pode ser acessado no *site* da Fundação (www.fcc.org.br), contendo estatísticas de 1970 a 1995.

Para Lobo (1994), a Sociologia do Trabalho no Brasil do final da década de 1970 centrava-se em temas ligados ao sindicalismo, ao processo de industrialização, desenvolvimento e modernização e à estrutura da classe operária. Apesar de se afirmar que “a classe operária tem dois sexos”¹²⁷, os estudos permaneciam impermeáveis à situação das trabalhadoras e se fundavam numa generalização. Segundo Carrasco (2005), toda a atividade feminina realizada dentro do lar era “invisível aos olhos da maioria dos pensadores clássicos”.

Como empecilho para a incorporação das mulheres no campo das pesquisas sobre o trabalho, duas questões podem ser observadas: a dificuldade em se apreender e classificar o trabalho feminino e a prática nas academias de uma generalização das atividades humanas que tem o trabalho masculino como modelo. Segundo Bruschini (1992, p. 293-294),

O trabalho feminino é marcado pela diversidade e pela intermitência de entradas e saídas no mercado, marca registrada do frágil equilíbrio entre atividades produtivas e funções reprodutivas, mantidas a todo custo pela mulher para a sobrevivência e o bem-estar de todo o grupo familiar. [...] Mais do que o homem, a mulher tem sua participação no trabalho remunerado possibilitada ou constringida, em maior ou menor escala, por várias dessas características: idade, estado civil, escolaridade, número de filhos, ciclo de vida familiar, localização rural ou urbana.

Diante da influência da esquerda no espaço acadêmico (e também entre as militantes feministas dos mais diversos grupos), as primeiras pesquisas sobre o trabalho feminino inseriram-se dentro da ótica da produção, utilizando-se da hipótese de Marx sobre a força de trabalho feminina como parte do exército industrial de reserva (Saffioti, 1969, 1981; Blay, 1978; Madeira e Singer, 1975; Rodrigues, 1978; Pena, 1981, Saffioti, etc.)¹²⁸.

¹²⁷Alusão ao livro de Elisabeth Souza-Lobo: *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*, (São Paulo: Brasiliense, 1991).

¹²⁸A relação entre feminismo e marxismo é antiga em vários países do mundo, remontando o final do século XIX. Neste diálogo, alguns dos textos produzidos por Marx e Engels serviram, e continuam servindo, de base teórica para feministas decepcionadas com as revoluções liberais e os ideais democráticos (que não proporcionaram uma mudança real da situação de opressão vivida por muitas mulheres). Para Marx e Engels, a necessidade de uma “produção de herdeiros legítimos” para o repasse do capital exigia o controle da sexualidade da mulher, atrelando-a ao casamento burguês. A família, sagrada até então, foi apresentada por Engels, em seu livro *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, como resultado de interesses econômicos, marcando a servidão e a derrota histórica das mulheres. Marx, em *O Capital*, aborda a família burguesa como uma das peças-chaves presentes no jogo do capitalismo, transformada, na era industrial, em unidade de consumo. Em *A Ideologia Alemã* a família é citada como o primeiro espaço de aplicação das regras de escravidão e propriedade privada onde o homem exerce o domínio sobre a mulher e seus filhos/as. Atrelada ao capitalismo e às suas formas de opressão, consumo e controle, a família burguesa desapareceria com a revolução socialista, tornando-se desnecessária do ponto de vista econômico. O Estado assumiria algumas das funções delegadas ao âmbito doméstico e, conseqüentemente, às mulheres (como o cuidado das crianças, doentes e idosos). No *Manifesto Comunista*, de 1848 (“Proletários e Comunistas”, p. 54-56), a abolição deste modelo de família aparece como uma das metas do comunismo. Os textos de Marx e Engels foram discutidos em inúmeros espaços, gerando novas publicações e reflexões por parte também de mulheres que aliavam suas lutas por libertação às críticas à sociedade capitalista e às utopias socialistas. Este foi o caso de Emma Goldman (*Traffic in Women e Woman Suffrage*), nos EUA; Clara Zetkin (*O que as mulheres devem a Marx*), na Alemanha; Alexandra Kollontai (textos disponíveis em: www.pco.org.br/biblioteca/mulher/indice.htm) na Rússia; Heleieth Saffioti (1969) e Elisabeth Souza-Lobo, recuperando o conceito de experiência de E. P. Thompson, em alguns de seus estudos; dentre outras.

Nas conceituações tradicionais de *trabalho* (como remunerado e produtor de mais valia) as atividades femininas no âmbito do lar não se enquadravam. As pesquisadoras procuraram novas formas de lidar com o tema. Em um primeiro momento, trabalhou-se com a noção de *trabalho produtivo e trabalho improdutivo* (MIP, 29/9/2006).

Discussões em torno da natureza do trabalho doméstico e a sua função no sistema capitalista permeavam parte da literatura internacional. Segundo Carrasco (2005, p. 7), o debate teve início com o artigo pioneiro de Juliet Mitchell, *Women: the longest revolution*, publicado em 1966 na revista *New Left Review*¹²⁹. Neste artigo, Mitchel faz uma crítica à forma como a literatura marxista clássica abordava a questão da mulher e propõe uma análise da condição feminina em quatro estruturas separadas: produção, reprodução, socialização e sexualidade (as três últimas ligadas ao âmbito familiar). Para Cristina Carrasco (2005, p. 8), a partir do material de Mitchel, criou-se um núcleo de debate em torno dos temas da caracterização do trabalho doméstico como um modo de produção, da reprodução da força do trabalho, do trabalho doméstico como trabalho produtivo e/ou criador de valor e dos benefícios que obtém o capital das atividades realizadas por mulheres.

Parte do debate sobre essa caracterização amparou-se nas teses da francesa Christine Delphy. Em seu artigo “O principal inimigo” (“L’ennemi principal”. *Partisans*, n. 54-55, juillet-août, 1970), Delphy defendeu a idéia de que as mulheres constituem uma classe em si, explorada pelos homens antes mesmo da implantação do modo de produção industrial. O trabalho feminino faria parte de um *modo de produção familiar* que afeta a produção de bens e serviços de maneira direta, mas que, enclausurado em uma estrutura/relação social específica (o casamento), perde seu valor de troca e assume o caráter de exploração não remunerada. O trabalho das mulheres desaparece sob a denominação de “tarefas domésticas”.

No Brasil, o tema do trabalho doméstico gerou inúmeros estudos, no entanto, a maioria das pesquisas se ateve à problemática da reprodução da força de trabalho. Segundo as análises de Castro e Lavinias (1994, p. 240) sobre o material do GT A Mulher na Força de Trabalho, da ANPOCS, a tese de Marx, “Se a produção é capitalista, também o é a reprodução”, gerou “um incontável número de artigos no final dos anos 70”. A forma de abordar o tema, porém, foi bastante polissêmica.

Para algumas feministas, a reprodução pode ser entendida a nível do ideológico; para outras, a nível das práticas familiares vividas no doméstico; para muitas, através das práticas sociais entre os sexos que não seriam diretamente mediadas por relações mercantis. [...] Enquanto certas correntes do feminismo identificam essa rela-

¹²⁹Traduzido no ano seguinte pela *Revista Civilização Brasileira* (ano II, nº14, 1967) com o título “Mulheres: a revolução mais longa”.

ção como linear (uma esfera subordinada a outra), há quem a analise nos termos de uma articulação (relação biunívoca). (Castro e Lavinas, 1994, p. 240)

Discussões sobre reprodução e trabalho doméstico aliavam-se ao tema da dupla jornada e ao papel da mulher na família e à divisão sexual do trabalho. Como observa Bruschini (2006), esta articulação, representada por textos como o de Hirata e Humphrey (1984), permitia afirmar que “a organização do processo de produção e de trabalho conta com a pré-existência de relações sociais entre os sexos, vigentes em todos os espaços sociais”.

Uma gama de mulheres podia ser acomodada nas discussões ligadas à divisão sexual do trabalho e à reprodução da força de trabalho. Em um primeiro momento, as feministas priorizaram estudos sobre trabalhadoras duplamente oprimidas (por sua classe e por seu sexo): operárias, empregadas domésticas, camponesas, etc. Conforme Grossi (1998, p. 3):

Estes estudos tinham um duplo objetivo: por um lado mostrar que as mulheres das classes trabalhadoras eram mais oprimidas que as outras, mas por outro lado, eles também compartilhavam da visão de que havia uma mesma opressão de todas as mulheres, independentemente do lugar que elas ocupavam na produção, pois todas eram oprimidas pela ideologia patriarcal.

Os estudos sobre empregadas domésticas e camponesas evidenciavam problemas ligados à estrutura familiar. O trabalho desempenhado por estas mulheres era comumente visto como complementar e de pouco valor econômico. A desvalorização de suas atividades no campo e a apropriação do resultado do seu trabalho (remunerado e/ou não-remunerado) por seus pais e/ou companheiros são entendidas como algumas das faces de um mesmo problema. O mercado de trabalho, por sua vez, reproduziria a opressão das mulheres de forma semelhante ao da família impondo sobre elas uma chefia (quase sempre masculina) e impedindo-lhes a ascensão profissional.

Segundo Castro e Lavinas (1994, p. 242), as discussões feministas no campo da Sociologia do Trabalho caminharam, durante os anos 80, em direção a uma Sociologia das Relações Sociais. O desafio passou a ser a identificação “em cada prática, em cada relação, da produção das subordinações, das resistências e das cumplicidades”.

4.4.2 O Patriarcado como paradigma para a dominação

Em contato com a produção intelectual do feminismo estadunidense e europeu, as feministas acadêmicas brasileiras recorreram a abordagens conceituais presentes nestes contextos para pensar a divisão sexual do trabalho e a desvalorização das atividades femininas. Um destes conceitos, bastante em voga nos EUA no final da década de 1970 e nos anos 80, foi o

de *patriarcado*¹³⁰.

A descrição de um sistema de dominação masculina, chamado de *patriarcado*, aparece em textos do final do século XIX¹³¹. No entanto, é entre as feministas radicais estadunidenses que ele “ganha fôlego” como ferramenta explicativa para a situação de subordinação das mulheres, assumindo uma conotação política, denunciando a existência de uma dominação masculina e analisando “as relações homem-mulher delas resultantes” (Saffioti, 2006, p. 1).

Segundo Cristina Carrasco (2005, p. 9), um dualismo metodológico perpassava as discussões feministas nos EUA durante as décadas de 1960 e 1970 como subsídio para explicar as relações desiguais entre homens e mulheres. De um lado, o *feminismo socialista* enfatizou as questões de classe e o sistema capitalista, de outro, o feminismo radical enfatizava as questões sexuais e o sistema patriarcal.

As feministas radicais trabalhavam com uma categoria universal de mulher que incluía traços biológicos e aspectos socialmente construídos, criando uma identidade coletiva válida para diferentes culturas e tempos históricos (Piscitelli, 2004, p. 46). Os elementos em comum

¹³⁰O conceito de patriarcado, mais especificamente de *família patriarcal*, foi bastante utilizado pela sociologia brasileira após a publicação de *Casa-Grande e Senzala: formação da família patriarcal brasileira* (1933) e de *Sobrados e Mucambos* (1936), ambos do sociólogo Gilberto Freyre. O modelo de *família patriarcal* descrito por Freyre, abarca um extenso grupo de pessoas em torno da autoridade de um patriarca (chefe de família): a esposa, os filhos legítimos, parentes, afilhados, agregados, escravos, concubinas e filhos/as bastardos. O patriarca é entendido como o dono das riquezas, da terra, dos escravos e do mando político na época colonial. O grupo sob sua autoridade seria multi-funcional e concentrado em um espaço geográfico específico do qual fariam parte a casa-grande e a senzala, símbolo desse tipo de organização e para onde convergia toda a vida econômica, social e política da região. Sua área de influência englobaria a atuação da Igreja, do Estado e todas as outras instituições sociais e econômicas. A própria estrutura colonial reforçava o sistema patriarcal, uma vez que o governo português não conseguia se fazer representar em toda a colônia. O poder do patriarca implicava a organização social na ausência de um Estado forte e seu declínio se verificaria quando este Estado assumisse seus papéis. (Cf. Teruya, 2000, p. 3-4). O tipo de relação estabelecida entre o senhor e o escravo dentro da família patriarcal serviria de base para uma série de outras relações, constituindo o principal elemento sociológico da formação do povo brasileiro e modelo para a sociedade e as relações sociais e políticas (*paternalistas*, onde as instituições políticas seguem o modelo da sociabilidade doméstica e familiar (Freyre, 2002, p. 702). Em *Sobrados e Mucambos*, Freyre trabalha com a idéia de declínio da família patriarcal (por conta do processo de urbanização da sociedade) mas não do patriarcalismo. As idéias de Freyre, de um sistema aplicável a todo o país com base na observação de um modelo aplicável na região de Pernambuco, gerou muitas críticas. No entanto, Freyre argumentava reconhecer as diversas realidades regionais brasileiras e reivindicava uma forma sociológica comum às diferentes regiões: o patriarcado. A diversidade da cultura estaria assentada sobre uma unidade: a experiência patriarcal.

¹³¹Os textos de Johan Jacob Bachofen (*O Direito Materno*, publicado originalmente em 1861) e de Lewis Henry Morgan (*A Sociedade Antiga*, publicado em 1877) são considerados precursores para a elaboração de uma teoria do patriarcado. Friedrich Engels serviu-se amplamente deste segundo livro (e das anotações de Karl Marx sobre ele para escrever *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884) no qual aborda a perda de poder das mulheres durante um processo social que passou a valorizar os meios de produção em detrimento da reprodução. Nesse processo, a propriedade privada e a posse de crianças consideradas “legítimas” pelos homens (herdeiras dos bens acumulados) passam a ser centrais, implicando o domínio da sexualidade e do corpo da mulher e no casamento monogâmico. Max Weber, em *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (2000) define o patriarcado como um conceito típico-ideal que permite fazer referência a diversas formas históricas de organização social onde a autoridade/dominação está centrada, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas, em uma única pessoa, geralmente o patriarca do grupo. A autoridade familiar fundaria o patriarcado e a divisão sexual, valendo-se da tradição para definir as formas de conduta consideradas “naturais”. Para Saffioti (2006, p.1 e 9), o conceito de Weber é pensado para um contexto de sociedade sem Estado, em um sistema doméstico (*oikos*), diferindo da forma como o mesmo é pensado pelas teóricas feministas.

(pautados em aspectos biológicos/essencialistas) ultrapassariam, em muito, as diferenças entre as mulheres.

Segundo Psicitelli (2004, p. 47), o pensamento feminista radical não era compatível com o pensamento de esquerda, influenciado pelo marxismo. Para a esquerda, “a política é um discurso racional que define a exploração de acordo com critérios determinados objetivamente: a classe, por exemplo, é uma condição de exploração e opressão objetiva”. De acordo com este pensamento, mulheres brancas, de classe média não eram consideradas oprimidas. Para as radicais, no entanto,

As feministas afirmavam que todas as mulheres sofriam opressão. Essa afirmação era justificada definindo de maneira diferente a opressão. Segundo elas, era necessário prestar atenção às experiências femininas: a opressão incluiria tudo o que as mulheres *experenciassem* como opressivo. Dessa maneira, as feministas radicais afirmavam a validade das teorias subjetivas da opressão contra as *objetivas* [...] ao definir o político de tal maneira que acomodasse as novas concepções de opressão, toda atividade que perpetuasse a dominação masculina passou a ser considerada como política. Nesse sentido, a política passava a envolver qualquer relação de poder independentemente de estar, ou não, relacionada com a esfera pública.

Operando categorias universalizantes, o feminismo radical passou a adotar o conceito de patriarcado¹³². Para elas, este era um sistema sexuado de poder e dominação no qual os homens possuem privilégios e controle sobre a sociedade e o corpo das mulheres, utilizando-se dos mais diversos meios para este fim (pornografia, estupro, violência doméstica, assédio sexual, leis restritivas sobre a contracepção, esterilização e aborto, etc.). O *patriarcado* estaria presente “em todas as sociedades históricas e em todas as relações sociais”, sendo responsável pela exclusão sistemática das mulheres de todas as instâncias de poder e pela permanente desvalorização dos papéis e tarefas a elas atribuídos” (Goldberg, 1989b, p. 7).

Kate Millett, em sua tese de doutorado (1969), publicada posteriormente com o título *Sexual Politics* (1970), foi uma das primeiras feministas a estudar o tema. Para ela, a divisão sexual está na raiz de todos os problemas sociais por seu caráter hierárquico de dominação. O sexo possui um caráter político que passa despercebido, mas se traduz em significados que implicam a desvalorização das atividades e do mundo das mulheres. O patriarcado não designa o poder do pai, mas o poder dos homens (ou do masculino), enquanto categoria social, atribuindo, dentre outras coisas, um valor maior às atividades masculinas em detrimento das femininas. É, pois, um sistema de política sexual no qual as mulheres são dominadas pelos homens em todos os âmbitos de suas vidas.

¹³²Algumas das autoras mais citadas sobre o sistema de patriarcado são Kate Millett (1970), Sulamith Fireston (*The dialectic of sex: the case for feminist revolution*), Robin Morgan (*Sisterhood is powerful*), Ellen Levine e Anita Rapone (*Radical Feminism*), etc.

Adrienne Rich (1976, p. 57-8) define patriarcado como

[...] a familiar-social, ideological, political- system in which men by force, direct pressure or through ritual, tradition, law, and language, customs, etiquette, education, and the division of labor, determine what part women shall or shall not play, and in which the female is everywhere subsumed under the male.¹³³

O conceito de patriarcado foi trabalhado de forma bastante distinta pelas diferentes disciplinas. Pesquisadores/as ligados à Antropologia, à Psicologia, à História (dentre outras) formularam diferentes explicações para a origem deste sistema, sua forma de implantação e seu funcionamento nas sociedades humanas.

Pensando a questão do trabalho feminino (doméstico e assalariado), o debate estadunidense girou em torno dos benefícios que obtém dele o capital (do ponto de vista socialista/marxista) e da existência de relações de dominação sexual (do ponto de vista do feminismo radical). Em um segundo momento, conforme Carrasco (2005, p. 11), a discussão centrou-se em torno do trabalho assalariado das mulheres:

Assim, os problemas do dualismo metodológico se deslocam ao mercado de trabalho, procurando explicações sobre a forma específica — distinta da dos homens — como as mulheres se integram ao trabalho remunerado. O feminismo radical explica o fenômeno como resultado do controle direto que têm os homens na família, o que faz que seja a atividade doméstica seja a primeira responsabilidade das mulheres e pelo tanto condiciona sua participação no trabalho. Desde a tradição marxista, a subordinação das mulheres é considerada funcional ao capital, tanto na esfera da produção capitalista como na esfera da produção doméstica: por uma parte a existência do trabalho doméstico reduz o valor da força de trabalho, o que repercute em um maior benefício para o capital e por outra, as mulheres podem ser usadas como mão de obra flexível, segundo as necessidades da produção. Assim está sendo utilizada uma explicação da atividade das mulheres baseada nas necessidades do capitalismo, contra o feminismo radical que o realiza em termos do patriarcado. Esta idéia desencadeou uma importante discussão sobre as características das mulheres como força de trabalho.

No Brasil, um feminismo de cunho mais radical não chegou a se desenvolver durante as décadas de 1960 e 1970. Ainda assim, o tema do patriarcado foi abordado dentro e fora da academia¹³⁴, por pesquisadoras ligadas às teorias marxistas, dentre elas, a socióloga Heleieth

¹³³Fritof Capra, em *O Ponto de Mutação* (1982, p. 27), faz uso da definição de Rich. Para ele, “o poder do patriarcado tem sido extremamente difícil de entender, por ser totalmente preponderante. Tem influenciado nossas idéias mais básicas acerca da natureza humana e de nossa relação com o universo, [...] cujas doutrinas eram tão universalmente aceitas que pareciam constituir leis naturais”. Capra identifica o patriarcado, o imperialismo, o capitalismo e o racismo como formas de dominação nas sociedades contemporâneas a serem superados. O patriarcado teria vigorado por três mil anos, até ser contestado pelo feminismo. As mudanças causadas pelas idéias feministas seriam responsáveis pela transição/superação do patriarcado nas sociedades contemporâneas.

¹³⁴Uma das defensoras desse conceito como explicativo para as relações desiguais entre homens e mulheres foi a feminista Rose Marie Muraro (1993). Seguindo uma via explicativa de cunho mais antropológico, Muraro trabalha com a idéia de sociedades humanas coletivistas, tribais, nômades e matrilineares, anteriores ao patriarcado, onde a organização social se dava em torno da figura da mãe e vigorava a valorização da descendência feminina. Em tal realidade, os papéis sexuais e sociais de homens e de mulheres não eram rígidos e a sexualidade não era monogâmica. Todo o grupo se dedicava à coleta de alimentos e ao cuidado das crianças. Com a sedentarização e

Saffioti¹³⁵.

Para Saffioti (1984)¹³⁶, os conceitos de patriarcado e capitalismo não eram excludentes entre si, mas duas faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida. O patriarcado traz implícita a noção de relações hierarquizadas entre seres com poderes desiguais e oferece as ferramentas explicativas para as desigualdades e a dominação/opressão. “As diferenças sexuais presentes no ser macho ou fêmea são transformadas em subordinação histórica das mulheres” (Saffioti 2001, *apud* Richartz, 2005).

A exploração se alia à opressão, criando um sistema que abrange os demais aspectos da vida, incidindo sobre as mulheres de forma diferenciada. Neste sistema, a mulher ocupa um papel ambíguo.

A ambigüidade está presente em toda a vida da mulher. Sua própria socialização faz-se de maneira extremamente ambígua, o que representa uma enorme desvantagem em relação ao homem. Os aparelhos ideológicos de Estado - meios de comunicação, igreja, sistema educacional e, sobretudo, a família - encarregam-se de fazer penetrar na consciência feminina esta ambigüidade tão útil ao sistema de produção capitalista” (Saffioti, 1984, p. 22).

Segundo Saffioti (1984), a opressão da mulher é, ao mesmo tempo, o veículo e o disfarce da exploração econômica. “Esta, entretanto, embora afetando homens e mulheres, incide de maneiras diferentes e com intensidade variável sobre os elementos que pertencem a uma e a outra categoria de sexo. Daí a necessidade de se inserir na luta de classe a luta pela liberação da mulher (p. 24). A opressão da mulher, apesar de servir ao sistema capitalista, não se origina nele, “este tipo de estrutura social apenas intensifica aquela opressão e torna-se capaz de desnudar-se, de despir-se de camuflagens baseadas na anatomia, na fisiologia, na moral e em tantos outros fatores de natureza não diretamente econômicos” (p. 29)¹³⁷.

Seguindo o pensamento de Saffioti, o feminismo marxista/socialista trabalhou com a idéia de patriarcado suscetível de ser relacionada com o sistema capitalista. Os dois sistemas atuariam em conjunto, reforçando-se mutuamente. Como observa Carrasco (2005, p. 9), a dis-

a descoberta da participação do homem no processo de reprodução, se passou à propriedade privada, ao domínio das crianças e das mulheres e à divisão sexual e social do trabalho. Tal ordem social centra-se na descendência patrilínea e no controle dos homens sobre as mulheres. Com a instalação do patriarcado as relações entre os sexos tornaram-se relações de medo e instaurou-se a violência e a competição entre todos os membros do grupo.

¹³⁵A reflexão de Saffioti (1969), segundo Paulilo (MIP, 29/9/2006), foi considerada, neste sentido, inovadora. Seu texto fundia duas correntes de pensamento de grande importância para o feminismo internacional (a radical e a socialista) por estar ligado com os movimentos sociais e a esquerda brasileira, desenvolvendo estratégias e teorias que evidenciassem a opressão das mulheres.

¹³⁶Apesar de inúmeras outras teóricas terem se utilizado do termo e o terem associado ao capitalismo, apresentaremos apenas o pensamento de Saffioti por entender que ele serviu de base a muitas reflexões do feminismo acadêmico de cunho mais socialista/marxista no país.

¹³⁷Em um estudo posterior, Saffioti (1992) defende a idéia de uma “simbiose patriarcado-racismo-capitalismo”.

cussão patriarcado-capitalismo originou inúmeras polêmicas em torno do trabalho assalariado feminino, contrapondo-se uma “lógica patriarcal” a uma “lógica capitalista”: procurou-se caracterizar o trabalho doméstico como “um modo de produção específico, distinto e autônomo do modo de produção industrial onde os homens exploram a força de trabalho feminina; pelo tanto, neste modo de produção patriarcal as mulheres constituem uma classe social”.

Analisando o uso do conceito de patriarcado no GT A Mulher na Força de Trabalho, Costa e Lavinias (1992, p. 236-238) observam que o mesmo é usado de formas muito distintas, “sendo apropriado para explicar o fenômeno universal da dominação masculina ou, mais particularmente, no interior das relações homem-mulher, na família, relações mediadas pelo trabalho doméstico” (p. 238). Para elas, o termo perdeu seu estatuto de conceito, firmando-se como “uma referência implícita e sistemática da dominação sexual”.

Paulilo (MIP, 29/9/2006), referindo-se ao conceito de patriarcado e o foco em questão, comenta a dificuldade em se elaborar modelos explicativos que não estivessem inseridos dentro das correntes marxistas, tamanha a influência destas correntes na academia brasileira. Além disso, o patriarcado assumia aspectos de uma teoria universal e totalizante, causando controvérsias no campo dos estudos sobre a mulher. Souza-Lobo (1992, p. 259) critica o seu uso em função do seu caráter a-histórico, fixo e determinante. Tais características cristalizariam a dominação masculina, impossibilitando as mudanças, e/ou sua apreensão e análise¹³⁸.

Segundo Piscitelli (2004, p. 48), o conceito de patriarcado se mostrou útil do ponto de vista da mobilização política e foi importante “à medida que distinguia forças específicas na manutenção do sexismo”. Tinha o objetivo de demonstrar que a subordinação da mulher não era natural mas enraizado nas práticas sociais. No entanto, o conceito “colocou problemas delicados em termos metodológicos, ao referir-se a um sistema político quase mítico, invisível, trans-histórico e trans-cultural, cujo propósito era oprimir a mulheres”.

4.4.3 Estereótipos sexuais e a dominação masculina

Outra temática de grande importância no final da década de 1970 e início dos anos 80 foi a dos estereótipos e comportamentos sexuais. O tema aparece tanto nas publicações de intelectuais feministas que não participavam de grupos de pesquisa, como de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas e do Museu Nacional (RJ).

O estudo de comportamentos e o levantamento de dados ligados ao sistema educacional eram uma especialidades da FCC. Além disso, grande parte de suas pesquisadoras era formada em Psicologia e Pedagogia. O Coletivo de Pesquisas e o Concurso de Dotação, apesar

¹³⁸Saffioti (2006) discorda destas colocações. Voltaremos a este tema posteriormente.

de abertos aos mais diversos temas ligados à condição feminina e aos estudos sobre a mulher, deram ênfase, em seus primeiros anos, ao processo de socialização das mulheres e às imagens estereotipadas de homens e mulheres presentes na sociedade¹³⁹.

A maioria dos resultados de suas investigações foi publicada nos *Cadernos de Pesquisa* (CP). Os artigos variavam desde o processo de socialização/educação de meninos e meninas (o papel da escola e da família neste processo), discursos da psicologia sobre a função materna e os papéis sexuais, escolhas profissionais de homens e mulheres, etc.¹⁴⁰. Na sessão “Temas em Debate” muitos destes assuntos também eram abordadas. Como exemplo relacionamos os temas para debate no número 15, de dezembro de 1975: a necessidade de uma revisão dos estereótipos presentes na literatura infanto-juvenil (proposta de Fúlvia Rosemberg, p. 138) e nas escolas (Guiomar Namó de Mello, p. 141), as contribuições da psicologia para a superação dos estereótipos (Carmen Barroso, p. 135) e para a compreensão do papel da mulher na sociedade (Marília Graciano, p. 145).

Os textos davam visibilidade às ações e expectativas educacionais e profissionais das mulheres. Procurava-se discutir a posição subalterna da mulher na sociedade. Os dados evidenciavam que as expectativas familiares e escolares referentes aos homens e às mulheres eram diferentes. As atribuições femininas eram consideradas inferiores e as funções atribuídas aos homens eram valorizadas, proporcionando-lhes mais prestígio. Além disso, as idéias relativas ao comportamento diferenciado para cada sexo eram repetidas à exaustão na família, na escola, nos meios de comunicação, etc., levando à crença da naturalização destes aspectos.

No mesmo período em que foi lançado esse número especial dos *Cadernos de Pesquisa*, Rose Marie Muraro, então editora-chefe da Editora Vozes, publicava o livro da italiana Elena Belotti (1975): *Educar para a Submissão: o descondicionalismo da mulher*. O livro teve grande impacto sobre o público brasileiro. Belotti descreve o processo de socialização de crianças, passando pela gestação e a fase escolar, deixando evidentes práticas familiares e educativas que essencializavam atributos considerados masculinos e femininos. Para Belotti, as crianças eram forçadas a se enquadrar nos padrões estabelecidos pela cultura para cada sexo, “e ninguém jamais saberá dizer-nos o que poderia ter se tornado uma menina se não tivesse

¹³⁹As duas áreas de concentração das pesquisas sobre mulher neste período, a do trabalho e a da educação, foram alvo de lutas do que se convencionou chamar de primeira onda feminista no ocidente (ainda que a maioria das pesquisas realizadas posteriormente tenha enfatizado apenas o aspecto mais geral deste movimento: a tomada das ruas a favor do voto, no intuito de alterar as leis vigentes e discriminatórias contra as mulheres). O acesso à Profissionalização e à Educação foi a maior demanda deste primeiro movimento organizado, provocando mudanças que propiciaram o aumento no número de mulheres em ambos os territórios.

¹⁴⁰Fúlvia Rosemberg, por exemplo, em *A escola e as diferenças sexuais*, verifica os modelos de papéis sexuais veiculados nas escolas, com tabelas sobre o grau de alfabetização, escolarização, rendimento escolar, aprovação e reprovação de homens e mulheres.

encontrado no caminho de seu desenvolvimento tantos obstáculos insuperáveis colocados aí exclusivamente por causa de seu sexo” (Belotti, 1979, p. 10)¹⁴¹. Uma resenha do livro de Belotti foi publicada no *CP* no ano seguinte ao do seu lançamento.

Ainda em 1975, duas pesquisadoras da Carlos Chagas apresentaram trabalhos no simpósio organizado durante a XXVII Reunião Anual da SBPC em Belo Horizonte, “Contribuições das ciências humanas para compreensão da situação das mulheres”. Segundo Nurnberg (2005, p. 113-114), estes trabalhos foram pioneiros na discussão sobre a mulher, de um ponto de vista feminista, no campo da Psicologia no Brasil. A comunicação de Marília Graciano (filha do escritor Oswald de Andrade), “Contribuições da psicologia contemporânea para a compreensão do papel da mulher”, criticava o menosprezo dessa disciplina “em relação ao estudo das diferenças sexuais e sua tentativa de naturalizar as características psicológicas consideradas femininas”. Os argumentos de Graciano indicam a elaboração de teorias psicologizantes sobre a mulher, desprovidas de dados concretos, e enfatizam a psicologia social “como um campo frutífero para o avanço dos estudos psicológicos sobre a mulher, especialmente por seu potencial para a investigação sobre a socialização dos papéis sexuais e para a análise do comportamento dos grupos desprivilegiados”¹⁴².

No *Cadernos de Pesquisa* n. 15 (1975), outro texto relata discussões pertinentes à Psicologia Social, o texto de Carmen Barroso, “Estereótipos sexuais: possíveis contribuições da psicologia para sua mudança”. Segundo Nurnberg (2005, p. 114), nesse artigo, “Carmen Barroso lança mão de conceitos caros à psicologia social da época, como percepção, atitudes e estereótipos, comentando sobre a insuficiência da literatura psicológica sobre o assunto” e a necessidade de se “investigar os estereótipos relacionados aos papéis sexuais e os resultados destrutivos da desigualdade entre os sexos”.

¹⁴¹Textos como o de Belotti eram colocados à disposição do público em geral mediante o trabalho de Rose Marie Muraro, editora-chefe da Editora Vozes desde 1969 (cargo que ocupou por 17 anos, ao lado de Leonardo Boff). Ambos foram responsáveis pela publicação de uma vasta literatura ligada à Teologia da Libertação e Feminismo. O efeito destas publicações para os movimentos sociais no Brasil ainda é algo a ser estudado. Ambos foram afastados de seus cargos pelo Vaticano em 1986. Muraro também é a autora de uma vasta literatura dedicada à sexualidade e à emancipação da mulher, entre eles *A Mulher na construção do mundo futuro* (1966), que vendeu dez mil exemplares em três meses, e *A sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil* (1983), durante seis meses na lista dos mais vendidos do país, tendo conseguido mais de 60 reportagens de primeira página na maioria dos jornais e revistas do Brasil. Até hoje é o único trabalho desta envergadura na área da sexualidade em língua portuguesa, também considerado um dos mais importantes da atualidade”. Cf. [www.camara.gov.br/sileg/MostrarIntegra.asp?Cod Teor=245931](http://www.camara.gov.br/sileg/MostrarIntegra.asp?Cod%20Teor=245931).

¹⁴²A pesquisa de Graciano foi publicada no histórico *Cadernos de Pesquisa*, n. 15, de 1975, juntamente com o estudo apresentado na segunda comunicação do simpósio de Belo Horizonte, de Fúlvia Rosemberg, “Escola e as diferenças sexuais”. Em 1978, Graciano publicou no *CP* (n. 25) o artigo “Aquisição de papéis sexuais na Infância”, fazendo uma análise semelhante a de Belotti, com dados relativos realidade de crianças brasileiras.

Segundo Deaux (*apud* Poeschl, Múrias e Ribeiro, 2003, p. 216), durante os anos 1970 uma vasta literatura internacional apresentava as diferenças entre os sexos sob três abordagens diferentes: a categoria sexo era vista como uma categoria social, uma variável psicológica ou uma variável biológica.

[...] as primeiras teorias sobre a origem das diferenças entre os sexos debatiam a questão de saber se essas diferenças eram determinadas por fatores biológicos (*nature*) ou por factores sociais (*nurture*). As explicações baseadas na influência da natureza consideravam as diferenças físicas ou fisiológicas, inclusive as diferenças no desenvolvimento do cérebro ou as diferenças hormonais. As explicações baseadas na influência da cultura apontavam para o papel da socialização, salientando que a sociedade tem diferentes expectativas em relação aos comportamentos apropriados aos homens e às mulheres, que são aprendidos pelas crianças através dos processos de reforço e de imitação. Na maioria das vezes, estas duas formas de explicação coexistiam enquanto alternativas competitivas e opostas, havendo pouco esforço para desenvolver uma teoria inclusiva. (Poeschl, Múrias e Ribeiro, 2003, p. 222)

Analisando a documentação produzida pelas pesquisadoras ligadas à FCC, Nurnberg (2005) observa haver entre elas uma rejeição à forma tradicional da Psicologia interpretar os comportamentos de homens e mulheres (reducionista e conformista, contribuindo para o reforço das ideologias dominantes). Estava claro que “os comportamentos, atitudes e reações emocionais típicos do homem e da mulher em nossa sociedade não têm qualquer substrato biológico, sendo culturalmente definidos e ensinados” (p. 117).

As pesquisadoras trabalharam com os conceitos de estereótipo (uma imagem pré-concebida de alguém ou alguma coisa)¹⁴³ e papéis sexuais. Os estereótipos sexuais “incluem crenças sobre as características físicas, os traços de personalidade, os comportamentos ligados aos papéis sociais, as preferências profissionais, as competências específicas e as disposições emocionais” (Poeschl, Múrias e Ribeiro, 2003, p. 216). Segundo Oliveira e Amâncio (2002, p. 45), o conceito de *papel sexual* tem sido frequentemente utilizado para “caracterizar comportamentos e atitudes consonantes com o sexo do ator que os realiza, exprimindo assim uma dimensão normativa. [...] o papel corresponde ao conjunto de comportamentos, deveres e expectativas ligadas a uma posição na hierarquia social”¹⁴⁴.

¹⁴³Conforme a Enciclopédia Livre Wikipédia, “En su uso moderno, un estereotipo es una imagen mental muy simplificada y con pocos detalles acerca de un grupo de gente que comparte ciertas cualidades características (o estereotípicas) y habilidades. El término se usa a menudo en un sentido negativo, considerándose que los estereotipos son creencias ilógicas que sólo se pueden cambiar mediante la educación”. In: <http://es.wikipedia.org/wiki/Esterotipo>

¹⁴⁴Inúmeras feministas estadunidenses trabalhavam no campo da psicologia, reformulando conceitos e discutindo textos clássicos da disciplina. Por conta da rejeição destas feministas aos sistemas tradicionais de explicação para as diferenças entre homens e mulheres, foi criado em 1974 a *Feminist Psychology* (em contraste com a *Psychology of Woman*). Segundo Sílvia Dauder (2003), esta nova forma de trabalhar estava “mais voltada para a denúncia do olhar masculinizado sobre as mulheres e para a valorização de suas experiências pessoais, a psicologia feminista desenvolve um ponto de vista epistemológico mais amplo e se articula com as questões étnicas e de classe (Dauder, 2003). Dentre as psicanalistas feministas mais conhecidas citamos Nancy Chodorow (1979), Juliet Mitchel (com *Psychoanalysis and feminism*, New York: Pantheon Books, 1974); Jane Flax (“Mother-daughter relationships: psychodynamics, politics, and philosophy”. In: *The futur of difference*. Boston: G.K. Hall, 1980),

Costa e Bruschini (1992b, p. 97), avaliando a produção dos *Cadernos de Pesquisa*, observam que os textos, ao desvendarem “as dissimetrias baseadas no sexo e ao examiná-las criticamente”, contribuíram significativamente “para a compreensão da pluralidade das hierarquias sociais, ampliando o horizonte dos estudos em educação”. Ao enfatizarem o caráter histórico das relações de dominação entre os sexos, abriram a possibilidade de sua superação.

Outra constatação de Costa e Bruschini (p. 96) diz respeito às mudanças de enfoque, colocadas em curso com o passar do tempo:

O eixo dos estudos vai progressivamente se deslocando da atribuição, aquisição e desempenho de papéis sexuais de uma ótica psicológica, com amplo recurso a instrumentos de avaliação e medida (como por exemplo escalas de atitudes), para a identidade sexual e sua construção social de uma perspectiva antropológica, onde se privilegiam etnografias, estudos de caso, observação participante.

Na Antropologia, conforme relata Suárez (1995), as diferenças entre homens e mulheres não eram problematizadas pelos antropólogos clássicos. Estas eram comumente encaradas como simples dados para o estudo de realidades como a do parentesco, do casamento, das mudanças e continuidades da ordem social, etc., sendo “bastante difícil escapar da ideologia que entende o masculino e o feminino como categorias essenciais” (p. 8). Ainda assim, três antropólogos poderiam ser citados por suas contribuições ao desenvolvimento de temáticas privilegiadas na atualidade pelo pensamento feminista acadêmico, tais como a sexualidade e a construção do feminino e do masculino: Bronislaw Malinowsky e Gregory Bateson, na Inglaterra, e Margaret Mead, nos Estados Unidos.

Malinowsky, Bateson e Mead observaram a forma como algumas sociedades humanas estabeleciam e demarcavam as diferenças entre seus membros. Malinowski, trabalhando com o tema da sexualidade, atribuiu a esta uma força sociológica e cultural capaz de fundamentar o casamento, a família, os estatutos legais de ambos os sexos, as relações domésticas, o amor, as relações econômicas, etc. Bateson examinou a construção simbólica da feminilidade e da masculinidade do povo *Iatmul* de Nova Guiné, afirmando que o contraste entre a vida de homens e mulheres era fundamental para aquela cultura.

Margaret Mead, por sua vez, entendeu que não eram apenas os povos “exóticos” ou “primitivos” que “marcavam fortemente a diferença entre homem e mulher e levavam a masculinidade e a feminilidade para muito além de sua aparência biológica” (Suárez, 1995, p.7). As sociedades modernas, como a estadunidense, utilizavam os mesmos recursos. Segundo Suárez, Mead “usou declaradamente a etnografia para dirigir mensagens aos norte-americanos dentre outras. Entre as francesas: Julia Kristeva (*La révolutions du langage poétique*, Paris: Éditions du Seuil, 1974) e Luce Irigaray (*Speculum de l'autre femme*. Paris: Minuit, 1974). Obs: citamos apenas um texto de cada autora, dentre os mais antigos e conhecidos.

e produzir novas idéias no que se refere à construção de gênero e à sexualidade. Por essa razão seu trabalho foi largamente ignorado por seus pares e tornou-se um *best-seller*” (entre o público não-acadêmico).

No livro *Sexo e Temperamento* (publicado em 1935 e traduzido para o português na década de 1960 pela Editora Perspectiva), Mead afirma não estar interessada no estudo das diferenças entre os sexos ou das bases do feminino. Seu interesse estava na comparação de culturas entre si para verificar como estas desenvolviam diferenças de temperamento. Como resultado das pesquisas, ela afirma (1988, p. 22) ser possível “comparando o modo como dramatizaram a diferença de sexo [...] perceber melhor que elementos são construções sociais, originalmente irrelevantes aos fatos biológicos do gênero de sexo”. Para ela, as atribuições sociais definiam o lugar de cada sexo no campo do trabalho e seu valor social, mas também os aspectos considerados “psicológicos”: as emoções, os sentimentos, o temperamento (agressividade, docilidade, etc.). A cultura humaniza a espécie e de acordo com cada cultura, homens e mulheres são concebidos e modelados de maneira muito variada.

Alguns anos após o lançamento do livro de Mead, a francesa Simone de Beauvoir afirmava: “Não se nasce mulher, torna-se”. Este é um processo levado a termo pela sociedade. Formada em filosofia, Beauvoir discute com algumas das teorias presentes no campo da Antropologia e da Psicologia¹⁴⁵. Em *O Segundo Sexo*, ela aborda a temática da subjetividade da mulher e de seus condicionamentos (que a alienam de si mesma). Os seres humanos não teriam uma essência, mas se construiriam uns em relação aos outros. Nesse processo, as mulheres foram relegadas à situação de “segundo sexo”, “o outro”, diante do qual os homens se autodefinem e definem o lugar das mulheres.

Para Beauvoir, o estudo da condição humana e da condição da mulher deveria começar na consciência. Um indivíduo consciente deixa de ser uma “coisa”. O pior mal é cair na condição de objeto ou infringir este destino a outrem. O ser humano é necessariamente livre e sua liberdade se dá fazendo escolhas. Estando em uma situação de sujeição/opressão, a retomada da liberdade só se torna possível mediante o reconhecimento da sujeição. Para muitas mulheres, a situação de sujeição em que se encontram não é reconhecida por ser naturalizada pela cultura. Assim, as vítimas *consentem* com seu estado de opressão.

¹⁴⁵Contemporânea e colega de universidade de Lévi-Strauss, Beauvoir o cita em *O Segundo Sexo*. Para Lévi-Strauss, as mulheres sempre foram sujeitas aos homens (que em todas as culturas e tempos históricos estabeleceram as regras de trocas e mulheres, visíveis nas regras de parentesco), o que contradiz as teorias de Morgan e Bachoffen, bem como as de Engels.

Por conta de suas potencialidades biológicas (de dar a luz e manter viva a cria, amamentando-a), a mulher permaneceu presa da espécie, tendo suas atividades restringidas pela gestação e pelo cuidado de lactantes e crianças. A maternidade e o casamento representam uma prisão e implicam o confinamento das mulheres ao espaço da casa e a sua dificuldade em concorrer com os homens no espaço público¹⁴⁶. Beauvoir argumenta que, em todos os lugares as mulheres estão sujeitas aos homens e estes são os seus senhores. Para superar a situação de inferioridade em que se encontra, só restaria à mulher rebelar-se (rejeitando a passividade, o casamento e a maternidade, assumindo uma profissão e um “mundo próprio”), assumindo sua condição de sujeito e afirmando-se contra seus opressores.

Segundo Grossi (2004, p. 213), com o livro de Beauvoir, “os estudos sobre a mulher passaram a ter um caráter político de crítica à dominação masculina tanto no nível material quanto simbólico”. Após as revoltas de maio de 68, este material foi redescoberto pelas feministas estadunidenses e européias. Segundo Andrea Nye (1995), o *Segundo Sexo* (1980) serviu de base para o conceito de patriarcado das feministas radicais. Em *Patriarchal Attitudes*, Eva Fíges (*apud* Nye, 1995, p. 121-122) utilizando métodos e noções da Psicologia e da Antropologia, afirma ser a estrutura social a formadora do modo de pensar e sentir das pessoas. Esta estrutura seria patriarcal:

Os homens afirmam o seu poder em todas as áreas. No ato sexual eles assumem a posição “natural” mais vantajosa para o prazer masculino. Na religião eles cooptam o clero e tornam os deuses masculinos, deixando as mulheres como espectadoras passivas. Na vida econômica, confinam as mulheres ao casamento burguês e cultuam a dona-de-casa. Diferentes épocas revelam diferentes instituições patriarcais de acordo com a necessidade, e por isso os símbolos e imagens do poder masculino podem mudar enquanto as relações de poder de senhor e dominado permanecem.

Com base na idéia de uma estrutura social impregnada pela dominação masculina e modeladora das ações e sentimentos das mulheres, bem como da proposta de Beauvoir em sublevar esta realidade, as feministas radicais passaram a discutir e disseminar as idéias do patriarcado. Uma ampla produção de textos — muitos deles em linguagem popular e de fácil acesso pela população — dedicada a descrever as “políticas de ação do patriarcado”, tentando deflagrar uma tomada de consciência por parte das mulheres¹⁴⁷. Na França, embora seguindo ou-

¹⁴⁶Para Simone de Beauvoir, toda as vezes que uma mulher entra em período de gestação ela se vê obrigada a se afastar do mundo do trabalho para retornar ao mesmo posteriormente, já defasada.

¹⁴⁷Além do texto já citado de Betty Friedan (*A Mística Feminina*), pode-se citar o material de Susan Brownmiller, *Against our will: men, women and rape* (New York: Simon & Schuster, 1974), descrevendo o estupro como um exercício de poder masculino desde os limiares da história humana; de Mary Dale, *Gyn/Ecology: the metaethics of radical feminism* (Boston: Beacon Press, 1978), onde o patriarcado é descrito como uma realidade total, onipotente, universal, esmagando as mulheres (e a natureza) em todos os lugares e tempos históricos e onde os homens são descritos como ligados a uma força de morte (responsáveis por todas as guerras e destruições do mundo); de Adrienne Rich, *Compulsory Heterosexuality* (*Signs*, vol. 5, n. 4, 1980), abordando a heterossexualidade como uma estratégia imposta pelos homens às mulheres; de Andrea Dworkin, *Pornography: men posses-*

tros caminhos e discussões, um feminismo radical pode ser identificado entre muitas das militantes do *Mouvement de Libération des Femmes (MLF)*¹⁴⁸.

No Brasil, a constituição multidisciplinar de muitos dos grupos de pesquisadoras e feministas acadêmicas propiciou o debate entre diversas correntes teóricas. Segundo Lia Zanotta Machado (*apud* Costa e Bruschini, 1992, p. 27), o processo de formação do campo intelectual feminista brasileiro teve a marca da produção militante do movimento de mulheres e da “interlocução simultânea e paralela com autoras(es) do campo intelectual americano [...] e do campo intelectual francês” (1994, p. 7).

A visão da mulher como uma categoria biológica foi gradativamente substituída, dentro e fora do Brasil, pela idéia da mulher como uma construção social. Para Griffin (1991):

Os fatos biológicos foram processados ao nível do social, que inclui as atividades científicas que, por sua vez, reforçaram os estereótipos tradicionais que enfatizam os fatores biológicos. Nas análises realizadas pelas mulheres, o conceito de “gênero” passa a substituir o conceito de “sexo” num recorte do objeto que é, agora, por definição científica, uma construção social.

sing women (Nova York: Perigree Books, 1981) onde a pornografia aparece como instrumental de dominação masculina; etc.

¹⁴⁸O *MLF* foi criado em 1970 por um grupo de feministas parisienses, dentre elas Antoinette Fouque, Josiane Chanel, Monique Wittig e Christine Delphy, agrupando inúmeros grupos feministas, com diferentes tendências. Obs: no Brasil, a sigla *MLF* se refere ao Movimento Lésbico-Feminista.

5 Os Estudos de Gênero

O trabalho de acadêmicas feministas durante as décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos e na Europa se fixou, em parte, na investigação das causas da sujeição feminina. Para tanto, as pesquisadoras se utilizaram de material oriundo da Antropologia, da Psicanálise e ligados às teorias marxistas para entender aspectos dessa sujeição e elaborar novas teorias.

A Antropologia serviu como fonte de informação sobre as experiências e representações femininas em contextos sociais, políticos e econômicos diversos¹⁴⁹. As descobertas antropológicas indicavam dois pontos conflitantes entre si: o relativismo das construções sociais (homens e mulheres com diferentes comportamentos em épocas e locais distintos) e a tendência à universalidade da dominação e subordinação das mulheres (Segato, 1998, p. 6).

Feministas marxistas e feministas socialistas não acreditavam na opressão das mulheres como um fenômeno universal mas como consequência da implantação da propriedade privada. No entanto, antropólogas feministas ligadas ao estruturalismo, aproximaram-se do simbolismo presente na psicanálise lacaniana¹⁵⁰ e identificaram a desigualdade entre homens e mulheres como resultado de uma organização social, psicológica e cultural baseada em uma divisão dualista do mundo (machos e fêmeas, cultura e natureza, corpo e alma, espaço público e espaço privado, noite e dia, etc.)¹⁵¹.

Segundo Stolke (2004, p. 83),

[...] estas antropólogas situaban la opresión de las mujeres en la cultura y en la estructura social. [...] A pesar de sus mejores intenciones culturalistas, en última instancia atribuían la subordinación de las mujeres al “hecho” biológico de su papel es-

¹⁴⁹Exemplo dessa “antropologia feminista” são os livros de Michèle Zimbalist Rosaldo e Louise Lamphere (org.), *Woman, Culture and Society* (Stanford: Stanford University Press, 1974) e de Rayna R. Reiter (ed.), *Toward and Anthropology of Women* (New York: Monthly Review Press, 1975).

¹⁵⁰O Estruturalismo é uma teoria e um método que “analisa sistemas em grande escala examinando as relações e as funções dos elementos que constituem tais sistemas, que são inúmeros, variando das línguas humanas e das práticas culturais.” De um modo geral, “o estruturalismo procura explorar as inter-relações (as “estruturas”) através das quais o significado é produzido dentro de uma cultura” (Cf. Schieling, 2006b, s.p). Lacan trouxe o conceito de estrutura para o interior da teoria psicanalítica e empreendeu uma leitura estruturalista do pensamento freudiano. Nessa aproximação, a dimensão do simbólico é identificada como um dos elementos de maior relevância na definição da estrutura. O inconsciente seria estruturado como uma linguagem. “O simbólico se diferencia da dimensão do real e do imaginário, pois se articula diretamente com o registro da linguagem” (Fortes, 2006, p. 200). Lacan apresenta a dimensão do simbólico em 1953 a partir de dois textos: a conferência sobre “O simbólico, o imaginário e o real” e o texto “Função e campo da fala e da linguagem na psicanálise”.

¹⁵¹Tal perspectiva está presente no artigo de Sherry Ortner, “Is Female to Male as Nature is to Culture?”, publicada na coletânea de Rosaldo e Lamphere (1974) citada acima.

pecífico en la procreación. Las mujeres se encontraban confinadas invariablemente al ámbito social de menor valor social al interior de unas jerarquías universales entre las esferas pública y doméstica, entre la cultura y la naturaleza o entre la producción a la reproducción.

Nas universidades, as feministas acadêmicas se debatiam com elaborações teóricas ancoradas em uma lógica binária do mundo que definiam as mulheres como mais próximas da natureza, da reprodução, da passividade e do irracional (em oposição à cultura, ao trabalho produtivo, à ação transformadora e à razão). Esta lógica operava com uma idéia de oposição entre natureza e cultura que, segundo Donna Haraway (2004, p. 217), “era parte de uma vasta reformulação liberal das ciências da vida e das ciências sociais no desmentido do pós-guerra, feito pelas elites governamentais e profissionais do ocidente, das exibições de racismo biológico de antes da Segunda Guerra”. Este discurso servia aos propósitos colonialistas de países ocidentais e “estruturava o mundo como objeto do conhecimento em termos da apropriação, pela cultura, dos recursos da natureza”.

Segundo a visão binária do mundo, a causa da opressão das mulheres estava nelas mesmas, inscrita na sua “natureza”, na anatomia do corpo. O aparelho reprodutor feminino definia o destino das fêmeas da espécie, moldando suas mentes e seu lugar na estrutura familiar, na política, no mundo do trabalho, na religião, no campo intelectual, em todas as esferas da sociedade.

As feministas acadêmicas não aceitaram o determinismo bio-sexual das explicações correntes sobre a situação de inferioridade das mulheres nas mais diversas sociedades. Em contrapartida, pontuaram a existência de um complexo emaranhado de relações políticas e sociais que legitimavam o poder do homem sobre a mulher.

Para Haraway (2004, p. 218), as feministas se empenharam no campo político e epistemológico “para remover as mulheres da categoria da natureza e colocá-las na cultura como sujeitos sociais na história, construídas e auto-construtoras”. Nesse processo, os aspectos biológicos e a diferença sexual foram deixados deliberadamente de lado. O *determinismo biológico* foi combatido e assumiu-se o argumento da *construção social dos indivíduos*.

Fraisse (2001), Stolke (2004) e Haraway (2004) observam que, dentro desta lógica dualista, um novo par de categorias havia sido inserido nos estudos da classe médica estadunidense durante a década de 1950, o par sexo-gênero. Stolke (2004, p. 84-85) observa que a Psicologia, a Medicina e a Sexologia se utilizaram do termo gênero para distinguir as posturas adotadas pelos indivíduos (identificados como masculinos e femininos) do sexo anatômico. A medida facilitaria as dificuldades conceituais e terminológicas provocadas pela forma de ser e

agir de transexuais, travestis e pessoas cujo sexo biológico era considerado ambíguo (como os/as hermafroditas) ou que tinham como objeto de desejo pessoas do mesmo sexo¹⁵².

A francesa Geneviève Fraisse (2001) observa que na língua inglesa a palavra *sex* tem um sentido mais limitado do que o equivalente em francês (*sexe*) e em alemão (*Geschlecht*). Enquanto *sex* remete ao biológico/físico, *sexe* e *Geschlecht* designam a espécie humana e as diferenças empíricas/abstratas entre homens e mulheres (psicológicas, sociais ou culturais) além das físicas¹⁵³.

Diante da “falta de um instrumento adequado para expressar a reflexão sobre os sexos, o pensar dois em um” (Fraisse, 2001), o termo *Gender* foi utilizada nos Estados Unidos para referenciar os aspectos não biológicos de cada sexo. Transformado em conceito teórico, *Gender* auxiliava no processo de formalização das idéias presentes no âmbito acadêmico sobre o papel da cultura e da sociedade nas atitudes e comportamentos de homens e mulheres.

Assim, um projeto de pesquisa sobre *identidade de gênero* foi iniciado junto ao Centro Médico para o Estudo de Intersexuais e Transexuais da Universidade da Califórnia, Los Angeles, o *California Gender Identity Center*, no ano de 1958. Em 1963, o psicanalista Robert Stoller apresentou parte das pesquisas daquele centro médico e a nova terminologia (Identidade de Gênero) no Congresso de Psicanálise de Estocolmo. Em 1964 publicava o artigo “A Contribution to the Study of Gender Identity” no *International Journal of Psychoanalysis* (n. 45) e em 1968 o primeiro volume de *Sex and Gender*.

Sex and Gender tratava da temática dos corpos cuja genitália não era compatível com as duas formas de identidade sexual consideradas pela classe médica: masculina e feminina. Em tais casos, a intervenção cirúrgica era aconselhada. Seria mais fácil moldar o corpo (a natureza) do que modificar anos de socialização (o gênero social). Um novo dualismo em relação ao corpo era estabelecido: o dualismo sexo-gênero.

Conforme Haraway (2004, p. 216),

¹⁵²O tema ganhou evidência após a cirurgia de mudança de sexo de George Jorgensen, ex-soldado estadunidense, em uma clínica de Copenhague, no ano de 1952. George voltou aos EUA como Christine Jorgentein. Sua história foi bastante divulgada pela mídia e motivou o estabelecimento de clínicas de “gênero” (Stolker, 2004, p. 84). Segundo Haraway (2004, p. 216-217), estas clínicas forneceram o suporte para pesquisas como a do psico-endocrinologista John Money que, juntamente com Anke Ehrhardt (ambos ligados à Clínica de Identidade de Gênero da Faculdade de Medicina da Universidade Johns Hopkins), “desenvolveu e popularizou a versão interacionista do paradigma de identidade de gênero na qual a mistura funcionalista de causas biológicas e sociais dava lugar a uma miríade de programas terapêuticos e de pesquisa sobre as 'diferenças de sexo/gênero' – o que incluía cirurgia, aconselhamento, pedagogia, serviço social, e assim por diante”. O livro de Money e Ehrhardt, *Man and Woman, Boy and Girl* (New York: New American Library, 1972), tornou-se um manual amplamente utilizado nas escolas secundárias e nas universidades dos Estados Unidos a partir dos anos setenta.

¹⁵³Em francês, *différence sexuelle* remete à realidade material do humano e *différence des sexes* inclui os aspectos abstratos da espécie. Em alemão, a palavra *Geschlecht* é usada para descrever ambas as realidades (cf. Fraisse, 2001).

Stoller [...] formulou o conceito de identidade de gênero no quadro da distinção biologia/cultura, de tal modo que sexo estava vinculado à biologia (hormônios, genes, sistema nervoso, morfologia) e gênero à cultura (psicologia, sociologia). O produto do trabalho da cultura sobre a biologia era o centro, a pessoa produzida pelo gênero – um homem ou uma mulher.

Segundo Stolke (2004, p. 86), a nova postura da classe médica se enquadravam na reação do pós-guerra aos abusos do regime nazista e sua crença nos determinismos biológicos. Até aquele momento, a ciência atribuía ao biológico/genético um valor decisivo na formação das personalidades humanas. Agora, as crenças se invertiam.

O poder atribuído ao mundo social/cultural despertava interesse no estudo sobre os efeitos da socialização nos indivíduos, incluindo o campo da sexualidade. Tais estudos geravam subsídios para novas formas de controle e adequação das condutas e corpos desviantes¹⁵⁴. Haraway (2004, p. 215) se refere à ligação do conceito gênero com as tecnologias desenvolvidas “nas ciências da vida normalizadoras, liberais, terapêutico-intervencionistas, empiricistas e funcionalistas, especialmente nos Estados Unidos, incluindo-se aí a psicologia, a psicanálise, a medicina, a biologia e a sociologia”. Segundo a autora (p. 215-216),

Gênero foi firmemente alocado a uma problemática individualista, dentro da ampla “incitação ao discurso”, à sexualidade característica da sociedade burguesa, dominada pelos homens, e racista. Os conceitos e tecnologias da “identidade de gênero” foram produzidos a partir de vários componentes: uma leitura instintualista de Freud; o foco na psicopatologia e somatologia sexual dos grandes sexologistas do século dezenove (Krafft-Ebing, Havelock Ellis) e seus seguidores; o contínuo desenvolvimento da endocrinologia bioquímica e fisiológica desde os anos vinte; a psicobiologia de diferenças sexuais nascida da psicologia comparada; as inúmeras hipóteses de dimorfismo sexual hormonal, de cromossomos e neural, que convergiram nos anos cinquenta; e as primeiras cirurgias de redefinição de gênero por volta de 1960.

Para Haraway (p. 216), a forma como homens e mulheres eram construídos socialmente, tornou-se um problema para funcionalistas burgueses e existencialistas “no mesmo período histórico do pós-guerra no qual os fundamentos das vidas das mulheres num sistema dominado pelos homens, num mundo capitalista, estavam passando por reformulações básicas”.

Stolke (2004, p. 85 e 88) observa que a noção psicoanalítica de gênero, e sua distinção da categoria sexo, foi utilizada após a publicação de *Sex and Gender* por duas feministas e estudiosas de literatura inglesa, Kate Millett e Germanie Greer. Ainda que tenham produzido obras distintas, ambas as pesquisadoras trabalharam com o material produzido por Stoller e utilizaram sua definição/separação de gênero e sexo para distinguir construções socio-cultu-

¹⁵⁴Como observa Stolke (2004, p. 88), muitas vezes, o objetivo psico-médico era o de, mediante o controle e a observação de recém-nascidos, enquadrar os corpos fora do padrão ao esquema dual estabelecido (de dois sexos). Para tanto, administravam-se hormônios e partia-se para a intervenção cirúrgica. Stolke cita o caso de hermafroditas onde a presença do cromossoma Y era desconsiderado diante do tamanho do pênis do bebê (considerado pequeno demais) e a tendência era a de encaixá-lo no padrão “feminino”. “*Es decir, el género “normal” no depende apenas de poseer o no un pene sino de si el pene es, además, de un tamaño normal.*”

rais dos aspectos naturais presentes nas relações entre homens e mulheres¹⁵⁵.

A distinção entre sexo e gênero mostrou-se bastante útil às feministas acadêmicas dedicadas a questionar formulações teóricas que respaldavam a inferiorização da mulher com base em critérios biológicos. No entanto, o dualismo presente na idéia de sexo (biológico) e gênero (social) deixou de ser problematizado, assim como a lógica que deu origem a este novo par de opostos e as idéias vigentes sobre a natureza, o corpo e o sexo, entendidos como algo *passivo* sobre o qual se inscreve a cultura (Cf. Haraway, 2004, p. 218).

Durante as décadas de 1970 e 1980, por influência das feministas, um debate político-científico em torno das categorias de sexo e gênero se estendeu entre a comunidade acadêmica estadunidense¹⁵⁶. Além dos textos já citados de Millett e Greer, o ensaio da antropóloga Gayle Rubin, *The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex*, foi de grande importância, introduzindo a categoria gênero no debate das causas da opressão/subordinação social da mulher¹⁵⁷.

O texto de Rubin, publicado em 1975, desenvolve a idéia de que todas as culturas possuem um sistema de modelagem das personalidades e posturas humanas. Para ela (1993, p. 5), todas as culturas possuem “um conjunto de arranjos através dos quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação é moldada pela intervenção humana e social e satisfeita de forma convencional”. A este processo ela deu o nome de *sistema de sexo/gênero*.

Com o intuito de “alcançar uma definição mais desenvolvida do sistema de sexo/gênero” (Rubin, 2004, p. 2), esta autora perpassa algumas das teorias desenvolvidas por Marx, Claude Lévi-Strauss e Sigmund Freud. Elaborando uma crítica a Freud e Lévi-Strauss, ela argumenta que estes autores ao invés de trabalharem de forma adequada a subordinação da mulher ao homem nas mais diferentes sociedades, a reforçam.

¹⁵⁵Em *Sexual Politics*, Millett (1970) afirma serem as relações entre os sexos fundamentalmente políticas e não naturais. Nenhuma ciência conseguira demonstrar a existência de diferenças intelectuais e emocionais inatas entre homens e mulheres, ou a origem física destas características humanas. As formas de conduta diferenciada para cada sexo seriam resultado da aprendizagem social (*apud* Stolke, 2004, p. 85). Germanie Greer, em *The Female Eunuch* (1970, traduzido para o português pela Editora Artenova, Rio de Janeiro, 1971), denunciou o condicionamento da mulher à passividade sexual. Nos seis primeiros capítulos de seu livro, Greer se dedica a examinar o corpo humano para defender a tese de que não há, entre os sexos, um grau de diferença tão acentuado quanto a sociedade faz crer, havendo, no entanto, papéis de gênero aos quais todos/as procuram se adaptar. No restante do livro, Greer examina o processo pelo qual as meninas são condicionadas (e resistem) ao estereótipo feminino a elas designado, o de um eunuco, alguém sem desejo e a serviço do desejo de outrem.

¹⁵⁶Exemplificada “na ocorrência da palavra gênero como palavra-chave nos resumos dos artigos registrados nos *Sociological Abstracts* (de nenhum registro entre 1966 e 1970, a 724 registros entre 1981 e 1985) e nos *Psychological Abstracts* (de 50 entradas como palavra chave de resumos entre 1966 e 1970 a 1326 entradas de 1981 a 1985)” (Haraway, 2004, p. 221-222).

¹⁵⁷A coletânea na qual o texto de Rubin foi publicado (*Toward an anthropology of women*, organizado por Rayna R. Reiter para a *Monthly Review Press*, New York, 1975) dedicou-se à pergunta sobre as causas da opressão.

Parafrazeando Marx (que se indagava, em *Wage Labor and Capital*, o que é um escravo negro)¹⁵⁸, Rubin pergunta o que é uma mulher domesticada. Para ela (p. 2), “uma mulher é uma mulher. Ela se torna uma doméstica, uma esposa, uma mercadoria, uma coelhinha, uma prostituta ou ditafone humano em certas relações”. Após esta resposta, uma nova questão é formulada: “O que são então estas relações através das quais uma fêmea torna-se uma mulher oprimida?”

Segundo Rubin (1993, p. 3), “não existe nenhuma teoria que dê conta da opressão das mulheres – na sua interminável variedade e monótona similaridade através das culturas e ao longo da história – com o mesmo poder explicativo que tem a teoria marxista da opressão de classe”. Isso explicaria as muitas tentativas em se utilizar a análise marxista em textos feministas. No entanto, apesar dos importantes resultados obtidos nesse processo explicativo e da evidente utilidade das mulheres para o sistema capitalista, a gênese da opressão feminina não estaria ligada ao surgimento do capitalismo. “As mulheres são oprimidas em sociedades que, por maior que seja o esforço de imaginação, não podem ser descritas como capitalistas. [...] O capitalismo apenas se apropriou e reciclou noções de masculino e feminino que o antecedem por séculos” (p. 4).

Apoiando-se em Marx, Rubin (1993, p. 5) argumenta: “sexo é sexo, mas o que se considera sexo é igualmente determinado e obtido culturalmente”. Deste ponto de vista, as distinções entre sistemas econômicos (vinculados à produção) e sistemas sexuais (vinculados à reprodução), não têm sentido, visto ocorrerem produções e reproduções em ambos os sistemas.

Qualquer modo de produção envolve a reprodução – de instrumentos, da força de trabalho e das relações sociais. Não podemos relegar todos os aspectos multifacetados da reprodução social ao sistema sexual. A substituição de equipamentos é um exemplo da reprodução da economia. Por outro lado, não podemos limitar o sistema sexual à “reprodução” nem no sentido social do termo, nem no seu sentido biológico. Um sistema de sexo/gênero não é apenas o momento reprodutivo de um: modo de reprodução”. A formação da identidade e gênero é um exemplo de produção no domínio do sistema sexual. E um sistema sexo/gênero envolve muito mais que “relações de procriação”, reprodução no sentido biológico. (Rubin, 1993, p. 6)

Após esta constatação, Rubin parte para o estudo de sistemas de parentesco, nos moldes de Lévi-Strauss em *As Estruturas Elementares do Parentesco* (1982). Tais sistemas apresentariam formas concretas de sexualidade socialmente organizada, produção e manutenção de hierarquias e *status*, e reprodução das categorias estabelecidas. Para Lévi-Strauss, as mulheres representam importantes objetos de troca entre grupos e o matrimônio aparece como um dispositivo legal de suma importância para estabelecer alianças entre os grupos. Dada a

¹⁵⁸Marx pergunta: “O que é um escravo negro? um negro é um negro. Ele se torna um escravo somente em certas relações” (Marx, *apud* Rubin, 1993, p. 2).

importância do matrimônio, é necessário torná-lo uma necessidade fundamental. Assim sendo, instalam-se dispositivos de dependência entre os sexos (como a divisão sexual do trabalho) e o tabu do incesto (para impedir a sexualidade dentro de um mesmo grupo familiar).

Rubin chega a diferentes conclusões. Para ela (1993, p. 12), os sistemas de parentesco implicam a criação social de dois gêneros dicotômicos, partindo da anatomia dos corpos. A interdependência entre homens e mulheres e a regulação social da sexualidade teriam por finalidade impor a heterossexualidade e reprimir outras formas de arranjos sexuais. Isso explicaria a insistência dos grupos em uma demarcação das características masculinas e femininas (tão diferentes de grupo para grupo mas, ainda assim, demarcadas por tabus e punições).

A idéia de que homens e mulheres são mais diferentes entre si do que cada um o é de qualquer outra coisa, deve vir, de algum outro lugar que não a natureza. [...] Longe de ser uma expressão de diferenças naturais, a identidade de gênero exclusiva é a supressão de similaridades naturais. Ela requer repressão: nos homens, da versão local das características “femininas”, quaisquer que sejam elas; nas mulheres, da definição local das características “masculinas”. A divisão dos sexos tem por efeito reprimir alguns dos traços de personalidade de virtualmente todo mundo. [...] Gênero não é apenas a identificação com um sexo; ele também supõe que o desejo sexual seja direcionado ao outro sexo. A divisão sexual do trabalho está implicada nos dois aspectos do gênero – ela os cria homem e mulher, e os cria heterossexuais. A supressão do componente homossexual da sexualidade humana e, como corolário, a opressão dos homossexuais é, portanto, um produto do mesmo sistema cujas regras e relações oprimem as mulheres.

Nas sociedades ocidentais modernas, Rubin (p. 13-14) vê a psicanálise encarregada de explicar e adaptar as mesmas regras de gênero. Uma prática clínica destinada a transformar a “lei moral em lei científica”. Interpretando textos de Freud, ela observa o quanto suas teorias sobre o complexo de Édipo reafirmavam a supremacia masculina e a necessidade de direcionar a educação das meninas para enquadrá-las no padrão de feminilidade pré-estabelecido.

Na teoria psicanalítica sobre a fase pré-ediapiana, as crianças são descritas como seres andróginos, bissexuais e psiquicamente indistinguíveis (Freud *apud* Rubin, 1993, p. 14). Sendo a mãe (uma mulher) o objeto de desejo de meninas e meninos, a menina desafia “as idéias de uma heterossexualidade e identidade de gênero primordiais”. Além disso, manifesta seus desejos de forma ativa e agressiva, contradizendo o estereótipo de feminilidade (passivo e resignado). No processo de socialização das meninas, estas precisam descobrir que determinada sexualidade é proibida e que a mãe/mulher não está disponível para ela e sim para um homem. Seus impulsos sexuais precisam ser reprimidos até a passividade.

Concluindo, Rubin (p. 20) argumenta em prol das semelhanças entre as explicações de Lévi-Strauss (nas suas idéias sobre o sistema de parentesco) e Freud¹⁵⁹ e propõe (p. 23) uma análise marxiana dos sistemas de sexo/gênero: seu estudo produtos da atividade humana histórica. Para ela (p. 24), “parentesco e casamento fazem sempre parte de sistemas sociais totais e são sempre costurados em arranjos econômicos e políticos”.

Ainda que recebesse inúmeras críticas, segundo Piscitelli (2004, p. 51), as colocações de Rubin efetuavam dois importantes deslocamentos dentro do debate feminista da época. “O primeiro deles está relacionado com a proposta de pensar nas construções sociais da mulher em termos de sistemas culturais” e o segundo “está associado à exigência de compreender as realidades empíricas diversas, os contextos específicos nos quais o sistema sexo/gênero operacionaliza relações de poder”.

As formulações de Rubin criavam uma alternativa ao conceito de patriarcado. Conforme Piscitelli (2004, p. 51),

Gayle Rubin afirma a importância de manter uma distinção entre a capacidade e a necessidade humanas de criar um mundo sexuado, por um lado, e, por outro, as formas empiricamente opressivas através das quais os mundos sexuados foram organizados. O patriarcado subsumiria os dois significados em um mesmo termo [...] em termos da comparação com a categoria patriarcado, é que o sistema sexo/gênero seria um termo neutro, na medida em que se referiria a esses mundos sexuados indicando que neles a opressão não é inevitável. A opressão seria o produto de relações sociais específicas.

Muitas feministas adotaram a idéia de um sistema sexo/gênero ou o conceito de gênero para enfatizar o caráter político e histórico das definições normativas de feminilidade e masculinidade¹⁶⁰. A afirmação de que a diferença sexual foi utilizada como base para a construção de uma hierarquia que dá aos homens poder ideológico, político e econômico sobre as mulheres, serviu de reflexão a inúmeras pesquisadoras¹⁶¹.

¹⁵⁹“Os sistemas de parentesco requerem uma divisão dos sexos. A fase edipiana divide os sexos. Os sistemas de parentesco incluem conjuntos de regras governando a sexualidade. A crise edipiana é a assimilação destas regras e tabus. A heterossexualidade obrigatória é o produto do parentesco. A fase edipiana constrói o desejo heterossexual. O parentesco baseia-se numa diferença radical entre os direitos dos homens e das mulheres. O complexo edipiano confere direitos masculinos ao menino e obriga a menina a conter-se com seus direitos diminuídos” (Rubin, 1993, p. 20).

¹⁶⁰Cf. Nancy Chodorow (*The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender*. Los Angeles: UC Press, 1978), Evelyn Fox Keller (*Gender and Science*. In: HARDING, Sandra e HINTIKKA, M.B. *Discovering Reality*, D. Reidel Publishing, 1978), Suzanne J. Kessler e Wendy McKenna (*Toward a Theory of Gender*. In: *Gender: An Ethnomethodological Approach*. Chicago: University of Chicago Press, Kessler, 1978).

¹⁶¹Feministas como a estadunidense Adrienne Rich (“Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence”. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, n. 5, v. 4, p. 631-660, 1980) e a francesa Monique Wittig (“One is not Born a Woman”. *Feminist Issues*, n. 2, 1981) também desenvolveram argumentos ligando a heterossexualidade obrigatória à opressão da mulher. As francesas Julia Kristeva, Luce Irigaray, Sarah Kofman, Christine Delphy e Hélène Cixous (dentre outras), ainda que de formas bastante distintas, trataram o tema da diferença sexual como de suma importância para o pensamento feminista.

Como observa Mary Castro (2000, p. 100):

Com o conceito de gênero pretendia-se uma alternativa a um viés naturalista e segmentado, aportado em indivíduos em si (mulheres e homens). Gênero mais apontaria para relações sociais, apelando para sua dialética articulação com outras relações, ou seja, seria um estruturante da totalidade social, que permitiria sair das dicotomias entre o específico e o universal, entre a produção e a reprodução, entre o subjetivo e o objetivo (que tanto contaminaram os debates sobre a ‘questão da mulher’).

5.1 Começando a falar em gênero no Brasil

Bruna Franchetto, Maria Luiza Heilborn e Maria Laura Cavalcanti, no já citado texto *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, de 1981, se referem (p. 27) ao sistema sexo/gênero de Rubin. Apresentam (p. 16, n.r. 3) uma definição para Identidade de Gênero como “construção social do sexo” e valorizam os estudos pautados nesta visão. No entanto, o conceito de gênero é pouco aprofundado e não parece ter causado algum impacto entre as feministas.

No final da década de 1980 a terminologia gênero passa a figurar em títulos de trabalhos de pesquisadoras brasileiras e torna-se alvo de discussões específicas entre grupos de feministas. Machado (*apud* Costa e Bruschini, 1992, p. 26), se refere aos campos das Ciências Sociais, da Literatura e da Crítica Literária no Brasil como locais onde, a partir de 1987, ocorre a “primazia dos estudos de gênero sobre os estudos de mulher e a 'superação' dos estudos dos papéis sexuais pelos de 'papéis de gênero’”.

No ano de 1987, quatro textos são publicados e uma dissertação é defendida fazendo alusão à nova nomenclatura¹⁶². De igual forma, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da USP, juntamente com o Programa de Pós-Graduação em Sociologia desta universidade, promovem o seminário de estudos “Relações de Sexo X Relações de Gênero?”

Miriam Pillar Grossi observa (1999, p. 4, n. r. 4) que, em 1987, a pesquisadora Elizabeth Souza-Lobo mencionou, durante o XI Encontro Nacional da ANPOCS, o artigo da historiadora estadunidense Joan Wallach Scott, *Gender: a Useful Category of Historical Analysis*¹⁶³. Publicado fazia apenas um ano na *American Historical Review* (v. 91, 1986), o texto tornou-se o mais referenciado no Brasil nos anos seguintes. Neste mesmo ano, Souza-Lobo

¹⁶²Anette Goldberg apresenta no XI Encontro Nacional da ANPOCS (1987) o *paper* intitulado *Gênero, mulher e identidade de esquerda: o feminismo das brasileiras no exílio*, publicado, neste mesmo ano, na coletânea *Mulheres: da domesticidade à cidadania: estudos sobre movimentos sociais e democratização*, organizada pelo CNDM (organização de Eleonora M. de Oliveira). Michael W. Apple, da Universidade de Michigan, escreve o artigo “Relações de classe e de Gênero e modificações no processo de trabalho docente” no *Cadernos de Pesquisa* (n. 60, p. 3-14) da Fundação Carlos Chagas. A *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (v. 68, n. 159, maio/ago., p. 324-355) publica “Instrução, rendimento, discriminação racial e de gênero”, de Fúlvia Rosemberg (pesquisadora da FCC). Na PUC de SP, uma dissertação também é defendida neste ano, nas Ciências Sociais, fazendo uso do termo gênero: *Elas por eles: os significados dos discursos da igualdade de gênero*, de Sílvia Marina Ramos França.

(1989, p. 76) também discutia, no seminário realizado na USP, “os usos do gênero”¹⁶⁴.

A pesquisa sobre mulheres no campo da História se consolidara nos Estados Unidos e na França e começava a repercutir entre as brasileiras. Além de Scott, Souza-Lobo (1989, p. 76) cita em seu trabalho a historiadora francesa Michèle Perrot, responsável (juntamente com Geoges Duby) pela organização e publicação dos cinco volumes de *L'Histoire des femmes en Occident de l'Antiquité à nos jours*¹⁶⁵.

Em 1988, nova pesquisa é apresentada na reunião anual da ANPOCS, sobre “relações de gênero” na periferia de São Paulo¹⁶⁶, e uma dissertação de mestrado, na área da Educação, é defendida na Universidade Federal do Paraná sobre o tema da formação da identidade e do *papel de gênero* na pré-escola¹⁶⁷. O termo *gênero* também começa a figurar em alguns resumos, palavras-chave e subtítulos¹⁶⁸.

Ainda em 1988, o Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos da Escola de Comunicação da UFRJ realiza o seminário “Repensando a Diferença: Imaginário e Representação da Mulher”, tendo entre seus temas “A imagem e o simbólico na construção dos gêneros”. Dentre as resoluções finais do seminário, encontramos a proposta de “formação de uma rede de intercâmbio entre instituição e pesquisadores na área da cultura, artes e ciências humanas voltada especialmente à questão das relações de gênero” (*Cadernos de Pesquisa*, n. 64, Seção Notas, fev. 1988).

A repercussão das discussões sobre o gênero nos núcleos e demais centros de pesquisa fica evidente ao observarmos o grande número de grupos que incorporaram esta terminologia em suas pesquisas e se auto-identificaram com os estudos de gênero. Como exemplo citamos

¹⁶³Naquele ano, Souza-Lobo apresentou o *paper* “Homem e Mulher: Imagens das Ciências Sociais” no GT Mulher e Política da ANPOCS (Águas de São Pedro, 1987). O texto discutia a forma como as Ciências Sociais contribuíam para consolidar as hierarquias entre homens e mulheres, masculino e feminino, etc.

¹⁶⁴Se levarmos em conta a colocação de Marie-Victoire Louis, em 1986 (*L'état des Sciences Sociales en France*, Paris: La Découverte, 1986, p. 460), de que o conceito de gênero começava a ser discutido em território francês neste período, o fenômeno é quase que simultâneo ao brasileiro. Sinal de que a “rede” montada pelas feministas brasileiras as mantinha bastante atualizadas.

¹⁶⁵Traduzidos no Brasil entre 1993 e 1995 sob o título *História das Mulheres no Ocidente* (São Paulo/Porto: Editora Ebrasil/Edições Afrontamento). A obra também foi traduzida para o alemão, inglês, coreano, espanhol, japonês, italiano e holandês (dentre outros), tornando-se referência internacional e inspirando pesquisas semelhantes em outros países. Perrot era professora na universidade de Paris VII no mesmo período em que Souza-Lobo pesquisava no *Centre National de la Recherche Scientifique*, junto ao *Groupe d'Étude sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail* (de dezembro/1984 a abril/1985 e de janeiro/1986 a abril/1987).

¹⁶⁶“Reciprocidade e hierarquia: relações de gênero na periferia de São Paulo”, de Cynthia Andersen Sarti, publicada no ano seguinte pelos *Cadernos de Pesquisa* n. 70, ago., 1989.

¹⁶⁷De Sônia Maria Guidi: “Contribuição para o estudo do papel dos educadores pré-escolares na formação da identidade e papel de gênero dos educandos”.

¹⁶⁸Como nos artigos “Estudos sobre a mulher e educação: algumas questões sobre o magistério” (de Cristina Bruschini e Tina Amado) e “Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e ideologia” (de Michael Apple), publicados nos *Cadernos de Pesquisa* n. 64 (fevereiro de 1988) discutindo a feminização do magistério e tendo, respectivamente, como subtítulo “Trabalho e Gênero” e “Gênero e magistério”.

o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, da USP, que, em 1988 passou a se denominar Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero, e o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM) da UFSC, denominado desde 1989 como Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero (NIEG).

Apesar do aumento do uso deste novo conceito em encontros e publicações, não havia entre o material publicado nenhuma definição para gênero, ainda que usado em um contexto repleto de referências a elementos sócio-culturais como definidores das identidades humanas. Talvez como reação a esta falta de definição, ou como resultado das discussões efetuadas entre os grupos de pesquisadoras, o ano de 1989 marca a publicação de três textos que se dedicam à discussão teórica feminista e propõem uma definição mais clara do novo conceito: a tradução do texto da historiadora Joan Scott, o material produzido para o seminário realizado em 1987 na USP e um artigo de Maria Vicentini¹⁶⁹.

Se observarmos a “geo-política” dos textos citados, percebemos que a discussão em torno do tema se dá em espaços já institucionalizados e em vários pontos do país. O texto de Scott é traduzido e publicado em Recife pela ONG SOS-Corpo¹⁷⁰; Vicentini estava ligada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM) da Universidade de Brasília e o NEMGE funcionava na Universidade de São Paulo. No ano seguinte (1990), a revista *Educação e Realidade* publicava em Porto Alegre uma nova tradução do texto de Joan Scott¹⁷¹.

Além da variação geográfica, o conceito se difunde em diferentes áreas de pesquisa. São antropólogos/as, sociólogos/as, cientistas políticos/as, críticos/as literários, historiadores/as e educadores/as (considerado apenas o material citado até aqui) que começam a empregar este novo referencial teórico e a discutí-lo em suas atividades.

O “fenômeno da discussão simultânea” em diferentes disciplinas, grupos de trabalho e regiões geo-políticas, bem como a crescente importância do tema, deve ser associado à extensa rede criada pelas pesquisadoras comprometidas com a causa das mulheres no país. Esta rede atingia não apenas as universidades e centros de pesquisa, mas se estendia também às ONGs e agências de prestação de serviço (como o atesta a publicação do texto de Scott pelo SOS-Corpo). A circulação de informações e o intercâmbio entre as feministas, iniciado na década anterior se ampliava.

¹⁶⁹“Mudar a referência para pensar a diferença: o estudo dos Gêneros na crítica literária” (*Cadernos de Pesquisa*, n. 70). Neste ano Lena Lavinas também apresentou o texto “Identidade de gênero: um conceito da prática”, no XIII Encontro Anual da ANPOCS (Caxambu, 1989).

¹⁷⁰Uma segunda edição se deu em 1995.

¹⁷¹Reeditada, também em 1995 (v. 20, n. 2).

Outra questão relevante a ser observada é a das fontes teóricas. O texto de Scott apresenta uma visão geral do que se discutia nos Estados Unidos, no campo da História Social, em relação ao novo conceito. O NEMGE refletia sobre as discussões que aconteciam na França, principalmente nas Ciências Sociais, em torno das terminologias *relações sociais de gênero* e *relações sociais de sexo*. O artigo de Vicentini, por sua vez, fazia um balanço das correntes emergentes nas áreas da teoria e crítica literária feminista anglo-americana e francesa, destacando as vantagens e limitações de cada corrente e concluindo com uma crítica ao conceito de gênero nesse campo¹⁷².

5.2 Discutindo o novo conceito

O texto de Scott, apresentado originalmente no ano de 1985 durante a reunião da *American Historical Association*, procura sintetizar as discussões e os problemas enfrentados por historiadores/as estadunidenses no campo dos estudos sobre a mulher. Scott avalia a maneira como o conceito de gênero era usado, criticando o excessivo número de trabalhos descritivos e a ausência de reflexões de cunho mais analítico.

Ainda que não faça referência à autores/as como Stoller e Rubin, Scott (1990, p. 5-6) resume alguns dos motivos que levaram pesquisadoras feministas a optar pelo conceito de gênero. Dentre eles: a rejeição a palavras marcadas por um determinismo biológico, a ênfase no caráter social das distinções, a crença no aspecto relacional das definições normativas de feminino e masculino, a preocupação com os limites de uma pesquisa centrada apenas na figura da mulher e a necessidade de elaboração de novas categorias de análise científica.

Referindo-se aos estudos das historiadoras feministas, Scott (p. 6) afirma que elas acreditavam na redefinição e ampliação das noções tradicionais de História mediante a presença das mulheres nas pesquisas desta disciplina. As mudanças se dariam no sentido de “incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas”. No entanto, “a maneira pela qual esta nova história iria por sua vez incluir a experiência das mulheres e dela dar conta dependia da medida na qual o gênero podia ser desenvolvido como uma categoria de análise”.

¹⁷²Estas informações corroboram a tese de Lia Zanota Machado (1994, p. 7) de que “a primeira característica do campo intelectual brasileiro é a de se entender como um lugar que dialoga e incorpora simultânea e acumulativamente as contribuições dos campos americano e francês”. Infelizmente, não será possível aprofundar nesta questão nesta pesquisa.

Para reformular os paradigmas da História, era preciso transformar a idéia de *gênero* em uma categoria analítica, ao lado das de *raça*¹⁷³ e *classe*. As três categorias implicariam (Scott, 1990, p. 6) a inclusão “das(os) oprimidas(os) e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão”, e assinalavam a preocupação dos “pesquisadores e pesquisadoras de que as desigualdades de poder são organizadas segundo estes três eixos, pelo menos”. No entanto, para Scott, a ausência de paridade entre estas categorias e a falta de consenso sobre os seus significados impossibilitavam a implantação desta nova forma de trabalhar com a História.

No caso do conceito de gênero, Scott (p. 7) observa a convivência de duas abordagens distintas entre os/as pesquisadores: uma essencialmente descritiva e outra causal. Na primeira, a pesquisa “se refere à existência de fenômenos ou de realidades sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade”. Na segunda, são elaboradas “teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando compreender como e porque estas tomam as formas que têm”. Em ambas, ainda que “o termo gênero afirme que as relações entre os sexos são sociais, ele nada diz sobre as razões pelas quais estas relações são constituídas como são, não diz como elas funcionam ou como elas mudam” (p. 8).

Sem alterar sua perspectiva teórica, as pesquisas de gênero não teriam a força necessária para questionar (e mudar) os paradigmas históricos existentes. Fazendo uma espécie de revisão crítica da forma como se vinha trabalhando no campo das pesquisas sobre a mulher, Scott (p. 8-9) avalia três abordagens de discussão teórica feminista: a das teorias do patriarcado, a do marxismo e a da psicanálise. Para ela, as três apresentam um problema em comum: a busca por explicações universalizantes para a situação da mulher.

Segundo Scott (p. 8), um dos primeiros desafios encontrados por historiadores/as ligados/as ao gênero foi o de conciliar a teoria, “concebida em termos universais, com a história, que se engajava no estudo dos contextos específicos e da transformação fundamental”. De seu ponto de vista, esse recurso ao gênero implicaria uma historicização e desconstrução constante dos termos que denominam as diferenças sexuais.

Andréia Cristina da Silva (2004), observa que o texto de Scott foi produzido em um momento de crise dos paradigmas entre os/as historiadores nos Estados Unidos. A crise afetava alguns dos valores ligados ao iluminismo:

[...] crença na razão, na existência de um sujeito estável e coerente, na neutralidade da ciência, na objetividade da linguagem, em leis gerais que regem os fenômenos, inclusive os históricos, dentre outros pressupostos. Neste sentido, as análises históricas pautavam-se, sobretudo, na descrição dos fenômenos, em explicações causais, em estudos de caráter quantitativo, e em generalizações.

¹⁷³Scott não se refere ao conceito de etnia.

No conjunto das Ciências Sociais, os chamados estudos pós-modernos valorizaram “a subjetividade dos sujeitos e da linguagem; a impossibilidade da neutralidade científica; a importância dos estudos qualitativos e dos fenômenos particulares”, além de negarem “as leis gerais de explicação dos fenômenos” e afirmarem a instabilidade dos conceitos e categorias (Silva, 2004)¹⁷⁴. Muitos destes aspectos também figuravam entre pesquisadoras feministas, como Scott¹⁷⁵.

O texto de Scott (1990, p. 14), além das críticas que apresenta, propõe uma definição para o conceito de gênero:

gênero [...] tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.

Na definição de Scott (p. 13), gênero e poder se entrelaçam, sendo responsabilidade do/a pesquisador/a denunciar e analisar as diferentes formas pelas quais (1994, p. 13) “as hierarquias de gênero são construídas, legitimadas, contestadas e mantidas” entre os grupos mais diversos e em diferentes tempos históricos.

Em um artigo de 1988, Scott (1994) comenta como começou a refletir sobre o gênero tomando por base a obra de Michel Foucault¹⁷⁶. Para Foucault, os conceitos de sexualidade e corpo diferiam em épocas e contextos distintos. O conhecimento produzido com base nestes conceitos era, portanto, histórico e relativo. Segundo Scott (p. 11), o mesmo podia ser aplicado ao gênero: um saber organizado socialmente acerca das diferenças sexuais cujos usos e significados “nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder –

¹⁷⁴A expressão *pós-modernismo* é utilizada por Jean-François Lyotard no livro *La condition postmoderne* (Paris: Minuit, 1979) para descrever uma mudança no pensamento e na cultura ocidental, após as duas grandes guerras mundiais, que questiona as bases filosóficas do chamado “projeto da modernidade”: o racionalismo, o individualismo e o universalismo. Para Lyotard, o que caracteriza a pós-modernidade é justamente a recusa das grandes narrativas, ou meta-narrativas, filosóficas, políticas e religiosas, que tinham por função fundamental proporcionar uma visão integradora e coerente do mundo. A promessa iluminista de progressiva emancipação e liberdade apoiava-se na ciência para se concretizar. Esta, por sua vez, legitimava-se nas grandes narrativas da justiça, humanidade e emancipação, nos discursos de autenticidade e verdade.

¹⁷⁵Dentre as vertentes feministas surgidas durante o século XX, algumas trabalham com pressupostos anti-essentialistas e anti-racionalistas, gerando críticas a alguns dos pressupostos da modernidade e do estruturalismo (Bordo, 2000, Butler, 1998, De Lauretis, 1994, Flax, 1994, Harding, 1993, Mouffe, 1996; Scott, 2001 e outras). A respeito dos pontos de discordância entre feminismo e pós-estruturalismo, ver: Bordo, 2000, Costa, 2000 e Butler 1998.

¹⁷⁶Foucault (1993) se dedicou, dentre outros temas, a estudar os mecanismos de poder. A discussão, antes dele, centrava-se na polaridade “poder/não poder” e era compreendida como privilégio de um grupo, instituição ou estrutura, que o exercia sobre outro grupo (ou grupos). A partir de Foucault, o poder passa a ser compreendido como (p. 8) “uma rede de relações” sempre tensa e sempre em atividade, havendo “procedimentos que permitem fazer circular os efeitos de poder de forma ao mesmo tempo contínua, ininterrupta, adaptada e 'individualizada' em todo o corpo social”. Para ele (p. 179), “as relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso”.

de dominação e de subordinação – são construídas”.

No campo da História, Scott (1994, p. 19) propõe que se evidencie a maneira “como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidade, foram construídos”. A idéia de oposição binária entre os sexos deveria ser questionada e desconstruída por conta de sua invariável de dominação-submissão (Scott, 1992, p. 89). A própria polaridade (e a hierarquia nela implícita) seria uma construção social que expressa as relações de poder.

Segundo Silva (2004), Scott

[...] propõe uma mudança radical na forma de fazer história, que deveria apresentar novas questões, hipóteses e métodos; abandonar a busca pelas origens dos fenômenos; reconhecer a complexidade dos processos históricos, cujos elementos encontram-se tão interrelacionados a ponto de não poderem ser estudados isoladamente; discutir como se sucederam os fenômenos, descobrindo os seus porquês; verificar as ligações entre o sujeito e a organização social na busca dos significados; considerar que o poder não está unificado, não é coerente, nem se encontra centralizado no seio das organizações sociais.

Souza-Lobo (1989, p. 80) utiliza a definição de gênero como uma relação de poder, tal como proposta por Scott (1990, 1994) e observa que preocupação também seria partilhada por historiadoras francesas, como Michéle Perrot. Para Souza-Lobo (1989, p. 81), um deslocamento de foco ocorreria, da procura pelas causas da dominação para a compreensão dos significados e condições de construção das relações de gênero. Este deslocamento atrelava os estudos de gênero aos estudos sobre as “condições de permanência e mudança das relações sociais, ou ainda com os que tratam das formas de construção de poderes nas sociedades”.

Em seu texto, Souza-Lobo observa os efeitos suscitados pelas pesquisas sobre a mulher. Para a autora (p. 76-81), elas provocariam bibliográficas e teóricas de grande monta, além de introduzirem o conceito de gênero como categoria analítica. Até aquele ponto, a biologização das diferenças havia marcado os estudos sobre a divisão sexual do trabalho e sobre as práticas políticas e científicas de homens e mulheres.

Refletindo, a partir dos argumentos de Scott, sobre a nova área de estudos que se formava também no Brasil, Souza-Lobo (1989, p. 83) se refere às relações de poder nos espaços acadêmicos. Scott alertara para a criação de um gueto teórico em torno dos estudos sobre mulher, que, “ou se desenvolve paralelo à produção teórica das diferentes disciplinas, ou tenta integrar um tema no corpo teórico das disciplinas sem questionar suas categorias, alheias à problemática de gênero”. Segundo Souza-Lobo (1989, p. 84), “se as relações de gênero são relações de poder, as relações institucionais e interdisciplinares o são igualmente. Por isso mesmo

os estudos sobre mulheres também são submetidos a relações de poder”.

A preocupação com os rumos das pesquisas sobre mulheres e gênero no Brasil também aparece no texto de Vicentini. Para ela (1989, p. 48-52), não se deveria perder de vista o fato de estas pesquisas terem sido desencadeadas pelo feminismo. O feminismo seria o responsável pela denúncia das desigualdades entre homens e mulheres, ancoradas em um fundamento arbitrário, não natural. Além de desvendar os fundamentos sócio-culturais do gênero, o feminismo estaria empenhado em uma prática política, preocupando-se em “demolir as bases da dominação de um gênero sobre o outro”.

Vicentini (p. 52) acreditava que, “somente através da teoria feminista conseguiremos realmente empreender uma análise crítica do gênero”. Sem as bases teóricas do feminismo, o trabalho das pesquisadoras correria o risco de repetir “os velhos componentes patriarcais”, permanecendo como “coisa de mulher”, algo desprestigiado, excêntrico e sem importância para o todo da sociedade.

No final da década de 1980, a maioria dos estudos sobre a mulher se funde com os estudos de gênero no Brasil. A criação de um campo de pesquisas de cunho feminista sobre a condição das mulheres no país, iniciado no final dos anos setenta, continuava em processo de implantação e aceitação. Ao mesmo tempo em que se avançava entre a comunidade acadêmica, uma gama de teorias e conceitos era discutida entre as feministas ligadas às mais diversas disciplinas. O conceito de gênero parecia servir a diferentes fins.

Maria Ignez Paulilo (MIP, 29/9/2006), observa a pressão interna nos GTs ligados à temática da mulher. Convidada por Heleieth Saffioti para participar como debatedora no “GT Mulher e Trabalho” em 1986, Paulilo percebeu um ambiente bastante pesado entre as representantes do GT e os dirigentes da Associação (que consideravam o grupo “muito fraco”). Poucos anos depois (1990), um novo seminário foi proposto: “A transversalidade do Gênero nas Ciências Sociais” (Machado *apud* Costa e Bruschini, 1992, p. 26). Os GTs anteriores deixaram de existir e criou-se o GT Relações Sociais de Gênero.

Em dezembro de 1990, o seminário oferecido pela Fundação Carlos Chagas (São Roque, SP) para as participantes do concurso de dotação para a pesquisa recebeu o título de “Seminário de Estudos de Gênero: Avaliação e Perspectivas para o Futuro”. As principais discussões deste seminário foram publicadas no livro *Uma questão de gênero* (Costa e Bruschini, 1992). Segundo Costa e Bruschini (p. 7), “um painel sobre o grau de institucionalização da produção científica sobre a mulher no Brasil e seu impacto sobre o ensino e a pesquisa” serviu de pano de fundo para as discussões do encontro, . Três sessões foram organizadas.

Na primeira, foi debatida a construção da problemática das relações sociais entre os sexos e se ela fundamenta ou não a autonomização de um novo campo do saber. Na seguinte, foi feita uma avaliação da presença com a preocupação como gênero nos debates centrais dos diferentes campos disciplinares e da repercussão das indagações centrais das disciplinas nessa área de estudos. Finalmente, procurou-se examinar criticamente o aparato conceitual próprio a essa área ou mais usual em sua produção científica. Dentro da heterogeneidade de enfoques presentes, algumas preocupações teóricas revelaram-se comuns: a existência ou não de uma teoria e de um método feminista, a adoção ou não do conceito de gênero.

Dentre as preocupações ligadas ao conceito de gênero estava a da maior ênfase deste em um “poder explicativo da dimensão simbólica, em detrimento da estrutural”, e o risco de se “obscurecer uma perspectiva politicamente transformadora, que sempre foi a marca dos estudos de mulher” (Costa e Bruschini, 1992, p. 8) .

Lia Zanota Machado (*apud* Costa e Bruschini, 1992, p. 9), observa o quanto o campo dos estudos da mulher estava dividido naquele momento. Perguntava-se (p. 10) sobre a qualidade das pesquisas multidisciplinares, sobre o uso de conceitos teóricos como gênero, desconstrução e diferença, sobre as diversas intersecções do gênero, sobre as relações das pesquisas brasileiras com as suas congêneres em outros países, etc. Além disso, as teorias “pós” (pós-moderna, pós-estruturalista, pós-feminista, etc.) “colocavam o feminismo e a academia” em ebulição. Era uma fase “de mais questionamentos e de menos respostas”. Como argumentou Bila Sorj (1992, p. 15-23), o feminismo encontrava-se na encruzilhada da modernidade e da pós-modernidade.

Machado (*apud* Costa e Bruschini, 1992, p. 24) se refere a uma “forte sinalização para substituir os estudos de mulher pelos de gênero” desde os “últimos três anos” (1987-1990). Os argumentos giravam em torno da valorização da diferença e do poder das mulheres e das críticas às meta-narrativas e ao “gueto” dos estudos sobre a mulher. A mudança exigiria, (p. 24) uma fundamentação teórica e um “diálogo interdisciplinar mais profundo”.

Dando continuidade aos trabalhos do encontro das pesquisadoras da FCC, alguns projetos estratégicos foram elaborados para fortalecer e expandir o campo de pesquisas sobre a mulher/feminista/de gênero no Brasil. Comissões de pesquisadoras (Cf. Diniz e Foltran, 2004, p. 246) foram formadas para a elaboração de alguns projetos distintos, entre eles o de uma bibliografia disponível em rede nacional e o de um revista especializada¹⁷⁷. Decidiu-se neste seminário a mudança de enunciado do concurso da Fundação para “Programa de Relações de Gênero na Sociedade Brasileira: Programa de Incentivo e Treinamento de/em Pesquisa sobre Mulher” (em vigor a partir da VI edição).

¹⁷⁷Conforme Blay e Costa (1992, p. 112), faziam parte desta comissão Lena Lavinias (IPPUR/UFRJ), Heloisa Burarque de Hollanda (CIEC/UFRJ), Ana Vicentini (NEPEM/UnB), Maria Odila Silva Dias (USP) e Albertina de Oliveira Costa (FCC).

As propostas da rede nacional de bibliografia e a da revista especializada entraram na pauta do Encontro Nacional de Núcleos, realizado no NEMGE no ano seguinte (1991). Em torno de 20 diferentes núcleos de pesquisa sobre a mulher e gênero encontravam-se reunidos neste encontro. Segundo Grossi (2004, p. 211),

Nesse encontro, foram criadas equipes de trabalho para pensar em quatro grandes projetos que seriam submetidos à Fundação Ford, por intermédio da Fundação Carlos Chagas: a criação de uma revista acadêmica, um curso de gênero, uma comissão de informatização que permitiria o contato entre as pesquisadoras de gênero espalhadas pelo Brasil e a consolidação da rede de pesquisadoras feministas. Todos os projetos foram enviados juntos, pela Fundação Carlos Chagas, mas a Fundação Ford preferiu, na época, financiar apenas dois grandes projetos: a Revista Estudos Feministas e a REDEFEM.

Com o apoio da Fundação Ford, o ano de 1992 marcou o lançamento da *Revista de Estudos Feministas* (REF)¹⁷⁸. O comitê editorial da revista contava com cinco membros da comissão dos Concursos de Pesquisa da FCC, além de pesquisadoras de renome nacional. A opção por uma revista identificada com o feminismo (e não apenas com estudos de gênero ou com os estudos sobre a mulher), demonstra, por um lado, a presença e a força das feministas na esfera acadêmica e, por outro, o início de uma nova fase. Albertina Costa (1994b, p. 162) observa que, no início da década de 1990, diante da consolidação do campo de estudos sobre as mulheres/feminista/de gênero, “esboça-se uma tendência a assumir esta identificação (feminista) visando enfatizar o viés crítico e o impulso inovador dos estudos”.

O editorial do primeiro número da REF (v. 0, jan./dez. 1992, p. 3) escrito por Lena Lavinias, é bastante elucidativo em relação ao campo que se formava: um projeto coletivo, acadêmico, multidisciplinar, abrangendo várias regiões do país, ligado aos movimentos de mulheres e feminista, com propostas políticas (denúncia das desigualdades/discriminação, crítica às ciências, servir de canal de expressão para os movimentos sociais de mulheres, etc.).

Trata-se de um projeto coletivo, que hoje ganha forma pela determinação e competência de pesquisadoras — quase só mulheres, ainda — que, nesses últimos vinte anos, de Norte a Sul do país, contribuíram para renovar o conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais a partir da reflexão sobre o lugar historicamente subordinado das mulheres na sociedade. Reflexão essa que nasce da prática política do movimento de mulheres e do movimento feminista, fundada na denúncia da desigualdade e

¹⁷⁸A Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (REDEFEM) foi criada em 1994 para congregar núcleos de pesquisa e pesquisadoras independentes com o objetivo de facilitar a interlocução entre as Ciências Humanas e os Estudos Feministas. Atualmente, conta com mais de 50 núcleos e grupos de estudos distribuídos por todas as regiões do Brasil (www.redefem.ufrgs.br). Duas outras redes de pesquisa feministas foram criadas no início da década de 1990: a Rede Nacional Feminista de Saúde – REDESAÚDE (1991), que reúne cerca atualmente cerca de 257 filiadas, entre grupos de mulheres, organizações não governamentais, núcleos de pesquisa, organizações sindicais, profissionais e conselhos de direitos da mulher, além de profissionais de saúde e ativistas feministas, que desenvolvem trabalhos políticos e de pesquisa em saúde da mulher, direitos sexuais e direitos reprodutivos (www.abong.org.br/novosite/redforuns_pag.asp?cdm1=811) e a Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR (1992), que hoje congrega 26 núcleos das instituições de ensino superior dessas duas regiões, em especial nas Universidades Federais (www.redor.ufba.br).

da discriminação, para se tornar crítica à teoria da ciência, nova *episteme* do conhecimento e do método. Se prática acadêmica e prática política são indissociáveis, pela sua interação criativa, ambas têm autonomia e dinâmicas próprias. A criação da Revista Estudos Feministas, além de servir como canal de expressão dos movimentos sociais de mulheres, pretende, antes de mais nada, difundir o conhecimento de ponta na área dos estudos feministas, ampliando e aprimorando esse campo de estudo não apenas entre especialistas, mas também entre este e os demais campos de conhecimento.

O editorial alenca algumas estratégias estabelecidas pelo grupo vinculado à revista. Ser um periódico “não diretamente institucional” (ainda sediado em alguma instituição), com uma rotação periódica da editoria a cada dois ou três anos (“de modo a contemplar, da forma mais democrática e ampla possível, a pluralidade das orientações acadêmicas que fazem a riqueza do campo e criam novos nexos disciplinares”) e proporcionar “um suporte científico do conjunto da comunidade acadêmica vinculada aos estudos de gênero”. Pretendia-se vincular a revista a importantes indexadores internacionais¹⁷⁹ e traduzir artigos para o inglês, tornando a REF conhecida no exterior.

Os artigos publicados no primeiro número da revista também traduzem a heterogeneidade do novo campo e o engajamento com temas de interesse do movimento das mulheres e dos estudos de gênero. Dentre os temas abordados, destacamos: os questionamentos das mulheres ligadas ao campo religioso e à Teologia (“De mulheres e de deuses”, Maria José F. Rosado Nunes); intersecções entre gênero, raça e geração na vida de trabalhadoras domésticas e na constituição de uma identidade de classe (“Alquimia de categorias sociais na produção de sujeitos políticos”, Mary G. Castro); um balanço dos dez anos de lutas pela descriminalização do aborto (“Legalização e descriminalização do aborto no Brasil: 10 anos de luta feminista”, Leila de Andrade Linhares Barsted); dentre outros. A revista também apresentava o dossiê Mulher e Meio Ambiente, dedicado a questões ecológicas e ambientalistas, aproximando o feminismo do debate da ECO-92, realizado no Rio de Janeiro em junho daquele ano¹⁸⁰.

Quanto aos estudos de Gênero, o conceito passava a figurar também nas teses de doutorado, a partir de 1992. Citamos como exemplo as teses de Jussara Reis Prá (Universidade de São Paulo, doutorado em Teoria Política): *Representação política da mulher no Brasil (1982-*

¹⁷⁹Como o *Sociological Abstracts* ou, mais recentemente, a SCIELO (*Scientific Library Online*).

¹⁸⁰Os dossiês da REF agrupam artigos em torno de uma única temática, destacando assuntos importantes para o movimento feminista e de mulheres em cada momento histórico. O n. 1, v. 1 (1993) abordou o tema Mulher e Violência. O n. 2, v. 1, 1993, traz o primeiro dossiê de uma série sobre direitos reprodutivos (em 1997 o dossiê foi sobre o aborto, em 1998 sobre tecnologias reprodutivas e em 2000 sobre saúde reprodutiva). O n. 3, v. 2, de 1994 abordou o Movimento Feminista (outro tema recorrente, presente no n. 1, v. 3 de 1995, sobre a IV Conferência Mundial da Mulher, e no n. 2, v. 8 de 2000, sobre *advocacy* feminista). Dentre os muitos temas abordados por esta sessão citamos ainda o dossiê Mulheres Negras (n. 2, v. 3, 1995), Ações Afirmativas (n. 1, v. 4, 1996), Gênero e Velhice (n. 1, v. 5, 1997), Masculinidades (n. 2, v. 6, 1998), Mulheres Indígenas (número duplo v. 7, 1999), Mulheres na Política, Mulheres no Poder (n. 1, v. 9, 2001), Gênero e Educação (n. 2, v. 9, 2001), Feminismos e Fórum Social Mundial (n. 2, v. 11, 2003) e Mulheres Agricultoras no sul do Brasil (n. 1, v. 12, 2004).

1990): *a articulação de gênero no sul do país e a questão institucional* e de Maria Luiza Heilborn (UFRJ - Museu Nacional, Antropologia Social): *Dois é par: conjugalidade, gênero e identidade sexual em contexto igualitário*.

Em 1993, foi criado o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, da Universidade de Campinas (Unicamp) e com ele os *Cadernos Pagu*, um periódico dedicado à problemática do gênero. Dentre os objetivos do núcleo e da revista estão “a colaboração na criação e funcionamento de cursos de graduação, pós-graduação, especialização, extensão e treinamento que contemplem a problemática de gênero” e o fornecimento de subsídios “para a atuação de organizações não governamentais e governamentais, incluindo a formulação de políticas públicas”¹⁸¹.

A quantidade de publicações ligadas ao gênero aumentou vertiginosamente nos anos seguintes¹⁸². Vários periódicos e livros passaram a abordar a questão, esclarecendo os significados que o conceito de gênero assumia para as pesquisadoras brasileiras¹⁸³. O texto de Gayle Rubin foi traduzido pelo SOS-Corpo de Recife (1993) e o texto de Joan Scott recebeu uma terceira publicação, em Porto Alegre¹⁸⁴.

Coletâneas de artigos discutidos em seminários e grupos de trabalho passaram a ser publicados (como o livro *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*, resultante do VI Concurso de Dotações para Pesquisa, e *Mulher e Relações de gênero* da Coleção Seminários Especiais do Centro João XXIII de São Paulo, ambos de 1994)¹⁸⁵. Inúmeros encontros foram realizados, em nível regional e nacional, dentro de universidades e nos grupos ligados às questões das mulheres, para a discussão de temas ligados às *Relações de Gênero*.

Dentre os encontros nacionais, destacamos o Fazendo Gênero. Organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 1994, o evento deu ênfase às discussões ligadas à Literatura, História e Antropologia, enfocando questões de gênero e do feminismo. Cerca de 100 trabalhos foram apresentados e uma coletânea de textos foi publicada. Em 1996, realizou-se uma segunda versão do encontro, congregando cerca de 400 pesquisadoras/es e implicando duas novas publicações¹⁸⁶.

¹⁸¹Cf. os *sites* do Núcleo (www.unicamp.br/pagu) e da revista (www.unicamp.br/pagu/cadernos_pagu.html).

¹⁸²Durante toda a segunda metade da década de 1980 foram publicados em torno de quinze textos utilizando o termo gênero; na década seguinte, foi publicada a mesma quantidade já no primeiro ano (1991), chegando a 25 artigos sobre o assunto somente em 1994.

¹⁸³Cf. *Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológica*, de Teresita Barbieri (Recife: SOS-Corpo, 1993) e “Posfácio: conceituando gênero”, de Heleieth Saffioti (In: *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: NIPAS, p. 271-283, 1994).

¹⁸⁴*Educação e Realidade* v. 20, n. 2, jul/dez, 1995, cf. p. 12.

¹⁸⁵Optou-se fazer um recorte de tempo e as publicações a partir de 1995 não serão citadas neste trabalho.

¹⁸⁶Um número especial da Revista de Ciências Humanas (UFSC, CFH - v. 15, n. 21. Florianópolis: EdUFSC, 1997) e o livro *Masculino, Feminino, Plural: o gênero na interdisciplinaridade*, organizado por Miriam Grossi e Joana Pedro (Florianópolis: Editora Mulheres, 1998). A partir de 2000, o encontro passou a ser internacional,

Em menos de 10 anos (1987-1996), a terminologia Gênero fora incorporada aos mais diversos grupos e ultrapassara as fronteiras das universidades e instituições de pesquisa. O intercâmbio entre acadêmicas, militantes de ONGs e grupos populares permanecia intenso. Cursos sobre relações de gênero eram oferecidos a grupos de alfabetização popular e pastorais de igrejas¹⁸⁷, a mulheres da região amazônica¹⁸⁸, sindicalistas¹⁸⁹, camponesas, etc. Como é possível perceber no artigo de Thayer (2001), contando a trajetória do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) do interior de Pernambuco e a relação deste com a ONG SOS Corpo, de Recife. Segundo Thayer (p. 123-124), a partir de 1990,

[...] o SOS e alguns outros grupos já estavam oferecendo oficinas sobre relações de gênero para os movimentos populares, instituições não governamentais, instâncias do Estado e outras instituições. Segundo uma fundadora do MMTR, no início dos anos 90 o gênero era assunto corrente, disseminado não só por grupos correspondentes nas cidades, mas também por agências de fomento internacionais, além de grupos nacionais e certas publicações que começavam a aparecer.

A rapidez com a qual os estudos de gênero se espalharam pelo país pode ser explicada pelo esforço e pela organização das pesquisadoras e das redes de apoio por elas tecidas. No entanto, a mesma pergunta levantada no capítulo anterior, quanto à consolidação de um campo identificado como de Estudos da Mulher e não de Estudos Feministas, pode ser feita neste momento: por que os grupos se autodenominam *de gênero* e não *feministas*?

Éric Fassin (2000) observa que, para se compreender os motivos que levam um determinado conceito a ser aceito ou não em determinada época e em determinado grupo, é preciso observar a história do grupo e o que lhe é útil ou importante naquele momento histórico.

com representantes de universidades latino-americanas, estadunidenses e européias (Pesquisadoras reconhecidas internacionalmente, como a antropóloga Françoise Héritier, do *Laboratoire d'Anthropologie Sociale* do *College de France*, Paris, a especialista em teoria literária Jean Franco, da *Columbia University*, e a economista Carmen Diana Deere, da *Massachusetts University*, estiveram presentes) e em 2006, na sua sétima versão, contou com 1400 trabalhos inscritos e mais de 1500 participantes. Conforme os sites: www.cfh.ufsc.br/~ref/fazgen/index.html e www.fazendogenero7.ufsc.br/apresentacao.html

¹⁸⁷Como os cursos oferecidos pelo CESEP - Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular um dos mais importantes centros de formação de líderes católicos/as, ligados/as à Teologia da Libertação. Desde 1992, o CESEP ministra regularmente o curso de formação “Pastoral e relações de Gênero”, um curso de 3 semanas (150 hs) . Cf. Grossi, 1998b, p. 16 e o *site*: <http://ospiti.peacelink.it/zumbi/memoria/cesep/cg1998.html>.

¹⁸⁸Como o atesta o II Encontro Amazônico Sobre Mulher e Relações Sociais de Gênero (1996), do qual participaram as pesquisadoras Benedita Celeste de Moraes Pinto e Gisela Macambira Villacorta (Cf. o Currículo de ambas na plataforma *Lattes*).

¹⁸⁹Segundo Grossi (1998b, p. 15), “hoje, na maior parte dos sindicatos ligados à CUT, existem regularmente cursos de gênero [...] o gênero é uma categoria muito empregada por militantes de diferentes movimentos sociais”.

5.3 A opção pelo gênero

Observando história do feminismo brasileiro e o processo de implantação de um campo de pesquisa ligado às questões de gênero no país, três pontos nos chamam a atenção: a legitimidade nos espaços acadêmicos para as pesquisadoras; o anti-feminismo e seus desdobramentos no ambiente acadêmico; o incentivo (ou a pressão) das agências financiadoras. Cada um destes pontos influenciou, em maior ou menor medida, o campo de estudos em formação, levando-o a se identificar como *Estudos de Gênero* e não como *feminista* (apesar de, na maioria dos casos, estar ancorado na teoria feminista).

Dentre as feministas, uma série de mudanças também era perceptível. Um processo de institucionalização de grupos estava em andamento (ONGs, núcleos de pesquisa, etc.). A identidade única das mulheres era questionada. Antropólogas, historiadoras e psicanalistas (dentre outras) observavam a existência de mecanismos de controle e “fabricação” dos gêneros. As respostas econômico-marxistas, até então utilizadas por muitas das militantes para explicar a dominação nas sociedades capitalistas, perdiam força nas Ciências Sociais.

Paralelamente, era preciso obter legitimidade no espaço acadêmico. Pesquisadoras e objeto de pesquisa eram colocados sob suspeita. A proximidade entre a pesquisadora/mulher com seu objeto/mulher (entendido muitas vezes como uma coisa só) gerava críticas. A aparente abertura para novas questões teóricas e metodológicas nas Ciências Sociais possibilitava a criação e utilização de nomenclaturas que se diferenciavam das comumente aceitas (Novos termos eram viáveis. Terminologias ligadas ao feminismo, não).

Neste quadro, o conceito de gênero mostrou-se capaz de abrir espaços. Propiciava uma idéia de separação entre pesquisadora e objeto e respondia à demanda da *objetividade e neutralidade científica*¹⁹⁰. Além disso, dava a entender que não seria algo por demais unilateral, ao incluir os homens no seu foco e não apenas as mulheres. Segundo Bruschini (2002, p. 21), “a adoção da categoria analítica de gênero favoreceu a aceitação acadêmica dessa área de pesquisa, ao despolitizar uma problemática que mobilizava preconceitos estabelecidos”.

A nova nomenclatura também atraía mulheres interessadas em trabalhar com os temas comumente abordados pelo feminismo (subordinação da mulher, sexualidade, violência, direitos reprodutivos, homoerotismo, etc.) mas que, por receio, desconhecimento, divergência ou preconceito, se mantinham afastadas. Trabalhar com gênero não implicava, necessariamente, em ser feminista. Além disso, ênfase no caráter relacional do conceito (muito focada, no Bra-

¹⁹⁰Grossi (1998b, p. 17) lembra que Elizabeth Souza-Lobo defendeu, durante a reunião da ANPOCS de 1987, o conceito de gênero como adequado ao campo de estudos sobre a mulher devido a sua neutralidade.

sil, na relação homem-mulher), quebrava a idéia de sexismo às avessas, comumente atribuída ao feminismo¹⁹¹.

Para Costa e Sardenberg (1994, p. 396), no Brasil o termo gênero serviu para

[...] esconder algo que incomoda e que é de difícil assimilação. Para a academia é muito mais fácil assimilar “estudos de gênero” do que “feminismo”, sempre identificado pelos setores mais resistentes com a militância e não com a ciência. Portanto, também muito mais digerível para uma parcela significativa das acadêmicas que assim puderam incorporar-se aos *women's studies* sem correr o risco de serem identificadas com o feminismo.

Outra questão a ser observada diz respeito ao papel das instituições financiadoras na difusão do gênero. Em um estudo sobre as políticas de desenvolvimento do Banco Mundial, Carolina Moser (1993) observa a passagem do programa *Women in Development* (WID) para *Gender and Development* (GAD) em meados da década de 1990. Acreditava-se que esta mudança de foco (da mulher para o gênero) implicaria mudanças mais objetivas na vida de mulheres do Terceiro Mundo ao levar em consideração a teia de relações nas quais estas se encontravam¹⁹².

Segundo Thayler (2001, p. 113) a distribuição de recursos pelas agências de fomento internacionais se deu cada vez mais em favor dos grupos institucionalizados (como as agências de pesquisa e as ONGs) no Brasil. Esta medida causou um certo desequilíbrio de poder entre os movimentos de mulheres. Simião (2000, s.p) observa que “o conceito de gênero entrou no vocabulário da cooperação internacional nos anos 80, provocando uma mudança na forma como se estruturavam projetos de desenvolvimento que afetavam mulheres”. ONGs e agências de pesquisas foram cobradas no sentido de incorporar uma “perspectiva de gênero” em sua plataforma de ação.

¹⁹¹Cf. Costa (1985, p. 14), “houve uma tentativa de ampliar os horizontes quando, em lugar de estudos sobre mulher (ou os sexos) passou-se a falar de estudos das relações entre os sexos ou das relações de gênero (para desbiologizar a noção de sexo). A idéia era deixar claro que os estudos sobre mulher dizem respeito também aos homens”.

¹⁹²Os WID se baseavam na idéia de que, devido às formas diferenciadas de acesso de homens e mulheres ao desenvolvimento, a solução para as desigualdades encontrava-se na integração/incrementação econômica das mulheres. No entanto, esse tipo de política recebeu muitas críticas, principalmente de mulheres do hemisfério sul, por não levar em consideração outros elementos da realidade social na qual viviam e que implicavam na desvalorização e subordinação feminina. Informações semelhantes aparecem no site do *Asian Development Bank*, (www.adb.org/Documents/policies/Gender/gender0402.asp?p=genpol), onde se lê: *The WB (World Bank) in 1994 revised its earlier WID policy that tended to treat women as a special target group of beneficiaries in projects and programs, and replaced it with a new GAD policy. The revised framework is broader, reflecting the ways in which the relations between men and women constrain or advance efforts to boost economic growth and reduce poverty. WB's GAD policy is based on the recognition that “investing in women is central to sustainable development” and refers to its own studies indicating strong economic arguments for investing in women.* Críticas à forma como o Banco Mundial incorporou e utilizou o conceito *gênero* podem ser encontradas em Treilett (2003) e Machado (1997).

Verbas deixaram de ser alocadas para projetos com mulheres e foram repassadas para projetos “de gênero”. Conforme pontua Saffiotti (2006, p. 35), o Banco Mundial só concebe verbas para projetos que apresentem este novo recorte. A pesquisadora Maria Ignez Paulilo (MIP, 29/9/2006) uma das entrevistadas para esta pesquisa, relata a insistência no conceito de gênero por parte dos órgãos financiadores e os riscos em se ter um trabalho ignorado por falta de adequação à nova nomenclatura.

A gente teve simplesmente de usar *gênero* no título dos projetos para eles serem aceitos. Quando me inscrevi para fazer o pós-doutorado na Inglaterra em 1996, preferi não arriscar e intitulei minha proposta de pesquisa “Gênero e Sustentabilidade”. Gênero foi uma categoria muito imposta pelas organizações mundiais, pelas agências financiadoras. Inclusive, eu soube de um projeto que foi recusado por uma dessas organizações porque não tocava em questões de gênero. Quem me contou este episódio foi uma das pesquisadoras recrutadas às pressas para ajudar a reformular a proposta, acrescentando um capítulo sobre gênero.

Após a explanação acima, poderíamos concordar com Cláudia de Lima Costa (CLC, 16/11/2005) e Heleith Saffiotti (2006, p. 35) que afirmam ser o conceito de gênero mais “palatável” (de melhor aceitação) do que termos como feminismo e patriarcado, pelo menos para a academia brasileira nas décadas de 1980 e 1990. No entanto, as críticas ao conceito e à forma como ele é usado em alguns casos, têm aumentado entre algumas pesquisadoras feministas nos últimos anos.

6 O debate em torno do conceito e dos estudos de gênero

O avanço dos grupos e pesquisas de gênero no país tem causado um novo debate entre algumas pesquisadoras. Como observa Piscitelli (2004, p. 43), Feministas mais antigas, também chamadas de *feministas históricas*¹⁹³ manifestaram, em diversas ocasiões, uma preocupação com o compromisso político do novo campo (Grossi, 2004, p. 217; Neto, 2000, p. 139; Piscitelli, 2004, p. 43, CLC, 16/11/2004).

Através das entrevistas e leituras efetuadas constatou-se a existência de duas problemáticas distintas ligadas aos estudos de gênero. Um conjunto de críticas tem sido elaborado em relação ao conceito *gênero* e um outro se refere aos usos deste conceito pelas/os pesquisadoras/es.

6.1 Problematizando o conceito

Conforme Costa (CLC, 16/11/2005), a crítica ao conceito de gênero é algo bastante novo no Brasil, embora aconteça há algum tempo nos Estados Unidos e na Europa. Para ela, a caminhada do campo de estudos feministas/de gênero no país se diferencia de outros espaços de teorização e luta política (como o estadunidense ou o europeu) e apresenta suas próprias especificidades e problemáticas próprias, sendo prematura a discussão em torno dos problemas relacionados ao conceito de gênero. Ainda assim, a discussão tem sido levantada em alguns cursos de pós-graduação¹⁹⁴ e publicações de circulação nacional (*REF, Labryz e Pagu*)¹⁹⁵.

¹⁹³Ativistas que participaram tanto do processo de formação dos estudos sobre a mulher no Brasil como da militância partidária e/ou nos movimentos de mulheres entre 1975 e 1985 (Cf. Grossi, 1998b, p. 5).

¹⁹⁴Essas discussões em torno do conceito de gênero, incluindo as críticas de Judith Butler (entre outras) aparecem nas ementas de cursos de pós-graduação pelo país. Cf. os cursos de Teoria de Gênero II (Prof^a Dra. Maria Lygia Quartim de Moraes, Departamento de Sociologia, 2006); Tópicos Especiais em História II (Prof^a. Dra. Lúzia Margareth Rago, Pós-Graduação em História, 1º sem., 2004) ambos na Unicamp; Antropologia do Gênero (Prof^a. Rita Laura Segato, Departamento de Antropologia, 2º sem. 2004) e Seminário Avançado em Teoria I (Prof^a Dra. Lia Zanotta Machado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1º sem. de 2006) da UnB; Antropologias Especiais: Família, gênero e sexualidade (Prof^a. Adriana de Resende B. Vianna, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 2º sem. 2006), UFRJ; Tópicos Especiais em Ciências Sociais: Sociologia (Sociologia das Diferenças, Prof. Dr. Richard Miskolci, Pós-graduação em Ciências Sociais, 1º sem., 2005), UFSCAR; Tópicos Especiais em Ciências Humanas e Saúde I: Fundamentos e Estratégias da pesquisa qualitativa (Profas: Laura Moutinho e Simone Monteiro, Instituto de Medicina Social, 1º sem., 2006), UERJ; Estudos de Sexualidade, Gênero e Corporalidade (Prof. Júlio Assis Simões, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social), USP; Teorias de Gênero: Antropologia e Psicanálise (Profas Dra. Mara C. S. Lago e Dra. Miriam P. Grossi, Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, 2º sem., 2004), UFSC.

Nos textos publicados em português, as críticas ao conceito aparecem agrupadas basicamente, em torno de duas questões. A primeira diz respeito ao binarismo sexo-gênero e a segunda se preocupa com a radicalização da idéia construtivista derivada deste conceito. Em ambos os casos, está presente o pensamento cartesiano de cultura/criatividade humana *versus* leis universais/naturais. A diferença se dá na forma de se referir ao corpo/sexo/natureza. No primeiro caso há uma ênfase na separação entre as categorias (*sexo é diferente* de gênero) e no segundo há uma potenciação do gênero (ao ponto de obscurecer ou descartar o corpo/sexo como um dado relevante).

Para a bióloga e historiadora da ciência Donna Haraway (2004, p. 217-218), as feministas da década de 1960 e 1970 iniciaram uma crítica “da lógica binária do par natureza/cultura, inclusive das versões dialéticas da narrativa marxista-humanista de dominação, apropriação ou mediação da 'natureza' pelos 'homens' através do 'trabalho'”. No entanto,

[...] esses esforços hesitaram em ampliar inteiramente sua crítica à distinção derivada de sexo/gênero. Esta distinção era muito útil no combate aos determinismos biológicos pervasivos [*sic*] constantemente utilizados contra as feministas em lutas políticas urgentes a respeito das “diferenças sexuais” nas escolas, nas editoras, nas clínicas e assim por diante.

Aceitando-se a distinção sexo-gênero sem problematizar e historicizar a visão tradicional de sexo e natureza como categorias passivas, teria sido aberto um caminho perigoso e útil à ciência médica. Segundo Haraway (2004, p. 218), com a ênfase sobre o gênero, as feministas perdem a oportunidade de discutir “como os corpos, incluindo corpos sexuados e racializados, aparecem como objetos de conhecimento e lugares de intervenção na biologia”. Dessa forma, “as formulações de uma identidade essencial como homem ou como mulher permaneceram analiticamente intocadas e politicamente perigosas”.

Preocupando-se com esta questão, Judith Butler pergunta (2001, p. 157) se o sexo estaria para o gênero tal qual o feminino sempre esteve para o masculino: como um objeto passivo a espera de significação social e por sobre o qual são projetadas uma série de definições. As discussões de Butler (2003 e 2001), ligadas à forma como se tem interpretado o gênero procuram repensar os conceitos de sexo e natureza, colocando em questão “o modelo de construção pelo qual o social atua unilateralmente sobre o natural e o investe com seus parâmetros e significados”.

¹⁹⁵Cf. Stolke (2004), a resenha “Butler e a desconstrução do gênero”, de Carla Rodrigues (*Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 179-199, jan./abr. 2005), os textos de Haraway (2004), Moraes (1998) e Costa (1998), in *Pagu*.

Butler defende que (2001, p. 157) “o conceito de 'sexo' é, ele próprio, um terreno conflagrado, formado de uma série de contestações em torno de qual deve ser o critério decisivo para distinguir entre os dois sexos”. Para Maryon McDonald (*apud* Stolke, 2004, p. 94), os posicionamentos sobre os corpos/sexos são sempre políticos “pois o que está em jogo é o poder”. Assim, “as teorias biológicas e fisiológicas e as concepções de natureza, não deixam de ser concepções sócio-políticas históricas”.

Lamas (1996), trabalhando com o processo de significação do mundo pelo humano, argumenta (p. 337) que “as culturas são basicamente sistemas de classificação, e as produções institucionais e intelectuais se constroem sobre esses sistemas classificatórios”. Para ela, os sistemas binários representam importantes conjuntos de oposições e revelam os eixos que estruturam o pensamento e os limites do pensável e do proibitivo. Dentre os sistemas binários de organização do mundo ocidental, a diferença corporal assume especial valor como material básico para a simbolização do sexo/gênero. No entanto, argumenta Lamas (p. 339), biologicamente, as “combinações” entre os “sexos” ultrapassam a idéia inicial de “dois sexos”:

São mais as combinações que resultam das cinco áreas fisiológicas das quais dependem o que, em termos gerais e simplistas, se chamou “sexo biológico” de uma pessoa: genes, hormônios, gônadas, órgãos reprodutivos internos e órgãos reprodutivos externos (genitais). Essas áreas controlam cinco tipos de processos biológicos em um *continuum* – e não em uma dicotomia de unidades discretas - [...] para entender a *realidade biológica* da sexualidade é [necessária] a noção de *intersexos*... [encontramos] uma surpreendente variedade de possibilidades combinatórias de caracteres, cujo ponto médio é o hermafroditismo.¹⁹⁶

A dicotomia homem-mulher não seria um dado biológico mas social/cultural. O gênero e o sexo seriam definidos pelo coletivo. A divisão simbólica dos sexos seria a lógica do gênero, uma lógica baseada em uma oposição binária e que “contribui ideologicamente à essencialização da feminilidade e da masculinidade” (Lamas, 1996, p. 344).

O historiador da medicina, Thomas Laqueur (1994), contextualiza algumas idéias sobre o corpo sexuado em seu estudo sobre as mudanças de representação sobre o sexo e a anatomia genital desde a Grécia antiga até o final do século XVIII¹⁹⁷. Ao contrário de Stoller, Laqueur não separou o sexo do gênero mas inverteu a questão. O gênero não era construído com base no sexo mas o sexo era definido pelo gênero.

¹⁹⁶Segundo as principais combinações fisiológicas apresentadas por Lamas (p. 339-340), seria possível classificar os sexos em pelo menos cinco: varões (pessoas com dois testículos), mulheres (pessoas com dois ovários), *herms* ou hermafroditas (pessoas com um testículo e um ovário), *merms* ou hermafroditas masculinos (pessoas com testículos e caracteres sexuais femininos) e *ferms* ou hermafroditas femininos (pessoas com ovários e caracteres sexuais masculinos).

¹⁹⁷*Making sex – body and gender from the Greeks to Freud*, de Laqueur, é publicado em 1992 nos EUA e traduzido na França no mesmo ano. A versão espanhola deste texto é de 1994 e a brasileira de 2001.

Com base nos escritos de autores gregos clássicos, Laqueur (1994, p. 21-22) afirma que os gregos notavam as diferenças na anatomia de homens e mulheres mas não as interpretavam como dicotômicas. Para estes, havia um único sexo, um único aparelho genital, posicionado de forma diferente nos homens (aparente/externo) e nas mulheres (oculto/interno). A genitália não era utilizada como base para marcar diferenças, estas se davam em nome das posições sociais de cada um/a e do grau de perfeição física alcançado¹⁹⁸.

No final do século XVIII, mudanças de cunho político e epistemológico marcaram a passagem de um modelo único de sexo para dois. O novo modelo insistia em um antagonismo radical entre homens e mulheres. A natureza (e não a sociedade) seria a responsável pelas diferenças (incluindo as raciais). Citando a *Histoire Naturelle de la Femme* (v. 1, Paris, 1803, p. 15), Laqueur (p. 23) observa que os sexos foram descritos como “distintos em todos os aspectos imagináveis do corpo e da alma, em todos os aspectos físicos e morais. Para o médico e o naturalista, a relação da mulher com o homem é 'uma série de oposições e contrastes'”.

A revolução científica criara uma série de distinções (entre fato e ficção, ciência e religião, verdade e falsidade, etc.) proporcionando uma base para a teorização de uma nova política sexual e social. Com o advento da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, novas estruturas organizacionais precisavam ser estabelecidas. Grupos inteiros de pessoas ameaçavam a antiga ordem. À produção de informações sobre o *sexo/corpo* atrelou-se aos embates em torno do gênero e do poder. A tradicional desigualdade entre homens e mulheres precisava ser compatível com o ideário republicano de igualdade e encontrar novos fundamentos. Segundo Laqueur (p. 31)

Ninguém estava muito interessado em buscar provas da existências de dois sexos distintos e diferenças anatômicas e fisiológicas concretas entre homens e mulheres, até que estas diferenças se fizeram politicamente importantes [...] e quando se descobriram essas diferenças, a representação delas já estava profundamente marcada pelo poder político do gênero.

Como observa Rohden (1998, p. 130), o novo contexto político estabelecia, dentre outras coisas, as divisões/cisões entre a esfera pública e a privada, entre homens e mulheres, entre partidários e contrapartidários da autonomia feminina. A divisão sexual passa a ser o fundamento da sociedade.

¹⁹⁸Segundo o grau de perfeição estabelecido, homens livres ocupavam a camada superior da hierarquia e as mulheres eram consideradas imperfeitas de antemão. De acordo com a teoria de Galeno (Laqueur, 1994, p. 21) *que en el siglo II d.C. desarrolló el modelo más aceptado y duradero de la identidad estructural, aunque no espacial, de los órganos reproductores masculinos y femeninos, demostró finalmente que las mujeres eran esencialmente hombres en los cuales una falta de calor vital – de perfección – se había traducido en la retención, en el interior, de las estructuras visibles en el hombre*. Esta visão/teoria teria vigorado por quase dois mil anos.

Laqueur afirma que para Hobbes, assim como para Locke, não há base na natureza, na lei divina, ou na ordem cósmica transcendente para justificar autoridades específicas como a do rei sobre o súdito, do senhor sobre o escravo e, possivelmente, do homem sobre a mulher. Contudo, para os mesmos autores, os homens continuam sendo os chefes das famílias, assim como também os chefes das nações. Só os homens, e não as mulheres, fazem o contrato social. A fundação dessa diferença estaria não em algo transcendental, mas no fato da diferença sexual e suas implicações utilitaristas, ou seja, a constatada força superior dos homens e a freqüente incapacidade das mulheres em decorrência de suas funções reprodutivas. [...] O corpo é agora chamado por diferentes visões a expressar novas demandas surgidas em novos contextos sociais, econômicos, políticos, culturais e eróticos. As diferenças que antes eram expressas em termos de gênero, agora são evidenciadas pelo sexo, pela biologia. E aqui, o papel da ciência torna-se cada vez mais fundamental. Médicos e cientistas [...] fornecem dados para o debate ideológico [e] emprestam o seu prestígio em ascensão. Para Laqueur a política de gênero afeta tanto a interpretação de dados clínicos e laboratoriais, quanto a sua própria produção.

O gênero é colado ao sexo no mesmo processo em que a anatomia é transformada em destino. Para feministas como Haraway, Nicholson¹⁹⁹ e Butler, dentre outras, é preciso discutir a relação sexo/gênero, apontar o caráter histórico do sexo e evidenciar as conseqüências sócio-políticas do dualismo sexual e das condutas sexuais estabelecidas com base nestas divisões. Para estas autoras, os sinais corporais não se separam das idéias sobre eles, a materialidade não é irreduzível e o social é corporificado.

Pierre Bourdieu (1999, p. 19-20) em seu estudo sobre a dominação masculina corrobora com estas questões ao afirmar:

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social.

Verena Stolke (2004, p. 97) observa que, após a introdução do conceito de gênero nas teorias feministas e nas Ciências Sociais, o sexo/corpo biológico foi relegado a uma espécie de limbo,

[...] cuya relevancia para el género en el mejor de los casos era incierta sino irrelevante y obvió así la propia pregunta acerca de qué era el sexo [...] La infinita proliferación postmoderna de las diferencias, sin embargo, no ofrece una respuesta al problema de cómo superar estos dualismos pues elimina un término, a saber la 'naturalidad', del dualismo (p. 96).

¹⁹⁹Embora relevantes, as posições de Linda Nicholson (“Interpretando o gênero”, *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9- 41, 2000), não serão abordadas neste trabalho.

Butler (2003, p. 25) questiona a distinção sexo/gênero. Para ela, “talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma”. A função dos binarismo e das categorias analíticas de sexo e natureza, além de legitimar o poder masculino, seria a de direcionar o desejo sexual para a heterossexualidade. O feminismo deveria insistir na não redutibilidade humana, desqualificando categorias analíticas, como sexo ou natureza, que levam à univocidade (a uma única forma interpretativa).

Para Cláudia de Lima Costa (CLC, 16/11/2004, p. 5) os textos de Butler representam uma ruptura dentro dos estudos feministas e de gênero ao afirmarem que, até mesmo o que se pensa sobre o sexo, “o mais dado, o mais concreto da nossa existência”, é na verdade um efeito do gênero:

O gênero então se separa de qualquer determinação biológica, de qualquer necessidade em incidir sobre corpos sexuados, isso possibilita a separação, não só do feminino do corpo da mulher como o masculino do corpo do homem. Não necessariamente masculinidade tem de incidir com homem e feminilidade com mulheres. Abre a possibilidade de mil trânsitos aí.

Ainda segundo Butler (2001, p. 158), o problema do binômio sexo-gênero torna-se mais grave associado a um construcionismo lingüístico radical onde tudo é construído pela linguagem: “se o gênero é a construção social do sexo e se não existe nenhum acesso a esse 'sexo' exceto por meio de sua construção, então parece não apenas que o sexo é absorvido pelo gênero, mas que o 'sexo' torna-se algo como uma ficção”.

A proposta de Butler (2001, p. 163) substitui as concepções de construção social do gênero com base no sexo para uma noção de matéria como um processo histórico de materialização que se estabiliza ao longo do tempo, produzindo efeitos de fronteira e fixidez. As identidades humanas estariam em um permanente processo de construção, podendo ser resignificadas. A pergunta seria, então, pelas normas regulatórias que materializam o sexo e o definem como tal.

Na visão de Piscitelli (2004, p. 55), para Butler, “gênero seria a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos reiterados dentro de um marco regulador altamente rígido, que se congela no tempo produzindo a aparência de de uma substância, de uma espécie de ser natural”. Além disso,

As discontinuidades de gênero que têm lugar nos múltiplos contextos, nos quais o gênero não deriva do sexo e o desejo e a sexualidade não seguem o gênero, são ocultadas por construções de gênero sempre coerentes. [...] A autora parte do reconhecimento de que gênero se intersecta com diversas modalidades de identidades constituídas discursivamente – raciais, de classe, étnicas, sexuais, etc. - motivo que torna impossível separar *gênero* das intersecções políticas e culturais nas quais é

produzido e sustentado. Afirma também, que o gênero não se constitui de modo coerente ou consistente em diversos contextos históricos.

Na opinião de Cláudia de Lima Costa (CLC, 16/11/2005), estas colocações de Butler indicam a necessidade de se desestabilizar e ampliar o conceito de gênero. “O gênero está tão interseccionado por outras categorias da diferença que a gente não consegue separar o gênero dessas outras intersecções. Por isso que, agora, a pesquisa está se dando na análise interseccional. E a análise interseccional desestabiliza o gênero”. Como observa Piscitelli (2004, p. 56), as primeiras formulações sobre o gênero o ancoravam a bases biológicas, e privilegiavam a discussão das relações entre os sexos. A noção de “múltiplas configurações nas quais o poder opera de maneira *difusa*” e a “intersecção entre múltiplas diferenças e desigualdades” opõem-se à idéia de dominação/subordinação universal das mulheres e “ao privilégio da diferença sexual entendida como diferença entre homem e mulher”.

Nas concepções de Butler, o gênero aparece como algo infinitamente fluido, cambiável, aberto e híbrido, recebendo por isso novas críticas. Apesar da importância destas características para se pensar o gênero, elas podem implicar em um essencialismo social paralisante no campo político. Qualquer identidade fixa (ou categorias como mulher, negro, lésbica, etc.), em nome da qual se reivindica algo, se dilui. Como observa Costa (1998, p. 138), este desconstrutivismo radical pode levar à perda do *sujeito do feminismo* ou, conforme Tânia Mouldeski (*apud* Costa, 1998, p. 128), a um “feminismo sem mulheres”.

Os excessos nas formulações desconstrutivistas têm provocado reações negativas entre muitas feministas militantes e acadêmicas no Brasil (Piscitelli, 2004; Costa, 1998; Saffioti, 2006; MIP, 29/9/2006; LSM, 18/8/2006; SPS, 5/6/2006) e no exterior²⁰⁰. Segundo Linda Alcoff (*apud* Piscitelli, p. 57), “além de dissolver o sujeito político *mulheres*, as perspectivas desconstrutivistas também são acusadas de reestabelecerem distâncias entre a reflexão teórica e o movimento político”.

Segundo Stolke (2004, p. 96), é preciso se perguntar como proceder para separar “aquelas diferenças com as quais se constrói a opressão das mulheres, dessa multiplicidade de identidades sócio-culturais”. O mesmo argumenta Phillips (*apud* Stolke, 2004, p. 96-97): “apesar das dificuldades conceituais reivindicadas pelas feministas em relação à distinção entre sexo e gênero, continuamos precisando desentranhar as diferenças [...] inevitáveis e [as] escolhidas, daquelas [...] impostas”.

²⁰⁰Ver o debate organizado por Heidi Hartmann (*Bringing together feminist theory and practice: a collective interview*) na Revista *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, vol. 21, n. 4, p. 917-951, 1996.

Lia Zanota Machado (2000, p. 9), pensando em como viabilizar o conceito de gênero entre outros grupos humanos, observa o quanto este é um construto ocidental:

A “ordem social” se dá e se apresenta como o resultado de um todo social que transcende qualquer ação individual ou coletiva de “construção”. [...] Se quisermos fazer trabalhar o conceito de gênero nas mais variadas sociedades e culturas não ocidentais, é pouco provável que se encontre um sentido de “sexo naturalizado” e um sentido “libertador” de um gênero culturalmente produzido. Tal percepção está intimamente presa a uma sociedade fundada na expansão do individualismo moderno e que pensa que sua cultura está sempre incompleta e que se pode modificar.

6.2 Críticas ao uso do conceito

Críticas às diferentes formas de uso do conceito de gênero têm sido mais numerosas no Brasil do que aquelas relativas ao conceito de gênero. As críticas vão desde as dificuldades em se explicar o conceito²⁰¹, até sua equiparação à categoria mulher e o esvaziamento do caráter mais político do feminismo dentro dos estudos de gênero. Tem-se discutido, também, a forma como as instituições têm lidado com questões de gênero e o efeito do binarismo nas mais diversas pesquisas.

Segundo Costa (1998, p. 135), a interpretação do conceito de gênero, dada por Scott teria acarretado mal-entendidos no Brasil. O aspecto relacional do conceito foi compreendido de forma binária, reduzindo-se à relação masculino-feminino, homem-mulher, deixando de abordar uma série de outras relações no campo do social. Para ela (CLC, 16/11/2004), “o gênero é relacional mas não o é apenas em relação aos homens. É em relação a todos os outros eixos da diferença [...] porque uma mulher nunca é só uma mulher, é mulher, negra, lésbica”, além disso, “O gênero ficava, por assim dizer, entre o homem e a mulher, e não nas relações de poder que estruturam sistemas de desigualdade e opressão” (Costa, 1998, p. 135)²⁰².

Este binarismo teria colocado sobre as pesquisadoras um fardo ainda maior diante da exigência de que (Costa, 1988, p. 135) “para estudar a mulher tinham também que estudar o homem”. Exigência presente nas instituições de fomento e no incentivo ao levantamento de dados “para ambos os gêneros”:

²⁰¹Como observa Stolke (2004, p. 88), a tradução do termo inglês *gender* para outras línguas “gerou algumas dificuldade e deu lugar a uma série de deslizos”. Em português, assim como no espanhol, a palavra gênero é bastante polissêmica, referindo-se tanto ao “gênero humano”, quanto ao gênero gramatical e, “a parte de los inconvenientes políticos de ser un término que tiene diversos significados y ser además poco conocido, género se prestó facilmente a un uso plural: los o dos géneros”. Maria Lygia Quantim de Moraes (1998, p. 101) aborda a dificuldade semântica do termo em português, entendido como substantivo masculino (e não “neutro” ou se referindo à ambos os sexos, como acontece no inglês) designando uma classe que se divide em outras (as espécies). Esta característica da língua levaria à necessidade de se definir o conceito sempre que ele é usado para evitar confusões.

²⁰²Um exemplo dessa forma de trabalhar com o gênero se encontra no texto “Relendo Joan Scott no sertão” (Thayer, 2001).

O que também estava acontecendo nesse momento é que havia pelas agências e instituições internacionais de fomento, doações internacionais de dinheiro para pesquisa com homens. Havia uma preocupação em estudar a questão da reprodução e do papel da paternidade na reprodução²⁰³. Havia muito incentivo dessas agências de fomento para estudar o comportamento dos homens (CLC, 16/11/2004).

Devido à esta concepção binária de relações de gênero, o campo dos estudos sobre masculinidades teria ficado igualmente restrito: “Enquanto nos Estados Unidos estes estudos se deram dentro das teorias feministas e separando masculinidades de homens, no Brasil estão atrelados aos estudos de gênero e cindindo sobre corpos “masculinos” (CLC, 16/11/2004). Neste caso, um duplo binarismo se evidencia: os homens estudados em ligação com o “mundo das mulheres” e a masculinidade (o efeito do social) atrelada ao corpo/sexo de um homem. Para Costa (p. 5), a quebra do binarismo sexo-gênero “possibilita a separação, não só do feminino do corpo da mulher como o masculino do corpo do homem. Não necessariamente masculinidade tem de incidir com homem e feminilidade com mulheres”.

A idéia binária de dois sexos/gêneros causou ainda outro efeito: a substituição dos termos mulher e homem por gênero. Moraes (1998, p. 102) usa o exemplo da sociologia, onde a categoria gênero foi incorporada ao linguajar acadêmico como algo “politicamente correto” mas “o que se tem, via de regra, é uma utilização restrita e precisa de gênero, como sinônimo de homem e mulher”. Para exemplificar, Moraes cita dois textos de Anthony Giddens (*Sociology: a brief but introduction*, cap. 5: *The family and Gender* e *As conseqüências da modernidade*), nos quais a palavra gênero aparece esvaziada de seu conteúdo teórico e, quase sempre, como substituto de mulher.

O problema da simplificação/substituição do termo mulher por gênero já aparece no contexto em que Scott escreve seu artigo (1990, p. 7). O mesmo ocorre no material da mexicana Marta Lamas (1996, p. 332), revelando a recorrência do problema em outros países. Para Neto (2000, p. 144), este fenômeno está ligado ao processo de criação de um campo de pesquisas feminista e às exigências acadêmicas de separação entre prática política (militância) e teoria. O texto de Scott (1990, p. 7) segue na mesma direção:

Durante os últimos anos, livros e artigos que tinham como tema a história das mulheres, substituíram em seus títulos o termo “mulheres” pelo termo “gênero”. Em alguns casos, este uso, ainda que se referindo vagamente a certos conceitos analíticos, trata realmente da aceitabilidade política desse campo de pesquisa. Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho, pois “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. O gênero parece integrar-se à terminologia científica das ciências sociais e, por conseqüência, dissociar-se da política (pretensamente escandalosa) do feminismo. Neste uso, o termo gênero não implica necessariamente na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). En-

²⁰³A ONG Papai, do Recife, seria um desses exemplos.

quanto o termo “história das mulheres” revela sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. Este uso do “gênero” é um aspecto que poderia ser chamado de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos ’80.

Duas novas questões aparecem ligadas ao problema da substituição do termo mulher por gênero: um retorno sutil à invisibilidade das mulheres e o problema da militância política no interior e fora da academia. Estes dois pontos parecem ser os que mais têm recebido críticas por parte de feministas brasileiras.

O deslocamento de foco, de mulher para gênero, possibilitou o desenvolvimento de uma série de pesquisas sobre a mulher sem nomeá-la diretamente. A visibilidade alcançada pelas lutas feministas e pelo esforço das acadêmicas em incluir as mulheres como objeto de pesquisa nas mais diversas disciplinas parece ficar ofuscada. Ao mesmo tempo em que os estudos de gênero viraram sinônimo de estudos sobre as mulheres, estas voltam a ficar “subentendidas” (Costa e Sardenberg, 1994, p. 395). A mera substituição de termos esvazia o conceito e se refere às mulheres de uma forma velada.

Para Ana Alice Costa e Cecília Sardenberg (1994, p. 395), o conceito de gênero se espalhou pelo país de forma muito rápida, antes de completar o seu amadurecimento teórico ou de se tornar mais compreensível entre os diferentes setores do movimento de mulheres/feminista. Esse processo de recepção fez o conceito “a figurar em todas as instâncias do movimento, substituindo pura e simplesmente a palavra mulher”. Como exemplo, Costa e Sardenberg (p. 395) citam as “reivindicações de gênero” presentes nas pautas dos sindicatos e nas demandas dos movimentos populares.

A substituição da categoria mulher por gênero também ocorre no plano institucional. Segundo Melo (2000, p. 7-8), na ótica de muitos/as planejadores e implementadores de políticas públicas no Brasil “parece condição suficiente para a contemplação de gênero nas políticas, a inclusão de mulheres no rol dos beneficiários” ou, acredita-se “ter contemplado o gênero nos programas elaborados, baseados no fato de não proibirem a participação da mulher na condição de beneficiária. Outras vezes, tendem (Lobo, 1992) a privilegiar a organização familiar e seu projeto estratégico, subsumindo integralmente as mulheres como atores sociais”²⁰⁴.

²⁰⁴Devreux (2005, p. 681), abordando a relutância das feministas francesas em aceitar o termo gênero, comenta: “o termo *gender*, no sentido de 'sexo social', não contava com a aprovação das pesquisadoras francesas, principalmente em razão da polissemia e da indefinição que seu uso trazia em diversas esferas. Assim, para diversas ONGs ou instâncias internacionais, o gênero significava pura e simplesmente. [...] as mulheres, o que nos parecia a melhor maneira de eufemizar as problemáticas feministas. Seu emprego generalizado, em oposição ao sexo biológico, representava para as pesquisadoras francesas um duplo inconveniente”.

Para feministas como Costa (1998) e Alvarez (2000), o problema está no uso do conceito de gênero fora do seu contexto de origem: as lutas das mulheres e do movimento feminista. Costa (p. 129) observa que os “Estados e agências inter-governamentais nas Américas adotam amplamente o conceito de gênero em suas políticas públicas e programas de desenvolvimento social”, no entanto, grande parte da “crítica feminista à opressão e à subordinação da mulher dilui-se e neutraliza-se nos discursos e práticas de tais instituições”. Citando a pesquisa de Sônia Alvarez sobre ONGs no Brasil, Costa (p. 129) argumenta que, “apesar do papel inegável que tiveram os *lobbies* feministas locais e globais em promover as normas internacionais de gênero que indiretamente inspiram estes modernos discursos estatais”, na prática, eles se afastam do potencial transformador sugerido pelo feminismo:

A assídua crítica feminista à subordinação das mulheres muitas vezes se traduz e tergiversa nas práticas e discursos do Estado.... Entre alguns funcionários públicos, “gênero” parecia ter se convertido em mais um termo no léxico de planificação, um indicador neutro de “modernidade” e “desenvolvimento”, ao invés de um terreno ou domínio minado por relações desiguais de poder entre mulheres e homens. (Alvarez, p. 129-130).

Como observa Nalu Faria (2005, p. 34), o Estado não é neutro em se tratando das relações entre homens e mulheres: “Isso significa que, se não houver uma intencionalidade de reequilibrar essas relações, as políticas do Estado acabam reforçando as atuais relações e sua naturalização”. Treillet (2003), confirma esta mesma perspectiva em seu estudo sobre as mudanças de política do Banco Mundial, como segue:

O Banco esvaziou parcialmente o sentido real dessas palavras, além de tirar um pouco da sua carga subversiva: desse modo, a palavra gênero (*gender*), utilizada de forma corriqueira, vem a perder o sentido crítico que ela tem nas ciências humanas, designando “relações sociais entre os sexos”, para designar somente de forma descritiva a condição feminina. Por fim, o Banco Mundial tentou adaptar as suas análises aos seus objetivos, se servindo delas para o seu discurso e para fornecer estatísticas “sexuadas”. Sendo assim, por esse motivo, as mulheres teriam um papel central. Mas dentro dessa lógica, elas são antes de tudo consideradas um recurso, um investimento rentável, e totalmente instrumentalizadas. Por um lado, porque as múltiplas formas de discriminação que elas sofrem são [...] fonte de ineficiência frente ao mercado e entraves à sua produtividade, tanto no ambiente doméstico quanto no mercado de trabalho. Por outro lado, porque elas são, antes de tudo, consideradas educadoras. Reencontra-se aqui o raciocínio em termos de capital humano, que está realmente no centro do dispositivo²⁰⁵.

Heleieth Saffioti, em seu texto *Ontogênese e Filogênese do Gênero* (2006, p. 17) criti-

²⁰⁵O ensaio de Kate Bedford (“Loving to straighten out development: sexuality and “ethnodevelopment” in the World Bank’s Ecuadorian lending. *Feminist Legal Studies*, n. 13, p. 295–322, Springer, 2005) é bem elucidativo. O projeto *Gender and development* do Banco Mundial junto aos grupos indígenas do Equador procura adaptar as comunidades ao funcionamento do mercado impondo um modelo ocidental de família e de sexualidade. Quando as mulheres não se enquadram ao projeto são consideradas “pouco racionais”, quando se enquadram são *rational enough to work but their labour was understood to be motivated by love*. (p. 304). Além disso, *the emphasis on loving heteronormative partnership within the loan resulted in a persistent refusal to deal with conflict between men and women, even when it affected project performance*. (n. r. 12, p. 304)

ca (como Scott, 1990) o emprego do termo gênero como substituto de mulheres, gerando um efeito descritivo²⁰⁶. Usado desta forma, (p. 17) “o gênero não implica, necessariamente, desigualdade ou poder nem aponta a parte oprimida”. Para a autora (p. 18), “quem lida com gênero de uma perspectiva feminista, contesta a exploração-dominação masculina. Por via de consequência, estrutura, bem ou mal, uma estratégia de luta para a construção de uma sociedade igualitária”.

Chegamos agora ao centro das críticas aos estudos de gênero no Brasil: o seu uso político e a sua relação com o feminismo e as lutas dos movimentos de mulheres. Ana Alice Costa e Cecília Sardenberg (1994, p. 396-397) vêm uma relação entre o aumento de mulheres descomprometidas com o feminismo dentro da área dos estudos de gênero e seu afastamento da militância. Para elas, gênero constitui,

[...] um conceito que veio para ampliar, para possibilitar um entendimento relacional que incorpora outras categorias além do sexo e que portanto poderia dar uma contribuição substancial à luta das mulheres, tem ficado, no Brasil, muito aquém do que prometia. Isso trouxe como consequência a despolitização do feminismo na academia, na medida em que vem tornando invisível toda uma série de demandas e ações que visem a melhoria da condição feminina e a própria equiparação social da mulher nos meios científicos acadêmicos.

Cláudia Costa (1998, p. 134-135) também critica a forma como uma parcela de estudiosas de gênero tem se incorporado ao espaço acadêmico. Para ela, no afã de se fazer aceitar neste território deixou-se de desafiar os fundamentos sexistas da ciência. Não havendo “no terreno supostamente neutro do gênero a necessidade de politizar a teoria e teorizar a política”. Assim, os estudos de gênero possibilitam um tipo de trabalho científico mais descompromissado, “sem necessariamente assumir um projeto político feminista”²⁰⁷.

Simone Schmidt (2004, p. 19), em seu artigo “Como e Por que Somos Feministas”, identifica os estudos de gênero como uma espécie de saída da “casa materna” (o feminismo e os estudos sobre a mulher) em direção ao mundo. Para ela, este movimento de abertura implica em ganhos e perdas. Dentre as perdas, uma “neutralização do caráter mais 'guerreiro' e contundente do feminismo, esvaziando-o de sua vinculação com uma história de lutas contra a subordinação das mulheres”.

²⁰⁶Texto ainda inédito, gentilmente cedido pela Prof^a Heleieth Saffioti.

²⁰⁷ Devreux (2005, p. 564) observa que, na França, “'gênero' permitiu às pesquisadoras francesas serem percebidas como menos agressivas, menos 'feministas', por suas instituições e por seus colegas homens. Não chocando, elas pensavam chegar mais facilmente a um consenso científico sobre a questão da dominação masculina, mantendo-se mais politicamente corretas. De certa maneira, elas eram mais 'polidas', não nomeando nem a violência e o antagonismo contidos na idéia de 'relação social', nem o critério um pouco animal de 'sexo'. O termo gênero (tal qual se popularizou), ainda que se saiba que seu conceito diga respeito à algo relacional, evoca a idéia de um problema social sofrido pelas mulheres. [...] A relação social de sexo nomeia explicitamente a confrontação entre duas classes de sexo. Não pode haver relação social com uma categoria única. Não pode haver relação social sem confrontação”.

Rita Schmidt (2002) também associa a perda de força política do conceito de gênero ao seu afastamento do campo do feminismo.

Seja pela banalização do termo “gênero”, decorrente da sua descontextualização e desvinculação teórica, seja pelo alcance de sua intervenção quando utilizado conseqüentemente em termos de crítica cultural [...] o fato é que a categoria “gênero”, ou os chamados “estudos de gênero” tem se prestado a várias apropriações e leituras fora do âmbito da crítica feminista, algumas de caráter ingênuo e simplista, outras nem tanto, sendo que ambas fornecem subsídios para pontos de vista que qualificam sua dimensão analítica como restritiva e particularista. [...] Não mais restrito às práticas críticas de quem dele se utiliza como categoria analítica articulada a uma ou outra corrente dentre as teorias feministas, o termo se popularizou, não porque enuncia um conhecimento sobre como a cultura opera ou porque mantém um compromisso com um projeto de mudança intelectual e transformação social, mas porque muitas vezes passou a ser utilizado simplesmente, como mais uma terminologia em discursos que procuram se inscrever na contemporaneidade e garantir a adesão de leitores presumivelmente informados. Por exemplo, penso sobre textos que tratam de representações do feminino em que o feminino é visto como gênero na acepção do senso comum, desvinculado de conceitos de gênero elaborados no contexto da crítica feminista, portanto trabalhado como categoria isolada e essencializada, em lugar de relacional e histórica, e por essa razão, destituída de qualquer perspectiva crítica.

As críticas aos diversos usos do gênero e as perguntas quanto à sua relação com os estudos feministas na academia brasileira levaram à realização de uma mesa redonda no “Encontro Internacional Fazendo Gênero 5: Feminismo como Política”, em 2002. Segundo Simone Schmidt (SPS, 5/6/2006), a mesa de encerramento do Encontro se dedicou a discutir de forma bastante específica a relação entre feminismo e gênero, “até que ponto uma coisa contribuía com a outra. Até que ponto esta tensão era boa, ou ruim”²⁰⁸.

6.3 Feminismo e gênero: o ponto de vista das entrevistadas

Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, perguntou-se pela relação entre os estudos de gênero e os estudos feministas na academia brasileira²⁰⁹. Percebeu-se um traço em comum às respostas das entrevistadas. O conceito de gênero é considerado um ganho, uma conquista teórica do/para o feminismo. As críticas se dão quanto à sua instrumentalização. Outras questões, pertinentes a este assunto, também foram abordadas: a relação entre academia e militância, o papel das ONGs nesse processo, a criação de um campo que abarca feministas e teóricas do gênero não identificadas com o feminismo, etc.

²⁰⁸A coletânea *Poéticas e Políticas Feministas*, organizada por Cláudia de Lima Costa e Simone Schmidt (Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004) apresenta parte dos textos discutidos nas plenárias e mesas-redondas do “Fazendo Gênero 5”. O texto referente a mesa de encerramento, citada por Schmidt, é o de Adriana Piscitelli (2004).

²⁰⁹Parte dos resultados das entrevistas foram incorporados ao corpo do texto desta pesquisa.

Para Simone Schmidt (SPS, 5/6/2006) o conceito de gênero “é resultado de um pensamento que vem sendo construído durante décadas e que teve suas maiores produções e definições a partir dos anos 60 e 70”. Apesar do conceito não representar uma grande novidade para as feministas acadêmicas, acostumadas a discutir as relações desiguais de poder e as construções sociais da mulher e do feminino, sua formulação poderia ser entendida como “uma espécie de síntese [...] com as limitações que um conceito tem”. Assim, “do ponto de vista teórico, o gênero foi uma conquista”. Para Simone, “construir uma categoria com a qual tu possas operar teoricamente, no meio da academia, sendo aceita em um debate teórico, não é algo simples. Acho que o gênero nos ajudou, nos instrumentalizou para falar em uma mesma mesa com outras categorias, em pé de igualdade”.

Sônia Corrêa (SC, 2/9/2006) também entende o gênero como “uma invenção teórica feminista. Nesse sentido a relação é quase filogenética. Entretanto, se gênero é uma categoria conceitual, o feminismo é um campo, uma paisagem ampla que inclui a teoria e a ação política”. Ainda que entenda haver uma postura mais política por parte do feminismo, Sônia argumenta que o campo dos estudos de gênero não é, em si, despolitizado. A despolitização, a falta de engajamento/compromisso com mudanças no campo das relações sociais não seria um problema ligado ao conceito de gênero mas ao desconhecimento e à descontextualização do conceito. Para ela, também entre feministas é possível observar uma sub-utilização (ou “má aplicação”) de referenciais teóricos:

No Brasil, desde os anos 1980, observa-se um tratamento diferencial de gênero e feminismo. Argumenta-se que o feminismo é político e o gênero é institucional e funcionalista. Essa posição reflete muitas coisas, entre elas desconhecimento acerca da genealogia do conceito de gênero, nascido entre as feministas [... além disso] certos feminismos são “mulheristas”, essencialistas e binários, outros não. O mesmo se aplica aos usos do gênero.

Para Corrêa (SC, 2/9/2006), a radicalidade pensada por Gayle Rubin em 1975 (e discutida no capítulo anterior) continua viva e de difícil assimilação, tanto por feministas como por teóricas do gênero. “Até hoje, amplos setores do feminismo no Brasil e no mundo tem dificuldade de absorver a iconoclastia da bi-sexualidade original no limiar da cultura e a utopia de uma sociedade em que a sexualidade seja exercida com prazer, mas na qual o sexo não define a identidade ou o lugar de ninguém”. Comentando as dificuldades ligadas aos usos do gênero, Corrêa observa:

É verdade que, no final dos anos 1980, desenvolveu-se uma corrente *mainstream* mais domesticada do gênero. [...] Essa vertente adota uma perspectiva construtivista binária (homem – mulher, biologia – cultura) e se desenvolve na interface com as políticas públicas, no marco do engajamento feminista com as instituições. Ela é menos provocativa? Certamente. Mas não poderia ser diferente, se consideramos

que até hoje amplos setores do próprio feminismo não absorveram a radicalidade de Rubin, que dirá os Estados, a ONU e o Banco Mundial.

Quanto aos problemas com o conceito de gênero, e seu uso, Simone Schmidt (SPS, 5/6/2006) observa que, “o problema é fazer de um conceito uma teoria. O gênero não é uma teoria, é um conceito”. Segundo Luzinete Minella (LSM, 18/8/2005), este é um dos principais debates dentro do campo de estudos de gênero/feminista no Brasil atualmente.

Há autoras que encaram como perspectiva, outras dizem que é conceito. Há as que dizem que não é conceito. Outras dizem que é um desobrramento do feminismo. [...] Há quem não concorde com isso. Outros dizem que o gênero é uma ruptura em relação ao feminismo. É uma postura mais radical mas há quem afirme isso. Você não vai ter uma resposta definitiva. Esse é o debate contemporâneo entre as Teorias Feministas e os Estudos de Gênero. Há quem fale em Estudos Feministas e Estudos de Gênero outros em Teorias Feministas e Estudos de Gênero.

Esse debate aparece em todas as entrevistas e, aliado a ele se encontra a questão da definição do campo de estudos iniciado em meados da década de 1970. Segundo Minella,

Há quem considere as Teorias Feministas como um campo privilegiado em relação ao Gênero. O Gênero seria uma sub-área dentro das Teorias Feministas e as Teorias Feministas é que teriam o estatuto de conhecimento mais legítimo, mais denso e profundo sobre as questões sobre a mulher. Os estudos de gênero seriam uma abertura para pensar as relações. Relações entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens, as hierarquizações. Essa espécie de “trânsito”. Masculino e feminino não como “coisas estanques” e separadas mas como coisas que transitam entre todas as outras clivagens, de etnia, de classe, etc.

Esta também é a posição das outras entrevistadas. Schmidt (SPS, 5/6/2006) acrescenta ainda que “quando a gente transforma o gênero em uma coisa maior do que ele é, confundindo o conceito com o campo de onde ele provém, começam os problemas”. Defender esta postura não implicaria “prestigiar o feminismo” e “desprestigiar o gênero” mas possibilitar uma orientação mais acurada. É importante “saber em que campo se está situando”:

Na academia há muitos equívocos, de uso equivocado do conceito, desde esse básico, mais primário, do uso de gênero como sinônimo de mulher, até coisas mais complexas como quando se propõe a interdisciplinaridade em torno do gênero e ele é confundido com um campo. O campo continua sendo o feminismo [...] entendido como um lugar político, uma força, uma disputa de forças políticas. [...] O problema é que se desloca o gênero do lugar de uma categoria útil de análise para um campo de saber. Existe uma teoria feminista. E é em nome desse pensamento feminista, que se formou durante muito tempo, que se pode pensar o gênero.

Perguntada quanto à aceitação de uma área de Estudos Feministas pelas universidades brasileiras, Simone (SPS, 5/6/2006) responde que há uma “sensação de desconforto, quando se percebe que na academia se aceita bem o gênero, escamoteando o feminismo que está por

trás”. Além disso, dentre as/os pesquisadoras/es, “muita gente que jamais cerrou fileiras com o feminismo, se tiver de responder por ele o ataca e jamais assumiria o feminismo como seu lugar”. Estas questões auxiliariam para dar uma impressão de esvaziamento político dentro do campo dos estudos de gênero. “Isso não deixa de ser uma perda do caráter político (militante, afirmativo, de intervenção) do conceito”.

Cláudia de Lima Costa (CLC, 16/11/2005) partilha das opiniões de Simone Schmidt,

Acho que muitas das pesquisadoras que estão fazendo [Estudos de gênero] são feministas mas, o são até certo ponto. Não no sentido de pegar as teorias feministas e fazer com que elas implodam esses paradigmas das Ciências. São feministas, de certa forma, bem comportadas, como fala a Mirian Goldberg. [...] Esse é um problema que eu vejo aqui, com o gênero. Você pode, perfeitamente, fazer estudos de gênero sem adotar uma postura, uma perspectiva feminista. [...] Os estudos feministas incorporam o gênero como categoria de análise mas os estudos de gênero não necessariamente incorporam a perspectiva feminista. Um traz o outro mas o outro não traz necessariamente este um.

Segundo Miriam Pillar Grossi (2004, p. 218), os motivos que levam estes/as pesquisadoras/as a não se identificar como feministas são variados:

Em parte porque o termo feminismo remete para muitas delas a um caráter militante no qual muitas não se reconhecem (e, neste caso, particularmente jovens pesquisadoras que não se sentem discriminadas ou vítimas da opressão masculina), em parte porque algumas delas que trabalham com homens e masculinidades se sentem malvistas dentro do campo. Outras não se reconhecem como feministas e sim como cientistas sociais porque acham que o conceito de gênero é um conceito como outros da teoria social contemporânea (classe, geração ou raça).

Segundo Grossi (2004, p. 218), no fundo, as divergências teóricas não seriam tão grandes, sendo possível “conciliar autoras de diferentes origens teóricas ou temáticas”. Corrêa (SC, 2/9/2006), é da mesma opinião. Para ela, identificar-se como feminista ou como teórica do gênero não faria a diferença e, sim, a postura teórica, os posicionamentos tomados na arena política. Maria Ignez Paulilo (MIP, 29/9/2006) sugere que, em muitos casos, o conflito deixa de existir por conta das ênfases de cada grupo de pesquisa.

Não vejo conflito entre nós, sociólogas feministas mais preocupadas com a desigualdade sócio-econômica, e o pessoal que trabalha outras dimensões da problemática de gênero. Eles/as, muitas vezes, estão em outras áreas. Por exemplo, sexualidade, violência doméstica e identidade parece que se tornaram temas mais antropológicos. O pessoal da sociologia continua falando em trabalho e desigualdades sócio-econômicas mesmo quando utilizam o termo "gênero" e não "mulher". Não vejo, necessariamente, o conflito.

No entanto, como resultado de alguns enfoques de gênero, Paulilo (MIP, 29/9/2006) observa a predominância de alguns temas, nos encontros de pesquisadores/as dos quais tem participado nos últimos anos, e “desabafa”:

Nesse momento, em que estou indo aos congressos, nos grupos de gênero, se fala muito em sexualidade [...] se fala muito em identidade e reconhecimento. Se deixou de fora a questão da redistribuição da riqueza e da propriedade, que é fundamental para o empoderamento da mulher, como, por exemplo, afirma a Carmen Deere²¹⁰. Todo mundo parece estar mais preocupado com o terceiro, quarto, quinto sexo. E, muitas vezes, sem conseguir aprofundar direito estas questões.

Paulilo relembra os grupos da ANPOCS das décadas de 1970 e 1980 (Mulher e Trabalho e Mulher e Política) como altamente militantes e preocupados com as questões de desigualdade social. Além disso, “havia a necessidade de mudança [...] Era muito mais propositivo”. Tentava-se criar teorias que possibilitassem uma transformação social.

Cláudia Costa (CLC, 16/11/2005), abordando o tema da militância acadêmica, observa que toda teoria é política e serve para determinados fins. “O que mede a adequação de uma teoria é a política, até onde ela nos permite ir além, ou seja, mudar as estruturas de desigualdade em uma sociedade”. O feminismo, por sua bagagem histórica, já carregaria em si uma carga de politização maior. O gênero, por sua vez, é entendido como algo mais sério (no sentido de menos militante ou “tendencioso”) e, portanto, mais adequado ao espaço acadêmico.

Costa (CLC, 16/11/2005) e Schmidt (SPS, 5/6/2006) também abordam o tema do respeito conquistado na academia. Para Schmidt, o respeito é resultado da militância feminista. Por conta dessa militância, e da seriedade e persistência das pesquisadoras, o conceito de gênero foi aceito em pé de igualdade com outras categorias de peso, como a de classe. Ainda que os/as demais pesquisadores/as não se utilizem desse referencial teórico, ele não pode mais ser ignorado e desprezado:

É uma militância porque é uma eterna vigilância. Se não estivermos sempre atuando, é como qualquer lugar de disputa política, se tu não estás sempre reafirmando o teu lugar e construindo sempre esse espaço, ele desaparece. Há um esforço por manter este espaço, um esforço sempre atuante. É desse esforço que advém o respeito [...] a tendência ao respeito está generalizada, dentro e fora do Brasil, mas ela foi construída pela militância feminista na academia. Não tenho a menor dúvida disso. [...] Se fez uma estratégia, foi uma estratégia de intervenção. Se teve noção da dificuldade e se construiu um modo de operar, de atuar. Isso hoje é mantido, mesmo porque ninguém acredita que sem muito esforço se possa manter essa legitimidade. Essa legitimidade, esse respeito, é construído sempre. [...] Todas nós, que estamos envolvidas com isso, seja as que defendem que é por causa do gênero, seja as que se autodenominam feministas [...] priorizamos essa militância política dentro da universidade.

²¹⁰Professora de Economia e Diretora do *Center for Latin American, Caribbean and Latino Studies* (Massachusetts) especialista em temas como: agricultura, reforma agrária e direito à terra na América Latina.

Em termos de produção de conhecimento feminista, eu estou muito convicta de que o feminismo está muito forte. Talvez nunca estivesse tanto. Hoje, em qualquer momento da vida acadêmica, se tu colocares a questão do gênero, entendendo que o gênero é uma categoria que vem do feminismo, se tu discutires a teoria feminista, ninguém vai poder fazer de conta de que essa não é uma questão importante. A teoria feminista é, definitivamente, algo levado a sério. Pode até não ser aceita por algumas pessoas mas ninguém vai desautorizar, como foi feito no começo. Saímos da *zona de segurança* (parafraseando Mary Pratt²¹¹). Hoje já estamos na zona de contato, dialogando com as outras áreas. Foi uma conquista, uma construção do pensamento feminista, ter condições de propor uma formulação teórica que discute com outros campos de igual para igual e que é hoje um interlocutor respeitado na academia. Mesmo considerando os equívocos de quem substitui o feminismo pelo gênero, ou que não sabe conceituar gênero. Mesmo com tudo isso, o campo do saber feminista cresceu e se consolidou. Hoje ele é um campo consolidado.

Costa (CLC, 16/11/2005), por sua vez, questiona o respeito demonstrado em relação ao gênero. Para ela, a regra do “politicamente correto” impede muitas coisas de serem ditas e amadurecidas, incluindo as críticas ao conceito de gênero, tidas como necessárias:

É politicamente correto você não implicar com os seus colegas que trabalham com esse ou aquele assunto. Há, então, um certo respeito pelos estudos de gênero. No fundo, não se sabe o que o termo quer dizer, sabe-se apenas que é algo do campo das mulheres e que ir contra pode parecer machista. Assim, as críticas ao gênero não virão deste território. Só virão das feministas.

Minella (LSM, 18/8/2005) também reconhece como importante a tensão e as críticas produzidas no campo dos estudos sobre mulheres/feminista/de gênero:

O debate está em curso. Grandes teóricas pelo mundo a fora, nos Estados Unidos, na América Latina, no Brasil, se dividem. [...] Há muitas fissuras mas, ao mesmo tempo, há uma vitalidade muito grande. Essas fissuras não entraram para destruir, mas para recolocar as questões. [...] Acho que só temos a ganhar quando aproveitamos os avanços de um lado e do outro (feminista e de gênero). Acho que também não há uma segmentação tão grande assim, por exemplo, eu trabalho com a perspectiva de gênero mas se você for ver o que eu escrevo tem não sei quantas citações de feministas.

Neste debate, Corrêa (SC, 2/9/2006) observa que a questão não é etimológica mas epistemológica. O feminismo e o conceito de gênero se referem a problemas sociais bastante complexos. “Não devemos ser capturadas pelo nominalismo. Mas, reconhecer as tensões, as diversidades. Dialogar e refletir sobre elas. Não há respostas fáceis para problemas difíceis”. Para Simone (SPS, 5/6/2006), as tensões são importantes e inerentes a este campo porque, “antes de mais nada, o feminismo é uma arena, um campo político. O feminismo tem de ser entendido como um lugar político, uma força, uma disputa de forças políticas”. Assim sendo, o próprio conceito de gênero precisa ser trabalhado e vivenciado dessa forma. “Se o conceito nos serve, nos serve dentro dessa arena”.

²¹¹Citada no capítulo III.

Esta característica do feminismo, identificado por Simone como “bi-fronte” (de ação e reflexão, de teoria e prática), exige uma postura paradoxal²¹²: uma negatividade crítica (no campo teórico) e uma afirmatividade política (na ação/prática), tal qual foi proposta por Teresa de Lauretis (1994, p. 238).

O feminismo tem essa questão da sua origem, sempre será uma coisa mais bi-fronte. Por um lado, tem um pé no movimento e, por outro, tem um pé no teórico e dialoga com o que tem de mais contemporâneo: as vertentes pós-estruturalistas ou desconstrucionistas e tal. [...] Eu acho que está perfeito. Mas, tem uma questão. Por um lado, isso é necessário, um certo trabalho de desconstrução de pressupostos que vigoraram durante bastante tempo como critérios únicos e exclusivos. [...] Por outro lado, é preciso ter algumas bandeiras em comum. [...] Eu acho que, do ponto de vista do movimento, das bandeiras políticas, a gente lida com a necessidade de uma certa afirmatividade. Isso até é um certo “lugar comum” (dentre as teóricas feministas se fala bastante disso) quando a gente trabalha com essas questões. Uma certa negatividade crítica e afirmatividade política. Tu precisas trabalhar nas duas frentes, tu precisas desconstruir, duvidar, pôr em questão, pôr entre aspas e, ao mesmo tempo, tu precisas acreditar, construir, afirmar e apontar para algumas coisas. Nessa hora, precisas ter pontos comuns, precisas agregar tudo aquilo que está disperso (e que é bom que esteja assim, não estar todo mundo representado por uma categoria única, um discurso único) tu precisas poder chamar as pessoas em certos momentos para poder reivindicar conjuntamente algumas coisas.

O tema da negatividade crítica e da afirmatividade política aparece em textos de Costa (1998) e Piscitelli (2004). Além disso, ambas as autoras discutem a utilidade da categoria mulher do ponto de vista político para agregar/organizar as mulheres/feministas. O conceito de gênero não serviria a estes propósitos nem teria esta função. Paulilo (MIP, 29/9/2006), referindo-se à categoria mulher, comenta que, no fundo, sempre trabalhou com esta categoria e não com outras. Ainda que fizesse referência ao gênero, uma vez que parecia se configurar uma exigência neste sentido, seu objeto de estudo sempre foi a mulher e as assimetrias das relações sociais no campo. Para ela, este também é o caso de outras sociólogas feministas no Brasil. “As pesquisadoras que trabalhavam com a categoria *mulher*, não mudaram (seu objeto). Podem falar de gênero mas continuam abordando a temática das desigualdades (má distribuição de renda, o direito à propriedade, etc.), que afetam as mulheres”.

²¹²O termo “paradoxal” é cada vez mais usado entre as feministas brasileiras para se referir ao conteúdo do livro de Joan Scott *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem* (Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002). O livro aborda o feminismo francês do século XIX e desconstrói a idéia de que haveria dois tipos antagônicos de feminismo na França: o da igualdade e o da diferença. Para Scott, ambos são estratégias utilizadas desde a Revolução Francesa. Uma das feministas estudadas por Scott, Olympe de Gouges, exemplifica a idéia da cidadã paradoxal: “uma mulher que só tem paradoxos a oferecer e não problemas fáceis a resolver”. As feministas, em meio ao processo de construção do estado moderno democrático, denunciavam as profundas contradições desse processo e viviam estas contradições (uma *universalidade excludente*). Ser uma cidadã paradoxal é encarnar as contradições: ser igual e diferente, compatibilizar estas duas idéias aparentemente tão contraditórias.

6.4 Propostas surgidas do debate “gênero e feminismo”

No debate sobre a utilidade política e os usos/abusos do conceito de gênero, algumas propostas têm surgido. Dentre elas: a sugestão de Cláudia de Lima Costa (1998), também discutida por Piscitelli (2004), do retorno à categoria mulher; as discussões de Saffioti (1992, 2006), sobre a re-utilização do conceito de patriarcado como um complemento às teorias do gênero; e o tema de Fraser (2002): políticas redistributivas e políticas de reconhecimento. Para estas autoras, a teoria e a política feminista caminham juntas, por isso a necessidade de uma crítica prévia e de adequação dos estudos de gênero no campo da ação política.

Cláudia de Lima Costa, no artigo *O tráfico de Gênero* (1998), discute a “problemática do gênero” em um contexto feminista bastante amplo (não apenas teórico mas do ponto de vista dos movimentos). Para a autora (p. 127), o feminismo no final do século XX representava um “amplo espectro de discursos diversos sobre as relações de poder”. Tais discursos estariam ancorados em uma intrincada intersecção das diferenças de raça, classe, gênero, idade, orientação sexual, etc. Apesar das diferenças dos discursos, e de uma heterogeneidade interna, tal fenômeno não teria provocado o enfraquecimento político do feminismo “enquanto movimento coletivo contra a dominação” mas representaria sua maior virtude, criando articulações e interdependências as mais diversas.

Dentro deste “amplo espectro”, Costa (p. 128) observa a necessidade de se criar “uma identidade positiva e fixa para a mulher através da articulação das diferenças entre as mulheres com as estruturas de dominação que produziram desde o início tais diferenças”. A posição de Costa se apóia em algumas feministas estadunidenses, como Judith Butler, para quem a ênfase nas teorias da diferença e a desconstrução das categorias identitárias teria causado o esvaziamento de categorias como gênero e mulher.

Costa propõe à volta à categoria mulher. Para ela (1998, p. 138), é sobre esta categoria que repousa o movimento feminista e todas as suas lutas políticas e “dependendo do contexto conjuntural e das exigências políticas, esta categoria é usada para articular as mulheres politicamente”. Sob esta perspectiva, a categoria *mulher* é encarada, não como uma essência ontológica mas como posição política, um referencial de análise.

[...] uma identidade politicamente assumida, a qual está invariavelmente ligada aos lugares social, cultural, geográfico, econômico, racial, sexual, libidinal, etc., que ocupamos e a partir do qual lemos e interpretamos o mundo. A categoria mulher torna-se portanto, uma posição política e o campo movediço e arriscado de ação e reflexão dos estudos feministas em contraposição ao porto seguro dos estudos de gênero (ou de masculinidades) dentro da academia (p. 139-140).

Neto (2000, p. 144) pontua a reivindicação de feministas que militam fora da academia. Estas militantes “apontam o gênero como uma forma ideologicamente neutra de tratar os estudos sobre a mulher” e também defendem o retorno à categoria mulher “como forma de restabelecer a necessária relação entre a prática política e o pensar desta prática”.

Piscitelli (2004, p. 59), discutindo a proposta de Costa, observa que não significa uma volta à um conceito essencialista (utilizado pelo feminismo radical das décadas de 1960 e 1970) mas a recriação deste conceito, sob outras bases. Segundo Costa (1998, p. 138), trata-se da negação epistemológica de qualquer tipo de essência à mulher e da possibilidade de teorizar com mais destreza as complexas e fluidas relações e tecnologias de poder. Para Nicholson (*apud* Piscitelli, p. 59), há duas vantagens no resgate dessa categoria: o reconhecimento das diferenças entre mulheres e o mapeamento de semelhanças, viabilizando a prática política. “É claro que se trata de políticas de coalizão – de políticas compostas por listas de reivindicações relativas às diferentes necessidades dos grupos que constituem, temporariamente, a coalizão.”

Conforme Piscitelli (2004, p. 60), a proposta de Costa implicaria o abandono do conceito de gênero, “no que se refere à construção de conhecimento”.

[...] D e fato, as linhas contemporâneas de trabalho com essa categoria (gênero) mostram sérias dificuldades na análise das intersecções entre categorias de diferenciação – e vale observar que esse impasse se vê agravado pelas correntes que, informadas por interesses políticos específicos, rebelando-se contra a centralidade concedida, durante tanto tempo a gênero, concedem centralidade e generalidade analítica, a priori a outras categorias. Além disso, é inegável que, apesar da relevância concedida às questões vinculadas ao poder, as análises de gênero defrontam inúmeras dificuldades para dar conta da maneira como o poder circula no social. Após quase 30 anos dessas formulações, cabe perguntar se é possível desenvolvê-las ancorando-as em um único referencial teórico. Cabe perguntar, também, se as abordagens que tratam o poder como algo difuso, pulverizado, distante de qualquer centralização, dão conta das relações sociais concretas nas quais estão inseridos aqueles/as situados/as no Sul (do globo/mundo).

Piscitelli (2004, p. 60) também cita a cientista política belga, Chantal Mouffe, para quem a re-elaboração da categoria mulher seria “um esforço de compatibilizar as críticas ao essencialismo em suas diversas formas – humanismo, universalismo, racionalismo, com a formulação de um projeto político feminista mostrando como essa compatibilização não é incongruente”. Segundo Piscitelli, Mouffe repensa a política feminista. “Esta deveria ser vista não como uma forma diferenciada de política destinada a perseguir os interesses das mulheres como mulheres, mas destinada a transformar os discursos, práticas e relações sociais nas quais a categoria mulher é construída de uma maneira que implica subordinação”. Esses objetivos poderiam “ser construídos de modos diferentes, mediante muitos e diversos feminismos”.

Outra discussão, voltada para o campo teórico com implicações políticas para o feminismo, associa gênero a patriarcado. Essa reflexão foi iniciada no Brasil por Saffioti (1992) e ampliada por novas pesquisadoras, anos depois (como Neuma Aguiar e Lourdes Bandeira. Cf. Machado, 2000) Aguiar se dedicou à idéia de “patriarcado contemporâneo” e Bandeira foi responsável pela coordenação do Simpósio: “Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo?”, organizado pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) no âmbito da 52ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em Brasília, julho de 2000.

Saffioti (1992) defende a idéia da “simbiose patriarcado-racismo-capitalismo”, sem excluir o uso do conceito de gênero. Para ela, capitalismo e patriarcado se constroem simultaneamente e os conceitos *classe* e *gênero*, se referem, respectivamente, às relações capitalistas e às relações patriarcais²¹³. As classes sociais (2006, p. 19) teriam uma história muito mais curta que o gênero, sendo, “desde sua gênese, um fenômeno gendrado” e o gênero teria sofrido dezenas de transformações, “introduzidas pela emergência das classes sociais”. A este conjunto de relações (identificado por Saffioti como um verdadeiro “nó”, de tão intrinsecamente relacionados), deve-se acrescentar, ainda, o racismo.

Segundo Saffioti (2006, p. 38), tratar das sociedades ocidentais contemporâneas em termos exclusivamente do conceito de gênero

[...] distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, “neutralizando” a exploração-dominação masculina. Neste sentido, e contrariamente ao que afirma a maioria das(os) teóricas(os), o conceito de gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. [...] É a esta estrutura de poder, e não apenas à ideologia que a acoberta e legitima, que o conceito de patriarcado diz respeito. Desta sorte, trata-se de conceito crescentemente preciso.

Na contramão de outras teóricas feministas, que insistem na afirmação de que o gênero aponta, sempre, para relações desiguais de poder entre homens e mulheres, Saffioti concebe este conceito (2006, p. 17) como não implicando, necessariamente, em desigualdade ou poder.

Não seria esta, justamente, a maior vantagem do uso do conceito de gênero? Ou seja, deixar aberta a direção do vetor da dominação-exploração não tornaria, como parece tornar, o conceito de gênero mais abrangente e capacitado a explicar eventuais transformações, seja no sentido do vetor, seja na abolição da exploração-dominação, ou seja, da opressão? [...] o poder pode ser constelado na direção da igualdade ou da desigualdade entre as categorias de sexo. Como o gênero é visto ora como capaz de colorir toda a gama de relações sociais, ora como um mero aspecto destas relações, é difícil dimensionar sua importância, assim como sua capacidade para articular relações de poder. (Saffioti, 2005, p. 17)

²¹³Saffioti (2006, p. 9) considera muito simplista a alegação de a-historicidade atribuída ao conceito de patriarcado. Para ela, esta forma de ver o patriarcado resulta de uma interpretação muito simplista da forma como Weber o conceituou e de uma imputação errônea por sobre as intelectuais/militantes feministas de que estas ignoravam “que este regime de relações homem-mulher tenha tido uma gênese histórica posterior a um outro dele distinto, mas também hierárquico”.

Segundo Saffioti (2005, p. 22), “o que precisa ficar patente é que o poder pode ser democraticamente partilhado, gerando liberdade e igualdade, como também pode ser exercido discricionariamente, criando desigualdades”. Pensado desta maneira, o gênero é “muito mais vasto que o patriarcado, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também relações igualitárias. Desta forma, o patriarcado é um caso específico de relações de gênero”.

Por ser mais amplo que o conceito de patriarcado, o conceito de gênero deve ser defendido (Saffioti, 2005, p. 35), no entanto, sendo por demais genérico precisa se fazer acompanhar de outros conceitos, mais específicos. O patriarcado, por sua vez, se refere a grande parte das sociedades contemporâneas. Assim sendo, Saffioti (p. 35) argumenta ser impossível aceitar, “mantendo-se a coerência teórica, a redutora substituição de um conceito por outro”:

Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, ahistórico, apolítico e pretensamente neutro. Exatamente em função de sua generalidade excessiva, apresenta grande grau de extensão, mas baixo nível de compreensão. O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, ao contrário, como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando, propositadamente explícito, o vetor da dominação-exploração. (Saffioti, 2005, p. 39)

Além disso, a autora (2006, p. 36-40) percebe o gênero como uma categoria ontológica e o patriarcado como um conceito de ordem política. Assim sendo, ambos precisariam ser utilizados pelas feministas, uma vez que seu objetivo é o de “transformar a sociedade, eliminando as desigualdades, as injustiças, as iniquidades, e instaurando a igualdade”²¹⁴.

Outro conjunto de críticas aos Estudos de Gênero, acompanhado de uma proposta de trabalho, vem sendo elaborado pela filósofa feminista estadunidense Nancy Fraser (2002, p. 62), uma autora bastante discutida e lida no Brasil. Fraser observa uma mudança no centro da gravidade das políticas feministas, “anteriormente centradas no trabalho e na violência”. A seu ver, os estudos de gênero centraram seu foco “na identidade e na representação, assim causando a subordinação das lutas sociais às lutas culturais e das políticas de redistribuição às políticas de reconhecimento”.

Segundo Fraser (2002, p. 70-71), o advento do gênero não acarretaria uma despolitização total no campo das lutas feministas mas enfatizaria um tipo específico de política: a política de reconhecimento. As políticas de reconhecimento reivindicadas pelos estudos de gênero

²¹⁴Para Lia Zanotta Machado (2000, p. 3-6 e 16) gênero e patriarcado não são complementares nem opostos, apenas distintos, pois “não se situam no mesmo campo de referência”. O patriarcado é um conceito fixo e rígido contendo, no seu bojo, a dominação masculina e a desigualdade de gêneros. O conceito de gênero, por sua vez, “não contém uma resposta sobre uma forma histórica” e remete a relações não fixas entre homens e mulheres [...] sua força é a ênfase na produção de novas questões e na possibilidade de dar mais espaço para dar conta das transformações na contemporaneidade”.

seriam políticas de identidade, busca-se o reconhecimento do gênero feminino. No entanto, do seu ponto de vista (p. 71), “não é a identidade feminina que requer reconhecimento, mas sim a condição das mulheres como parceiras plenas na interação social”.

Um reconhecimento equivocado valorizaria os aspectos femininos da humanidade mas continuaria mantendo as “identidades femininas” em uma subordinação social, impedindo a participação destas pessoas na vida social em pé de igualdade (como um de seus pares). Para lidar corretamente com a questão, “faz-se necessária uma política feminista de reconhecimento que, com certeza, não significa política de identidade” (p. 71).

Além disso, como observa Cláudia de Lima Costa (CLC, 6/11/2005), as políticas de identidade vêm sendo abertamente contestadas por teorias como a teoria *queer*:

A teoria *queer* é, principalmente, uma manifestação contra qualquer política de identidade, qualquer categoria identitária. Se a gente pudesse colocar a teoria *queer* em um termo, é a “indecibilidade”. Tudo é fragmentado, as identidades são ficções. A teoria *queer* aparece, emerge mais que tudo como um ataque às políticas de identidade. Aí tem todo um debate sobre a questão da própria política de identidade, que eu acho que aqui no Brasil está aparecendo um pouco através do trabalho da Guacira Lopes Lobo. Ela tem trabalhado muito essa questão da teoria *queer* e o ataque às identidades.

A historiadora e cientista política canadense Ellen Wood, em seu livro *Democracia contra Capitalismo* (2003, p. 241), discute o papel das políticas de identidade dentro de um sistema capitalista e conclui que há uma “indiferença estrutural do capitalismo pelas identidades sociais das pessoas que explora”, tornando-o capaz de prescindir das desigualdades com base nas identidades. A conquista da emancipação de grupos comprometidos com tais políticas não implicaria em risco para a ordem econômica vigente sendo que as reivindicações desses grupos, atreladas ao reconhecimento da identidade, tornariam “particularmente eficaz e flexível o seu uso como cobertura ideológica pelo capitalismo”.

Para Fraser (2002, p. 63), o modelo de política centrado na identidade rebateria os efeitos psicológicos do sexismo, mas seria deficiente por obscurecer as transversalidades da subordinação (como classe, raça, geração, etc.). Ao invés de se chegar “a um paradigma mais amplo e rico que pudesse englobar tanto a redistribuição quanto o reconhecimento, estaríamos simplesmente trocando um paradigma truncado por outro: uma economicidade truncada por um culturalismo truncado”. O ganho no eixo do reconhecimento coincidindo com uma paralisação ou perda no eixo da distribuição.

Fraser (p. 62) não nega o valor das políticas de identidade dos estudos de gênero, dedicadas a demonstrar o reconhecimento equivocado e depreciativo das mulheres pela sociedade, contestando as representações androcêntricas sobre as mesmas e criando representações me-

nos depreciativas. A discussão em torno do reconhecimento teria ampliado as lutas e auxiliado em uma nova compreensão do que é justiça de gênero (englobando questões de representação, identidade e diferença), o que seria “um grande avanço em relação aos paradigmas economicistas redutivistas que tinham dificuldade em conceituar os danos enraizados, não na divisão do trabalho, mas sim em padrões androcêntricos de valor cultural.”

A proposta de Fraser é a de repensar o conceito de gênero para que seja possível operar simultaneamente com dois focos: o do *status* (dos valores sociais/culturais) e o de classe, incorporar a problemática centrada no trabalho (mais ligada ao feminismo socialista) à problemática centrada na cultura. Isso exigiria uma “teorização tanto sobre o caráter de gênero da economia política quanto sobre a ordem cultural do androcentrismo”.

A condição de desigualdade das mulheres estaria enraizada tanto na estrutura econômica e na divisão do trabalho (trabalho doméstico/não remunerado X trabalho remunerado; diferença salarial em relação aos homens; chefia de famílias em condição de miséria, etc.), quanto no androcentrismo, “um padrão institucionalizado de valor cultural que privilegia traços associados com a masculinidade, assim como desvaloriza tudo que seja codificado como “feminino” (Fraser, 2002, p. 65).

A discriminação das mulheres (e a de outros grupos sociais) passaria por questões de ordem político-econômicas, fazendo-se necessária uma mudança (p. 65) “tanto na estrutura econômica quanto na hierarquia de status da sociedade contemporânea”. Para que a desigualdade seja superada, é necessária (p. 67) uma distribuição de recursos materiais que assegure independência e dignidade (evitando dependências e desigualdades econômicas, exploração e disparidades de riqueza, renda e tempo para lazer) e modelos de valores culturais que expressem o mesmo respeito a homens e mulheres (sem distinção de cor, idade, opção sexual, nacionalidade, etc.). Para a autora (p. 67), os modelos atuais negam o status de parceiros/as plenos “seja sobrecarregando esses uns com a imputação de uma 'diferença' excessiva ou não tomando conhecimento de suas distinções”.

Os esforços feministas em apenas um dos focos de desigualdade (político-econômica ou de *status* sócio-cultural) já teriam mostrado sua eficácia parcial e levado, em alguns casos, ao agravamento das questões. As demandas por redistribuição não criaram necessariamente

reconhecimento²¹⁵ e o reconhecimento não ocasionou redistribuição²¹⁶. Conforme Fraser (2002, p. 76),

[...] os esforços para reavaliar os traços codificados como femininos, tais como sensibilidade no trato interpessoal e facilidade para alimentar e educar, não podem ser bem-sucedidos se, permanecendo completamente na área “cultural”, eles não desafiam as condições econômicas estruturais que fazem a conexão desses traços com dependência e impotência.

A questão não é apenas valorizar as mulheres ou a feminilidade mas vencer a desigualdade, e estabelecer uma política de reconhecimento não identitária e aplicável a outros eixos de subordinação.

²¹⁵Algumas das reivindicações levaram à diminuição do *status* das mulheres beneficiadas, como aconteceu nos programas de assistência pública onde as mulheres mantidas pelos programas são estigmatizadas e vistas como inferiores às demais. Pode-se citar ainda, os programas de gênero focalizados no desenvolvimento (como os do BM) onde se pretende o combate à pobreza. Como observa Carloto (2006, p. 1), “tais programas têm como alvo preferencial a família, e dentro destas, as mulheres. A principal estratégia é a chamada privatização da família ou a privatização da sobrevivência da família, propondo explicitamente a transferência de responsabilidades que deveriam ser assumidas pelo Estado às unidades familiares [...]. O enfoque prioritário tem sido o papel das mulheres na esfera doméstica, relacionado fundamentalmente a maternidade. Assim as mulheres são tratadas como receptoras passivas mais que participantes ativas sendo a criação dos filhos seu papel mais efetivo”. Ainda que haja um investimento no sentido de alterar uma condição econômica, a subordinação da mulher não aparece como um problema a ser enfrentado.

²¹⁶Como podemos verificar nas reformas na lei do divórcio, cujo resultado muitas vezes tem sido o empobrecimento das famílias lideradas pelas mulheres que obtiveram este direito.

7 Considerações finais

O feminismo brasileiro, da segunda metade do século XX em diante, se organizou em meio a uma “onda” de modernização da sociedade e de tomadas de decisões políticas por parte do Estado que agravavam as hierarquias e as desigualdades sociais no país. Com a progressiva implantação do regime de ditadura civil-militar e suas práticas arbitrárias (cassação aos direitos civis e políticos, censura, prisões e torturas, etc.), o feminismo se aliou aos demais grupos de resistência em favor das chamadas *lutas gerais* (saneamento básico, anistia, redemocratização, etc.), adquirindo a marca da *dupla militância*: nas causas sociais e na luta pelos direitos das mulheres.

As feministas da década de 1970, e início dos anos 80, circulavam entre os inúmeros grupos que compunham o *movimento de mulheres* brasileiro (clubes de mães, Movimento de Mulheres pela Anistia, associações de bairro, departamentos femininos, etc.), os movimentos sociais e a esquerda no país. Nestes espaços, estiveram muitas vezes em desacordo com as idéias vigentes e/ou não encontravam aceitação para algumas das suas questões. Alguns temas foram percebidos como *temas-tabu*: a sexualidade, a violência doméstica, o aborto, a distribuição do poder decisório no espaço público e na família, dentre outros.

Grupos só de mulheres foram organizados para propiciar o “desabafo” e a discussão dos temas-tabu. Nos grupos exercitava-se a fala e a tomada de consciência dos problemas comuns à maioria das mulheres na sociedade. Verdadeiros laboratórios feministas e de conscientização política, estes grupos deram suporte e força às suas participantes para assumirem a luta contra a discriminação e a subordinação da mulher em todos os espaços por elas freqüentados.

Dentre as estratégias de luta adotadas pelas feministas brasileiras estava a da publicação de material informativo e formativo (livros, jornais, panfletos, artigos em revistas, etc.), o contato com as exiladas políticas e feministas de outros países (latino-americanas, européias, estadunidenses), a insistência em incluir nas pautas dos demais grupos (igrejas, sindicatos, partidos políticos, movimentos populares, etc.) as questões referentes a situação da mulher no Brasil (e nos próprios grupos), manifestações coletivas (passeatas, peças de teatro, comemorações públicas) para dar visibilidade às causas das mulheres e, posteriormente, a criação de entidades específicas para auxiliar na superação dos problemas (SOS - Saúde, delegacias de

atendimento à mulher, Conselhos da Condição Feminina, ONGs, etc.),

As estratégias adotadas surtiram três tipos de efeito: a expansão das idéias feministas, a ampliação dos direitos das mulheres (divórcio, administração dos bens, acesso a carreiras de trabalho consideradas masculinas, uso de métodos contraceptivos, cotas nos partidos e sindicatos, direitos trabalhistas para empregadas domésticas, aposentadoria para a trabalhadora rural, etc.) e uma rejeição ao termo *feminismo* por vários setores da sociedade.

Um forte preconceito marcou a palavra feminista, dando-lhe, em muitos casos, uma conotação pejorativa: anti-feminina, anti-homem, anti-nacionalista (adepta de um “estrangeirismo”), promíscua, “puta”, “sapatão”, com problemas emocionais (“mal-amada”, “frígida”) e/ou estéticos (“feia”), etc. Este preconceito, disseminado pelas alas conservadoras da sociedade e por parcelas da esquerda (companheiros/as de partido, sindicato, movimentos populares, CEBs, jornalistas ligados à imprensa alternativa, etc.), foi responsável pela rejeição do termo feminismo por muitas mulheres, incluindo militantes identificadas com causas feministas.

Ainda assim, o pensamento feminista brasileiro “sustentou e se nutriu do processo de construção coletiva empreendido historicamente pelas mulheres em distintas partes do mundo [e desestabilizou] a lógica moldada por mitos e estereótipos, que reforçava a discriminação das mulheres”. (Prá e Carvalho, 2004). Além disso, causou transformações no campo social e político do país.

Todo o processo de organização do feminismo no Brasil foi permeado por debates: internos e externos, em pequenos grupos (locais) e grandes fóruns (encontros nacionais e internacionais), sobre temas compartilhados com os demais movimentos ou temas-tabu, discutindo as pautas e os rumos a seguir.

As feministas entenderam que o seu campo de ação compreendia todas as esferas da sociedade: a família, os partidos e sindicatos, as igrejas, os meios de comunicação e produção, o sistema educacional e jurídico, as área da saúde e da arte, etc. A luta era geral. Instituições, práticas e mentalidades precisavam ser alteradas. Como resultado, adquiriu-se uma prática teórica e política complexa e flexível, com uma variedade de posições e estratégias.

A idéia de política foi ampliada para acomodar questões ligadas ao mundo do privado e novas estratégias de atuação social e de diálogo com o Estado foram colocadas em prática. Junto aos partidos políticos e sindicatos, conseguiu-se implantar cotas para mulheres. Foram criados órgãos estatais (como o CNDM e, recentemente, a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres) voltados para causas de cunho feminista. Além disso, vias de ação mais direta também foram experimentadas (como por ocasião do processo constituinte de 1997/1988,

quando diferentes interesses foram articulados e defendidos no espaço legislativo sem a mediação efetiva dos partidos). As ONGs feministas procuram trabalhar com as demandas dos mais diversos grupos de mulheres, estabelecendo redes de apoio e intermediando parte da produção técnica e teórica.

Dentre os campos de ação do feminismo brasileiro, estavam as universidades e os demais espaços de produção acadêmica (como institutos e fundações). Pretendia-se tornar o mundo das mulheres visível, denunciar as desigualdades e a opressão e valorizar as funções por elas desempenhadas. Para tanto, era preciso convencer a comunidade científica da relevância e legitimidade de pesquisas sobre a mulher.

O trabalho das feministas acadêmicas foi identificado como incompatível com a pesquisa científica por não apresentar algumas das características consideradas básicas para este campo: neutralidade e objetividade. O grau de envolvimento entre pesquisadora e objeto era evidente, bem como o teor político da pesquisa. Além disso, a necessidade de obter recursos financeiros colocava as pesquisadoras em uma situação delicada frente aos órgãos de fomento que passavam a atuar no país. Dentro do movimento de mulheres, questionava-se a viabilidade de um projeto como este por não se acreditar ser possível manter sua autonomia se vinculado às instituições.

Apesar das dificuldades, os *estudos feministas* começaram a se estruturar no Brasil. A exemplo dos grupos de reflexão, as pesquisadoras se organizaram em grupos para discutir seus problemas, elaborar estratégias e dividir resultados. As Associações Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação serviram de palco para muitos desses encontros no final da década de 1970 e na década seguinte. A “questão da mulher” também era incorporada por fundações e institutos dedicados ao estudo da realidade brasileira e, especialmente, a Fundação Carlos Chagas criava meios para fomentar pesquisas e instrumentalizar jovens pesquisadoras na área.

Organizadas em grupos, encontrando-se com certa regularidade, as feministas criaram um campo de pesquisas próprio. Uma das principais marcas deste novo campo foi a multidisciplinaridade. Representantes das mais diversas disciplinas “sentavam” juntas para discutir temas e questões com colegas de uma mesma universidade ou com representantes de várias partes do país. Uma rede de contatos e pesquisas foi montada.

As pesquisas giraram, inicialmente, em torno do tema da *condição feminina* e tiveram por característica o levantamento de dados sobre a situação da mulher no Brasil. Em seguida, passaram a contemplar um leque bastante grande de problemáticas atreladas ao tema dos *estudos sobre a mulher*. A forte conotação negativa do termo feminismo levou muitas pesquisado-

ras a evitá-lo. Além disso, a categoria *mulher* se mostrava capaz de agregar um número maior de pesquisadoras e possuía melhor aceitação dentro e fora da universidade (pelas demais militantes do movimento de mulheres).

Três grupos merecem destaque pela sua organização e produção teórica nos primeiros anos de estruturação dos estudos sobre a mulher no Brasil: as pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas (ligadas ao Curso de Dotação para Pesquisa), as antropólogas do Museu Nacional do Rio de Janeiro e as sociólogas organizadas dentro da ANPOCS. A pergunta sobre os fundamentos da desigualdade entre homens e mulheres norteou grande parte do trabalho destas pesquisadoras. Para respondê-la, inúmeras teorias foram revisitadas e reelaboradas: teorias marxistas, psicanalíticas, estruturalistas, etc. Muitos temas entraram em pauta: ganharam especial destaque os temas do *trabalho*, do *patriarcado* e dos *estereótipos sexuais*, ancorados em disciplinas como a Antropologia, a Psicologia Social e a Sociologia.

A rede de contatos formada pelas feministas, além de mantê-las conectadas, propiciava uma grande circulação de textos. Muitas feministas também mantinham contato com outros centros de pesquisa nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina. Dessa forma, o campo dos estudos feministas no Brasil se formou interligado ao feminismo internacional, recebendo, simultaneamente, uma grande quantidade de informações e posicionamentos teóricos.

Em praticamente todas as universidades (nacionais e internacionais) as feministas se depararam com elaborações teóricas ancoradas em uma lógica binária do mundo que aproximava as mulheres com a natureza, a matéria, a reprodução, a passividade e o irracional (em oposição à cultura, ao trabalho produtivo, à ação transformadora e à razão). Para estas teorias, a causa da opressão das mulheres estava nelas mesmas, inscrita na sua “natureza”: o corpo, o aparelho reprodutor feminino, definia o destino da mulher, moldando sua mente e, conseqüentemente, seu lugar em todas as esferas da sociedade (na família, na política, no mundo do trabalho, na religião, no campo intelectual, etc.)

Este *determinismo bio-sexual* das explicações correntes sobre a situação de inferioridade das mulheres foi rejeitado pelas feministas. Teorias marxistas, psicanalítica e antropológicas apontavam para a historicidade e a grande variedade de comportamentos sociais, políticos e econômicos. Ainda que na maioria dos casos a opressão e a subordinação da mulher era verificada, esta era compreendida como resultado de um complexo emaranhado de relações legitimadoras do poder dos homens sobre as mulheres. Em meio a estas reflexões, as feministas se depararam com *o conceito de gênero*.

Cunhado entre a classe médico-psicanalítica estadunidense para distinguir aspectos sócio-culturais daqueles considerados inatos e atrelados ao sexo dos indivíduos, o conceito de gênero foi reformulado e resignificado pelas pesquisadoras feministas para enfatizar o caráter político e histórico das definições normativas de feminilidade e masculinidade. Para a antropóloga Gayle Rubin (1993), a subordinação da mulher deveria ser pensada dentro de *sistemas culturais* de atribuição de características e valores. Estes sistemas tomavam por base o sexo dos indivíduos e os enquadravam dentro de uma lógica de ordenação binária e hierárquica do mundo. O conjunto de características consideradas adequadas para cada sexo implicava o gênero de cada um.

O gênero indicaria, pois, uma complexa rede de relações sociais. Para compreendê-la seria necessário entender as realidades empíricas dos indivíduos e os contextos específicos nos quais o sistema sexo/gênero operacionaliza relações de poder. Às pesquisadoras caberia denunciar e analisar as diferentes formas pelas quais as hierarquias de gênero são construídas, legitimadas, contestadas e mantidas entre os grupos mais diversos e em diferentes tempos históricos. Com isso, pretendia-se uma mudança de paradigmas para conciliar teorias concebidas em termos universais aos contextos específicos de cada grupo humano ou sociedade.

O conceito de gênero chegou ao Brasil no início da década de 1980. As antropólogas do Museu Nacional se referem ao sistema sexo/gênero, pensado por Rubin, em uma publicação de 1981. No entanto, é na segunda metade da década que o conceito passou a circular entre os demais grupos de pesquisadoras brasileiras, advindo do contexto francês e apoiado nos estudos de uma historiadora: Joan Wallach Scott. A época marcava a consolidação da pesquisa sobre as mulheres no campo da História tanto nos EUA como na França.

No ano de 1987, o Núcleo de Pesquisas Sobre a Mulher da USP, iniciou uma forte discussão sobre a utilidade do conceito, amparada no ensaio de Scott. O texto também circulava entre as pesquisadoras reunidas naquele ano na ANPOCS. Em pouco tempo, os mais diversos grupos discutiam o conceito de gênero e procuravam aplicá-lo. As publicações em torno do tema indicam um número ainda maior de disciplinas envolvidas no campo de estudos sobre a mulher: Ciência Política, Literatura, História, Pedagogia, Psicologia, etc.

O conceito parecia condensar uma série de questões há muito discutidas e pensadas entre as feministas. Além disso, representava uma alternativa às dificuldades vivenciadas na academia: uma suposta crise de paradigmas, rejeição ao termo feminismo, acusação de falta de objetividade e neutralidade das pesquisas, críticas ao “gueto” e à qualidade das pesquisas multidisciplinares, necessidade de financiamento científico, incentivo e pressão dos órgãos fi-

nanciadores, etc. Cada um destes elementos influenciou, em maior ou menor medida, a adoção do conceito de gênero.

No início da década de 1990, parte dos estudos sobre a mulher se fundiu com os *estudos de gênero* no Brasil e a grande maioria dos núcleos e grupos de pesquisa das universidades passaram a se auto-denominar grupos dedicados ao estudo das relações de gênero. No mesmo período, porém, as redes de pesquisa nacionais (que congregavam os núcleos) se identificavam abertamente com o feminismo e a *Revista Estudos Feministas* foi criada para impulsionar a publicação das pesquisas feministas/sobre a mulher e de gênero no país.

Desde o início do processo de introdução do conceito de gênero nas universidades brasileiras é possível perceber uma certa preocupação, entre algumas pesquisadoras, com a ligação do conceito às práticas políticas feministas (Vicentini, 1989). Nos últimos anos, esta preocupação deu lugar a um conjunto de críticas, divididas em dois grupos: as críticas ao conceito e às formas como ele é usado.

As críticas ao conceito aparecem agrupadas em torno de duas questões. A primeira diz respeito ao binarismo *sexo-gênero* (onde a ênfase recai apenas sobre o gênero e se deixou de questionar as elaborações teóricas tradicionais sobre o corpo, a natureza e o sexo) e a segunda se preocupa com a radicalização da idéia construtivista derivada deste conceito (onde tudo é relativizado, causando uma paralisia política). Além disso, o conceito expressaria a existência de inúmeras categorias da diferença (etnia, geração, classe, opção sexual, etc.), mas sem conseguir abarcá-las, o que implicaria a necessidade de sua resignificação para contemplar as demais intersecções.

As principais críticas ao uso do conceito podem ser resumidas na dificuldade em explicá-lo (a semântica do termo em português: um termo masculino com outros significados dentro da língua), na redução do seu aspecto relacional ao binarismo homem-mulher (ou masculino-feminino), na sua equiparação à categoria mulher (onde ocorre uma mera substituição de termos, implicando na descaracterização do conceito e em uma nova forma de invisibilidade da mulher: nomeada apenas de forma implícita), na apropriação do termo pelas instituições governamentais sem a carga crítica dos estudos feministas (à opressão e à subordinação da mulher), na ausência de uma postura crítica aos fundamentos sexistas da ciência (optando pela adaptação ao espaço acadêmico), e na ausência de um compromisso político mais claro em prol da superação das desigualdades no campo social.

As críticas aos usos e limites do conceito de gênero no Brasil têm levado algumas pesquisadoras a debater a questão e a publicar artigos referentes ao assunto. As publicações, além de retratarem a problemática, sugerem propostas para alguns dos problemas verificados: o retorno à categoria mulher (resignificada, não-essencialista, entendida como categoria política, uma identidade positiva e capaz de aglutinar os mais diversos grupos no campo político, respeitando-lhes as diferenças), a utilização do conceito de gênero acompanhado dos conceitos de classe e patriarcado (para lidar com as demais formas de desigualdade social, exemplificadas na simbiose “patriarcado-racismo-capitalismo”) e a reformulação do conceito para adaptá-lo aos eixos das políticas de redistribuição (focadas na classe e na problemática do trabalho) e das políticas de reconhecimento (focadas no *status* e nos valores sociais/culturais).

Para a maioria das entrevistadas, o conceito de gênero é entendido como uma conquista do/para o feminismo, resultado de muitas décadas de reflexão e amadurecimento teórico. Com exceção de Cláudia de Lima Costa (que trabalha com a idéia de insuficiência do conceito) as críticas se dão quanto à sua instrumentalização. Há um consenso de que é preciso dialogar e refletir sobre as tensões surgidas no campo dos *estudos feministas* e dos *estudos de gênero*. Parte das dificuldades teriam a ver com o alto grau de complexidade do conceito (segundo Corrêa, Schmidt e Maluf) e parte com a “acomodação de forças” dentro de um campo maior: o campo das pesquisas sobre mulher/feminismo e gênero.

A preocupação com a militância também aparece nas entrevistas. Não se acredita em neutralidade política na academia. O posicionamento do gênero dentro do campo do feminismo teria a função de atrelar o novo conceito às causas políticas feministas que, por sua vez, implicam em ação e reflexão, teoria e prática: uma negatividade crítica (no campo teórico) e uma afirmatividade política (no campo da ação/prática, Cf. Maluf, Costa e Schmidt).

Avaliando o material apresentado nesta dissertação, concluímos que os estudos feministas efetuaram uma grande caminhada nas últimas três décadas. Um volume muito grande de pesquisas foi realizado e um certo respeito foi conquistado entre a comunidade acadêmica. O processo de implantação do campo de pesquisas atualmente identificado como feminista/sobre a mulher/de gênero parece ainda não ter terminado. Neste campo, os debates internos são uma prática salutar e constante, auxiliam no amadurecimento das questões e procuram manter a academia ligada à prática nos movimentos.

O diálogo e o esforço para superar práticas políticas hierárquicas têm complexificado tanto a teoria quanto a prática política feminista. O conceito de gênero reflete essas dificuldades: pretende abarcar uma *totalidade complexa*, respeitando-lhe a *diversidade*. Não há como

fazê-lo sem enfrentar tensões e conflitos. Além disso, os estudos feministas/sobre a mulher/de gênero têm se estruturado de forma multidisciplinar, acarretando novos ganhos e problemas.

7.1 Questionamentos abertos para pesquisas futuras

A história do movimento feminista brasileiro abre várias possibilidades para pesquisa social. Mereceriam destaque as experiências institucionais do feminismo (citadas no segundo capítulo); as políticas de coalizão implantadas; as articulações das diferenças em torno de objetivos em comum; o papel de mediação das ONGs entre os diversos setores do movimento feminista; etc. Além disso, muitas perguntas ficaram em aberto: qual a relação entre as ONGs e a chamada “falência do Estado”? De que forma o preconceito em relação ao feminismo continua se manifestando nas universidades? Em que sentido a reforma de ensino de 1968 afetou as temáticas feministas? Por que o gênero é mais bem aceito entre a comunidade acadêmica? Há temas centrais para a pesquisa de gênero? Há para o feminismo? Os temas coincidem? Qual o papel das instituições de pesquisa na disseminação do gênero? Quais os usos do conceito de gênero pelas instituições governamentais? O aparecimento das redes de pesquisa feminista (REDESAÚDE, REDOR, REDEFEM) no início da década de 1990 indica um fortalecimento do feminismo? Há uma forma de militância específica para o espaço acadêmico? Como se dá esta militância? Como está a relação do feminismo com o movimento de mulheres no Brasil atualmente? Como o gênero tem sido interpretado pelos grupos populares? Como o feminismo define suas práticas e lutas políticas na contemporaneidade? Como se dá a ligação *status-economia* (sugerida por Fraser) no Brasil? Como o feminismo define o poder? As discussões de feministas camponesas, negras, lésbicas (dentre outras) têm sido incorporadas ao corpo teórico do feminismo no Brasil? De que forma²¹⁷?

O debate em torno dos estudos de gênero também expressa problemas compartilhados com outros campos de pesquisa contemporâneos e com os próprios movimentos sociais. Talvez o principal problema seja a relação entre teoria e prática, entre universidade e movimentos. Como se dá o repasse do conhecimento para os grupos envolvidos com a militância? No caso do movimento feminista, instituições como as ONGs têm funcionado como intermediárias. Parte da produção teórica das feministas têm passado para o corpo técnico das ONGS mediante cursos de formação, publicação de artigos, etc. No entanto, nesse tipo de relação, as de-

²¹⁷Cabe aqui o reconhecimento de que pouca atenção foi dada nesta pesquisa aos temas ligados a causa destas mulheres/feministas. Isto revela, em parte, a ausência de informações nas fontes utilizadas e, em parte, a minha dificuldade em incorporá-los. Uma ausência a ser evitada no futuro.

mandas das militantes também têm sido observadas? A academia tem “ouvido” estas demandas ou a produção teórica tem seguido caminhos próprios, dissociados da realidade social? De que forma as medidas políticas do país têm afetado a relação das universidades com os movimentos populares? Houve realmente uma crise de paradigmas nas Ciências Sociais brasileiras? A que, exatamente, se referem as crises? Quais são? Quais suas origens? Em que medida afetaram a prática política? A “virada cultural” tem contribuído para estas crises? Há uma crise do sujeito político? Há uma crise do sujeito para o feminismo? Como o feminismo trabalha estas questões? E os estudos de gênero?

Como afirmam Toscano e Goldenberg (1992, p. 13), na academia, há uma tendência a diminuir a importância do movimento feminista nas mudanças de comportamento e mentalidade das sociedades contemporâneas, atribuindo tais mudanças ao processo de industrialização e modernização (dentre outros). Além disso, há uma resistência em aceitar as teorias feministas e incorporá-las ao corpo teórico das disciplinas. No entanto, como observa Jussara Prá (1997, p. 40), grande parte do material teórico produzido pelo feminismo é fruto de ação política, construída a partir da prática, e poucas teorias têm esta característica. Incorporá-lo ao corpo teórico das mais variadas disciplinas e à Ciência Política, é um desafio necessário.

8 As entrevistadas

1. Cláudia de Lima Costa: Graduada em Filosofia e Teorias da Comunicação, mestrado em Teorias da Comunicação (todas pela *Michigan State University*), e doutorado em *Cultural Studies (University of Illinois)*. Atua como professora no Departamento de Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina e como professora visitante na *University of Massachusetts at Amherst, U.M.A.*, Estados Unidos, no departamento de *Feminist Studies e Women's Studies*). É membro do *Research Cluster "Feminist Transnational Translations"* do *Chicano and Latino Research Center, University of California at Santa Cruz*. É uma das editoras da *Revista Estudos Feministas* e coordenadora do Seminário Internacional Fazendo Gênero e do Projeto Portal Feminista (banco de dados com os artigos publicados nos periódicos acadêmicos feministas brasileiros). Co-organiza o livro *Translocalities/ Translocalidades: Feminist Politics of Translation in the Latin-america*.

Entrevista realizada no Departamento de Letras e Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 16 de novembro de 2005. Referência no texto: CLC, 16/11/2005.

2. Luzinete Simões Minella: Graduada em Ciências Sociais (UFBA), com mestrado (UFBA) na mesma área e doutorado em Sociologia pela *Universidad Nacional Autonoma de Mexico* e pós-doutorado pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é Profa. Adjunta na Universidade Federal de Santa Catarina. Atua no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política e no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Trabalha com teorias feministas, gênero e infância, saúde mental, direitos reprodutivos/sexualidade, alienação, dentre outros. É, há vários anos, uma das editoras da *Revista Estudos Feministas* e organizadora do Seminário Internacional Fazendo Gênero.

Entrevista realizada no Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 18 de agosto de 2005. Referência no texto: LSM, 18/8/2005.

3. Maria Ignez Paulilo: Cientista Social (UEJMF) com mestrado em Sociologia (USP), doutorado em Antropologia Social (UFRJ) e pós-doutorado pela *The London School Of Economics And Political Science*. Atua como professora de Sociologia na Universidade Federal

de Santa Catarina e trabalha com os temas da agricultura familiar, movimentos sociais rurais, gênero e campesinato. Foi uma das primeiras contempladas no Concurso de Dotação para Pesquisas da Fundação Carlos Chagas (1975) e sócia-fundadora do jornal feminista *Mulherio* (1981).

Entrevista realizada em dois momentos: no Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Santa Catarina (07/05/2006) e em sua residência (29/9/2006). Florianópolis, 2006. Referência no texto: MIP, 29/9/2006.

4. Simone Pereira Schmidt: Graduada em Letras (UFRGS), com mestrado em Literatura Brasileira (URFRGS), doutorado em Teoria Literária (PUC/RS) e pós-doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Nova de Lisboa. Atua como professora adjunta na Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Língua e Literatura. Trabalha com os temas do gênero, estudos pós-coloniais, teorias feministas e narrativa contemporânea. Foi militante feminista e partidária. É uma das editoras da *Revista Estudos Feministas* e coordenadora do Seminário Internacional Fazendo Gênero.

Entrevista realizada no Departamento de Letras e Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 5 de junho de 2006. Referência no texto: SPS, 5/6/2006.

5. Sônia Corrêa: Militante feminista co-fundadora da ONG SOS-Corpo de Recife, coordenadora da Iniciativa de Gênero do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), co-dirigente da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA). Participou das análises de acompanhamento da Conferência Internacional de 1994 sobre População e Desenvolvimento para a Fundação Ford e para o Fundo de População das Nações Unidas no Brasil. Além disso, é membro da Comissão Nacional Brasileira sobre População e Desenvolvimento, órgão público formalmente responsável pela implementação do Programa de Ação da conferência. É autora do livro “População e Direitos Reprodutivos: Perspectivas Feministas do Sul”.

Entrevista realizada via internet, 2 de setembro de 2006. Referência no texto: SPS, 2/9/2006.

6. Sônia Weidner Maluf: Graduada em Comunicação Social e Jornalismo (UFRG), com mestrado em Antropologia Social (UFSC) e *Diplôme D'études Approfondies* em Antropologia (*École des Hautes Études en Sciences Sociales*) e doutorado em *Anthropologie Sociale Et Ethnologie* (*École des Hautes Études en Sciences Sociales*). Atua como professora da Universidade Federal de Santa Catarina no departamento de Antropologia. Trabalha com as te-

máticas de gênero, antropologia Urbana, modos contemporâneos de subjetivação, corpo e saúde, narrativa, religiosidades brasileiras. Foi militante partidária. É uma das editoras da *Revista Estudos Feministas* e co-organizadora do Seminário Internacional Fazendo Gênero.

Entrevista realizada no Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 29 de setembro de 2006. Referência no texto: SWM, 29/9/2006.

9 Roteiro das entrevistas

1. O que é feminismo?
2. Há especificidades no feminismo brasileiro?
3. Houve uma mudança epistemológica nos estudos feministas nas últimas décadas?
4. O que é gênero?
5. Há alguma relação entre feminismo e gênero?
6. Quais os pontos de intersecção e quais as divergências?
7. Quais os temas privilegiados do feminismo? Quais os do gênero?
8. Como está a relação dos estudos de gênero com a militância?
9. O “campo” ainda é o feminismo ou estamos diante de um novo campo de atuação e pesquisa, o do gênero?

10 Fontes e informações sobre as ilustrações da capa

(Topo da página, da esquerda para a direita)



Logotipo do 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe realizado em Serra Negra (SP), 9-12 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://www.10feminista.org.br>>

Manifestação supra-partidária do Movimento de Mulheres em apoio ao candidato do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, à Presidência da República. Rio de Janeiro, 1989. Imagem disponível em: <http://www.mulheresemovimentos.com.br/p_manifestacoes.html>



Comemoração do Dia Internacional da Mulher na cidade de São Paulo, década de 1970. Imagem disponível em: <<http://www.redesaude.org.br>>

Fórum Social Mundial (Porto Alegre – 2003). “Tua Boca Fundamental Contra os Fundamentalismos”, campanha em oposição à práticas, discursos e representações sociais discriminatórias. Imagem disponível em: <http://www.mujeresdelsur.org.uy/index_e.htm>



Logotipo da *Labrys – Estudos Feministas* (UnB). Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/index.html> O machado duplo, um dos símbolos religiosos da antiga Creta (associado ao labirinto [“casa de labrys”] e à Deusa Mãe [Terra]) ou à raiz do latino *labus* (lábios, genitais femininos) é um dos símbolos contemporâneos do feminismo e do lesbianismo.

Elizabeth Souza-Lobo. Socióloga e feminista brasileira. Seminário de Formação sobre a Questão da Mulher Trabalhadora, Baixada Santista, 1989. Foto reproduzida da revista: *Teoria & Debate*, 14 maio 1991, p. 32. Fonte: AEL, Fundo Elizabeth Souza Lobo.



Simone de Beauvoir. Escritora e filósofa francesa. Uma das pensadoras mais importantes para o feminismo do século XX. Citada nas páginas 45, 125, 126. Imagem disponível em: <http://aguarelas.blogs.sapo.pt/arquivo/2005_12.html>

Logotipo da Marcha Mundial de Mulheres. Disponível em: <http://www.feminismo.info/marcha/boletins_galegos/boletim_03_cartamundial.htm>



Logotipo do XIII Encontro Nacional Feminista (João Pessoa, 26-30 de abril de 2000): “O Feminismo nos 500 anos de Dominação: Resistências, Conquistas e Perspectivas”. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/museu/classe/classe188/188mo.htm>>

Manifestação da Marcha Mundial de Mulheres como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher. São Paulo, 2006. Imagem disponível em: <<http://www.sof.org.br/>>



Rose Marie Muraro. Escritora e militante feminista. Uma das fundadoras do Centro da Mulher Brasileira e integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985). Recebeu, em 2005, o título de “patrona do feminismo nacional” (Lei 11.261, de 30 de dezembro de 2005). Imagem disponível em: <<http://www.record.com.br/entrevista.asp?entrevista=76>>

Heleieth Iara Bongiovani Saffioti. Socióloga, pioneira dos estudos feministas no Brasil. Integrante da lista de brasileiras indicadas para o Nobel da Paz de 2005. Imagem disponível em: <<http://www.1000peacewomen.org/typo/index.php?id=14&L=1&WomenID=1739>>



Jacqueline Pitanguy. Socióloga e cientista política. Presidente do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM - 1986 a 1989). Co-fundadora do Centro da Mulher Brasileira e da ONG Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação” (CEPIA). Integrante da lista de brasileiras indicadas para o Nobel da Paz 2005. Imagem disponível em: <<http://www.wmd.org/about/steering.html>>

Eva Alterman Blay. Socióloga, fundadora e coordenadora do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero – NEMGE, da USP. Presidiu o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. Atuou como deputada estadual e senadora. Uma das brasileiras indicadas ao nobel da paz de 2005. Imagem disponível em: <<http://www.senado.gov.br/comunica/180anos/senadoras.asp>>



Betty Friedan, feminista estadunidense. Foto tirada em 1971 e publicada no dia 7/2/2006 (por ocasião do seu falecimento). Disponível em: <<http://mensual.prensa.com/mensual/contenido/2006/02/07/hoy/vivir/492246.html>>



Logotipo do *Centro Feminista de Estudos e Assessoria* – Cfêmea, ONG dedicada, desde 1989, à lutar pela regulamentação dos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988. Pesquisa e edita publicações sobre gênero e cidadania das mulheres. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br>>

Logotipo criado em Solidariedade às Mulheres da Via Campesina (composta por Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento das Mulheres Camponesas, Movimento dos Pequenos Agricultores e Movimento dos Atingidos por Barragens). Imagem disponível em: <<http://www.mmcbrasil.com.br/>>



Heloneida Studart. Escritora e deputada estadual (RJ, 1978 e 1982). Uma das fundadoras do Centro da Mulher Brasileira e uma das brasileiras indicadas ao prêmio Nobel da Paz em 2005. Imagem retirada da revista *Sitartmag, Litterature & Culture*, março de 2007. Disponível em: <<http://www.sitartmag.com/studart.htm>>

Logotipo da ONG *Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero*, dedicada à formação de Promotoras Legais Populares para atuarem em favor dos direitos das mulheres e à pesquisa e publicação de material ligado ao campo do Direito. Disponível em: <<http://www.themis.org.br>>



Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero



Logotipo do V Encontro Fazendo Gênero (Florianópolis, 8-11 de outubro de 2002), com o tema Feminismo como Política. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/fazendogenero>>

Logotipo da *Rede Economia e Feminismo* que congrega ativistas de movimentos sociais, técnicas de organizações não governamentais e governamentais e pesquisadoras. Disponível em: <<http://www.sof.org.br>>



Ilustração da *Revista Estudos Feministas* (REF), principal periódico de estudos sobre a mulher, feminista e de gênero do país. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc/~ref/>>

Logotipo da *Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos* (REDESAÚDE), fundada em 1991. Possui cerca de 257 filiadas (grupos de mulheres, organizações não governamentais, núcleos de pesquisa, organizações sindicais/profissionais, conselhos de direitos da mulher, profissionais de saúde, ativistas, etc.). Desenvolve trabalhos políticos e pesquisas em saúde da mulher, direitos sexuais e direitos reprodutivos. Disponível



em: <<http://www.redesaude.org.br>>



SOS CORPO

Instituto Feminista para a Democracia

Logotipo do *SOS – Corpo. Instituto Feminista para a Democracia.*

Organização que tem no feminismo a base de sua construção e de sua ação institucional. Sediada no estado de Pernambuco, integra movimentos nacionais e internacionais pela eliminação de todas as formas de injustiça, discriminação e exclusão social. Disponível em: <<http://www.soscorpo.org.br/>>

Logotipo da *Articulação de Mulheres do Brasil (AMB)*, organização política não partidária que articula e potencializa a luta feminista e a ação política das mulheres no plano nacional e internacional. Disponível em: <<http://www.articulaodemuheres.org.br>>



11 Referências

ABATH, Rachel Joffily e IRELAND, Timothy D. Os grupos de mulheres no estado da Paraíba na conjuntura de novos espaços: um estudo de caso. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 45-63, 1998. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/426/347>> Acesso: 18 outubro 2006.

ADELMAN, Miriam. *A voz e a escuta: Encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea*. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

AGUIAR, Neuma. (coord.) *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984.

_____. *Programas de Estudo e Cursos sobre Mulheres: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro, s.ed., 1981.

ALVAREZ, Sonia. *Advocating Feminism: The Latin American Feminist NGO "Boom"*. University of California at Santa Cruz. March 2, 1998. Disponível em: <<http://www.mtholyoke.edu/acad/latam/schomburgmoreno/alvarez.html>> Acesso: 7 agosto 2006.

_____. La (trans)formación del (los) feminismo(s) y la política de género en la democratización del Brasil. In. LEON, Magdalena (org). *Mujeres y participación política. Avances y desafíos en América Latina*. Bogotá: Tercer Mundo, 1994.

_____. Feminismos Latino-americanos. Em que Estado está o feminismo latino-americano: uma leitura crítica das políticas públicas com 'perspectiva de gênero'. *Cadernos Sempre-viva*. Gênero nas políticas públicas: impasses e perspectivas para a ação feminista. Nalu Faria, Maria Lúcia Silveira e Míriam Nobre (Orgs). São Paulo: SOF, 2000, p. 09-25.

_____. Feminismos Latino-americanos. *Revistas Estudos Feministas*. Rio de Janeiro. IFSC/UFRJ-PPCIS/UERJ, n. 2, p. 265-284, 1998.

ALVAREZ, Sonia. FRIEDMAN, Elisabeth Jay, BECKMAN, Ericka et al. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, Florianópolis, jul./dez. 2003.

ALVES, Branca Moreira. *Feminismo e Ideologia – A luta pelo voto feminino no Brasil*, Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985 e 1991 (8a ed.) (Primeiros Passos; 20).

ARIAS, Maria. *A liberação da mulher*. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil S.A, 1979. (Coleção Grandes Temas).

ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 117, p. 127-147, 2002.

ÁVILA, Maria Betânia. Modernidade e cidadania reprodutiva. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 382-393, 2ª sem. 1993.

ÁVILA, Betânia. Feminismo e sujeito político. In: SILVA, Carmen; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (orgs.). *Mulher e Trabalho*. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora/CUT, 2005.

BARDWICK, Judith M. *Mulher, Sociedade, Transição: como o feminismo, a liberação sexual e a procura da auto-realização alteraram as nossas vidas*. São Paulo: DIEFEL, 1981.

BARRET, Michèlle. As palavras e as coisas: materialismo e método na análise feminista contemporânea. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 1999, v. 7, n. 1 e 2, p. 109-125, 1999.

BARRIGA, Maruja. Los malestares del feminismo latinoamericano: una nueva lectura. *La iniciativa de comunicacion*. Outubro, 2003. Disponível em: <<http://www.comminit.com/la/cambiosocial/lasc/lasld-683.html>> Acesso: 13 novembro 2006.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Em busca do tempo perdido: Mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, número especial, p. 38-54, 2º sem., 1994.

_____. Legalização e Descriminalização do Aborto no Brasil - 10 Anos de Luta Feminista. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, p. 104-130, 2º sem. 1992.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BELOTTI, Elena Gianini. *Educar para a submissão: o descondicionalismo da mulher*. Petrópolis: Vozes, 1979 (1ª ed. 1975).

BENEDITO, Deise. *As mulheres negras no 14 de maio de 1888*, In: FÓRUM DE ENTIDADES NACIONAIS DE DIREITOS DE DIREITOS HUMANOS, maio de 2006. Disponível em: <http://www.direitos.org.br/index.php?Option=com_content&task=view&id=1328&Itemid=2> Acesso: 12 de agosto 2006.

BLAY, Eva Altermann. A mulher como tema nas disciplinas da USP. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 76, p. 50-56, fev. 1991.

_____. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo, Ática, 1978. (Ensaio, 35).

_____. Um caminho ainda em construção, a igualdade de oportunidades para as mulheres. *Revista USP*, São Paulo, n. 49, p. 82-97, mar./mai. 2001.

BLAY, Eva Alterman e COSTA, Albertina de Oliveira. *Gênero e Universidade*. São Paulo: NEMGE-USP, 1992.

BORDO, Suzan. A feminista como o Outro. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n.1, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 7ª ed., 2004.

_____. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, Marta J. M.; MEYER, Dagmar E.; WALDOW, Vera Regina (orgs). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. O Campo Científico. In: ORTIZ, R. (org.). *Bourdieu*. São Paulo: Ática, p. 122-155, 1983.

BRUMER, Anita e PAULILO, Maria Ignez. As agricultoras do sul do Brasil. *Revista Estudos Feministas*. v.12, nº.1, Florianópolis, Jan./Apr. 2004. (Dossiê As agricultoras no sul do Brasil).

BRUSCHINI, Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). *Vivência. História, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (org.). *Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002.

BRUSCHINI, Cristina. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? In: II CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO, Águas de Lindóia, 1-5 dezembro, 1996. (GT 09 Gênero e Trabalho: questões teóricas). Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/mulher/resumos/ALA-ST96.RTF>> Acesso: 12 novembro 2006.

_____. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, p. 289-309, 1992.

BRYSON, Valerie. *Feminist Political Theory: an introduction*. 2. ed., Hampshire/New York: Palgrave Macmilan, 2003.

BUARQUE, Cristina e VAINSENER, Semira Adler. ONGS no Brasil e a Questão de Gênero. Fundação Joaquim Nabuco. *Trabalhos para Discussão*. n. 123, novembro de 2001. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/123.html>> Acesso: 18 outubro 2006.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *A representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo, Loyola, 1981.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado. Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. *CADERNOS Pagu*, Campinas, n. 11, 1998.

_____. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CADERNOS de Pesquisa. São Paulo, n. 64, fev. 1988 (Seção: Notas).

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARDOSO, Elizabeth da P. *Imprensa feminista brasileira pós-74*. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CARLOTO, Cássia Maria. “As mulheres nos programas de transferência de renda”. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 7. Florianópolis, 2007. (ST 15: Políticas públicas y movimientos de mujeres en el cono sur desde la perspectiva de género).

CARRASCO, Cristina. Introdução: Para uma economia feminista. *SOS - Sempre Viva Organização Feminista*, 2005. Disponível em: <http://www.sof.org.br/ref_texto.htm> Acesso: 12 novembro 2006.

CARREIRA, Denise. Viver é Afinar um Instrumento: considerações sobre a dimensão política dos processos de formação feminista no Brasil. In: RIZOMA. II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: Identidade, Diferença, Mediações. Florianópolis, 2003.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. *Crítica Marxista*, n. 11, São Paulo, p. 98-108, 2000. (Dossiê Marxismo e Feminismo).

CASTRO, Mayra Corrêa. Feminismo *Prêt-à-porter*: Significação da aparência na imprensa feminina e feminista. *Cadernos AEL*, n. 3/4, p. 111-152, 1995/1996.

CIVITA, Laura Taves (org.). *O melhor de Carmen da Silva*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

CHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

CHODOROW, Nancy. Estrutura familiar e personalidade feminina. In: ROSALDO, M. Z. & LAMPHERE, L. *A mulher a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 65-90, 1979.

COELHO, Mariana. *A evolução do feminismo: subsídios para a sua história*, 2a ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. (Coleção: Brasil Diferente).

COELHO, Nelly Novaes. A Emancipação da Mulher e a Imprensa Feminina (séc. XIX – séc. XX). *K-Plus Literatura*, Campinas: Editora Komedi, 2001, Disponível em: <<http://kplus.cosmo.com.br/materia.asp?co=119&rv=Literatura>> Acesso: 26 setembro 2006.

COLLING, Ana Maria. A construção do sujeito político mulher “subversiva”. *Contexto e Educação*, Ijuí, v. 9, n. 35, p. 16-23, jul/set. 1994.

_____. *A resistência da mulher à ditadura militar*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

COSTA, Albertina de Oliveira. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 66, p. 66-69, ago. 1988.

_____. O acesso das mulheres a cidadania: questões em aberto. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 77, p. 47-52, maio 1991.

_____. O campo de estudos da mulher no Brasil: período de formação. In: BRANDÃO, Margarida Luiza Ribeiro e BINGEMER, Maria Clara L. *Mulher e Relações de Gênero*. São Paulo: Edições Loyola, 1994 (b).

_____. Os Estudos da Mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, número especial, p. 401-407, 2º sem., 1994.

_____. Protagonistas ou coadjuvantes: Carlota e os Estudos Feministas. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 96, p. 66-70, fev. 1996.

_____. Revista Estudos Feministas: primeira fase, locação Rio de Janeiro. *Revista Estudos Feministas*: Florianópolis, v. 12, número especial, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso: 11 agosto de 2006.

COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. Uma contribuição ímpar: os cadernos de pesquisa e a consolidação dos estudos de gênero. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 80, p. 91-99, fev. 1992 (b).

_____. *Uma questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

COSTA, Albertina de Oliveira et al. (coord.). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COSTA, Albertina de Oliveira, MARTINS, Ângela e FRANCO, Maria Laura Puglise. *Uma história para contar: a pesquisa da Fundação Carlos Chagas*. São Paulo: Annablume, 2004.

COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmen e SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? *Cadernos de Pesquisa*. n. 54, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, p. 5-15, agosto 1985.

COSTA, Ana Alice Alcantara Costa. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Labrys, Estudos Feministas*, jan./jul., 2005. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys7/liberdade/anaalice.htm>> Acesso: 20 setembro 2006.

COSTA, Ana Alice de Alcântara e SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In. BRANDÃO, Maria Luiza e BINGEMER, Maria Clara (org). *Mulher e Relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994.

_____. Teoria e Práxis Feministas na Academia: Os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, ano 2, número especial, 2º sem., 1994.

COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu*, n. 19, p. 59-90, 2002.

_____. O Tráfico do gênero. *Cadernos Pagu*, v. 11, p. 127-140, 1998.

COSTA, Cláudia de Lima e DINIZ, Alai Garcia. Entrevista com Mary Louise Pratt: por uma perspectiva crítica feminista. *Revista Estudos Feministas*, v. 7, n. 1 e 2, p. 127 – 140, 1999.

COSTA, Claudia de Lima e MALUF, Sônia Weidner. Feminismo Fora do Centro: Entrevista com Ella Shohat. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 147-163, 2001.

COTT, Nancy F. A Mulher Moderna: o estilo americano dos anos vinte. In: *História das Mulheres no Ocidente*, vol. V: O Século XX, Porto/São Paulo: Edições Afrontamento/ EBRASIL, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. A cidadania brasileira do marxista italiano Antonio Gramsci. *Teoria e Debate*, Fundação Perseu Abramo. n. 9, jan./mar. 1990. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=592>> Acesso: 2 agosto 2006.

CRUZ, Tânia Mara. O olhar do espelho: práticas feministas em São Bernardo do campo. In: RIZOMA. II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS: Identidade, Diferença, Mediações. Florianópolis, 2003.

_____. A Opressão da Mulher: da natureza à cultura. In: SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SANTOS E REGIÃO. S/d. (Seção: Mulheres: Dicas: Artigos). Disponível em: <<http://www.santosbancarios.com.br>> Acesso: 22 fevereiro 2007.

DAUDER, Sílvia. G. Fertilizaciones cruzadas entre la psicología social y los estudios feministas de la ciência. *Atenea Digital*, n. 4, p. 1-37, 2003. Disponível em: <<http://www.bib.uab.es/pub/athenea/dauder>> Acesso: 15 dezembro 2005.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DE MIGUEL, Ana. “Feminismo de la diferencia y últimas tendencias”. In: MUJERES EN RED. s/d., disponível em: <<http://www.nodo50.org/mujeresred/historia-feminismo4.html>> Acesso: 22 fevereiro 2007.

DeereE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso: 17 outubro 2006.

DeereE, Carmen Diana e LEON, Magdalena. *O empoderamento da Mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DELPHY, Christine. Feminismo e Recomposição da Esquerda. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC-UFRJ, v. 2, n. 3, p. 189, 1994.

DEVREUX, Anne-Marie. A Teoria das Relações Sociais de Sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 20, n. 3 p. 541-560, set./dez. 2005.

DI GIOVANNI, Júlia Ruiz. “Jovens, feministas, em movimento”, In: *Folha Feminista*, Boletim da Sempreviva Organização Feminista, n. 40, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.sof.org.br>> Acesso: 8 janeiro 2007.

DINIZ, Débora e FOLTRAN, Paula. Gênero e Feminismo no Brasil. Uma análise da Revista Estudos Feministas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, número especial, p. 245-264, set./dez. 2004.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Carmen da Silva - entre história e memória, uma feminista na imprensa brasileira*. Dissertação (Mestrado em História), Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

DUARTE, Constância de Lima. Feminismo e Literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 81-90, 2003.

DUBY, George e PERROT, Michèle. *História das mulheres no ocidente*. Porto/ São Paulo: Afrontamento/ Ebradil, 1995 (volume 5).

FASSIN, Éric. Resistências de Foucault: Políticas de la théorie au miroir transatlantique. In: ACTES DU COLLEQUE CENTRE POMPIDOU. *L'infréquentable Foucault: renouveaux de la pensée critique*, Paris, 21-22 juin, 2000.

FARIA, Nalu. Gênero e Políticas Públicas: Uma breve abordagem das relações de gênero. *SOF – Sempre Viva Organização Feminista, Feminismo e Lutas das Mulheres. Análises e debates*, São Paulo, 2005.

FERREIRA, Maria Mary; MELO, J. A. A ação política do Movimento Feminista face as Políticas Públicas. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO INTERCULTURAL GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS, Identidade, Diferenças e Mediações, Florianópolis: RIZOMA - Rede de Movimentos Sociais, v. 1, p. 246 - 256, 2003.

FERREIRA, Verônica. Entre Emancipadas e Quimera – Imagens do feminismo no Brasil. *Cadernos AEL*, n. 3/4, p. 153-200, 1995/1996.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994.

FORTES, Isabel. “Estrutura e temporalidade na Psicologia e na Psicanálise”. *Agora. Estudos em Teoria Psicanalítica*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 193-206, jul/dez 2006.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FRAISSE, Geneviève. El concepto filosófico de género. *Parlamento Europeu*. Plataforma Internet. set. 2001. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/transl_es/plataforma/pagina/celter/art2fraise.htm> Acesso: 15 dezembro 2006.

FRANCHETTO, Bruna. et al. *Perspectivas Antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Cristina (orgs.). *Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. In: *Intérpretes do Brasil*. 2. ed., v. 2, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Mulher Brasileira: Bibliografia Anotada*. São Paulo: Brasiliense, 1979 e 1981 (volume 1 e 2).

GARCIA, Leticia Rios. Movimento de Mulheres Marlene Martini Carneiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 7, Florianópolis, 2006. (Seminário Temático Sujeitos do Feminismo: Políticas e Teorias).

GIANNECCHINI, Laura. Feministas avaliam o próprio movimento e sua participação no Fórum Social Mundial. *Setor 3. O terceiro setor em rede*. 2005 (Repórter S3). Disponível em: <<http://www.setor3.com.br/senac2/calandra.nsf/0/4088842A84376C3183256F9B0067E36E?OpenDocument&pub=T&proj=Setor3&sec=REPORTER+S3>> Acesso: 5 janeiro 2007.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.

GODINHO, Tatau. O PT e o feminismo. In: BORBA, Ângela, FARIA, Nalu e GODINHO, Tatau (orgs.). *Mulher e Política: Gênero e feminismo no partido dos trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 15-32, 1998.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1995.

GOLDBERG - SALINAS. Anette. Féminisme contemporain au Brésil: stratégies des femmes en mouvement et intérêts des hommes au pouvoir, *Revue Histoire et Société de l'Amérique Latine*, Paris, n. 4, maio 1996. Disponível em: <<http://www.sigu7.jussieu.fr/hsal/hsal96/ags96.html>> Acesso: 8 setembro 2006.

GOLDBERG, Anette. Feminismo no Brasil Contemporâneo: O percurso Intelectual de um Ideário Político. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 28, p. 42-70, 2º semestre de 1989.

_____. *Feminismo em regime autoritário: A experiência do movimento de mulheres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1982, mimeo. (12º Congresso Internacional da IPSA).

_____. Tudo começou antes de 1975: idéias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo “Bom para o Brasil”. In: NEMGE. *Relações Sociais de Gênero X Relações de Sexo*. São Paulo, Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero, 1989 (b).

GROSSI, Miriam Pillar. Mapeamento de Grupos e Instituições de Mulheres/de Gênero/ Feministas no Brasil, *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis: PPGAS/UFSC, n. 5, 1995.

_____. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. *Revista Estudos Feministas*. v. 12, número especial, Florianópolis, set./dez. 2004.

_____. Feministas históricas e novas feministas no Brasil. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis: UFSC, n. 28, 1998b.

_____. Identidade de gênero e sexualidade. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis: PPGAS/UFSC, n. 24, 1998.

_____. Novas/Velhas violências contra a mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, Número especial, 2º sem. 1994.

GROSSI, Miriam Pillar; HEILBORN, Maria Luiza e RIAL, Carmen. Entrevista com Joan Wallach Scott. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, v. 6, n. 1, p. 114-124, 1998.

GURGEL, Telma. Questões de autonomia para a práxis do Feminismo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 7, Florianópolis: UFSC, 2006. (Seminário Temático: Sujeitos do feminismo: políticas e teorias; 6).

HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HARAWAY. Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 22, p. 201-246, 2004.

HARDING, Sandra. Why Has the Sex/Gender System Become Visible Only Now? In: HARDING, Sandra e HITINKKA, Merrill B. (eds.). *Discovering Reality: Feminist Perspectives on Epistemology, Metaphysics, Methodology, and Philosophy of Science*. D. Reidel Pu-

blishing, 1983.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de Gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler nas Ciências Sociais brasileiras (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS; Brasília: CAPES, p. 183-222, 1999.

HIRATA, Helena e HUMPHREY, John. O emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira. *Revista de Economia Política*, n. 4, out./dez. 1984.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUBBARD, Ruth. Algumas idéias sobre a masculinidade nas Ciências Naturais. In: GERGEN, Mary Mc Canney (org.). *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; EdUnB, p. 12-36, 1993.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica*. São Paulo: Fundação Percecu Abramo, 1998.

LAGRAVE, Rose-Marie. Recherches féministes ou recherches sur les femmes? *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 83, 1990.

LAMAS, Marta. Usos, dificuldades y posibilidades de la categoría “género”. In: LAMAS, Marta (org.). *El género: la construcción cultural de la deferencia sexual*. México: Ed. Porrúa/Programa Universitario de Estudios de Género – Universidad Autónoma de México, 1996.

LAQUEUR, Thomas. *La construcción del sexo: cuerpo y género desde los griegos hasta Freud*. Madrid: Ed. Cátedra, 1994.

LEITE, Rosalina de Santa. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 234-241, jan./jun. 2003.

LIMA, Ruth Ribeiro de. A participação da mulher na esquerda armada brasileira. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *História e Revolução*. São Paulo: Xamã, 1998b.

LOURO, Guacira Lopes. Uma epistemologia feminista. In: LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LÖVY, Michel. O catolicismo latino-americano radicalizado. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, n. 5, jan./abr. 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000100005> Acesso: 13 novembro 2006.

MACHADO, Leda Maria Vieira. *Políticas Públicas e Gênero: A questão das necessidades práticas e estratégicas*. EAESP/FGV/NPP – Núcleo de Pesquisas e publicações. Relatório de pesquisa. n. 10, 1997.

MACHADO, Lia Zanotta. Campo Intelectual e Feminismo: Alteridade e Subjetividade nos Estudos de Gênero. *Série Antropologia*, Brasília: UnB, n. 170, 1994.

_____. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? *Série Antropologia*, Brasília: UnB, n. 284, 2000.

MADEIRA, Felícia e SINGER, Paulo. Estrutura de emprego feminino no Brasil, 1920-1970. *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, n. 13, 1975.

MANINI, Daniela. A Crítica Feminista à Modernidade e o projeto feminista no Brasil dos Anos 70 e 80. *Cadernos AEL*, n. 3 e 4, p. 45-67, 1995/1996.

MARSON, Melina Izar. Da Feminista “Macha” aos Homens Sensíveis: O feminismo no Brasil e as (Des)Construções das Identidades Sexuais. *Cadernos AEL*, n. 3 e 4, p. 69-110, 1995/1996.

MICHEL, Andrée. *O feminismo: uma abordagem histórica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MIGUEL, Sônia Malheiros. *Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988.

MIGUEL, Sônia Malheiros e GROSSI, Miriam Pillar. Mapeamento de Grupos e Organização de Mulheres, Gênero e Feministas no Brasil. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, v. 1, n. 5, p. 1-31, 1996.

Millett. Kate. *Sexual Politics*, Nova York: Dounleday, 1970.

MITCHEL, Juliet. *Women's Estate*. Baltimore: Penguin, 1971.

MOLYNEUX, Maxine. *Movimientos de mujeres en América Latina. Un estudio teórico comparado*. Madrid: Catedra/Universidad de Valencia. 2003.

MORAES, Maria Lygia Quantim de. Marxismo e Feminismo: afinidades e diferenças. *Crítica Marxista*, n. 11, São Paulo, p. 89-97, 2000. (Dossiê Marxismo e Feminismo).

_____. *A experiência feminista dos anos 70*. São Paulo: Textos UNESP, 1990.

_____. *Mulheres em Movimento*. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

_____. Usos e limites da categoria gênero. *Cadernos Pagu*. Campinas, v. 11, p. 99-105, 1989.

MOREIRA, Núbia Regina. *Representação e identidade no feminismo negro brasileiro*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 7, Florianópolis, 2006 (Sujeitos do Feminismo: Políticas e Teorias ST. 06).

MORENO, Rachel. De feminismo, de feministas, de mulheres. In: CARVALHO, Nanci Valadares de. *A condição feminina*. São Paulo: Editora Vértice: Editora Revista dos Tribunais, 1988. (Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v. 4).

MOSER, Carolina O.N. *Gender Planning and Development: Theory, Practice and Training*. London: Routledge, 1993.

MOUFFE, Chantal. *O regresso do político*. Lisboa: Gadiva, 1996.

MÜLLER, Ricardo Gaspar. *Razão e Utopia: Thompson e a História*, Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

- MURARO, Rose Marie. *A mulher na construção do mundo futuro*. Petrópolis: Vozes, 1969.
- _____. *A Mulher no Terceiro Milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.
- NEMGE. Núcleo Interdisciplinar de estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero. *Relações sociais de gênero x Relações de sexo*. São Paulo: NEMGE, 1989.
- NETO, Mariana Moreira. A Categoria “Gênero”: Considerações acerca de suas variações e validade. In: *Política & Trabalho*, Revista de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal da Paraíba. n. 16, p. 137-149, set. 2000 Disponível em: <<http://www.geocities.com/ptreview/16-moreiraneto.html>> Acesso: 15 outubro 2006.
- NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. As Organizações Não-Governamentais (ONGs) Feministas Brasileiras. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 7, *Anais*. Florianópolis, 2006.
- NUERNBERG, Adriano Henrique. *Gênero no contexto da produção científica brasileira em psicologia*. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do Homem*. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1995.
- OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. Nosso corpo nos pertence: Uma reflexão pós anos 70. *Labrys. Estudos feministas*. Jan./jul., 2005. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys7/liberdade/leo.htm>> Acesso: 2 setembro 2006.
- OLIVEIRA, João Manuel e AMÂNCIO, Lígia. Liberdades Condicionais. O conceito de papel sexual revisitado. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 40, p. 45-61, 2002.
- PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN (ed.). *Movimentos sociais e democracia no Brasil: sem a gente não tem jeito*. São Paulo: Marco Zero & Ildesfes & Labor, 1995, p. 24-55.
- PAULILO, Maria Ignez. Movimento de Mulheres Agricultoras: Terra e Patrimônio. *Cadernos de Pesquisa*, Florianópolis, PPGSP/UFSC, n. 21, jun. 2000.
- _____. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, v. 12, n. 1, p. 229/252, 2004.
- PENA. Maria Valéria J. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PESSOA, Ana. Por trás das Câmeras. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Realizadoras de cinema no Brasil: (1930/1988)*, Rio de Janeiro: CIEC, 1989. (Quase Catálogo; 1).
- PETERSEN, Janine. Formação de grupos feministas em Santa Catarina: década de 1980. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PINTO, Celi Regina Jardim. Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. Participação (representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, Heleieth e MUÑOZ-VARGAS, Monica (org). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/NIPAS e Brasília: UNICEF, 1994.

_____. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, Cláudia de Lima e SCHMIDT, Simone Pereira. *Poéticas e Políticas Feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004.

POESCHL, Gabrielle, MÚRIAS, Cláudia e RIBEIRO, Cláudia. As diferenças entre os sexos: Mito ou Realidade? *Análise Psicológica*, v. 2, n. 21, p. 213-228, 2003.

PRÁ, Jussara Reis. O feminismo como teoria e como prática política. In: STREY, Marlene Neves. *Mulher: Estudos de Gênero*. São Leopoldo: Unisinos, p. 39-57, 1997.

PRÁ, Jussara Reis e CARVALHO, Marie Jane. Feminismos, políticas de gênero e novas institucionalidades. *Labrys Estudos Feministas*, Brasília, jan./jul. 2004.

RAGO, Margareth. Adeus ao Feminismo? Feminismo e (Pós)modernidade no Brasil. *CADERNOS AEL*. n. 3 e 4, p. 1-43, 1995/1996.

_____. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. *Labryz, Estudos Feministas*, Brasília. n. 3, jan./jul., 2003. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/marga1.htm>> Acesso: 6 fevereiro 2006.

RICH, Adrienne. *Of Woman Born: Motherhood as Experience and Institution*. New York: Norton, 1976.

RICHARTZ, Terezinha. *Conceituando Gênero e Patriarcado*. 2005. Disponível em: <http://www.projeto.org.br/emapbook/map_ter.htm> Acesso: 8 outubro 2006.

RIDENTI, Marcelo. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-28, 1990.

_____. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

RODRIGUES, Almira Correa de Caldas. Mulheres, femininos e feminismos: construindo igualdades e afirmando diferenças. *Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA*, 2002. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/temasedados/detalhes.Asp?IDTemasDados=79>> Acesso: 2 setembro 2006.

_____. Mulheres: Movimentos Sociais e Partidos Políticos. *Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA*, 2001. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/temasedados/detalhes.Asp?IDTemasDados=17>> Acesso: 2 setembro 2006.

_____. Participação Política das Mulheres e Gestão em Política de Gênero. *Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA*, 2004, Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/temasedados/detalhes.asp?IDTemasDados=92>> Acesso: 8 outubro 2006.

_____. Práticas Sociais, Modelos de Sociedade e Questões Éticas: Perspectivas Feministas. *Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA*, 2002 (b). Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/publicacoes/artigos_detalhes.asp?IDArtigo=3> Acesso: 2 setembro 2006.

RODRIGUES, Arakcy M. *Operário, operária: estudo exploratório sobre o operariado industrial da Grande São Paulo*. São Paulo: Símbolo, 1978.

ROHDEN, Fabíola. O corpo fazendo a diferença. *Mana*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 127-141, out. 1998. (Ensaio bibliográfico)

ROSSI, Waldemar. A Teologia da Libertação e as transformações do mundo. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, Ano II, n. 17, outubro de 2002. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/017/17cwrossi.htm>> Acesso: 13 novembro 2006.

RUBIN, Gayle. *Trafico de Mulheres: notas sobre a "economia política" dos sexo*. Recife: Edição SOS – Corpo, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Petrópolis: Vozes, 2ª ed., 1976 (1ª ed. São Paulo: Livraria Quatro Artes, 1969).

_____. *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher*. São Paulo: Husitec, 1981.

_____. *Mulher Brasileira: Opressão e exploração*. Rio de Janeiro: Achiame, 1984.

_____. *Ontogênese e Filogênese do Gênero*, São Paulo, 2006. Trabalho não publicado.

_____. Rearticulando Gênero e classe social. In: BRUSCHINI, Cristina e COSTA, Albertina de O. (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. Feminismos e seus frutos no Brasil. In: SADER, Emir. *Movimentos Sociais na Transição Democrática*. São Paulo: Ed. Cortez, p. 105-157, 1987.

SALIBA, Elias Thomé. "Historiografia Brasileira e Marxismo". In: XVI SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA. *Anais*. Rio de Janeiro, julho de 1991.

SARTI, Cynthia A. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 64, p. 38-47, fev. 1988.

_____. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: XXI CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA (Latin American Studies Association), Chicago, set. 1998 (Sessão: Resistência e transformação durante a ditadura militar no Brasil)

_____. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.

SCHIELING, Voltaire. 1968: A nova esquerda. *História por Voltaire Schieling*. 2006. (Sessão: Mundo). Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/1968_4.htm> Acesso: 6 agosto 2006.

_____. O estruturalismo. *História por Voltaire Schieling*. 2006b. (Cultura e Pensamento). Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/cultura/2002/07/05/004.htm>> Acesso: 20 janeiro 2006.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de e EVANGELISTA, Olinda. *Política Educacional*. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

SCHMIDT, Rita Teresinha. Escrevendo gênero, reescrevendo a nação: da teoria, da resistência, da brasilidade. ANPOLL, Gramado, 2002. (GT Mulher na Literatura). Disponível em: <<http://www.amulhernaliteratura.Ufsc.br/11ritabh.htm>> Acesso: 6 agosto 2006.

SCHMIDT, Simone Pereira. Como e Por que somos feministas. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 12, número especial, p. 17-22, set./dez. 2004.

SCHUMAHER, Maria Aparecida e VARGAS, Elisabeth. Lugar no Governo: Alibi ou Conquista? *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 348-365, 1993.

SCHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital (orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a Atualidade*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre:, IE/UFRGS, v. 15, n. 2, jul./dez. 1990 e 1995 (2a ed.). (Mulher e Educação).

_____. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994.

_____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. (org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. (Biblioteca Básica).

_____. 'La Querelle des Femmes' no final do século XX. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 367-388, 2001.

SEGATO, Rita Laura. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. *Série Antropologia*, Brasília, n. 236, 1998.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. Gênero: uma categoria útil para estudo do corpo e da saúde? *Labrys, Estudos Feministas*, Brasília, jan./jul. 2004. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys5/textos/andrea.htm>> Acesso: 15 dezembro 2005.

SILVA, Carmen. *Histórias Híbridas de uma Senhora de Respeito*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, Susana Veleda da. Os estudos de Gênero no Brasil: Algumas Considerações. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, n. 262, nov. 2000. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-262.htm>> Acesso: 6 novembro 2006.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. As coisas fora do lugar. Gênero e o potencial de programas de geração de emprego e renda. In: PLATAFORMA DE CONTRAPARTES NOVIB NO BRASIL. *Perspectivas de gênero: Debates e questões para as ONGs*. Parte I: O Gênero nos contextos de intervenção das ONGs. Curitiba, dez. 2000 (GT Gênero. Oficina: Gênero e Geração de Renda). Disponível em: <<http://www.redemulher.org.br/generoweb/daniel.htm>> Acesso: 15 dezembro 2006.

SOARES, Vera. Movimento Feminista. Paradigmas e desafios. *Revista Estudos Feministas*. 2º sem., número especial. Rio de Janeiro: Ciec/ECO/UFRJ, p. 11-24, 1994.

_____. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela, FARIA, Nalu e GODINHO, Tatau (orgs.). *Mulher e Política: Gênero e feminismo no partido dos trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 33-54, 1998.

SOIHET, Rachel. Enfoques Feministas e a História: desafios e perspectivas. In: SAMARA, Eni de Mesquita, *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997.

_____. Feminismo ou feminismos? Uma questão no Rio de Janeiro nos anos 1970/1980. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 7, Florianópolis, 2006 (Simpósio Temático: Os feminismos latino-americanos e suas múltiplas temporalidades no século XX).

_____. *Formas de Violência, Relações de Gênero e Feminismo*. In: III ENCONTRO ENFOQUES FEMINISTAS E AS TRADIÇÕES DISCIPLINARES NAS CIÊNCIAS E NA ACADEMIA. Rio de Janeiro: REDEFEM/UFF, set. 2001. (Conferência de abertura).

_____. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 591-511, set./dez. 2005.

SORJ, Bila. O Feminismo Adentra a Academia: dois olhares sobre Heleieth Saffioti. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 3, n. 1, 1995.

_____. “O feminino na encruzilhada da modernidade e da pós-modernidade”. In: BRUSCHINI, Cristina e COSTA, Albertina de O. (orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: BRUSCHINI, Cristina e COSTA, Albertina de O. (orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. In: NEMGE. Núcleo Interdisciplinar de estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero. *Relações sociais de gênero x Relações de sexo*. São Paulo: NEMGE, 1989.

STOLKE, Verena, La mujer es puro cuento: la cultura del género. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 77-105, mai./ago. 2004.

STRELOW, Aline do Amaral Garcia Strelow. Jornalismo alternativo no Rio Grande do Sul. *Revista PJ:BR*, Escola de Comunicação e Arte da USP, n. 5, 1. sem, 2005. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/ensaios5_d.htm> Acesso: 2 novembro de 2006.

STUDART, Heloneida. *Mulher: objeto de cama e mesa*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

SWAIN, Tania Navarro. As heterotopias feministas: espaços outros de criação. *Labrys: Estudos Feministas*, n. 3, jan./jul. 2003. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/anah1.htm>> Acesso: 16 outubro 2006.

SUÁREZ, Mireya. Enfoques Feministas e Antropologia. Série Antropologia, Brasília, n. 177, 1995.

TABAK, Fanny. *Autoritarismo e participação política da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1983. (Tendências, 6).

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Tudo é História; 145).

TERUYA, Marisa Tayra. A família na historiografia brasileira, bases e perspectivas de análise. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais*. Belo Horizonte: ABEP, 2000. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/A%20Fam%C3%ADlia%20na%20Historiografia%20Brasileira....pdf>> Acesso: 8 fevereiro 2006.

THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 103-130, 2001.

TOMITA, Luiza E. Entrevista com Rose Marie Muraro. *Revista Mandrágora*, São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, n. 7 e 8, s/d, Disponível em: <<http://ploneweb.metodista.br/ppc/mandragora/mandragora-07-08/entrevista-com-rose-marie-muraro>> Acesso: 22 junho 2006.

TOSCANO, Moema. *Mulher, Trabalho e Política. Caminhos Cruzados do Feminismo*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1976.

TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Miriam. *A revolução das mulheres: Um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

TREILLET, Stéphanie. *O Banco Mundial e a questão do gênero: o novo consenso de Washington*. SOF - Sempreviva Organização Feminista, 2003. Disponível em: <http://www.-sof.org.br/arquivos/doc/O_Banco_Mundial_e_a_questão_de_genero.doc> Acesso: 5 janeiro 2007.

VICENTINI, Ana Maria Vicentini. Mudar a referência para pensar a diferença: o estudo dos Gêneros na crítica literária. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 70, ago. 1989.

VINCENT, Andrew. *Ideologias políticas modernas*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Editora Universidade de Brasília: Brasília, 2000.

WOITOWICS, Karina Janz. *Vozes do feminismo na imprensa alternativa - As lutas das mulheres nos jornais de oposição no período da ditadura militar no Brasil*. In: ENCONTRO DA REDE ALFREDO DE CARVALHO. Novo Hamburgo: Feevale, ab. 2005 (GT História da Mídia Alternativa).

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo. A renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.